ARQUIVO PÚBLICO — PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM

APRESENTADA À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

PELO

SENHOR JOSÉ RICHA

GOVERNADOR DO ESTADO

CURITIBA — PARANÁ

1984

SUMÁRIO

I. **INTRODUÇÃO**

II. **RELATÓRIO**

1. A CONJUNTURA DE 1983 05

2. **POLÍTICA SOCIAL**

2.1 Apresentação 11
2.2 Educação 15
2.3 Saúde e Bem-Estar Social 45
2.4 Habitação Popular 65
2.5 Justiça 69
2.6 Saneamento 77
2.7 Meio Ambiente 83
2.8 Planejamento Urbano e Regional 93
2.9 Segurança Pública 101
2.10 Cultura, Esporte e Turismo 117

3. **POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA**

3.1 Apresentação 127
3.2 Agricultura 129
3.3 Energia e Mineração 151
3.4 Indústria e Comércio 173
3.5 Transportes 181
3.6 Telecomunicações 197
3.7 Política Fiscal 201
3.8 Política Financeira
3.8.1 Bancos Comerciais 237
3.8.2 Bancos de Fomento 255

4. **POLÍTICA INSTITUCIONAL**

4.1 Apresentação 269
4.2 Governadoria 271
4.3 Planejamento 277
4.4 Participação Comunitária 287
4.5 Pessoal e Política Salarial 291
4.6 Serviços Gerais 301
4.7 Construção e Administração do Patrimônio 305

5. **APÊNDICE** 307

I. INTRODUÇÃO

«A legislação de uma Província não é trabalho de uma só Assembléia, nem de uma só Administração: é um edifício do futuro para o qual cada Assembléia e cada Administração conduz alguma pedra.»

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Com essas palavras, o primeiro Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, encerrava a sessão solene de instalação da Assembléia Legislativa do Paraná.

Era o dia 15 de julho de 1854.

Cento e trinta anos se passaram, mas suas palavras permanecem impregnadas de grande atualidade, soando mesmo como verdadeira advertência àqueles que, como nós, dedicam sua vida à causa pública.

Tenho grande honra e satisfação de comparecer a esta Casa de Leis, para cumprir o preceito constitucional que determina ao Chefe do Executivo, na abertura dos trabalhos legislativos, dar contas da situação geral dos negócios do Estado.

Faço-o, porém, não apenas por razões formais e protocolares, mas principalmente pelo apreço e respeito pessoal que dedico ao Poder Legislativo.

Homem público com longa vivência na área parlamentar, aprendi a avaliar e a reconhecer a importância da missão que lhe está confiada.

Após tantos e sofridos reveses, é gratificante para todos nós ver o Legislativo resgatar o espaço político que sempre lhe pertenceu, legítima e soberanamente, e tornar a exercer, em sua plenitude, as três funções clássicas inerentes a qualquer sistema verdadeiramente democrático: a função legislativa, a função representativa e agora a função fiscalizadora dos atos do Poder Executivo.

Aqui nesta Casa é que a Democracia, em sua única e verdadeira acepção — de governo do povo, pelo povo e para o povo — encontra plena e integral expressão.

Aqui estão representados todos os setores da vida estadual, as diferentes correntes de opinião, os distintos matizes da vontade popular.

Aqui convivem, a um só tempo, maiorias e minorias: aquelas, dando o seu importante e decisivo respaldo ao Governo, e estas, expressando o seu direito de divergir e de oferecer ao Governo a sua crítica construtiva. Todos, porém, empenhados e voltados para um único objetivo: o progresso e o bem-estar do nosso Estado.

Dirigindo-me a Vossas Excelências, estou certo de me dirigir ao povo paranaense, por cuja vontade ocupamos hoje a mais alta magistratura do Estado.

A este povo queremos dar satisfação dos nossos atos como governantes. A este povo queremos dedicar a Mensagem que agora venho lhes trazer.

Procurarei destacar, de maneira sumária, os fatos mais relevantes da ação governamental no exercício de 1983, mesmo porque, como de hábito, nos demais capítulos da Mensagem se encontram, em detalhes, todas as informações relativas à situação geral do Estado, nos diversos setores da atividade pública.

Permitam-me, contudo, tecer preliminarmente algumas considerações sobre a conjuntura política e econômica sob a qual vimos vivendo e desenvolvendo nossas atividades.

O ano de mil novecentos e oitenta e três representou importante marco na vida política brasileira, pois ensejou a posse, depois de quase duas décadas, de governantes eleitos pela expressa vontade popular, através da livre manifestação das urnas.

Era a concretização de uma importante etapa do processo de legitimação das fontes do Poder, como fruto da evolução social e do amadurecimento político da sociedade brasileira.

Iniciava-se, então, uma nova e decisiva fase no processo de evolução político-institucional do País, cuja cristalização só se dará com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, capaz de restaurar a autoridade de nossa Carta Magna, e com o restabelecimento de eleições diretas em todos os níveis de governo.

No Paraná, este processo de legitimação do poder expressou-se, cabal e plenamente, na ampla consulta à população sobre as Diretrizes e o Plano de Ação norteadores da ação do Governo no quadriênio 1983-1986.

Inaugurado sob o mandamento da austeridade e da honra, afinado com as mais justas causas populares e comprometido com a rigorosa emergência dos nossos dias, o Governo Estadual procurou, neste curto período de tempo, acionar todos os meios e recursos a seu alcance para viabilizar os postulados básicos a que está permanentemente consagrado: a democratização do poder, a participação comunitária e a melhoria das condições de vida dos paranaenses.

Essas linhas mestras do Plano de Ação foram plenamente convalidadas pelos paranaenses de todos os quadrantes, mediante ampla discussão envolvendo as mais expressivas lideranças políticas e comunitárias representativas do conjunto da população.

Opinando, criticando, contribuindo, a população paranaense não só endossou nosso Plano de Governo, como dele se tornou co-responsável, participando ativamente de sua implementação.

O processo de debate do Plano de Ação contou com a importante e decisiva participação do Poder Legislativo, que, com o elevado espírito público dos seus membros e o peso específico de sua avaliação crítica, soube analisar, debater e afinal aprovar tão importante documento.

Somos também por isso sumamente gratos a Vossas Excelências.

Tão importante quanto a conjuntura política é a conjuntura econômica em que estamos inseridos.

Disse em meu discurso de posse e reafirmo agora que «vivemos um momento particularmente difícil de nossa história, no qual os sentimentos de todos se mesclam entre a esperança no futuro e a desesperança diante da realidade com que nos defrontamos no dia-a-dia.»

Em 1983, ingressamos no terceiro ano consecutivo de uma recessão econômica que estiola a atividade produtiva e o esforço criador dos brasileiros. O desemprego, longe de ceder, aprofundou-se e cresce persistentemente, levando intranqüilidade e desespero às famílias.
O fenômeno da miséria absoluta alarga-se brutalmente, numa verdadeira afronta à nossa consciência moral e cristã.

A inflação atinge níveis insuportáveis, enquanto continua a deteriorar-se o poder aquisitivo dos salários, cada vez mais aviltados.

O modelo econômico — concentrador de renda e marginalizador de amplas camadas da população — de há muito se esgotou, exaurido por seus próprios erros e contradições.

Reproduzindo as mesmas distorções do modelo brasileiro de desenvolvimento, a economia paranaense perdeu vitalidade e impulso nos anos recentes, assistindo à redução dos investimentos no setor industrial e à crise financeira atingir largos segmentos da pequena e da média empresa, tendência que se manteve ao longo do ano de 1983.

Profundamente integrado à economia nacional e submetido, por isso mesmo, aos efeitos perversos do quadro de dificuldades, o Paraná viu deprimir-se a atividade produtiva em 1983, crescer o desemprego e aumentarem drasticamente as mazelas sociais decorrentes do contexto de crise.

Evitar e impedir conseqüências dessa natureza é tarefa em que o Governo do Estado está permanentemente empenhado, mobilizando, para tanto, não apenas os meios e recursos materiais de que dispõe, mas sobretudo auscultando, ouvindo e dialogando com o povo, mandante único e árbitro supremo dos nossos atos.

Reconhecíamos, ao assumir o Governo, as limitações do Estado em matéria de recursos e de competência específica para orientar políticas no campo econômico. Residiram aí, indubitavelmente, as principais dificuldades deste Governo.

À par disso, fomos duramente atingidos por prolongadas enchentes no Sul e Sudoeste do Estado e chuvas intensas em todo o território, o que obrigou o Governo a concentrar seus esforços e boa parte dos recursos de sua máquina administrativa no que se convencionou chamar de «Operação Reconstrução.»

A calamidade, conquanto dura, serviu para unir ainda mais os paranaenses, que deram ao Brasil, mais uma vez, o testemunho do que pode um povo corajoso e determinado.

A despeito dessas e de outras dificuldades, pudemos realizar um período administrativo marcado por iniciativas adotadas em benefício das maiorias desassistidas, privilegiando sobretudo os pequenos.

Os resultados já obtidos neste curto prazo são um alentador prenúncio do muito que poderá ser realizado no período de 1984 a 1986.

Promovemos rígido programa de controle das despesas administrativas, que resultou na estabilização orçamentária e na redução das despesas de custeio, na redução dos desperdícios e dos gastos supérfluos. Enfim, uma postura de austeridade compatível com nossa pregação de campanha, capaz de resgatar o conceito, já desacreditado, de eficiência e produtividade do aparelho administrativo do Estado.

Acredito ser ociosa a enumeração dos exemplos de contenção de gastos no exercício. Basta dizer apenas que, em relação a 1982, e considerada a inflação do período, fizemos uma economia global na manutenção da máquina administrativa do Estado da ordem de 40% em média, sem prejuízo da qualidade dos serviços ofertados à população.

No setor das finanças públicas, área nevrálgica da atuação governamental, podemos ressaltar como fatos marcantes o êxito obtido na execução orçamentária e o bom desempenho da arrecadação, malgrado a conjuntura recessiva.

A execução orçamentária da Receita no exercício financeiro de 1983 apresentou valores bastante superiores àqueles previstos na Lei de Meios, alcançando o montante de Cr$ 427,2 bilhões, o que representa um excesso de 30,9% sobre o valor originalmente previsto e um crescimento de 150,6% em relação à receita executada em 1982.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias continuou sendo a principal fonte de recursos, com uma arrecadação de Cr$ 280,3 bilhões, significando uma participação de 65,6% da receita global realizada.

O desempenho do Estado do Paraná na arrecadação tributária — particularmente do ICM — pode ser considerado excepcional se comparado ao de outras Unidades da

Federação, sendo o Estado que menos perdeu arrecadação em termos reais nas regiões Sul e Sudeste do País.

A Despesa realizada no exercício totalizou Cr$ 424,5 bilhões, significando um acréscimo de 30,1% em relação ao orçamento inicial e de 139,9% sobre a despesa executada em 1982. O item de despesa que apresentou maior crescimento foi o da amortização da dívida pública contratada, ficando 223,6% acima da despesa realizada no exercício anterior. Os encargos financeiros da dívida cresceram 195% em comparação com 1982, com dispêndios de Cr$ 26,0 bilhões no exercício.

Como se observa, o Estado do Paraná logrou obter em 1983 a reversão da tendência de **deficit** orçamentário verificada ao assumirmos o Governo, chegando já ao final do exercício com um **superavit** de Cr$ 2,7 bilhões.

Eram imprescindíveis, para o bom exercício da atividade governamental, não apenas o domínio e a adequação da máquina administrativa à nova filosofia de governo, como também o controle da situação financeira do Estado.

Isso foi possível graças à implantação de uma política financeira realista e conseqüente e de uma política fisco-arrecadadora serena e enérgica, voltada ao restabelecimento dos mais elementares princípios de justiça e eqüidade fiscal no Estado.

A gerência da dívida pública, por sua vez, mereceu atenção especial do Governo, que praticou nessa área uma política de endividamento prudente e responsável, coerente com a realidade econômica e financeira do Estado. Foram firmados, pela nossa Administração, à conta do Tesouro Geral do Estado, contratos da ordem de Cr$ 46,1 bilhões, destinados a prover recursos para execução de programas governamentais. Desse total, foram recebidos, em 1983, Cr$ 16,8 bilhões, que, somados ao ingresso de Cr$ 27,9 bilhões de contratos celebrados em administrações anteriores, compuseram o total da receita de caixa oriunda de

operações de crédito. Por outro lado, só o montante despendido com o pagamento do serviço da dívida da Administração Direta, da ordem de Cr$ 41,9 bilhões, representou 93,6% dos recursos ingressados a título de empréstimos.

O saldo devedor da dívida global da Administração Centralizada, em 31 de dezembro de 1983, era, a preços correntes, de Cr$ 459,2 bilhões, tendo evoluído 334% em termos nominais e 12% em termos reais, relativamente ao saldo existente em 31 de dezembro de 1982. Este acréscimo nominal é devido basicamente à correção cambial dos empréstimos externos e à correção monetária no período de dezembro de 1982 a dezembro de 1983.

Com o domínio da máquina administrativa e o controle da situação financeira, alcançados dentro de uma transição relativamente rápida e tranqüila, pôde, então, o Governo honrar alguns compromissos assumidos com a população paranaense, além de assegurar recursos de monta para a recuperação financeira de empresas estaduais em situação difícil.

Dentre essas realizações, destaco o atendimento, como medida de inteira justiça, de importantes reivindicações do funcionalismo estadual, como a concessão do 13º salário a 92.000 servidores estatutários ativos e inativos do Estado e de reajustes semestrais aos funcionários estatutários, prática que já era adotada em relação aos celetistas.

Os empreiteiros de obras públicas e os fornecedores do Estado tiveram seus pagamentos colocados rigorosamente em dia, numa medida que se prestou sobretudo a restaurar a confiança desses setores na ação do Governo.

Os municípios, além do auxílio financeiro recebido para atendimento às suas despesas, num total de Cr$ 6,6 bilhões, foram beneficiados ainda com 1,6 bilhão de cruzeiros, fruto da decisão do Governo de assumir 50% dos gastos com pessoal e encargos dos professores municipais colocados à disposição da rede estadual de ensino. Já para este exercício, o Governo do Estado irá assumir o custeio integral desses gastos.

A execução orçamentária e financeira do Tesouro do Estado foi realizada de modo a que o custeio dos serviços públicos não viesse a prejudicar o desenvolvimento normal dos programas prioritários definidos no Plano de Ação e tampouco a paralisar obras iniciadas no Governo anterior.

No setor de transportes, por exemplo, contrariando uma tendência histórica, nenhuma obra foi paralisada. Foram pavimentados 282 quilômetros e revestidos primariamente quase 300 quilômetros de estradas, encontrando-se em andamento mais 665 quilômetros de pavimentação asfáltica e 259 quilômetros de revestimento primário.

As estradas vicinais, de fundamental importância para o escoamento das safras agrícolas, foram objeto de acurada atenção do Governo, que promoveu o revestimento primário de cerca de 300 quilômetros dessas estradas, além da pavimentação de mais 25 quilômetros.

A fim de garantir a estabilidade da rede viária estadual, o Estado deu início à execução de um ambicioso programa de construção de pontes, tendo concluído em 1983 mais de mil metros de obras-de-arte especiais. Até julho deste ano, teremos construído 5.421 metros lineares de pontes, o que significa mais de 50% da meta estabelecida para o quadriênio, em apenas um ano e três meses de gestão.

Por outro lado, a responsabilidade pela preservação da rede rodoviária exigiu do Governo investimentos de monta na manutenção de 11.731 quilômetros de estradas, tanto estaduais como federais delegadas.

Cumpre destacar, ademais, os investimentos realizados no Porto de Paranaguá, visando à manutenção do cais de acesso e dos serviços para instalação do terceiro carregador de navios **(ship loader)**, num total de Cr$ 4,4 bilhões. Este é o reconhecimento do Governo do Estado ao papel e à importância desse terminal marítimo no Programa dos Corredores de Exportação, que, em 1983, realizou um movimento de mercadorias da ordem de 10,9 milhões de toneladas, participando com 10,7% da receita cambial do País.

Ainda dentro dessa ordem de investimentos em programas e projetos prioritários, merece registro o desempenho alcançado na área habitacional, que logrou construir, através da COHAPAR, 5.319 novas casas populares, representando uma média de 15 casas por dia entregues aos paranaenses. Acham-se em construção mais 1.140 unidades, que estão empregando mais de 2 mil operários. Este é um programa de ampla significação social, já que, de um lado, propicia geração de novas oportunidades de emprego, e, de outro, atende a uma necessidade básica da população, que é a aquisição da casa própria.

O programa de eletrificação rural, cuja meta é levar energia elétrica a mais 100 mil propriedades agrícolas no Estado, até 1987, teve um início alentador, com a concretização de 16 mil novas ligações. A meta prevista significará mais do que tudo que já foi realizado neste setor em toda a história do Paraná. Tudo com o propósito de melhorar as condições de vida do homem do campo, fixando-o ao seu meio, economizando combustível e criando condições para a descentralização do desenvolvimento industrial do Paraná.

Não descurou também o Governo, através da COPEL, da produção de energia elétrica, que experimentou um aumento de 25% no período, além da ampliação do sistema de transmissão estadual, representada pela implantação de mais 80 quilômetros de linhas de transmissão e pela construção de 13 novas subestações transformadoras.

No setor da educação, o esforço desenvolvido apenas em nossa gestão possibilitou a construção de 581 salas de aula, o que representa mais de 2 salas por dia. Neste setor, em que o ensino fundamental mereceu absoluta prioridade, não se limitou o Executivo a edificar prédios escolares, mas principalmente a promover a melhoria da qualidade do ensino, sabidamente deficiente, e a iniciar um processo de democratização da estrutura educacional no Estado, retirando dela a influência político-partidária. Nesse sentido, registramos importante avanço em 1983, com a realização de eleições de diretores em todas as escolas públicas estaduais,

numa iniciativa inédita que mobilizou mais de um milhão de pessoas, entre professores, funcionários, alunos e pais de alunos.

O Programa de Alimentação Escolar teve prosseguimento, sendo atendidas 13.200 escolas, que representam uma população de um milhão e meio de alunos assistidos diariamente.

As demais áreas do setor social mereceram igualmente a atenção específica do Governo.

O saneamento básico, por exemplo, recebeu grande impulso, com a conclusão de 45 novos sistemas de abastecimento de água e a ampliação de 22 sistemas já existentes. Assim, mais 362 mil paranaenses passaram a dispor de água tratada. A SANEPAR, através de mais 60 mil novas ligações domiciliares, já atendia no final de 1983 a cerca de três milhões e novecentos mil habitantes urbanos, ou seja, 84% da população urbana total do Estado.

Nossa meta para este período administrativo é fornecer água a 95% da população urbana em todos os municípios paranaenses.

Na área de esgotos sanitários, registrou-se expressiva evolução no número de habitantes atendidos, que passou de 977 mil para 1 milhão 120 mil, representando 39% da população urbana das localidades servidas pela SANEPAR. Foram concluídas no exercício 29 obras de esgotos sanitários, destacando-se as realizadas em Guaíra, Umuarama, Santa Helena e Curitiba, esta tendo a sua rede de esgotos acrescida de 130 quilômetros. Em fase de execução estão as obras de Ponta Grossa e Londrina, com investimentos previstos de Cr$ 38 bilhões.

Dando ênfase especial à atenção primária à saúde, o Governo começa a responder às exigências e necessidades mais prementes do Estado neste setor, na busca da generalização de padrões condignos de vida aos paranaenses de todos os rincões.

Diversas ações foram empreendidas, merecendo destaque a construção de 8 Postos e de 2 Centros de Saúde, a conclusão da construção de 25 Centros Sociais Rurais e a reforma dos Laboratórios Químico-Farmacêutico e de Pesquisas Biológicas.

Foram distribuídas quase 5 mil toneladas de alimentos a cerca de 170 mil pessoas, através do Programa de Suplementação Alimentar a Gestantes, Nutrizes e Crianças, e implementadas hortas em 3.836 escolas e em cinco Centros Sociais Rurais.

A assistência médico-ambulatorial e hospitalar promoveu mais de 1 milhão e 200 mil consultas médicas e mais de 800 mil atendimentos de enfermagem, com prioridade ao atendimento de mulheres e crianças.

Na área de controle de doenças, foi expressiva a atuação do Paraná na vacinação de rotina contra moléstias infectocontagiosas, com índices de cobertura entre os melhores do País. Deu-se, nessa área, atenção prioritária ao diagnóstico e tratamento da tuberculose e da hanseníase, cujos serviços foram implantados em mais 104 municípios.

A assistência social, confiada ao Instituto de Assistência ao Menor e à Fundação de Promoção Social do Paraná, foi substancialmente dinamizada, com a implantação e ampliação de programas de apoio e proteção ao menor e ao adulto carente, tanto através de convênios com entidades sociais e comunitárias como dos Centros de Triagem e Atendimento Social.

A crescente escalada de atentados à vida e à propriedade constitui preocupação permanente da população e do Governo. Por isso, o setor de segurança pública, indispensável para o bem-estar e a tranqüilidade de todos, mereceu do Governo singular atenção.

Conhecemos todos a precariedade dos recursos materiais com que contam os órgãos de segurança do Estado, bem como a carência de recursos humanos nessa área.

Dentro deste contexto, procuramos não somente reequipar as instalações dos organismos policiais, dotando-os de recursos compatíveis com a importância de sua missão, mas também — e principalmente — buscar melhor integração entre a Polícia e a comunidade, através do incentivo à criação dos Conselhos Municipais de Segurança.

A humanização e o aperfeiçoamento dos quadros policiais foram objetivos permanentes da Secretaria da Segurança Pública, com vistas a propiciar melhor atendimento à comunidade. Intensificou-se o policiamento ostensivo-preventivo e deu-se novo impulso ao policiamento modular. Para este ano, o Governo Estadual já autorizou a abertura de concurso visando à admissão de mais 800 servidores na Polícia Civil e mais 2.000 na Polícia Militar. Na área do trânsito, duas medidas devem merecer registro, quer pelo seu alcance social, quer pela sua eficácia administrativa. Falo do desarmamento dos guardas de trânsito e da transformação do Departamento Estadual de Trânsito em autarquia.

Estamos, é certo, longe da situação ideal nessa área de segurança pública, mas tudo faremos, se não para eliminar, ao menos para atenuar os problemas e distorções hoje existentes.

Uma justiça mais humana e eficiente é objetivo a que o Governo está permanentemente consagrado.

Neste setor, deu-se prioridade a três projetos específicos, quais sejam, a humanização do Sistema Penitenciário Estadual, a ampliação da defensoria pública, inclusive para os sem-terra, e a criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a ser instalado neste ano.

As cinco unidades penais do Estado sofreram reformas e reparos em suas instalações, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos internos. Apresentando invariavelmente problemas de excesso de população carcerária, o Sistema Penitenciário está a exigir a construção de novas unidades penais, o que fez com que a Administração Es-

tadual promovesse estudos com vistas à construção das penitenciárias de Londrina e Cascavel.

A assistência judiciária aos necessitados foi ampliada em 1983, atendendo a cerca de 117 mil pessoas, representando um aumento de 73% em relação ao exercício de 1982. Uma forma de democratizar o poder e de permitir o acesso à Justiça àqueles que não possuem condições para tal.

A experiência levada a efeito através da Procuradoria Geral do Estado e da Procuradoria Geral da Justiça, por suas promotorias públicas, deverá ter continuidade neste exercício, em face dos bons resultados obtidos até o presente.

Prioridade maior do Governo, a área social foi a que apresentou o maior crescimento de gastos em relação ao valor inicialmente previsto no Orçamento, tendo sido também a que demandou o maior volume de suplementações orçamentárias.

No campo econômico, as ações do Governo estão orientadas para a retomada do crescimento da economia, para a desconcentração da renda estadual, para a ampliação dos níveis de emprego e para a redinamização das forças produtivas internas, com ênfase a alguns segmentos cronicamente desfavorecidos, como os pequenos, médios e microempresários, tanto rurais como urbanos. Neste desiderato estão empenhados todos os órgãos do Governo, mas de modo particular as instituições de fomento econômico do Estado.

Inteiramente redirecionados em sua filosofia de ação, o BADEP e o BRDE deram apreciável contribuição ao desenvolvimento socioeconômico do Paraná no exercício de 1983.

Ambas as instituições contrataram financiamentos da ordem de Cr$ 154 bilhões, que resultarão na criação de 8.784 novos empregos diretos e num substancial acréscimo de

arrecadação de ICM. Essas aplicações foram destinadas preferencialmente ao setor privado da economia, beneficiando sobretudo as pequenas e médias empresas paranaenses, com um índice de interiorização próximo a 70%.

Através dos programas e linhas de crédito disponíveis, foram atendidas com financiamento e assistência gerencial 761 microempresas dos mais diversos setores de atividade, cabendo ao BADEP cerca de 80% desse resultado.

Ao final do exercício, o BADEP não só logrou obter sua recuperação e fortalecimento financeiro, como principalmente reencontrar suas verdadeiras funções e firmar sua identidade como importante instrumento para a execução da política de fomento do Governo do Estado.

O BRDE, por sua vez, consolidou sua posição de líder nas contratações de financiamento ao setor primário, especialmente no apoio ao sistema cooperativista estadual, contemplado com 97,3% dos recursos dirigidos à agricultura e 42,7% ao setor industrial.

O ciclo de apoio às atividades produtivas paranaenses se completa com a ação desenvolvida pelas empresas que formam o Conglomerado BANESTADO. Este complexo bancário pautou sua atuação em 1983 por critérios de absoluta austeridade administrativa e financeira, de modo a alcançar os objetivos do Programa de Recuperação Financeira estabelecido pelo Banco Central do Brasil aos bancos oficiais estaduais.

A racionalização no uso e aplicação dos recursos permitiu ao BANESTADO redirecionar sua ação no sentido do apoio e incentivo às iniciativas empresariais locais, particularmente àquelas vinculadas aos setores prioritários — Agricultura e Indústria.

Os repasses à agricultura atingiram Cr$ 44,7 bilhões, sendo 74% desses recursos destinados a mini, pequenos e médios produtores rurais. À indústria foram alocados Cr$

37,7 bilhões. Os depósitos, num volume de Cr$ 119,7 bilhões, tiveram um crescimento da ordem de 134% em relação ao ano de 1982, e o saldo de empréstimos, no montante de Cr$ 403,2 bilhões, aumentou em 168%, a despeito da extinção de 12 gerências regionais e das dificuldades inerentes à conjuntura recessiva.

O BANESTADO elevou seu capital de Cr$ 19,9 bilhões para Cr$ 39,9 bilhões, tendo o Estado do Paraná subscrito, para integralização no presente exercício, a importância de Cr$ 12,6 bilhões. Esta elevação propicia ao BANESTADO melhores condições de suporte financeiro frente às vicissitudes do mercado.

Senhores Deputados:

Na Agricultura, o redirecionamento da atuação dos diversos órgãos vinculados à Pasta competente (ACARPA, IAPAR, ITC, CAFE DO PARANÁ, COPASA e CEASA) foi medida que se impôs no sentido de dar um apoio prioritário aos pequenos e médios produtores rurais. Neste particular, deu-se toda a ênfase à geração de tecnologias mais adequadas e à busca de novas formas de organização do produtor.

A Secretaria da Agricultura concentrou sua atenção basicamente em três áreas: abastecimento urbano, regularização fundiária e meio ambiente.

Em termos de abastecimento alimentar urbano, foi estimulante a experiência desenvolvida pela CEASA do Paraná, através do Programa Estadual de Abastecimento de Hortigranjeiros (PROHORTI), em cujo âmbito foram implantados equipamentos do tipo Sacolão e Varejão, visando baixar os preços dos produtos para os consumidores finais — notadamente os de baixa renda — e estimular a produção de hortigranjeiros no Estado.

Inicialmente desenvolvida em Curitiba e já estendida a Londrina, a experiência deverá ser levada neste ano ao Interior, com a implantação de sacolões e varejões em diversas cidades do Paraná.

A política fundiária do Governo foi executada pelo Instituto de Terras e Cartografia, que emprestou à questão a seriedade e o zelo com que merece ser tratada. Neste trabalho — de suma importância para o desenvolvimento da agricultura paranaense — estão envolvidos diversos organismos estaduais e federais, bem como movimentos organizados de agricultores, estes pela primeira vez chamados a contribuir e a opinar sobre o problema fundiário.

Este processo de regularização fundiária registrou já em 1983 um apreciável avanço, representado pelo início do reassentamento de 100 famílias de agricultores numa área de 1.500 hectares na região de Castro, adquirida pelo ITC com recursos do Tesouro do Estado.

Outro aspecto importante da política governamental na área agrícola diz respeito à preservação dos recursos naturais.

Nesse sentido, a Secretaria da Agricultura lançou em 1983 o Programa de Manejo Integrado do Solo, cujo objetivo é introduzir práticas conservacionistas em cerca de 5 milhões de hectares, abrangendo 350 mil propriedades rurais até 1986. Para tanto, o Governo do Estado consignou no orçamento deste exercício uma verba específica de Cr$ 3,6 bilhões.

Um dos pontos altos do Programa é a conservação do solo em microbacias, através das quais o esforço comunitário alcança excelentes resultados no combate à erosão e à contaminação do meio ambiente. No final de 1983, 71 microbacias já haviam sido tecnicamente manejadas, compreendendo uma área de quase 39 mil hectares. Achavam-se em andamento mais 139 microbacias, em área superior a 230 mil hectares.

Cumpre ressaltar que este programa de manejo integrado do solo se insere, como tantos outros, no Programa Estadual do Meio Ambiente, ora em discussão, e cujo objetivo é disciplinar, através de uma ação intersecretarial harmônica e integrada, a delicada questão da preservação ambiental.

Na área da Indústria e do Comércio, podemos registrar alguns marcos importantes da atuação governamental durante o ano de 1983.

O Programa Paranaense de Microdestilarias, implantado a partir da unidade-protótipo desenvolvida na Fundação Universidade Estadual de Maringá, está em plena execução, devendo ser instaladas, até o final do corrente ano, cem microdestilarias de álcool no Estado. Isto significa geração de energia alternativa e de empregos, a custos reduzidos e com tecnologia inteiramente nacional.

O apoio às indústrias caseiras, de fundo de quintal, foi materializado através do Programa de Desenvolvimento do Artesanato Paranaense.

No âmbito da MINEROPAR, 4 programas merecem destaque: o Programa de Identificação Gratuita de Minerais, o Programa de Desenvolvimento da Província Mineral do Vale da Ribeira, o Programa de Utilização de Matérias-Primas Locais e o Programa de Pesquisa e Prospecção Aluvionar.

Na área tecnológica, foi expressiva a atuação do Instituto de Tecnologia do Paraná, que a cada ano consolida sua posição de centro de excelência tecnológica de nível nacional. Tradicional produtor de vacina anti-rábica, o TECPAR deu extraordinária contribuição ao Programa Nacional de Profilaxia da Raiva, produzindo quase 10 milhões de vacinas, que foram distribuídas para todo o País. Merecem ainda registro a produção de vacina para proteção do rebanho bovino contra o morcego hematófago e o início da fabricação de anestésico odontológico, este último com 2 milhões de frascos já produzidos.

Senhores Deputados:

Deste relatório, pode-se depreender que a ação governamental esteve intimamente associada à necessidade de gerir os recursos públicos segundo critérios de máximo rendimento social, buscando-se sempre o melhor emprego dos escassos recursos disponíveis.

Esta consciência é que ensejou a implantação, no Paraná, do que se pode chamar de «uma nova tecnologia de ação governamental» — traço distintivo desta Administração — e que está calcada no princípio de que é preciso inovar nas formas pelas quais o Estado enfrenta os problemas e os resolve, de que é necessário criar e desenvolver formas de intervenção mais apropriadas à nossa realidade.

A experiência dos chamados projetos alternativos é a materialização desse novo estilo administrativo e dessa nova filosofia de ação.

A Secretaria da Administração desenvolveu um projeto de grande alcance social na área de habitação. Trata-se do programa de construção, pelo sistema de mutirão, de moradias de baixo custo, com adoção da tecnologia do solocimento. Em Ponta Grossa, através de convênio firmado com a Prefeitura Municipal e a Universidade local, está sendo construído um conjunto habitacional com estas características, num total de 100 unidades residenciais, a um custo unitário três vezes inferior ao de uma casa semelhante construída dentro dos padrões do Sistema Financeiro da Habitação. Nossa intenção é levar esta experiência a outras regiões do Estado, particularmente às mais carentes.

Na área de saneamento, desenvolvemos um programa novo — o chamado micropoço — que objetiva levar água potável a núcleos populacionais de até 1.000 habitantes, através de um verdadeiro mutirão entre o Governo do Estado, as Prefeituras e a comunidade. Com este programa, o Governo do Estado assegura o abastecimento de água no atacado, cabendo ao Município e à comunidade organizada a administração e manutenção do sistema.

No setor energético, a COPEL praticamente rompeu uma tradição de sofisticação em seus padrões tecnológicos, mediante a introdução de novas e mais econômicas técnicas de distribuição de energia, especialmente no meio rural.

A simplificação dos padrões técnicos da COPEL, além de não comprometer a qualidade e a confiabilidade do suprimento energético, resultou numa redução de custos da ordem de até 42%.

Na área dos transportes, a experiência de pavimentação urbana com pedras irregulares revelou-se muito bem sucedida, provando que as soluções simples, além de serem mais econômicas e funcionais, têm um efeito social muito mais sensível que as soluções ortodoxas.

Nenhum programa de governo, nenhum projeto específico, porém, teria êxito sem a participação da comunidade. E esta nós temos buscado incessantemente, porque entendemos que o desenvolvimento não pode ser imposto de cima para baixo, como fazem prepotentemente os regimes autoritários. Ao contrário, deve fluir com a participação e por iniciativa da comunidade, assim como é com essa iniciativa e essa participação, e só com elas, que se torna possível a prática democrática.

Em outras palavras, democratização do poder e participação comunitária — formas novas de expressar o velho adágio, segundo o qual «o homem pode duvidar do que ouve, pode duvidar até do que vê, mas é impossível que duvide do que ele próprio faz.»

Inúmeras medidas adotadas demonstram a coerência com que temos perseguido a realização desses princípios. Dentre elas, permito-me citar a criação da Secretaria Especial para Assuntos Comunitários, que promove e articula a aproximação do Governo com os setores organizados da sociedade, a instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, a ampliação e a renovação do Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial

do Paraná, a abertura do Conselho Estadual de Educação aos representantes da comunidade educacional, o apoio à realização do 1º Congresso dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, além de diversas ações voltadas à popularização da arte e da cultura.

Este espírito comunitário está presente em todos os níveis da Administração, permeando as ações de todas as entidades que compõem o Governo.

Temos, Senhores Deputados, por tudo isso, ponderáveis razões para acreditar num período administrativo pródigo em realizações e conquistas para o povo do nosso Estado.

Além do conhecimento e domínio da máquina administrativa, estamos, neste segundo ano de gestão, trabalhando com um Orçamento que reflete com exatidão as prioridades do Governo e da sociedade e temos equacionados os recursos para a realização dos programas em andamento.

Exemplo disso é o Programa de Ação Municipal (PrAM), sob a coordenação da Secretaria do Planejamento, que prevê a aplicação, no período 84-86, de 150 milhões de dólares em duzentos e oitenta e sete municípios paranaenses.

Contando com 35% de recursos oriundos de empréstimos junto ao BIRD e 65% de recursos próprios do Estado, o PrAM representará praticamente a única fonte para investimentos com que contarão os municípios, os quais se encontram em verdadeira situação de penúria diante do sufocante centralismo tributário exercido pelo Governo da União.

Senhores Deputados:

Deixo de focalizar muitos outros aspectos da ação do Governo, para não abusar demasiadamente da sua atenção, e mesmo porque é praticamente impossível resumir nesta Introdução à Mensagem todo o trabalho desenvolvido ao longo de um exercício.

Antes de concluir, desejo ressaltar, com grande contentamento, o clima de harmonioso entendimento entre os três Poderes, bem como o profundo entrosamento do Governo com os municípios, o que facilitou sobremaneira a ação administrativa durante o exercício de 1983.

Vi, com grata satisfação, confirmarem-se as palavras proferidas em meu discurso de posse no Governo, quando afirmei que «as relações entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, ademais do mandamento constitucional de harmônica integração entre os Poderes, deverão ocorrer de forma fecunda em benefício da população, preservando-se íntegras suas instâncias e funções...»

Dentro de um clima de mútuo respeito e estreita colaboração, puderam os três Poderes realizar muito em favor do nosso Estado e dos paranaenses. No âmbito do Judiciário, por exemplo, a instalação dos Juizos de Pequenas Causas mereceu todo o apoio do Poder Executivo.

Estou certo de que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário farão ainda muito mais pelo Paraná, mormente após a conquista de sua independência financeira, representada pelo estabelecimento, a partir deste ano, de um percentual certo do Orçamento Geral do Estado para cada um deles, a fim de que possam, com liberdade e autonomia, executar seus planos e programas.

Aos municípios, dispensamos especial atenção, porque somos daqueles que entendem que um Estado só será forte se fortes forem os seus Municípios.

Neste particular, envaideço-me de poder afirmar que, na direção do Executivo, tenho procurado administrar com a máxima isenção de ânimo e com o espírito inteiramente desarmado, recomendando e exigindo idêntico procedimento dos meus auxiliares diretos.

Quando se trata de defender o bem comum e os superiores interesses do Paraná, não conhecemos adversários,

nem antagonistas. Outra não poderia ser a postura de um governo democrático e popular como o nosso.

Nesse sentido, atendemos indistintamente a Municípios comandados pelo partido situacionista como àqueles em mãos da Oposição, oferecendo-lhes não apenas o apoio financeiro já referido, mas também o apoio político por ocasião da mobilização municipalista pró-Reforma Tributária, de que o Paraná, por suas entidades e representantes, foi um autêntico líder.

Da mesma forma, tenho sido permanente portador dos legítimos anseios e reivindicações do Paraná junto à União.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Iniciamos o ano de 1984 presenciando o agravamento da crise econômica e seus profundos desdobramentos no campo social.

A recessão, agora em seu quarto ano consecutivo, continua sendo o pano de fundo da vida nacional.

Entretanto, não devemos nos deixar abater. É na adversidade que se retempera o espírito. É nas dificuldades que os homens mais são chamados a exercer a sua capacidade criadora. Esse é o lado útil das crises: elas fortalecem nosso instinto de coesão, nosso sentimento de solidariedade e nossa disposição para o trabalho.

É difícil prever com segurança em que prazo o País superará a aflitiva situação econômica em que se encontra.

Importante mesmo, agora, é termos consciência, cada vez mais clara, de que sem a democratização do poder e a participação da comunidade não encontraremos soluções efetivas e duradouras que assegurem a retomada do desenvolvimento e o reencontro do Brasil com o seu destino de Nação rica e soberana.

Todos os brasileiros responsáveis são convocados para a obra gigantesca da recuperação política e econômica do País. A ninguém é lícito furtar-se a esse chamamento, e os brasileiros do Paraná saberão corresponder a ele.

Desfrutamos, talvez mais do que qualquer outro Estado, de excepcionais condições para oferecer importante contribuição ao País nesta quadra difícil de nossa História.

São alentadoras as perspectivas do Paraná neste ano.

Temos uma terra generosa e um povo trabalhador, capazes de assegurar, com as bênçãos de Deus, um futuro melhor. Temos uma imprensa livre e responsável. Temos um Poder Legislativo soberano e independente. Temos um Judiciário que, com autoridade e equilíbrio, garante a paz e a tranqüilidade dos cidadãos.

Não nos faltam inspiração e energia para realizar um governo à altura da grandeza e das tradições deste querido Estado do Paraná.

Curitiba, 1º de março de 1984

JOSÉ RICHA
Governador do Paraná

II. RELATÓRIO

I. A CONJUNTURA DE 1983

A CONJUNTURA DE 1983

Vive-se, no plano internacional, uma profunda crise econômica. Não se trata de simples acidente de percurso, pois envolve toda uma reestruturação da ordem econômica internacional. Modificou-se a posição relativa de vários países na cena do comércio mundial, os quais se reorganizaram sob formas diferentes da época em que prevalecia, absoluta, a hegemonia econômica norte-americana.

Os países desenvolvidos, visando proteger suas economias, adotaram medidas protecionistas. O comércio mundial se inibiu e desorganizaram-se os fluxos financeiros, gerando grandes dificuldades para os países do terceiro mundo.

O Brasil nunca esteve tão atrelado e tão vulnerável às oscilações dos fluxos comerciais e financeiros mundiais. Esta situação não foi definida somente pela marcha da economia mundial, que culminou na crise de agora, ou pela "natural" inserção do País no mercado internacional, mas principalmente pela construção de um conjunto de políticas econômicas que transfere para a economia interna, com inusitado vigor, os altos e baixos dos fluxos internacionais de mercadorias e dinheiro.

A forma como tem sido conduzida a política econômica reduziu sua autonomia diante das exigências do serviço da dívida externa. Assim, ao longo dos últimos anos a política de endividamento externo, calcada no diferencial entre juros internos e externos, foi exigindo medidas de controle monetário que se traduziram no crescimento da dívida interna.

A rolagem da dívida pública interna passou a exigir crescente rentabilidade dos títulos públicos. Quando surgiram as dificuldades cambiais, as expectativas eram de que os ativos relacionados com o dólar se valorizariam fortemente, deslocando-se massas de recursos para esse tipo de ativo (dólar no câmbio negro e ouro). Isto levou o Governo à criação da ORTN com correção cambial, institucionalizando a ligação da dívida pública e do conjunto da economia ao dólar.

Até meados de 1982 foi possível postergar os problemas colocados no **front** externo da economia, através da rolagem das dívidas acumuladas. A partir da moratória mexicana, o sistema de crédito internacional contraiu-se, dificultando a reciclagem das dívidas dos países do terceiro mundo.

Isto levou o Governo brasileiro a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), implicando esta atitude a adoção de medidas de ajustamento, as quais aprofundaram políticas recessivas que já vinham sendo executadas desde 1981.

O diagnóstico que fundamentou a formulação dessa política econômica supunha que o Brasil havia gasto além de suas possibilidades, sendo agora necessárias restrições nos dispêndios governamentais e na política monetário-financeira.

Buscou-se então conter o **déficit** público através de aumento da carga tributária, corte dos gastos com subsídios e de investimentos, reajustes mais acelerados nos preços dos serviços e produtos oferecidos pelo setor público. Implantou-se uma política para reduzir o crescimento da massa de salários, conteve-se o crédito e, para aumentar as exportações desvalorizou-se acentuadamente o cruzeiro.

O corte promovido nos salários e o desemprego ascendente, resultantes dessa política, agravaram as já precárias condições sociais prevalescentes. Criou-se uma atmosfera propicia à especulação com ativos financeiros, cuja elevada rentabilidade inibe o investimento produtivo.

Nesse contexto, o controle do **déficit** público, que tem como principal componente a dívida pública, está sendo realizado de modo a agravar ainda mais a recessão e o desemprego, além de fomentar a inflação. Tem-se desviado recursos do orçamento fiscal para o monetário, inibindo as atividades produtivas para cobrir as crescentes necessidades de recursos provocadas pela rolagem da dívida interna. Além disso, o corte de subsídios, o aumento de preços e tarifas e da carga tributária são em grande parte responsáveis pela aceleração da inflação. Isto se mostra contraditório, aliás, com o próprio objetivo de conter o **déficit** público, pois altas taxas inflacionárias tendem a elevar ainda mais este **déficit**, pelo mecanismo de correção monetária e cambial da dívida interna.

Tal política econômica, significa ao mesmo tempo prejuízos ao aparelho produtivo, em especial ao parque industrial, tão duramente implantado no passado recente. Assim, o desestímulo à realização de novos investimentos, tanto para reposição como para ampliação da capacidade produtiva, significa retrocesso econômico e sucateamento do parque industrial, com aprofundamento do hiato que nos separa dos países capitalistas mais desenvolvidos.

A política de ajuste recessivo, ao mesmo tempo que se revela incapaz de resolver seja o estrangulamento externo, seja as questões internas como a inflação, os altos juros ou o **déficit** financeiro do setor público, contribuiu para deteriorar rapidamente a situação econômica do País. O Produto Interno Bruto, que em 1982 acusou uma ligeira expansão, despencou em 1983 para uma taxa negativa próxima dos 4%. O Produto Industrial se reduz em 7,9%, arrastado em grande medida pela evolução fortemente negativa da construção civil, cujas atividades encolheram mais de 13% ao ano. O desemprego aberto nas principais regiões metropolitanas do País não abandonou a marca média dos 6,5%, ao mesmo tempo em que a mas-

sa de salários, tangida pela extinção de postos de trabalho e pelo arrocho salarial, acusava acentuada queda. Em conseqüência, o cidadão brasileiro médio ficou ainda mais pobre em 1983, ao ter-se reduzido em cerca de 6% o produto **per capita** nacional, em face do crescimento vegetativo da população.

Os efeitos dessa situação se fazem sentir pesadamente no Paraná. Já em fins de 1982 havia indícios de que a crise se espraiava de forma encadeada por todos os segmentos da atividade econômica paranaense, poupando apenas a agricultura que, fortemente apoiada nos produtos de exportação, apresentava sinais de expansão. Nas atividades industriais, salvo a indústria de alimentos que conseguiu manter certa estabilidade ao longo do ano, todos os setores foram duramente atingidos. Assim, por exemplo, as dificuldades de financiamento reduziram acentuadamente o nível de atividade da indústria da construção civil, a qual arrasta atrás de si as indústrias de madeira, as de minerais não-metálicos e as de outros materiais para construção. **Performance** semelhante foi observada na indústria de equipamentos para a agricultura e na produção de fertilizantes, dadas as restrições e os custos do crédito agrícola, fortemente majorados no bojo da política de ajustamento.

A queda generalizada da atividade econômica reflete-se na diminuição da geração de renda e empregos. Só no primeiro semestre de 1983 foram extintos quase 19 mil postos de trabalho no Paraná. Dadas estas tendências, é muito provável que o Paraná tenha fechado o ano de 1983 com um alto nível de desemprego aberto, correspondendo a cerca de 300 mil desempregados.

A receita de ICM recuou 5,3% em termos reais, em relação a 1982. O ICM gerado pela indústria paranaense diminuiu mais de 14% reais; o do comércio, mais de 7%. Somente a agricultura apresentou evolução favorável, com uma expansão de 6,5%, tendo sido o setor que impediu uma queda mais acentuada do ICM total.

A evolução negativa da receita de ICM reflete, sem dúvida, a conjuntura da crise vivida pelas economias nacional e estadual, e ocorre dentro de uma situação estrutural que vem se agravando desde a reforma tributária de 1966. A reforma e outras medidas fiscais posteriores implicaram uma injusta distribuição das receitas entre esferas de Governo, limitando os impostos de competência dos estados, retirando-lhes sua autonomia para fixar o tamanho de seus orçamentos e obrigando-os a aceitar a ingerência do Governo Federal em suas decisões de despesa. Conseqüentemente, nos últimos anos não só cresceu a centralização de recursos na esfera federal como aumentou a capacidade de decisão política e normativa do poder central, reduzindo ainda mais o raio de ação dos estados. Nesta situação, o endividamento apresenta-se como única solução para manter a capacidade de investimentos dos estados, tendo sido utilizado na justa medida das necessidades pelo Governo Estadual no ano de 1983.

A aprovação da chamada Mini-Reforma Tributária em 1983, integrada basicamente pela Emenda Passos Porto, e a elevação da alíquota do ICM estão longe de solucionar tal problema, pois só devolvem aos estados uma pequena parcela do montante de recursos que a redução da atividade econômica, e portanto, da base tributária, lhes retira.

Por outro lado, os estados não vêm nem mesmo auferindo a totalidade dos benefícios implícitos naquela Emenda Constitucional. Os recursos advindos do mais importante gravame sobre o IUCL, sujeitos a transferência aos estados pela Emenda em questão, serão retidos agora pela União, através do IOF, não se sujeitando, portanto, à transferência antes mencionada.

Foi neste quadro que se desenvolveu a ação do Governo paranaense no ano passado. A partir do entendimento desta difícil conjuntura, é possível analisar, com isenção e equilíbrio, o desempenho governamental, que vai descrito a seguir nos relatórios setoriais.

2. POLÍTICA SOCIAL

2.1 APRESENTAÇÃO

Resgatar a dívida social é, e continuará sendo, a grande diretriz da política do Governo do Estado, nas ações voltadas para o campo social. Para cumprí-la, dá-se início a uma nova postura da administração pública estadual que se preocupa, hoje, em atender àquelas necessidades básicas da população que foram relegadas a um plano subalterno, num passado mais remoto, pelos erros e imprevidência das elites dirigentes do Estado e, em época mais recente, pelo modelo concentrador — concentração do poder político, concentração das receitas tributárias, concentração da terra, concentração das populações nos aglomerados urbanos, concentração da renda — que tem sido imposto à Nação.

O crescimento desordenado do Paraná, com a terra explorada, impiedosamente, até às últimas conseqüências, acumulou problemas de deterioração do meio ambiente cada vez mais difíceis de serem enfrentados com êxito. A destruição quase total da cobertura vegetal, com a contrapartida trágica da erosão rural e urbana, é um dos desafios mais sérios que cabe à atual e às próximas gerações enfrentar.

A expansão caótica das cidades, fruto, entre outros equívocos, do modelo econômico que atribui privilégios à agricultura de exportação em detrimento da produção agrícola de subsistência, agravou o êxodo rural e amontoou na periferia das grandes e médias cidades massas cada vez maiores de famílias marginalizadas, sem teto, sem escolas, sem emprego, sem condições mínimas de sobrevivência, portanto. Este é, sem dúvida, outro dos grandes reptos que a sociedade enfrenta e que cabe ao Poder Público procurar resolver.

Da soma de todos esses fatores, além daqueles decorrentes da crise econômico-social que sufoca o País, na atual conjuntura, com os pesados sacrifícios que o processo recessivo e a espiral inflacionária impõem ao conjunto da sociedade, resultam situações sociais crescentemente complexas que interferem no cotidiano da existência de cada cidadão, de modo particular quando refletem uma degradação intolerável na qualidade da vida.

No plano pessoal, este quadro se traduz no desemprego e na acelerada queda dos níveis de renda. Torna-se cada vez mais difícil, quando não impossível, arcar com os custos da casa própria, das despesas com alimentação, vestuário, educação dos filhos e manutenção da saúde. Para as classes mais modestas tornou-se inviável até mesmo clamar por justiça. Daí à delinqüência, irmã siamesa da miséria, da marginalidade e do ócio forçado, não resta mais que um passo. O problema da segurança dos

cidadãos torna-se crucial. Não é em vão que ele aparece, nas pesquisas de opinião pública recentes, como uma das preocupações mais graves da comunidade.

No âmbito do Governo, a queda na arrecadação de tributos e as restrições de recursos provindos das fontes de financiamento, tanto internas como externas, estreita aceleradamente as disponibilidades para aplicação nas soluções. Torna-se cada vez mais difícil investir em escolas e em professores, em serviços de saúde pública, em obras de saneamento, em programas de casas populares, em segurança.

É esse o ambiente em que se insere a ação do Governo, no plano social. Mas os governantes eleitos pelo povo não podem usar este quadro como justificativa para omissões nem para transferir as responsabilidades que assumiram perante a opinião pública e a história.

Nesse primeiro ano de administração procurou-se compatibilizar a continuidade dos programas em curso, provindos da administração anterior, com os que foram iniciados no atual Governo. Nos serviços públicos essenciais a opção — que na maioria dos casos resultou em êxito — foi obter maior eficácia dos órgãos envolvidos, de modo a oferecer à comunidade uma melhoria contínua no atendimento. Em todas as novas propostas formuladas levou-se em conta a permanência das soluções, tendo em vista beneficiar a geração presente, sem prejuízo para as futuras. Um grande esforço foi empregado para incorporar a participação comunitária às estruturas, às decisões e às atividades dos órgãos governamentais comprometidos com tarefas que envolvam os interesses maiores da população. A austeridade na gestão da coisa pública foi preceito seguido à risca na condução dos projetos e programas.

Fazendo render mais os escassos recursos disponíveis, construíram-se mais salas de aulas, mais casas populares, mais postos de saúde — especialmente no nível primário de atendimento, em que são beneficiadas as populações mais desassistidas. Democratizou-se a administração escolar, com as eleições dos diretores das escolas públicas, em todo o Estado. Atribuiu-se prioridade ao ensino de 1.º grau, tentativa para corrigir distorções antigas. Intensificou-se o combate às doenças infectocontagiosas, como a tuberculose e a hanseníase, ainda presentes em escala incompatível com o grau de desenvolvimento já atingido pelo Estado. Sistematizou-se o uso da vacinação como rotina, o que faz desnecessárias as campanhas esporádicas. Os serviços de água tratada e encanada e os de esgotos sanitários passaram a beneficiar mais pessoas, nas grandes, médias e pequenas cidades e nos principais distritos.

Aprofundaram-se as pesquisas dos lençóis subterrâneos de água, para viabilizar o programa de micropoços, que vai atender às necessidades de água potável de pequenas localidades rurais isoladas. Ampliou-se a assistência judiciária gratuita, estendendo-se a camadas mais amplas das popu-

lações carentes o acesso à Justiça. Mais equipamentos e mais servidores foram colocados à disposição dos organismos de segurança, para dar tranquilidade aos cidadãos e fazer diminuir a criminalidade. Os problemas crucias da urbanização estão sendo enfrentados com visão prospectiva — as soluções encaminhadas são de longo prazo, mas alguns resultados práticos já estão sendo obtidos de imediato. A cultura, de acesso cada vez mais difícil para amplas camadas populares, está sendo democratizada — medidas tão simples, como a abertura de bibliotecas e museus fora dos horários comerciais, estão sendo pela primeira vez adotadas. As atividades de esporte e turismo, privilégio de elites, são facilitadas aos grupos sociais de menor renda. O problema crucial do meio ambiente e da poluição está sendo equacionado, sob um ponto de vista global, com o Programa Estadual do Meio Ambiente.

Não é, ainda, o resgate da dívida social que os paranaenses esperam. Mas é o começo de uma caminhada. São os primeiros passos para conquistas mais amplas e mais decisivas. Acima de tudo, é a confirmação de que os compromissos assumidos estão sendo cumpridos.

2.2 EDUCAÇÃO

Sabe-se que o Paraná, em 1980, possuía na área urbana 531.522 pessoas com 10 anos e mais de idade, sem instrução, ou com menos de 1 ano de escolaridade. Na zona rural esse número elevava-se, atingindo a cifra de 693.590 para as mesmas faixas etárias. A somatória dessas cifras representava aproximadamente 22% da população do Estado, com 10 anos ou mais de idade. Das pessoas que não sabiam ler nem escrever, nas idades acima mencionadas, o Censo Demográfico registrou 449.757 nas cidades e 623.247 no campo, representando quase 20% do total das pessoas do Estado, acima de 10 anos de idade. Tomando o caso acima citado chega-se à assustadora cifra de aproximadamente 2.300.000 pessoas que não sabiam ler e escrever, sem instrução e com menos de 1 ano de escolaridade.

Naquele mesmo ano os dados de matrícula inicial do ensino supletivo de 1.º e 2.º graus indicavam um número total em torno de 67.000 alunos matriculados. Supondo-se constantes no tempo estes números, seriam necessários 34 anos para matricular aquele conjunto de pessoas. Daí a insuficiência dos mecanismos postos em prática pela educação convencional. Mister se faz, portanto, que se lance mão da criatividade e de meios não-convencionais de educação popular, para começar a saldar essa dívida social contraída ao longo de nossa história.

Essas percentagens situam-se ligeiramente abaixo da média nacional, o que não isenta o Estado e o País de uma herança social realmente perversa. Sem dúvida alguma, a ausência de escolaridade é um fator que se correlaciona com baixos rendimentos, contribuindo assim para reproduzir o círculo vicioso da pobreza. Desta maneira, 80% das pessoas que em 1980, no Paraná, recebiam rendimento de até 1 salário mínimo mensal, tinham até 4 anos de escolaridade.

O quadro seguinte poderia demonstrar um índice de desempenho razoável, ao serem comparados os números da população de 7 a 14 anos com as matrículas correspondentes, não fosse o problema da evasão escolar.

Contudo, não será o ensino profissionalizante por si só que contribuirá para elevar o poder aquisitivo da população, mas serão as condições socio-econômicas globais e uma política de redistribuição de renda menos concentradora que melhor viabilizarão o desenvolvimento social.

O País necessita de uma verdadeira educação popular, profunda, a fim de poder recuperar o tempo perdido. Um povo ignorante é antes de tudo um povo que não conhece o seu próprio destino.

POPULAÇÃO DE 7 a 14 ANOS E NÚMERO DE MATRÍCULAS RESPECTIVAS, NA ZONA URBANA E RURAL DO PARANÁ — 1979/83

Ano	População (1)	Matrícula (2)	(2)/(1)
	ZONA URBANA		
1979	844.867**	820.366*	0,97
1980	861.184***	836.159*	0,97
1981	876.302**	849.137*	0,97
1982	901.185**	872.347*	0,97
1983	943.502**	—	—
	ZONA RURAL		
1979	802.431**	497.507*	0,62
1980	727.240***	462.231*	0,64
1981	649.830**	428.888*	0,66
1982	605.541**	411.750*	0,68
1983	555.011**	—	—

FONTE: ZAMPIRI, Marilene — Uma Alternativa para Projetar a População do Estado do Paraná, Curitiba, 1983 (Mimeog.).

* Dados coletados pela FUNDEPAR
** Dados projetados pela autora
*** Dados do Censo Demográfico de 1980
— Dados não-disponíveis

O ensino de 1.º grau de 1979 a 1981 denotou a média anual de 225.000 evasões, contra 1.516.000 matrículas iniciais para o mesmo período, ou seja, 15% de evasão.

Além da evasão, não se pode esquecer da reprovação, que atingiu uma taxa média anual de aproximadamente 30% na 1.ª série do 1.º grau e 20% na 1.ª série do 2.º grau entre 1979 e 1981.

O ensino de 1.º grau se agrava sobremaneira na zona rural, uma vez que a maioria das escolas é de dependência municipal e os problemas financeiros impedem que os municípios enfrentem favoravelmente a situação.

Em números relativos, a evasão no ensino de 2.º grau é mais elevada do que no de 1.º grau; contudo, sua expressividade, em números absolutos, não é tão grande, se comparada à do 1.º grau: média anual de 34.000 evasões para 163.000 matrículas iniciais no período 1979-81, representando 21% de evasão.

Quanto ao ensino superior no Estado, a participação deste segmento em relação à estrutura total do ensino mantém-se ainda excessivamente afunilada. Em 1980, somente 94.000 pessoas no Paraná possuíam curso superior completo e 2.100 concluiram mestrado ou doutorado. Ambas as categorias representavam 3,5% sobre o total das pessoas com curso completo de todos os graus.

Observa-se, nas 13 instituições de ensino superior da rede estadual, que a demanda por cursos tem sido crescente nos últimos anos. Em contrapartida, o número de vagas ofertadas manteve-se relativamente estacionário. A proporção tem sido, em média, de 4 candidatos inscritos para 1 vaga ofertada.

A recessão econômica, iniciada no País em 1981 e que se prolonga até o presente, não só tem atingido, com o desemprego, o trabalhador desqualificado, mas, igualmente, o profissional de nível médio ou superior. Assim, torna-se cada vez mais difícil a absorção dos profissionais egressos das universidades. Essas dificuldades trazem, como conseqüência, reflexos negativos ao desempenho e funcionalidade do ensino superior.

2.2.1 Planos e Prioridades da Atual Gestão

Cabe ressaltar que o programa do setor educação, ao propor inovações político-administrativas, tem esbarrado em resistências erigidas pelos modelos anteriormente praticados, tais como a burocratização paralisante e a excessiva centralização. Outra dificuldade adicional, mas não de menor importância, está ligada à complexidade dos recursos humanos da Secretaria, de Estado da Educação (SEED), uma vez que esta detém o maior número de servidores da administração direta e autárquica do Estado. A SEED conta atualmente com 51.162 cargos ocupados. Por não existirem quadros administrativos suficientes nas unidades escolares, nas demais unidades regionalizadas e na unidade central da Secretaria, 7.722 professores e especialistas de educação encontram-se fora de suas funções.

Esforços têm sido envidados para corrigir esta distorção. O retorno de 677 professores às atividades docentes reduziu as 45 mil horas de ociosidade destes (representando 2.298 professores em regime de 20 horas), para 32 mil horas de ociosidade real.

Ainda nas tarefas administrativas, cabe destacar as ações descentralizadoras, que se constituem em importante fator de diminuição do tempo e gastos nas respostas às demandas da comunidade paranaense. É importante uma clara caracterização dessa descentralização; caso contrário, esta aparecerá como mera desconcentração, em prejuízo da delegação de competência e poderes regionais. Após o diagnóstico e análise da situação, concluiu-se que os municípios deveriam ser redistribuídos em vinte núcleos regionais, ao invés dos 8 existentes, em função da população escolar, número de escolas, condições de acesso, semelhanças sócioeconômicas, além de outras características.

Em nível institucional implementaram-se, mesmo que de maneira limitada, ações consonantes com as reivindicações populares. Essas ações voltaram-se sobretudo para atender às aspirações de participação comunitária no processo decisósio e de democratização do poder. Assim, realizaram-se eleições de diretores de estabelecimentos de ensino da rede estadual, constituindo-se 1.711 listas tríplices para designação de igual número de diretores, cujos resultados atingiram um índice de 60,4% de renovação. Esta ação mobilizou 1.115.848 votantes entre alunos, pais de alunos, funcionários e professores.

Incorporaram-se à rede escolar do Estado, durante o exercício, 581 salas para utilização da população escolar, totalizando 50.457 m2, o que representa virtualmente a absorção de 50.000 matrículas na rede pública de ensino. Em 1984 serão incorporadas mais 463 salas, em decorrência das obras em andamento, ou seja, 40.056 m2, representando potencial equivalente a mais de 45.000 matrículas.

No elenco de prioridades dadas pela SEED, para 1983 e os próximos anos, poderiam ser destacados os seguintes pontos:

— Melhoria da qualidade do ensino nos três graus;
— Favorecimento à participação de toda a comunidade escolar no processo educativo;
— Prioridade ao ensino público;
— Alocação de maiores recursos à educação especial;
— Zelo pela educação básica, com prioridade para o ensino de 1.º grau;
— Valorização do docente;
— Reestruturação do ensino de 2.º grau;
— Promoção de melhoria do ensino de 3.º grau, reorientando sua expansão;
— Descentralização da atuação da SEED, aumentando o número de núcleos;
— Fomento à interação e integração entre os graus e modalidades de ensino.

2.2.2 Departamento de Ensino de 1.º Grau (DEPG)

A prioridade máxima está, assim, reservada para o ensino fundamental, que deve garantir acesso ao maior número possível de crianças, mantê-las na escola e aprimorar a qualidade de ensino.

Essa nova orientação pressupôs a elaboração de estudos e propostas para a 1.ª série e para o ensino no meio rural, através de trabalho articulado entre o DEPG, instituições superiores e órgãos municipais de educação.

Foram realizadas dezenas de encontros em níveis estadual, municipal e nacional, basicamente sobre a realidade do 1.º grau, o problema da educação no meio rural, conteúdos curriculares de 1.ª à 4.ª séries, ensino pré-es-

colar e outros; esses encontros mobilizaram milhares de educadores e especialistas em educação. O DEPG promoveu ainda assessoramento técnico e pedagógico, ressaltando-se a assistência técnica a 181 municípios, trabalho que enfatizou aspectos ligados à elaboração e implementação de planos de ação, organização e dinamização de serviços educacionais.

Reestruturaram-se 12 órgãos municipais de educação e propiciaram-se visitas a 47 municípios, para assessoramento técnico-pedagógico a 290 classes pré-escolares.

2.2.3 Departamento de Ensino de 2.º Grau (DESG)

Diante das indefinições e da ineficiência da rede estadual em ofertar um ensino de 2.º grau que respondesse às aspirações e expectativas da clientela escolar e da comunidade; diante das dificuldades de implantação e dos resultados não-satisfatórios obtidos pela Lei n.º 5.692/71 e da nova proposta consubstanciada pela Lei n.º 7.044/82 — que desobrigou o ensino de 2.º grau do cunho exclusivamente profissionalizante — estabeleceu-se como meta prioritária deste Departamento a reorganização do ensino de 2.º grau.

Para que tal meta pudesse ser executada, propôs-se uma ampla discussão sobre a problemática que envolve este grau de ensino, abrangendo todos os segmentos da sociedade, direta ou indiretamente interessados ou comprometidos com o 2.º grau.

Desta maneira, estarão sendo objeto de estudo e de propostas de solução os problemas específicos de supervisão de ensino, orientação educacional, currículo, salas-ambiente, e de insuficiência, despreparo e inadequação de recursos humanos.

Para a conscientização dos educadores quanto à necessidade da reorganização do ensino de 2.º grau, elaborou-se um documento norteador, com tiragem de 3.500 exemplares.

Realizaram-se, no período de 14 a 23 de novembro, dezoito encontros regionais nos Municípios de Curitiba e da Região Metropolitana, de Ponta Grossa, Irati, União da Vitória, Guarapuava, Cascavel, Toledo, Paranavaí, Londrina, Maringá, Cornélio Procópio, Jacarezinho, Campo Mourão, Pato Branco, Ivaiporã, Umuarama e Francisco Beltrão, escolhidos como centros agregadores, com a participação de 743 diretores de estabelecimentos de ensino de 2.º grau e inspetores de ensino que atuarão como multiplicadores do mencionado programa.

A reorganização abrangerá 370 estabelecimentos da rede estadual de ensino, localizados em 263 municípios, beneficiando 129.525 alunos de 2.º grau.

A definição das expectativas e necessidades das comunidades quanto às reais finalidades do ensino de 2.º grau do Estado será efetivada durante o primeiro semestre de 1984.

O DESG promoveu a criação e/ou implantação de 25 estabelecimentos de ensino de 2.º grau, 9 novas habilitações na rede estadual e 7 na rede particular.

Foi implantado o Serviço de Orientação Educacional em nível central, agilitado o serviço nos 6 dos 8 Núcleos Regionais existentes e realizado um levantamento sobre a situação da Orientação Educacional em 350 estabelecimentos que ofertam ensino de 2.º grau, na rede estadual.

Autorizou-se o funcionamento do ensino de 2.º grau em 13 estabelecimentos da rede particular de ensino no Interior e na Capital, e procedeu-se ao reconhecimento de 55 estabelecimentos da rede estadual de ensino. Promoveu-se a integração do DESG com outros órgãos do Governo Estadual e de outros níveis através de: curso regular e intensivo de Formação de Técnicos Florestais, ao nível de 2.º grau, iniciado a partir de ações entre o Colégio Florestal de Irati e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica/ SUBIN/SUREHMA; curso profissionalizante de 2.º grau, de Técnico em Piscicultura, em funcionamento no Colégio Castelo Branco, do Município de Toledo desenvolvido em caráter experimental.

2.2.4 Departamento de Assuntos Universitários (DAU)

O Estado do Paraná abriga hoje 49 instituições de ensino superior (IES), das quais 2 da rede federal, 13 da rede estadual, 14 da rede municipal e 20 da rede particular.

A rede estadual corresponde a 27% do total de instituições e compõem-se de 3 fundações universidades e 10 instituições isoladas, sendo uma delas de administração direta do DAU, a Escola de Música e Belas-Artes do Paraná (EMBAP).

Essas instituições localizam-se nos Municípios de Apucarana (FFECEA), Cornélio Procópio (FAFI), Curitiba (FEMP e EMBAP), Guarapuava (FAFIG), Jacarezinho (FUNDINOPI, FFEEFJ e FAFIJA), Londrina (FUEL), Maringá (FUEM), Paranaguá (FUNFAFI), Ponta Grossa (FUEPG) e União da Vitória (FAFI).

Apresentam-se, em apêndice quadros demonstrativos, para o período 1979-83, sobre os seguintes dados globais das IESs: concurso vestibular, cursos de graduação, recursos humanos e recursos financeiros.

Com respeito à participação comunitária estimulada pelo programa do Governo, pode-se afirmar que teve uma repercussão um pouco maior nas comunidades acadêmicas.

Dentro da categoria de participação da comunidade, podem-se detectar três pontos:

— Elementos da comunidade, ligados ou não a órgãos do Governo, estão dispostos e mobilizados para agir com as instituições de nível superior;
— As IESs estão começando a se integrar com a comunidade, em princípio através das redes de ensino de 1.° e 2.° graus, que antes eram ignoradas pelo ensino de 3.° grau;
— Essa integração do 3.° com o 1.° e 2.° graus vem se fazendo muito mais mediante as condições viabilizadas por projetos do MEC e da SEED (responsáveis pelo repasse de recursos para as IESs) do que por posicionamento político, pedagógico ou ideológico. Persistem, porém nas IESs os problemas de postura política, associados à questão de que, embora o Estado pague aos professores de 3.° grau trabalhos destinados ao ensino, não financia, entretanto, pesquisas ou outras atividades de extensão que viriam em benefício na comunidade. A carga horária dos professores vincula-se, pois, ao ensino de disciplinas e não estimula outras ações que deveriam compor a cotidiano das IESs.

Houve e há reação das IESs para o controle da gestão financeira e orçamentária das fundações. A reação se ampara no conceito deformado de autonomia, que não admite prestar contas — a quem de direito — do encaminhamento da coisa pública. As folhas de pagamento, as informações das IESs foram conseguidas pelo DAU com grandes esforços, e ainda assim de forma não-satisfatória, quer em quantidade quer em qualidade.

Considera-se importante:

— Manter integralmente o repasse da folha de pagamento das IESs no exercício de 1984;
— Acionar mecanismos governamentais de amparo à pesquisa e às atividades de extensão;
— Estabelecer um programa de ação conjunta dos órgãos do Governo para acionar um trabalho político nas IESs, tanto com docentes como com discentes, administradores e funcionários;
— Manter no DAU a continuidade das ações que vem desenvolvendo.

2.2.5 Departamento de Ensino Supletivo (DESU)

Implantaram-se 3 Centros de Ensino Supletivo no interior do Estado, nas cidades de Ponta Grossa, Londrina e Cascavel, com a oferta de 2.400 novas vagas. O ensino supletivo a ser ministrado nesses centros, como já ocorre no Centro de Ensino Supletivo de Curitiba, ao nível das quatro últimas séries do 1.° grau, veicula-se por multimeios — módulos de ensino e outras tecnologias avançadas (como teleaulas) — e adota matrícula por disciplina, dispensando a freqüência obrigatória e atendendo clientela maior de

18 anos. A metodologia adotada nesses centros incorpora procedimentos de educação não-convencional, imprimindo características de supletividade mais variadas, ricas e autênticas.

Capacitaram-se professores e técnicos atuantes no ensino supletivo, mediante os seguintes cursos:

— Curso de Especialização em Androgogia, convênio UCP/DESU-SEED, executado em Curitiba no período de 12/11/82 a 17/04/83;
— Curso de Atualização em Princípios e Técnicas de Alfabetização de Adultos, realizado em Maringá e Londrina no período de 7 a 11/11/83;
— Primeira etapa do Curso de Aperfeiçoamento em Metodologia do Ensino Supletivo, realizado no período de 12 a 16/12/83, para orientadores de aprendizagem e técnicos do Centro de Ensino Supletivo de Curitiba;
— Curso de Atualização de Medidas em Educação e Técnicas de Avaliação, realizado no Centro de Ensino Supletivo de Curitiba;
— Curso de Atualização de Medidas em Educação e Técnicas de Avaliação, realizado no Centro de Ensino Supletivo de Curitiba;
— Curso de Atualização em Elementos de Testes e Medidas Educacionais, realizado no Centro de Ensino Supletivo de Curitiba;
— Encerramento do Curso de Aperfeiçoamento em Ensino Supletivo, realizado de 1979 a 26/08/83.

O conjunto desses cursos mobilizou mais de 1.200 cursistas e envolveu 81 municípios.

Os cursos de iniciação e qualificação profissionais beneficiaram 4.291 alunos em mais de 20 municípios do Estado. Destacaram-se os seguintes cursos: Capacitação Rural, Hortas Caseiras, Enfermagem, e Qualificação Profissional-Comercial, Industrial e Agrícola.

Foram realizadas as 27.ª e 28.ª etapas dos Exames Supletivos de Educação Geral, a 7.ª etapa dos Exames de Suplência Profissionalizante, os Exames de Equivalência às quatro séries iniciais do ensino de 1.º grau, e os exames especiais — após arrastamento da questão por mais de três anos no DESU — visando à convalidação de estudos para ex-alunos de cursos supletivos do Sistema Estadual de Ensino, portadores de irregularidades em sua vida escolar, a partir de 1974.

Estes cursos beneficiaram, no total, 1.118 candidatos do 1.º grau e 1.905 do 2.º grau; nos exames de suplência profissionalizante foram habilitados 110 candidatos, e 712 candidatos nos exames de equivalência às quatro séries iniciais, beneficiando inclusive 87 internos nas cinco unidades do Sistema Penitenciário do Estado. Quanto aos exames especiais, compareceram 50 interessados dos 170 convocados.

Procedeu-se, ainda, à revisão dos conteúdos programáticos dos exames supletivos de educação geral — 1.º grau (5.ª à 8.ª séries) e 2.º grau e de equivalência às quatro séries iniciais do ensino de 1.º grau. Essas ações envolveram a participação de 22 consultores.

Foram reformadas as grades curriculares do Curso Supletivo-Fase II (5.ª à 8.ª séries), da rede estadual, aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), mediante o Parecer n.º 360/83, de 22/12/83, a ser implantado a partir de 1984, abrangendo 58 estabelecimentos de 31 municípios.

Ressalte-se, ainda, a participação de técnicos do DESU/SEED e CES Curitiba em 9 eventos de natureza educacional e afins, ocorridos no Estado e em outras unidades federadas.

Das 22 metas constantes do plano de trabalho da unidade, financiadas com recursos do convênio MEC/SEED — 1983 e convênio MEC/SEED — 1982 (saldo livre reprogramado), 16 tiveram sua execução física concluída, sendo as metas atingidas nos quantitativos previstos; 6 metas têm sua execução em andamento, prevendo-se a conclusão no primeiro semestre de 1984. A maior dificuldade para alcançar as metas previstas foi a concentração da execução, no 2.º semestre do ano de 1983, de fato gerado pela reformulação efetuada sob a atual gestão, nos planos de trabalho já existentes na unidade e elaborados em data anterior a março de 1983.

2.2.6 Departamento de Educação Especial (DEE)

A este Departamento cabe prestar assistência psicopedagógica e administrativa aos serviços e programas destinados à educação dos portadores de deficiências; promover a educação familiar e da comunidade visando à compreensão da dinâmica psicossocial de crianças e adolescentes com deficiências; promover a capacitação de recursos humanos para a educação especial.

O Paraná possui 97 escolas de educação especial, sendo que 21 estão localizadas em Curitiba e 76 no interior.

MATRÍCULAS EM ESCOLAS ESPECIAIS — 1983

Especificação	Quantidade
Deficiência Mental	5.373
Deficiência Auditiva	439
Deficiência Visual	210
Deficiência Física	348
Dupla Deficiência	13
TOTAL	6.383

FONTE: DEE/SEED

Em Classes Especiais, inseridas no Ensino Regular, foram matriculados:

Portadores de Deficiência Mental	— 2.259
Portadores de Deficiência Auditiva	— 314
TOTAL	— 2.573

Foram atendidos, nos diversos programas de ensino especial, 8.956 alunos. Embora o Departamento de Educação Especial atue há vinte anos no atendimento a pessoas portadoras de deficiências, apenas 92 dos 310 municípios paranaenses têm condições de prestar algum tipo de atendimento dessa natureza, ressentindo-se de atendimento em educação especial a clientela dos 218 municípios restantes.

PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

AVALIAÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS REALIZADAS EM CRIANÇAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA — 1983

Área de Excepcionalidade	N.º de Alunos	N.º de Municípios Atendidos
Deficiência Mental	627	Capital e 30 Municípios
Deficiência de Audiocomunicação	467	Capital e 38 Municípios
Deficiência Visual	46	Capital e 6 Municípios
Superdotados	15	Capital
TOTAL	1.155	Capital e 74 Municípios

FONTE: DEE/SEED

Além das avaliações psicopedagógicas, foram realizadas triagens em 748 crianças que apresentavam algum tipo de problema, em 30 municípios do Estado.

Implantação de 5 classes especiais, para atendimento a alunos portadores de deficiência auditiva.

Programa de divulgação do ensino especial e recrutamento de voluntários nas escolas de 2.º grau do ensino regular — para confecção de materiais de apoio pedagógico destinados a alunos portadores de deficiência visual — com a atuação de 100 voluntários, em 1983.

PROGRAMAS ESPECIAIS PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS, JUNTO AO SENAI E SENAC — 1983

Área de Deficiência	Curso	N.º de Alunos
Deficiência Visual	Telefonia	17
Deficiência Visual	Digitação	03
Deficiência Mental	Empacotamento	43

FONTE: DEE/SEED

Atendimento aos superdotados, matriculados no ensino regular, com programas de enriquecimento curricular.

Programas de Identificação Precoce de Deficiências, em colaboração com a Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social do Paraná.

2.2.7 Política de Recursos Humanos na área de Educação

Constata-se uma carência, acumulada no tempo, no movimento de recursos humanos na Educação, não apenas no que respeita aos elementos docentes como também aos elementos técnicos e administrativos.

Esse descompasso entre a demanda e a oferta de recursos humanos é ilustrado no caso dos docentes e especialistas de educação, por diversas razões: uma delas deve-se aos "desvios de função", em número aproximado de 7.700 cargos; um outro motivo está ligado à não-reposição, ou reposição em número insuficiente, de vagas procedentes de aposentadorias, falecimentos, exonerações e licenças sem-vencimento, tanto no nível de atuação de 1.ª à 4.ª séries como no nível de atuação de 5.ª à 8.ª séries do 1.º grau e de 1.ª à 3.ª séries do 2.º grau, assumindo proporções alarmantes no nível de 1.ª à 4.ª séries do 1.º grau, em que a carência atualmente detectada é da ordem de 13.000 docentes.

Há atualmente um número muito superior a 1.000 professores e especialistas de educação à disposição de outros órgãos federais, estaduais e municipais.

Soma-se, a esses problemas, a inexistência de quadro de pessoal para serviços gerais, tais como de almoxarifado, mecanografia, limpeza, guarda e vigilância, em todos os níveis de execução.

A este quadro interno de recursos humanos da SEED devem ser acrescentadas as seguintes variáveis:

— O concurso público de provas e títulos, realizado em 1979, para nível de atuação de 5.ª à 8.ª séries do 1.º grau e de 1.ª à 3.ª séries do 2.º grau, do qual existem ainda cerca de 10.000 remanescentes;

— Constante e permanente solicitação dos atuais professores celetistas no sentido de serem efetivados como estatutários, mediante teste seletivo interno;
— Pressão permanente de atuais integrantes do Quadro Próprio do Magistério, detentores de um cargo, no sentido de obterem um segundo padrão;
— Pagamento pela maior habilitação, sendo de se frisar que, presentemente, dos 33.986 integrantes do Quadro Próprio do Magistério, 58 deles já se encontram percebendo pelo nível de vencimentos E-5.

Diante desse quadro estrutural de recursos humanos a SEED, em 1983, implementou diversas ações.

Concederam-se 15.704 promoções por avanço vertical, assim distribuídas:

DETALHAMENTO DAS PROMOÇÕES POR AVANÇO VERTICAL NA AREA DA EDUCAÇÃO — 1983

Classe/Nível de Vencimento	Abril	Outubro
E—5	2.446	3.656
D—4	3.515	2.062
C—3	848	967
B—2	1.866	344
TOTAL	8.675	7.029

FONTE: GRHS/SEED

A promoção por avanço vertical, para cada habilitação, representa ao professor ou especialista de educação uma melhoria salarial da ordem de 15% de seus vencimentos, a cada semestre, até atingir a classe E, nível de vencimento 5.

Foram concedidas, igualmente, 17.361 promoções por avanço diagonal, variando em 1, 2 ou 3 referências, conforme demonstra o quadro abaixo:

DETALHAMENTO DAS PROMOÇÕES POR AVANÇO DIAGONAL NA AREA DA EDUCAÇÃO — 1983

Classe	N.º de Referências	Total por Referência	Total/Classes
PA—1	1	613	
	2	1.625	
	3	8	2.246
PB—2	1	163	
	2	481	
	3	25	669

Classe	N.º de Referências	Total por Referência	Total/Classes
PC—3	1	309	
	2	775	
	3	77	1.121
PD—4	1	822	
	2	934	
	3	93	1.849
PE—5	1	1.191	
	2	7.939	
	3	2.346	11.476
TOTAL			17.361

FONTE: GRHS/SEED

A promoção em avanço diagonal, por merecimento, representa, para o pessoal do magistério, melhoria salarial da ordem de 3% por referência que, incidindo sobre o vencimento-base, alcança também os qüinqüênios já concedidos.

O Governo do Estado, sensível ao apelo dos professores remanescentes do concurso de ingresso no Quadro Próprio do Magistério, realizado em 1979, autorizou o preenchimento de 3.939 vagas, distribuídas em escolas e colégios da rede estadual.

Foram deferidas 1.429 remoções dos 2.620 inscritos no concurso de remoção, nas 3 etapas previstas.

Durante o exercício, o montante de aulas extraordinárias e de substituições alcançou os seguintes números:

AULAS EXTRAORDINARIAS E SUBSTITUIÇÕES — 1983

Discriminação	N.º de Aulas Semanais Proposta Ordinária	Substituições
D. E. 1.º Grau (1.ª à 4.ª séries)	24.760	3.459
D. E. 1.º Grau (5.ª à 8.ª séries)	66.831	33.266
D. E. 2.º Grau	25.592	7.494
D. E. Supletivo	1.743	1.018
Colégio Estadual do Paraná	259	150
Escola de Música e Belas Artes	671	79
TOTAL	119.856	45.466

FONTE: SEED

CONTRATOS PELA CLT — 1983
PROFESSORES DE 1.ª à 4.ª SÉRIES DO 1.º GRAU, POR NÚMERO DE CONTRATOS

Discriminação	Quantidade
Contratos novos no ano	230
Total de contratados	1.206

FONTE: SEED

PROFESSORES DE 5.ª À 8.ª SÉRIES DO 1.º E 2.º GRAUS, POR NÚMERO DE HORAS/AULA SEMANAIS — 1983

Habilitação	Horas/Aula Semanais
Licenciatura Plena	34.420
Licenciatura Curta	15.185
Não-Licenciado	17.449
TOTAL	68.054

FONTE: SEED

SERVIDOR ADMINISTRATIVO POR NÚMERO DE CONTRATO

Discriminação	Quantidade
Contratos novos no ano	62
Total de contratados	3.534

FONTE: SEED

A distribuição de aulas nos estabelecimentos de ensino se faz primeiramente com professores efetivos, que devem completar as cargas horárias de seus padrões; em seguida, ainda restando aulas, as mesmas são designadas como extraordinárias; permanecendo ainda a necessidade, contrata-se então o professor pelo regime da CLT.

APOSENTADORIAS, EXONERAÇÕES, FALECIMENTOS DO PESSOAL DA EDUCAÇÃO — 1983

Discriminação	Quantidade
Aposentados	2.800
Exonerados	184
Falecidos	09
TOTAL	2.993

FONTE: SEED

LICENÇAS DIVERSAS — PESSOAL DA ÁREA DE EDUCAÇÃO — 1983

Discriminação	Quantidade
Licença especial de 3 meses	3.873
Licença especial de 6 meses	532
Licença especial de 9 meses	7
Licença especial de 12 meses	1
Licença sem vencimentos	450
Licença para tratamento de saúde	10.857
Licença para tratamento de pessoa da família	1.653
Licença para gestação	1.121
Readaptação de função por laudo médico	230
Aposentadoria por invalidez	111
TOTAL	18.835

FONTE: SEED

GRATIFICAÇÃO DE REGÊNCIA DE CLASSE DE 1.ª À 4.ª SÉRIES DO 1.º GRAU

É a gratificação devida ao professor regente de classe de 1.ª à 4.ª séries do 1.º grau, por dia útil de aula devidamente ministrada. É calculada, para o valor mensal, na base de 5% do nível inicial de carreira do professor.

O GRHS mantém atualizado o controle dos professores em regência de classe.

Atualmente o número de professores que percebem a gratificação é de 9.528.

GRATIFICAÇÃO DE REGÊNCIA DE CLASSE DE EXCEPCIONAIS

Dispositivo estatutário que concede ao professor que trabalha com classes excepcionais 50% do valor do seu vencimento, a título de gratificação mensal. Atualmente 550 professores percebem este benefício.

PESSOAL À DISPOSIÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS

Discriminação	Quantidade
Com ônus para o Estado	1.024
Sem ônus para o Estado	172
TOTAL	1.196

FONTE: SEED

AFASTAMENTO DE PROFESSORES E/OU ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO PARA FREQÜÊNCIA A CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Discriminação	Quantidade
Com 1 padrão	60
Com 2 padrões	2
TOTAL	62

FONTE: SEED

2.2.8 Treinamento de Recursos Humanos de Magistério

Foram realizados 88 eventos, compreendendo congresso (1), cursos (21), encontros (41), seminários (24) e reunião (1), com a participação de 6.989 profissionais da educação, entre diretores, inspetores, professores e pessoal administrativo da rede de ensino estadual.

Dentre os eventos cabe destacar os encontros e seminários realizados com diretores e inspetores, recém-nomeados para atuar na rede estadual de ensino, atingindo um total de 3.692 representantes das escolas de 1.º e 2.º graus dos 310 municípios do Estado. Estes encontros e seminários visaram conscientizar os administradores, professores e inspetores da necessidade de redefinir o novo papel da escola, tendo como enfoque a participação da comunidade na solução dos problemas educacionais.

Na área de ensino especial, ministrou-se curso para atualização de professores de classes especiais nas áreas de deficiência mental e de audiocomunicação, com a participação de 197 professores, sendo 129 do Interior do Estado e 68 da Capital e Região Metropolitana.

Foram realizados no CETEPAR, para professores de 2.º grau, 5 cursos, sendo 2 de atualização para prática em laboratório de física, 2 para prática em laboratório de química e 1 de atualização em medidas de avaliação e técnicas de elaboração de instrumentos de medida. Participaram desses cursos 133 professores de 132 estabelecimentos de ensino de 2.º grau, da rede estadual.

A FUNDEPAR promoveu a realização de Seminário sobre Magistério da Escolarização Inicial, de 16 a 18 de novembro, do qual participaram técnicos e pesquisadores dos diversos Estados da Federação.

Através do setor de Coordenação de Educação Física, foi realizado treinamento de professores para atuarem naquela disciplina, atividade que correspondeu a 61 cursos, com freqüência de 6.918 treinandos. Os cursos de treinamento para professores licenciados em educação física foram ministrados em 99 municípios e os de multiplicação para regente de classe não-habilitados em educação física, em 57 municípios.

2.2.9 Ações de Apoio Financeiro

A SEED prestou auxílio financeiro às prefeituras municipais, para custeio de atividades-fins do ensino municipal, envolvendo recursos do Tesouro Estadual no valor de Cr$ 2.206,5 milhões, sendo assinados 307 convênios com prefeituras.

A FUNDEPAR liberou, em 1983, Cr$ 934,8 milhões para 298 municípios do Estado, de acordo com o Programa de Auxílio de Pagamento de Professores, com recursos provindos do Salário-Educação/Quota Estadual.

Como são recursos de aplicação imediata, a prestação de contas deve ser feita logo após, através de recibos de pagamento de professores, de acordo com a cláusula sexta do convênio firmado entre a FUNDEPAR e as prefeituras, a qual estabelece que o município efetuará a prestação de contas dentro de 60 dias, a contar da data de recebimento do auxílio financeiro. Desta forma, a dificuldade encontrada pelo programa vem a ser a demora das prefeituras na prestação de contas, o que atrasa o auxílio seguinte.

Foram apoiados financeiramente 38 estabelecimentos de ensino particulares atuantes na área de educação especial (excepcionais), sendo 14 da Capital e 24 do Interior, beneficiando 2.771 alunos, dos quais 1.117 na Capital e 1.654 no Interior, no montante de Cr$ 69,0 milhões, dos quais Cr$ 32,6 milhões destinados às escolas da Capital e Cr$ 36,4 milhões às escolas do Interior.

Foram beneficiadas 54 entidades particulares, com recursos do Tesouro Estadual, no valor de Cr$ 78,8 milhões.

Apoiou-se financeiramente a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Curitiba, com Cr$ 15,0 milhões, para construção, na localidade de Botiatuvinha, de um centro de implementação da iniciação profissional para adolescentes portadores de deficiências.

O Departamento de Ensino de 1.º Grau repassou recursos financeiros para entidades e municípios: a 26 escolas consolidadas, destinados a despesas de custeio, beneficiando 4.698 alunos; a 26 municípios, para a realização de cursos nas áreas dos conteúdos curriculares e metodologia de 1.ª à 4.ª séries, para 2.112 cursistas; a 1.961 classes de pré-escolares, para provimento do material de consumo.

2.2.10 Sindicâncias

Instalaram-se 32 sindicâncias em estabelecimentos de ensino, versando basicamente sobre casos constatados de sublocação de serviços, declaração de freqüência de professores ausentes, etc.

Foram apuradas também algumas irregularidades a respeito da bolsa Salário-Educação, em estabelecimentos de ensino da Capital e do Interior.

A FUNDEPAR enviou farta documentação à CPI da corrupção instituída pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, apontando para a existência de:

— desvios de expressivo volume de materiais diversos retirados por meios fraudulentos do almoxarifado para beneficiar pessoas físicas ou jurídicas que normalmente não os poderiam receber;
— retirada ilícita de móveis, eletrodomésticos, utensílios vários, grandes quantidades de materiais de expediente, carteiras, cadernos e outros materiais destinados a comitês políticos dos então candidatos a cargos eletivos tanto de Curitiba como de outras regiões do Estado do Paraná.

Pelo quadro abaixo, pode-se observar que do ano de 1980 para os seguintes, 1981 e 1982, houve um violento incremento de compras, chegando em alguns casos a um aumento de 300%, 400% e até 800%.

COMPRA DE MATERIAIS PERMANENTES

Material	1980	1981	1982	1983
Conj. de carteiras escolares	33.007	108.810	120.094	43.048
Cadeiras	2.139	9.466	13.551	5.673
Armários	135	402	2.836	567
Máquinas de escrever	625	464	1.633	385

FONTE: FUNDEPAR/SEED

2.2.11 Ações de Redistribuição

Foram distribuídos materiais escolares e esportivos no valor de Cr$ 582,9 milhões e medicamentos na ordem de Cr$ 81,7 milhões.

A tabela seguinte ilustra a ação desenvolvida pela Comissão Estadual do Livro, em convênio firmado entre o MEC e a SEED, e operacionalizado por suas unidades FAE e CAE, respectivamente, viabilizando o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF).

DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDATICOS PARA ALUNOS DE 1.ª À 4.ª SÉRIES — 1983

Discriminação	Montante
Número de livros	580.560
Número de alunos atendidos	570.000
Municípios abrangidos	295
Recursos federais (Cr$ 1.000)	280.991
Recursos estaduais — contrapartida (Cr$ 1.000)	21.382

FONTE: CEL/SEED

Outras medidas de redistribuição merecem destaque:

DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E MATERIAL PARA OFICINAS PEDAGÓGICAS — 1983

Discriminação	Cr$ milhões	N.º beneficiados
Bolsas de Estudos	235,1	13.302
Alimentação escolar	1.919,9	1.572.498
Material para oficinas pedagógicas	7,0	10 escolas

FONTE: SEED

Na rede estadual de ensino de 1.º grau foram distribuídos cadernos, lápis, borrachas, réguas e lápis de cor a aproximadamente 130.000 alunos matriculados, da periferia urbana e da área rural; forneceu-se material de consumo mínimo a 816 classes de pré-escolares da rede estadual de ensino.

Para atender a alunos de baixa renda, de 1.ª à 4.ª séries, foram adquiridos equipamentos e material de consumo odontológico para 3 clínicas simplificadas — em Londrina, Curitiba e Cambé — que serão implantadas em conjunto com a SESB. Foram gastos também Cr$ 52,0 milhões para reposição de equipamentos e gabinetes odontológicos em algumas escolas.

2.2.12 Construção, Reconstrução e Ampliação de Prédios Escolares

* Conclusão, entre 15 de março e 31 de dezembro de 1983, de 175 obras escolares, totalizando 50.457 metros quadrados de área construída, ao custo de Cr$ 2.696,8 milhões.

* Incorporação à rede escolar do Estado, como decorrência das obras concluídas, de mais 581 salas para uso da população escolar paranaense, representando potencialidade de mais 50.000 matrículas na rede pública de ensino.

* Prosseguimento, no período entre 15 de março e 31 de dezembro de 1983, de 184 obras de construção, reconstrução ou ampliação de escolas, totalizando 40.056 metros quadrados de área em construção, ao custo de Cr$ 2.235,0 milhões.

* Incorporação, para o exercício de 1984, em decorrência das obras em andamento, de mais 463 salas de aula, representando potencial equivalente a mais de 45.000 matrículas na rede pública de ensino.

* Programação de 79 obras escolares a iniciar, abrangendo a construção de 272 salas, num total de 23.952 metros quadrados de áreas a construir, com previsão de custos da ordem de Cr$ 2.004,8 milhões.

* Previsão de entrega, em função das obras programadas, de mais 272 salas, representando potencial de matrículas da ordem de 27.000.

* Estabelecimento de nova sistemática para a execução de obras escolares, mediante a qual a FUNDEPAR repassa às prefeituras municipais os recursos necessários, e também os projetos (quando solicitados pelas PMs, fornecendo-lhes orientação para a elaboração).

As municipalidades administram as construções organizando e/ou contratando a mão-de-obra e fornecendo materiais e artefatos de produção própria. A preços de dezembro de 1983, o custo das obras em execução, pela nova sistemática, cifrava-se em Cr$ 80,0 mil o metro quadrado, ao passo que o custo normal de licitação entre empreiteiras era de Cr$ 170,0 mil o metro quadrado.

* Foram assinados convênios: com o Município de Londrina, visando à construção de 36 salas, em 5 obras novas e uma ampliação, com a Universidade Estadual de Ponta Grossa, com vistas à construção do Centro Comunitário da Vila Rubini, totalizando 360m2. Será empregada na obra a tecnologia de solo-cimento, já testada com êxito em outras regiões brasileiras; na rede estadual de ensino de 1.º grau, foram firmados convênios com 71 municípios para reforma de 627 unidades escolares de zona rural, beneficiando 29.348 alunos.

Quanto às edificações realizadas pelas instituições de ensino superior (a FUEL, a FUEM, a FFECEA-Apucarana e a FAFIJA-Jacarezinho), em 1983, constatou-se a construção de 87.856,76 m2. A FUEM foi responsável, sozinha, por 95,6% dessas edificações.

2.2.13 Suprimento de Material de Consumo e Equipamento dos Estabelecimentos da Rede Estadual de Educação

A FUNDEPAR adquiriu materiais para cantinas escolares nas quantidades especificadas: 670 bules de alumínio, 4.191 caldeirões, 193.055 canecas, 193.055 colheres, 670 chaleiras, 4.192 conchas, 1.257 espumadeiras, 25.150 pratos fundos, 892 fogões semi-industriais a gás, de 2 e de 4 bocas, 43 fogões à lenha, 892 conjuntos técnicos para fogão a gás, 1.781 botijões de gás, também foram adquiridos outros equipamentos descritos a seguir:

Laboratórios de física, química e biologia	72
Máquinas de escrever	56
Calculadoras eletrônicas	54
Arquivos de aço	56
Retroprojetores	54
Livros	2.646
Mapas	864
Equipamentos para salas especiais	18
Duplicador elétrico	1

Armários de aço	5
Estantes para biblioteca	5
Microprojetor	1
Microscópio	1
Máquinas de calcular	2
Módulos de recursos audiovisuais	20
Kits de material para experiências de química	148
Kit de material para laboratório de farmácia	1

Mobiliário adequado foi fornecido a 49 classes de educação pré-escolar na rede municipal de ensino. Igualmente, 246 escolas rurais municipais foram beneficiadas com quadros de giz, armários, mesas, cadeiras para professores, favorecendo no total 14.427 alunos.

O Departamento de Ensino Supletivo (DESU) alocou recursos da ordem de Cr$ 34,0 milhões, provenientes do convênio MEC/SEED-1982, em equipamentos escolares os mais diversos, beneficiando 28 escolas da Capital. Também forneceu material de apoio para desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e de equipamentos às escolas de ensino supletivo — fases I e II, da rede estadual do Interior do Estado, no valor de Cr$ 43,4 milhões, oriundos do convênio MEC/SEED-1983.

Foram adquiridas duas máquinas impressoras, off-set, para o Centro de Treinamento do Magistério do Estado do Paraná (CETEPAR), órgão executor dos projetos de habilitação de professores leigos — LOGOS II e HAPRONT —, no valor de Cr$ 34,0 milhões, oriundos do convênio MEC/SEED-1983.

Foram ainda adquiridos implementos destinados a possibilitar o funcionamento de laboratório de processamento de dados, destinando-se para tal fim Cr$ 11,5 milhões, provenientes de saldo livre reprogramado do convênio MEC/SEED-1982. Os Projetos LOGOS II e HAPRONT receberam, ainda, 50 máquinas de escrever manuais, 55 arquivos de aço e 50 gravadores, no valor de Cr$ 11,8 milhões.

Finalmente, o DESU encarregou-se da impressão e distribuição de 6.900 livros-registros às 58 escolas da fase II (5.ª à 8.ª séries) da rede estadual, beneficiando 31 municípios, cujo dispêndio envolveu recursos no valor de Cr$ 1,0 milhão, provenientes de saldo livre reprogramado do convênio MEC/SEED-1982.

2.2.14 Desempenho dos Programas em 1983: PRODASEC, PRONASEC, PRÓ-RURAL, Borba Gato, COAGRI, Multinacional

* Coordenação, Assistência e Acompanhamento do Programa de Ações Socioeducativas e Culturais para Populações Carentes Urbanas (PRODASEC).

O PRODASEC, com ação educativa para a população de periferia urbana, teve origem no enfoque adotado pelo III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto 1980-1985, do Ministério da Educação e Cultura, que atribui à educação um importante papel na política social, como um dos elementos significativos na luta contra a pobreza.

Esta ação educativa visou não somente ampliar a oferta de padrões de atendimento, mas também reorientar o processo, aos níveis de educação formal e de educação informal. Assim, foram executados seis grandes projetos, cujas ações e resultados são descritos a seguir:

— No projeto Programas Comunitários e Cursos de Iniciação Profissional, as ações foram centradas na promoção dos membros das comunidades, através de cursos de iniciação profissional e artesanal.

O recurso programado foi de Cr$ 543,4 milhões, sendo liberados Cr$ 306,2 milhões da fonte SE/QF e Cr$ 70,5 milhões da fonte Loteria Esportiva, perfazendo um total de Cr$ 376,6 milhões e restando um saldo de Cr$ 166,9 milhões para diversas unidades executoras, desde prefeituras, até entidades assistenciais e instituições acadêmicas, beneficiando 7.764 alunos e pessoas da comunidade.

— No projeto Apoio a Comunidades Carentes, as ações socioeducativas foram desenvolvidas nas periferias urbanas, no atendimento das necessidades básicas (prevenção na área de saúde, hortas escolares, caseiras e comunitárias, creches, nutrição e integração escola/comunidade).

O recurso programado foi de Cr$ 72,6 milhões, sendo liberados Cr$ 51,9 milhões para diversas unidades assistenciais, que beneficiaram, por sua vez, 22.284 pessoas.

— No projeto Desenvolvimento da Clientela de Pré-Escolar foram instaladas classes e distribuído material de ensino-aprendizagem para o atendimento dos alunos de pré-escola.

O recurso programado e liberado na totalidade foi de Cr$ 44,3 milhões, cujas ações tiveram execução pelo Departamento de 1.º Grau da SEED, beneficiando 8.700 crianças de periferias urbanas de 13 municípios.

— No projeto Promoção Educativa do Menor (SEPREM), a ação foi voltada à continuidade do atendimento de menores menos favorecidos que se encontram fora do sistema de ensino e que necessitam de atenção especial garantida pelo preceito constitucional de direito à escolarização básica.

Os recursos (programados Cr$ 25,0 milhões e liberados Cr$ 10,0 milhões) foram aplicados pela Coordenação de Assistência ao Educando da SEED. O atendimento médico-odontológico e nutricional beneficiou 200 menores de 7 a 16 anos, da Vila Nossa Senhora da Luz, em Curitiba.

— No projeto PRODIARTE, as ações foram centradas na valorização e preservação do artesanato regional, mediante o conhecimento e exploração de práticas criadoras na disciplina de educação artística.

Foram programados recursos no valor de Cr$ 10,5 milhões para a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, órgão executor do projeto. As ações do projeto envolveram 8.447 pessoas (alunos, artesãos e comunidade), abrangendo 33 municípios.

— No projeto Escolas de Produção em Periferias Urbanas, as ações foram de promoção à iniciação profissional não-formal, proporcionando concomitantemente oportunidade de trabalho e geração de renda nas comunidades carentes.

Foram programados recursos no valor de Cr$ 8,0 milhões, tendo sido liberados Cr$ 6,2 milhões, cuja execução esteve a cargo da Coordenação Estadual do PRODASEC, treinando e dando iniciação profissional a 480 alunos.

Os projetos desenvolvidos pelo PRODASEC tiveram recursos programados num montante de Cr$ 262,5 milhões e atenderam a 47.875 pessoas carentes de periferias urbanas, tendo sido construídos 13 ambientes para desenvolvimento de atividades programadas.

* Coordenação, Assistência Técnica e Acompanhamento do Programa Nacional de Ações Socioeducativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC).

No Estado do Paraná as ações do PRONASEC se apoiaram nas necessidades e características das populações da zona rural e seguindo as linhas básicas apresentaram ações relacionando educação e integração, educação e produção.

Atendendo ao objetivo de melhoria das condições de vida das populações rurais, foram executadas ações em quatro grandes projetos:

— No projeto Desenvolvimento do Currículo Adequado às Escolas do Meio Rural, as ações foram centradas no apoio técnico e financeiro às atividades de organização e funcionamento a 10 escolas consolidadas para atendimento à clientela potencial de 1.ª à 4.ª séries e aquisição de material de ensino-aprendizagem.

O recurso programado foi de Cr$ 146,0 milhões, tendo sido liberados Cr$ 88,6 milhões, aplicados pelo Departamento de Ensino de 1.º Grau. Foram beneficiadas 10.414 crianças em 20 municípios.

— No projeto Apoio ao Ensino Profissional na Zona Rural, as ações socioeducativas promoveram junto aos alunos de escolas rurais e pequenos produtores melhores condições de vida e maior produtividade nos empreendimentos agrícolas.

O recurso programado foi de Cr$ 77,0 milhões, tendo sido liberados Cr$ 42,3 milhões, cuja execução esteve a cargo da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba e órgãos da SEED (DEE, DESG e GPS). Foram beneficiadas 4.993 pessoas em 7 municípios.

— No projeto Ampliação do Programa de Saúde, as ações foram centradas na conscientização individual e coletiva para uma atitude de interesse pela saúde. O recurso programado foi de Cr$ 19,5 milhões, tendo sido liberados Cr$ 14,2 milhões, aplicados pela Prefeitura Municipal de Palmeira e Universidade Católica do Paraná, sendo beneficiadas 4.409 pessoas em 3 municípios.

— No projeto Núcleo de Produção em Comunidades Rurais, as ações socio-educativas foram centradas no atendimento às necessidades básicas das comunidades carentes do meio rural. O recurso programado foi de Cr$ 38,5 milhões, aplicados em entidades assistenciais e municípios, sendo beneficiadas 2.290 pessoas.

Os projetos desenvolvidos pelo PRONASEC, com um total de Cr$ 281,0 milhões programados, atenderam a 22.106 pessoas carentes da zona rural, tendo sido construídos 16 ambientes especiais para atendimento das respectivas atividades.

* PRÓ-RURAL — Sob a coordenação do Grupo de Planejamento Setorial implementaram-se ações relativas aos projetos Revitalização do Ensino no Meio Rural — 1.º Grau e Ampliação da Ação dos Estabelecimentos de Ensino de 2.º Grau — Setor Primário, integrantes do PRÓ-RURAL, pelas unidades executoras — Departamento de Ensino de 1.º Grau (DEPG), Departamento de Ensino de 2.º Grau (DESG), FUNDEPAR e CETEPAR.

— Foram adquiridos e enviados às escolas do PRÓ-RURAL os seguintes materiais: papel buffon, retroprojetor, mimeógrafos, máquinas de calcular, mesas para leitura em biblioteca, armários, arquivos, carteiras escolares, cadeiras, estantes para biblioteca, colchões de espuma, material para cantina e freezers, no valor de Cr$ 463,1 milhões.
— Do total de 1.855 professores titulados pelo LOGOS II, 539 se encontram nos 61 municípios subvencionados pelo PRÓ-RURAL. Embora o projeto Habilitação de Professores Não-Titulados (HAPRONT) tenha a mesma finalidade do LOGOS, subordina-se administrativamente ao CETEPAR-DESU.

Em 1983, o referido projeto habilitou 1.299 novos professores.

— Foram treinados em 11 eventos (cursos, encontros e treinamentos) 2.786 professores alfabetizadores, pertencentes a 2.591 escolas, e 105 monitores. No total beneficiaram-se 43.032 alunos.

— O fornecimento de material didático para professores e alunos é meta do PRÓ-RURAL. Assim, foram distribuídos 352 Manuais do Professor do Período Preparatório, 794 Manuais do Professor do Período de Alfabetização, 42.972 Livros para o Aluno do Período Preparatório, 43.396 Livros de Alfabetização-Volume I e 43.101 Livros de Alfabetização-Volume II, num total de 129.469 exemplares.
— Repasse de recursos financeiros através do convênio para atendimento a 27 municípios da área do PRÓ-RURAL, com vistas à melhoria de currículo escolar e das condições de vida das comunidades carentes, beneficiando 4.171 alunos do ensino de 1.º grau.
— Aquisição de 5 microônibus e seis caminhonetes (cabine dupla), para transporte escolar de equipes e alunos, na execução de atividades de apoio a escolas rurais municipais.
— Preenchimento de 164 das 1.000 vagas ofertadas para a clientela escolar da região do projeto.
— Apoio a 30 escolas rurais, atingindo uma clientela de 980 alunos, nos Municípios de Palmeira, Rio Negro, Irati e Clevelândia.
— Em 1983 a FUNDEPAR despendeu, com o PRÓ-RURAL, Cr$ 589,1 milhões em obras e equipamentos, Cr$ 18,0 milhões em titulação e treinamento; Cr$ 71,9 milhões na distribuição de material didático, além de repassar Cr$ 279,1 milhões em recursos financeiros e Cr$ 1,9 milhão para pagamento de pessoal.

* PROGRAMA BORBA GATO — Resultante da participação voluntária de estudantes de 8 cursos de Técnico em Agropecuária e de um curso de Técnico Florestal, no processo de integração, desenvolvimento nacional e valorização do homem do campo, em cooperação com os Ministérios da Agricultura, da Educação e Cultura e do Interior. Das ações, atingiram-se os seguintes resultados:

— Difusão das vantagens da inseminação artificial e alimentação racional de bovinos: treinamento de 385 alunos.
— Conservação de solos, reflorestamento, treinamento de 53 alunos que no Município de Apucarana difundiram as vantagens econômicas e sociais da conservação dos solos e do combate à erosão pelo reflorestamento das margens dos rios, ao nível de 100 pequenas propriedades rurais.
— Acompanhamento do plantio de erva-mate: treinamento de 36 alunos, e acompanhamento da cultura de erva-mate efetuada em 1982, em propriedades rurais.

* CONVÊNIO COAGRI — As nove fazendas dos colégios somam uma área de 1.561 hectares, dos quais 60% foram explorados com a aplicação de recursos doados pela Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário (COAGRI/MEC) a 29 projetos de culturas e criações de animais, os quais proporcionaram condições de ensino-aprendizagem e geração de bens para consumo no internato e/ou comercialização através das 9 cooperativas-escola, em cumprimento ao objeto da doação.

Com recursos orçamentários do Governo do Estado foi efetuada a manutenção de 25 veículos, 18 máquinas agrícolas e 122 implementos agrícolas.

Com recursos da COAGRI/MEC foram adquiridos insumos para instalar: 8 projetos de olericultura; 3 projetos de cultura de batata; 7 projetos de cultura de feijão, 2 de soja, 2 de arroz e 1 de cebola.

Foram adquiridos também insumos para instalação de 3 projetos de suinocultura de corte; matrizes para instalação de 4 projetos de avicultura/corte, sendo um com 3.500 cabeças, um com 3.000 cabeças e dois com 1.200 cabeças; implantação de dois programas de cultura de forrageiras, sendo um de 10 hectares e outro de 5 hectares, nos Colégios Estaduais de Castro e Palmeira.

* PROJETO MULTINACIONAL — Assinatura de convênio entre a FUNDEPAR, MEC e OEA (Brasil, Paraguai e Uruguai), no dia 12 de maio de 1983, atribuindo à FUNDEPAR a tarefa de avaliação da execução do projeto multinacional auspiciado pelo MEC e OEA, em razão dos problemas complexos acarretados pelas obras de construção da Hidrelétrica de Itaipu e suas repercussões na vida de vários municípios paranaenses, multiplicando exigências sociais e demanda por recursos humanos.

Realização da avaliação, constando as metas que foram alcançadas na transformação do perfil educacional, sociocultural e ocupacional dos municípios da MRH Extremo Oeste Paranaense.

2.2.15 Publicações da SEED

— Elaboração do Jornal da Comunidade n.º 01 (CAE) — O primeiro número foi principalmente chamativo e pretende-se continuar levantando questões concretas, depoimentos, problemas e sugestões dos pais e professores interessados. A publicação não utilizou nenhum recurso financeiro extra, pois foi de confecção simples, em uma única folha de sulfite dobrada, com 4 lados, e teve uma tiragem de aproximadamente 2.500 a 3.000 exemplares.
— Edição do Jornal da Educação, números 1 e 2, com tiragem de 70.000 exemplares, respectivamente.
— Foram elaborados 5 documentos didático-pedagógicos sobre atividades de educação física, e distribuídos a 79 municípios 33.905 exemplares.
— Edição de 2 números da Revista Criteria, com tiragem de 600 exemplares por número.
— Prevê-se para 1984 a reativação da Revista Agora, 2 números ao ano, com tiragem de 500 exemplares por número.

2.2.16 Ações Normativas: Reconhecimento de Novos Estabelecimentos e Novas Habilitações de Cursos

O Conselho Estadual de Educação emitiu 5 pareceres para autorização de funcionamento dos seguintes cursos de ensino superior:

— Curso de Administração — Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon;
— Curso de Educação Física — Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon;
— Curso Superior de Tecnologia — Modalidade: Administração Rural — Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas;
— Curso de Educação Física — Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas;
— Curso de Artes Cênicas — Escola de Música e Belas-Artes do Paraná;
— Curso de Ciências — Habilitação Plena em Química — Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho;
— Cursos de Ciências Econômicas, Administração (com habilitações em Administração de Empresas, Administração Rural e Ciências Contábeis)
— Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio;
— Cursos de Administração e Ciências Contábeis — Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu.

Outra ação do tipo normativa foi o reconhecimento de 55 estabelecimentos de ensino de 2.° grau, da rede estadual.

Foram reconhecidos ainda 8 estabelecimentos de ensino de 2.° grau da rede particular.

2.2.17 Operação Reconstrução (Enchentes)

Procedeu-se, inicialmente, ao levantamento das perdas provocadas pelas enchentes nas escolas de todo o Paraná, visando à recuperação, a curto e médio prazos, dos estabelecimentos de ensino do Estado.

— A primeira etapa do levantamento foi realizada através de informações enviadas pelos órgãos municipais.

— Escolas dos 209 municípios atingidos pelas enchentes receberam um questionário-padrão para a avaliação dos danos sofridos.

— Engenheiros da FUNDEPAR, ou credenciados por ela, percorreram os 209 municípios flagelados, verificando no local as perdas sofridas por estabelecimentos de ensino, no que se refere à construção e material.

— Na zona urbana do Município de União da Vitória, 10 unidades escolares estão sendo recuperadas, algumas já em fase final, e uma está sendo totalmente reconstruída; 6 salas de emergência foram construídas e ampliadas 3 salas do Colégio São Cristóvão

— Na zona rural do Município de União da Vitória, 29 unidades escolares estão sendo recuperadas, sendo que algumas serão totalmente reconstruídas.

— Carteiras e outros móveis necessários às escolas que foram atingidas pelas enchentes, na região de União da Vitória, serão fabricados pelas indústrias locais, tendo em vista fazer com que as providências relacionadas à recuperação do sistema escolar provoquem reflexos positivos na situação sócioeconômica da região assolada.

— Os municípios diretamente atingidos receberam completa assistência técnica, administrativa, contábil-financeira e jurídica para a execução dos reparos nas escolas, de acordo com as diretrizes traçadas pela FUNDEPAR. Após o repasse dos recursos federais, mediante assinatura de convênio, a responsabilidade pela execução dos serviços passou a ser municipal.

2.2.18 Campanhas com Diversas Finalidades

Sabe-se da ociosidade de muitos prédios escolares em alguns períodos noturnos, finais de semana e férias. Assim, apoiou-se financeiramente — pelo pagamento de monitoria — o Projeto de Creches nas salas ociosas das escolas estaduais, desenvolvido pela Prefeitura de Maringá, na Vila Operária. Foram beneficiadas 80 crianças de 0 a 6 anos. O valor da aplicação foi de Cr$ 2,0 milhões.

Foi também concedido apoio financeiro ao Projeto de Reforço a Escolares em Férias, também da Prefeitura de Maringá, totalizando Cr$ 2,0 milhões e beneficiando 665 alunos.

Ofertou-se apoio material à Escola Estadual Emílio de Menezes, de Curitiba, para trabalhos manuais, e apoio financeiro à Creche Betel, de Maringá, ligada à Associação Beneficente Lar Sião, num total de Cr$ 2,0 milhões, para auxílio à monitoria, nos meses de setembro e dezembro, tendo sido beneficiadas 150 crianças.

* Alfabetização de um grupo de crianças que vem repetindo a 1.ª série há 4 anos — Suas idades variavam de 8 a 14 anos e participavam de turmas diferentes no projeto. Decidiu-se reuní-las, diariamente e por duas horas, com atividades especiais e com possibilidade de um atendimento mais individual e intenso a cada uma. Através de propostas lúdicas, histórias e conversas, foram sendo introduzidas as vogais, combinações onomatopaicas e significativas das mesmas, assim como palavras cuja seqüência tinha mais a ver com o tema do que com alguma proposta mais didática de seqüência de sons. A atenção, o estímulo, o interesse e o espírito alegre do monitor foram os pontos básicos da metodologia de trabalho.

Considerou-se de significativa importância o resultado dessa experiência, aparentemente modesta, pois foi possível demonstrar que através de processos simples, sem qualquer recurso financeiro, e mais, sem o emprego de pessoas especializadas, é possível conduzir o processo de alfabetização desde

que se leve em conta os interesses, vivências e cultura das crianças.

* Apoio material e orientação aos moradores da Vila Rigoni, na construção, por iniciativa deles, de um Centro Cultural de Educação Integrada.

Os moradores conseguiram que a Prefeitura fizesse um primeiro aterro no local — um terreno bastante encharcado — e aguardam providências finais para que a URBS libere o terreno em condições de construção. Também foram utilizadas verbas do Projeto Integração Comunitária, executado pela CAE, cujo montante é de Cr$ 12,0 milhões. A CAE comprometeu-se a participar, durante o exercício de 1984, com apoio material, pedagógico e financeiro, este da ordem de Cr$ 2,5 milhões, a serem pagos pela FUNDEPAR, no processo de licitação.

2.3 SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

A modernização da economia paranaense, embora tenha propiciado um elevado crescimento da renda interna, teve conseqüências perversas em termos de distribuição de renda com sensível deterioração no nível de qualidade de vida da população. Desta forma, o notável esforço de modernização da agricultura, com forte tendência à concentração fundiária, foi o principal causador do processo de migrações do campo para as cidades e para fora do Estado. O processo migratório veio sacrificar pesadamente o sistema de cidades do Paraná, com profundas modificações experimentadas pela população do Estado, em sua estrutura de emprego, ocupação e localização.

A mudança na organização da economia e da sociedade pressiona o aparelho do Estado a ampliar a oferta de serviços públicos para fazer frente à crescente demanda por habitação, trabalho, educação, saúde, saneamento, lazer. No entanto, os gastos públicos, principalmente aqueles destinados a atender às necessidades sociais básicas da população, não acompanham a demanda, resultando na degradação da qualidade de vida, sob muitos aspectos.

Os indicadores, apresentados em seguida, mostram que a situação de saúde da população paranaense não é satisfatória. Pode-se observar uma situação desfavorável para o Paraná, quando se compara, por exemplo, com Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tanto em termos de coeficientes de mortalidade infantil, mortalidade por doenças transmissíveis, como de mortalidade materna.

Os indicadores de saúde do Paraná se aproximam mais aos indicadores da média brasileira, que por sua vez são inferiores aos de alguns países da América Latina e significativamente inferiores aos dos países desenvolvidos.

Estudos elaborados pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social (SESB) indicam como principais causas da mortalidade infantil as doenças transmissíveis, doenças do aparelho respiratório, avitaminoses e outras doenças nutricionais.

Na mortalidade por doenças transmissíveis destacam-se como principais causas as doenças preveníveis por saneamento e agentes imunizantes.

INDICADORES DE SAÚDE NO ESTADO DO PARANÁ, EM ALGUNS ESTADOS DO BRASIL E PAÍSES

Indicadores de Saúde / Estados Países	Coeficiente de Mortalidade Infantil por 1.000 Nascidos Vivos	Coeficiente de Mortalidade por Doenças Transmissíveis por 100.000 hab.	Coeficiente de Mortalidade Materna por 1.000 Nascidos Vivos	Ano de Referência
Brasil	65,2	58,7	0,9	1980
Rio Grande do Sul	41,4	31,9	0,7	1980
Paraná	53,2	57,3	1,1	1980
Santa Catarina	39,8	35,6	0,4	1980
São Paulo	54,4	57,5	0,6	1980
México	44,1 (1)	133,1	1,2	1976
Argentina	40,8	42,3	0,8	1978
Chile	37,9 (2)	41,7	0,9	1978
Venezuela	33,1 (2)	56,6	0,6	1978
Estados Unidos	13,0 (2)	8,3	0,1	1978
Japão	7,9	10,7	0,2	1979
Suécia	7,5	6,8	0,0	1979

FONTE: AIT/GPS/SESB com base nas Estatísticas de Mortalidade — Brasil 1979-80/MS e World Health Statistics/Who — junho 1983

(1) — 1978

(2) — 1979

A mortalidade materna no Paraná é reflexo da precariedade da assistência médica à gestante e à parturiente.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — 1981 — Paraná, da FIBGE, mostra que a população ocupada no Paraná é de 3.232.782, representando 42% da população total.

Da população ocupada, 23,4% tem rendimento de até um salário mínimo, 26,7% tem rendimento entre um e dois salários mínimos, e 20,7% não tem rendimento em dinheiro, recebendo em produtos ou mercadorias.

Estes dados indicam que cerca de 70% da população tem baixo poder aquisitivo para fazer frente às suas necessidades básicas, inclusive da alimentação.

Certamente a situação nutricional e de saúde deve ter se deteriorado nos últimos três anos, com a aceleração da crise e o aumento do índice de desemprego, resultando em graves problemas sociais, principalmente nos grandes centros, com o aumento do número de menores abandonados e da miséria urbana.

Tendo em vista o presente quadro social, as diretrizes da atual gestão para o setor de Saúde e Bem-Estar Social enfatizam como objetivo das práticas de saúde a generalização de padrões de vida condignos para toda a população, mediante a ampliação do acesso e a elevação da qualidade dos serviços prestados, além da maior participação comunitária na prática das ações, principalmente nos níveis de programação e controle.

Para atingir o primeiro ponto dessas diretrizes, é necessário regionalizar e hierarquizar os serviços de saúde, como também integrá-los e coordená-los. Maior atenção será dada às unidades de nível primário, de tal forma que esta prioridade venha atingir toda a rede estadual de saúde. Isto se viabilizará através da instalação de unidades nas periferias urbanas e núcleos rurais, para receber e analisar os casos mais simples que eventualmente possam ser solucionados por clínicos gerais.

A atenção secundária de saúde deverá se localizar nos centros urbanos maiores, com especial ênfase para tratamentos ao nível ambulatorial.

Por fim, para os casos de atendimentos ambulatoriais que exigem maior especialização, e para as internações será utilizada a capacidade instalada dos hospitais da SESB. Estes deverão ser aproveitados com maior racionalidade e integrados à rede de serviços de saúde.

Além disso, vem-se buscando maior articulação entre os vários organismos oficiais (federal, estadual, municipal) e particulares que desempenham ações de saúde no Estado.

Na busca de soluções para a saúde pública está sendo incentivada a participação de equipes compostas de funcionários da SESB, técnicos sanitaristas e membros da comunidade, para discutir as políticas implantadas no setor.

A assistência social desenvolvida pela SESB através de suas entidades vinculadas (IAM e PROMOPAR) atinge não só o menor, mas também o adulto carente. Está sendo realizado um trabalho de organização e ampliação, inicialmente através do cadastramento das entidades sociais do Estado, que oferecerá subsídios para a utilização, integração e intensificação dos instrumentos e equipamentos da comunidade, a fim de que maior parcela da população possa ser beneficiada.

2.3.1 Política de Atuação em Saúde

As ações do Governo do Estado na área de saúde têm por finalidade a promoção das medidas de proteção à saúde da população, mediante controle e combate às doenças de massa; fiscalização das condições sanitárias, de higiene e de saneamento; qualidade de medicamentos e de alimentos e da prática profissional médica e paramédica; pesquisa, estudo e avaliação da demanda de atenção médica e hospitalar; prestação de serviços médicos; produção e distribuição de medicamentos e integração com entidades públicas e privadas visando articular a atuação e aplicação de facilidades e de recursos destinados à saúde pública.

Considerando as funções da SESB, e tendo como base as Diretrizes do atual Governo do Estado para o setor de saúde, as atividades desenvolvidas em 1983 deram ênfase à elevação da qualidade e ampliação do acesso aos serviços de saúde, além da participação comunitária principalmente nos níveis de programação e controle.

* ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS — Além do assessoramento aos órgãos integrantes e vinculados na preparação de projetos, este setor participou dos seguintes trabalhos na área de saúde:

— Elaboração do Projeto Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento do Estado do Paraná — PIASS/FINSOCIAL;
— Elaboração do Projeto de Fluoretação das Águas de Abastecimento Público no Estado do Paraná;
— Elaboração de projetos de saúde e bem-estar social, para financiamento do FINSOCIAL;
— Elaboração do trabalho de extensão de cobertura das ações primárias de saúde no Estado do Paraná;
— Coordenação da política de municipalização das ações primárias de saúde no Paraná;
— Coordenação do Núcleo de Ciência e Tecnologia da SESB, componente do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONCITEC);
— Participação no grupo de trabalho conjunto Prefeitura de Curitiba/IPPUC e SESB/Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, visando à elaboração de um projeto integrado de saúde para a Capital;
— Elaboração do Diagnóstico Estadual de Saúde;
— Levantamento da rede básica de atendimento odontológico;
— Levantamento da rede básica de atendimento à saúde mental;
— Elaboração de normas técnicas de saúde mental;
— Elaboração do documento Institucionalização e Operacionalização do Programa de Saúde Escolar.

* ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO — Com o objetivo de contribuir para minimizar o problema nutricional da população, desenvolveram-se as atividades de suplementação alimentar, de incentivo ao aleitamento materno, de incentivo à implantação de hortas em unidades escolares e centros sociais rurais bem como de produção de alimentos à base de soja. Em convênio

com o INAN/MS proporcionou-se suplementação alimentar a gestantes, nutrizes e crianças de 6 meses a 6 anos e à população de baixa renda, em 156 municípios. Beneficiaram-se 172.802 pessoas, com a distribuição de 4.439 toneladas de alimentos tradicionais (leite em pó, açúcar, arroz, fubá, farinha de mandioca e feijão). Desenvolveram-se ações visando à difusão do conhecimento sobre amamentação e incentivo à sua prática, a fim de garantir o aleitamento natural do recém-nascido, evitar o desmame precoce e diminuir o índice de morbidade e mortalidade por desnutrição e diarréia. Entre as atividades, destacam-se:

— Treinamento de 17.122 líderes e professores, em conhecimentos sobre aleitamento materno;
— Difusão de conteúdos sobre aleitamento materno para 426.157 alunos do 1.º grau e 37.157 do 2.º grau;
— Orientação sobre aleitamento materno a 1.079 pessoas durante as Semanas da Saúde, realizadas nas sedes de 15 distritos sanitários;
— Organização de 776 grupos de suplementação alimentar nos Centros de Saúde;
— Orientação sobre aleitamento materno para gestantes inscritas nos Centros de Saúde;
— Seminário sobre aleitamento materno, em setembro, na cidade de Curitiba.

Implantou-se a produção de hortaliças em 3.836 escolas e em 5 Centros Sociais Rurais. Através do laboratório próprio da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha (FSCMR) foram produzidos alimentos à base de soja para os hospitais da Fundação e unidades oficiais do Instituto de Assistência ao Menor (IAM), sendo:

— 110.000 litros de extrato de soja;
— 12.000 quilos de hamburguer;
— 3.000 quilos de composto lácteo;
— 5.000 mil quilos de soja frita.

* CONTROLE DE DOENÇAS — Atendendo ao objetivo do Plano de Governo, de generalizar padrões condignos de qualidade de vida, intensificou-se o programa de controle de doenças, especialmente das transmissíveis, ainda com coeficiente de mortalidade elevado (57,3 por 100.000 habitantes). Para tanto, desenvolveram-se ações de vigilância epidemiológica e imunizações, de pneumologia e dermatologia sanitária, de zoonoses, bem como a prevenção de algumas afecções crônico-degenerativas (câncer e hipertensão arterial). Para o conhecimento da freqüência e da distribuição das doenças transmissíveis no Estado e para a tomada de decisão oportuna e avaliação das medidas de controle, deu-se agilidade à coleta e ao processamento de notificações, bem como à investigação dos casos notificados. Dentro da diretriz de participação, foram envolvidas no processo outras instituições, em especial o INAMPS. Durante o ano, foram mantidos e implementados 1.583 postos de notificação de doenças transmissíveis, distribuídos 63.000 exemplares do boletim epidemiológico e realizadas 18.672 investigações epidemiológicas no Estado. Além destas atividades, foram realizados:

— Inquérito sobre a ocorrência de sarampo no Município de São José dos Pinhais, sendo entrevistados os responsáveis por 10.348 crianças, correlacionando-se a incidência da doença com a vacinação prévia e a idade em que a criança foi vacinada, visando ao estudo de melhor esquema de vacinação;
— Investigação epidemiológica do surto de hepatite "A" em Paranaguá, de 273 casos notificados, sendo confirmados 217, o que levou à recomendação de várias medidas preventivas em relação às pessoas e ao meio e corretivas em relação à fonte de infecção;
— Inquérito epidemiológico de 50 casos de hepatite "A" em Paranaguá, junto com a Universidade Federal do Paraná, no qual levantou-se a hipótese de haver predisposição genética em adquirir a doença, devido à presença mais freqüente de um antígeno do grupo H.L.A., fato inédito ainda não descrito na literatura;
— Investigação epidemiológica do surto de meningite meningocócica em Ponta Grossa, com controle sobre 254 pessoas para a detecção e tratamento de portadores.

Durante o ano de 1983, proporcionou-se amplo acesso da população aos serviços de vacinação de rotina e realizaram-se os Dias Nacionais contra a Poliomielite, que alcançaram significativa cobertura, nos grupos etários de 0 a menos de 5 anos.

VACINAÇÃO DE ROTINA EM CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO — 1983

Tipo de Vacina	População de Menores de 1 Ano (1)	População Vacinada (2)	Cobertura %
Contra tuberculose (BCG)	223.916	222.587	99,4
Contra difteria, tétano e coqueluche (tríplice)	223.916	186.742	83,4
Contra sarampo	223.916	232.056	103,6
Contra poliomielite	223.916	164.600	73,5

FONTE: AIT/GPC/FSCMR
(1) Projeção da população do Censo de 1980.
(2) Incluem dados de dezembro, por estimativa.

VACINAÇÃO DE ROTINA EM CRIANÇAS DE 1 A MENOS DE 5 ANOS — 1983

Tipo de Vacina	População Prevista para Vacinar (1)	População Vacinada (2)	Cobertura %
Contra tuberculose (BCG)	174.368	83.787	48,0
Contra difteria, tétano e coqueluche (tríplice)	174.368	71.019	40 7
Contra sarampo	174.368	126.415	72,5
Contra poliomielite	174.368	51.933	29,8

FONTE: SESB
(1) Índice recomendado pela OMS e MS, 20% da população de 1 a menos de 5 anos (871.838).
(2) Incluem dados de dezembro, por estimativa.

VACINAÇÃO DE ROTINA EM ESCOLARES DA 1.ª SÉRIE DO 1.º GRAU 1983

Tipo de Vacina	População Prevista para Vacinar (1)	População Vacinada (2)	Cobertura %
Contra difteria e tétano (dupla)	237.500	76.818	32,3

FONTE: SESB

(1) Índice recomendado pela OMS e MS, 70% da população escolar de 1.ª série do 1.º grau (339.285).

(2) Incluem dados de dezembro, por estimativa.

VACINAÇÃO DE ROTINA EM GESTANTES — 1983

Tipo de Vacina	População Prevista para Vacinar (1)	População Vacinada (2)	Cobertura %
Contra tétano	81.304	30.389	37,4

FONTE: SESB

(1) Índice recomendado pela OMS e MS, 20% do total de gestantes (406.521).

(2) Incluem dados de dezembro, por estimativa.

VACINAÇÃO NOS DIAS NACIONAIS CONTRA POLIOMIELITE, DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS — 1983

Dias	População de 0 a Menos de 5 anos (1)	População Vacinada	Cobertura %
11 de junho	1.095.754	1.039.471	94,9
13 de agosto	1.095.754	1.094.711	99,9

FONTE: SESB

(1) AIT/GPC/FSCMR — Projeção da População do Censo Demográfico de 1980.

As atividades de diagnóstico e tratamento da tuberculose, realizadas pelos laboratórios e postos de coleta da FSCMR, até março desenvolvidas em 133 municípios, ampliaram-se para mais 102, facilitando o acesso da população e permitindo o controle mais eficiente. Iniciou-se a implantação de procedimentos padronizados para a coleta e análise dos dados, no interesse de dar maior agilidade às decisões, avaliar as metas e facilitar as ações de controle da tuberculose.

No decorrer do ano foram realizados os seguintes trabalhos:

— Exames abreugráficos — 72.820
— Exames em comunicantes — 8.974
— Exames em sintomáticos respiratórios — 16.127

— Descoberta e tratamento de novos casos	—	3.124
— Altas ambulatoriais por cura	—	2.241
— Quimioprofilaxias	—	518
— Encaminhamentos para tratamento hospitalar	—	1.096

Para o combate da hanseníase, a FSCMR integrou-se, através de convênios, com o Centro Leprológico da Universidade Federal do Paraná e com a Fraternitas, situada em Piraquara. Implantou o Centro de Recuperação Biopsicossocial no Hospital de Dermatologia Sanitária São Roque e o Centro de Prevenção de Incapacidades Físicas, no Centro de Saúde de Campo Mourão. Ampliou a atividade de diagnóstico e tratamento da hanseníase de 180 para 241 municípios.

Nas atividades de rotina do tratamento da hanseníase, foram realizados os seguintes trabalhos:

— Tratamentos de casos novos	—	2.179
— Doentes controlados	—	13.824
— Exames dermoneurológicos	—	53.577
— Pacientes submetidos às técnicas de prevenção de incapacidades físicas	—	2.356

Considerando que desde 1977 não têm ocorrido casos de raiva humana e somente casos esporádicos de raiva canina, foram suspensas as campanhas de vacinação anti-rábica em animais e intensificadas a vigilância epidemiológica, as campanhas educativas junto à população, a vacinação focal e perifocal e a eliminação de cães errantes, e mantido o diagnóstico laboratorial e, quando necessário, o tratamento anti-rábico.

As ações específicas realizadas foram:

— Coleta de amostras em animais suspeitos, para exame de raiva	—	1.022 (*)
— Exame de pessoas com risco de adquirir raiva	—	4.031 (*)
— Tratamento profilático de pessoas examinadas	—	1.723 (*)
— Coleta de amostras de sangue de animais para pesquisa sorológica de arbovirus	—	324
— Coleta de amostras de sangue de animais para exame de soroaglutinação em leptospirose	—	465
— Coleta de amostras de sangue humano para exame de soroaglutinação em leptospirose	—	343
— Coleta de amostra de sangue para pesquisa de brucelose	—	225

(*) Incluem dados de dezembro, por estimativa.

Ainda no controle de doenças, foram realizados os seguintes trabalhos:

— Diagnóstico e tratamento de 195.625 portadores de dermatoses, sendo 38.815 escolares com escabiose e 137.294 com pediculose;

— Tratamento de 15.398 portadores de doenças de transmissão sexual;
— Realizados 14.323 exames de prevenção e controle da evolução do câncer ginecológico.

* SANEAMENTO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA — A integração ocorrida dos diversos serviços de saneamento e de saúde da FSCMR e o entrelaçamento ocorrido com a SUREHMA, ACARPA/EMATER/PR, SUCAM, prefeituras municipais e comunidade organizada permitiram amplitude maior do trabalho em favor da melhoria das condições ambientais do Estado. Afora as ações de rotina, pela sua importância, destacam-se:

— A normatização das ações de saúde e saneamento em situações de emergência;
— A instalação da comissão para levantamento e controle higiênico-sanitário dos hospitais;
— A integração com a SUREHMA, para estudos e projetos com a finalidade de prestar assessoria aos municípios sobre limpeza pública e disposição final de resíduos sólidos, bem como a execução do Programa Integrado de Controle de Qualidade de Águas de Abastecimento Público;
— A integração com a SUCAM, no levantamento de focos de esquistossomose na área endêmica do Estado;
— Assessoramento técnico às prefeituras no desenvolvimento de projetos de aproveitamento e destinação do lixo.

Sob a orientação dos serviços de saneamento das unidades sanitárias, foram realizadas pelos interessados melhorias no abastecimento de água, melhorias no destino de dejetos e lixos e melhorias em habitações e estabelecimentos comerciais e industriais.

Em termos de vigilância sanitária, procedeu-se à fiscalização mais efetiva dos estabelecimentos comerciais e industriais de medicamentos, cosméticos e saneantes domissanitários, assim como controlaram-se as condições do exercício profissional relacionado com a saúde. Procedeu-se à classificação dos estabelecimentos de maior e menor risco epidemiológico e estabeleceram-se metas de inspeção para os de maior risco. Através da imprensa, realizou-se orientação ao público sobre os riscos de uso inadequado dos medicamentos. Realizaram-se ainda contatos junto ao Centro de Informações Toxicológicas, com a Secretaria da Agricultura e SUREHMA, com vistas à elaboração de um plano integrado de controle de agrotóxicos.

Realizou-se, também, o trabalho de retirada de circulação de produtos em desacordo com a legislação vigente.

Nas atividades de rotina foram expedidas 6.484 licenças para funcionamento de estabelecimentos de saúde e 6.037 vistos em receitas e requisições de entorpecentes e psicotrópicos.

Em termos de higiene e controle de alimentos, além de ducação sanitária, inspeções, coletas e análises, reformulou-se o programa com a inclusão do controle da qualidade ao nível de consumo e no sentido de modificar hábitos prejudiciais dos manipuladores de alimentos, dos estabelecimentos comerciais e hospitalares do Estado.

Nas atividades de rotina foram registradas 380.980 vistorias a estabelecimentos comerciais e industriais, para o controle de alimentos e das condições de higiene.

* SANGUE E HEMODERIVADOS — Acelerou-se a implantação do Centro de Hematologia do Estado do Paraná (HEMEPAR), constituído formalmente através de convênio com o Ministério da Saúde. A implantação do HEMEPAR propiciará a elevação da qualidade dos serviços, o acesso da população usuária, a integração dos serviços de hemoterapia dos organismos oficiais e particulares e a participação comunitária não só na formação de um contingente de doadores, mas também nos níveis de decisão, com a constituição prevista de um comitê comunitário para assessorar a diretoria executiva.

* PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS — O Laboratório de Produção de Medicamentos, descredenciado pela CEME no final de 1982 devido às precárias condições de suas instalações e equipamentos, foi devidamente reformado com a recuperação dos seus equipamentos, operação esta executada pelos próprios funcionários, tornando-o mais capacitado ao cumprimento de suas finalidades. Atualmente encontra-se em tramitação o processo de recredenciamento do Laboratório.

A produção de medicamentos, a despeito das obras de reforma do laboratório, alcançou os seguintes níveis:

Cápsulas	—	1.368.000
Comprimidos	—	5.656.000
Frascos de até 60 ml	—	108.250
Frascos com mais de 60 ml	—	99.734

No interesse de melhor programar, coordenar e controlar a aquisição e distribuição de medicamentos, foram tomadas as seguintes medidas:

— Redução da linha de medicamentos de 567 produtos para 65, considerados essenciais à rede de serviços básicos de saúde;
— Reformulação do sistema de controle, que permitiu detectar os excessos de estoques nas unidades sanitárias e as medidas necessárias ao seu remanejamento;

— Implantação de um novo sistema de programação integrada nos programas especiais de tuberculose, hanseníase e saúde mental;
— Reposições trimestrais de medicamentos aos almoxarifados de 20 distritos sanitários.

Durante o ano, foram fornecidos gratuitamente aos postos de saúde e hospitais os medicamentos obtidos através da produção do Laboratório próprio e da doação ou compra da CEME, conforme especificado:

Ampolas	375.585
Bisnagas	135.302
Cápsulas	5.190.571
Comprimidos	22.835.194
Doses de vacina	7.743.763
Drágeas	4.054.140
Envelopes	248.096
Frascos	1.977.708
Frascos/ampolas	525.561
Latas	987
Óvulos	9.127
Potes	259
Supositórios	30.566
Tubetes	174.300

* ASSISTÊNCIA MÉDICO-AMBULATORIAL E HOSPITALAR — A assistência médica e de enfermagem direcionou-se à assistência para o grupo de 0 a 4 anos, em especial para o de 0 a 18 meses e para a mulher.

Na tabela seguinte constam as consultas médicas e atendimentos de enfermagem prestados em 1983.

CONSULTAS MÉDICAS E ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM PRESTADOS — 1983

Grupo de Idade	Consultas Médicas (1)	Atendimentos de Enfermagem (1)
Gestantes	101.769	60.294
Puérperas	9.370	9.044
Menores de 1 ano	146.285	140.938
1 a 4 anos	196.610	151.442
5 a 14 anos	193.908	110.599
15 anos e mais	589.406	330.935
TOTAL	1.237.348	803.252

FONTE: SESB

(1) Incluem dados de dezembro, por estimativa.

Na atividade de assistência médica e de enfermagem, destacam-se:

— A realização de terapia de reidratação oral em 16.923 crianças;
— A realização de 14.323 exames clínicos para prevenção do câncer ginecológico;
— O tratamento anti-helmíntico a 35.975 escolares e antianêmico a 25.072 escolares.

A assistência odontológica dirigiu-se ao atendimento do escolar, com a aplicação tópica de flúor através do bochecho, associada ao tratamento dentário de gestantes e grupos carentes da população. Firmaram-se acordos com as prefeituras para melhor aproveitamento dos consultórios odontológicos subutilizados.

Durante o ano foram atingidos 788.708 escolares com aplicação tópica de flúor, ampliando-se de 12.500 para 14.000 escolas públicas trabalhadas. Foram realizadas também 234.508 consultas, sendo 133.851 a escolares e .... 100.657 para gestantes e outros grupos.

Quanto à política de saúde mental, redirecionou-se a assistência visando à desospitalização do paciente, à maior participação da família e da comunidade no tratamento, ao menor uso de medicamento, à maior descentralização do atendimento ambulatorial e à terapia ocupacional.

Em nível ambulatorial foram realizados:

Consultas médicas psiquiátricas	— 41.354
Consultas psicológicas	— 41.887
Atendimentos psicológicos de grupo	— 18.098
Encaminhamentos para hospitalização	— 1.148

No que concerne à assistência hospitalar, esta foi mantida através dos hospitais próprios, situados nos Municípios de Antonina, Curitiba, Castro, Ponta Grossa e Tibagi, e de 153 leitos contratados em hospitais particulares.

MOVIMENTO HOSPITALAR — 1983

Discriminação	Para Contribuintes do INPS (2)	Para Não Contribuintes do INPS (2)	Total (2)
Internamentos	13.440	8.646	22.086
Altas	20.583 (1)	8.122 (1)	28.705 (1)
Pacientes/dia/ano			531.970
Consultas médicas ambulatoriais	49.665	32.685	82.350
Exames radiológicos	9.025	6.772	15.797

Discriminação	Para Contribuintes do INPS (2)	Para Não Contribuintes do INPS (2)	Total (2)
Atendimentos odontológicos	4.520	9.428	13.948
Cirurgias	1.106	1.211	2.317
Ações obstétricas	1.938	1.131	3.069
Eletrodiagnósticos	359	296	655
Exames de laboratório	17.414	45.729	63.143

FONTE: SESB
(1) Inclui pacientes internados em anos anteriores a 1983.
(2) Incluem dados de dezembro, por estimativa.

Visando à melhoria da qualidade dos serviços hospitalares, foram tomadas as seguintes iniciativas:

— Criação da Unidade de Reabilitação Fisioterápica e Profissional, no Hospital de Dermatologia Sanitária São Roque;
— Reorganização do Pronto-Socorro Psiquiátrico, com a ampliação de 24 para 38 leitos; criação da Unidade de Tratamento do Alcoolismo;
— Criação do Ambulatório Psiquátrico e implantação do Serviço de Eletroencefalografia;
— Criação da comissão permanente para controle de psicotrópicos;
— Padronização de medicamentos e psicotrópicos usados em hospitais;
— Convênio com a Secretaria da Justiça para humanização e melhoria do atendimento médico-social à população carcerária.

* PESQUISAS BIOLÓGICAS — As atividades de pesquisas biológicas são realizadas em 19 laboratórios regionais, 64 laboratórios municipais e 178 postos de coleta de amostras de materiais para o diagnóstico e controle da tuberculose e da hanseníase. Destes últimos, 104 postos de coletas foram implantados no decorrer de 1983.

Estabeleceu-se maior integração com os departamentos da FSCMR, Ministério da Saúde, INAMPS, prefeituras municipais e universidades, do que resultou uma atuação mais ampla dos laboratórios de níveis central, regional e local. Destacam-se a pesquisa para hepatite no sistema HLA, feita em conjunto com a Universidade Federal do Paraná, e o trabalho sobre brucelose realizado com a Universidade Estadual de Londrina.

O Laboratório de Pesquisas Biológicas realizou os exames em seguida especificados e quantificados por setor:

— Setor de Bromatologia: exames físico-quimicos, microbiológicos e microscópicos para análises fiscais e de controle de alimentos; 8.123

— Setor de Microbiologia: exames para o diagnóstico, controle e tratamento das doenças infectocontagiosas de interesse da saúde pública; 52.117
— Setor de Patologia: exames citopatológicos e histopatológicos; 16.808
— Setor de Apoio Técnico: preparo dos meios de cultura e reagentes para manutenção do LPB e dos laboratórios da da rede estadual; provimento da manutenção do Biotério; exames bioquímicos, hematológicos, urinases-litros 2.234

Foram realizados pelos demais laboratórios da rede estadual da FSCMR 321.498 análises clínicas.

Além dos serviços de rotina citados, foram realizados, entre outros, os seguintes trabalhos:

— Implantação do sistema postal, com porte pago, para remessa de lâminas destinadas ao diagnóstico e controle da tuberculose e hanseníase no Estado (experiência pioneira no País);
— Implantação da técnica paar pesquisa da aflatoxina através da cromatografia em camada delgada;
— Implantação da cultura para tuberculose e da cultura para identificação de Coliformes totais na água, em 5 laboratórios regionais;
— Produção em escala laboratorial de soro anti-rábico homólogo (trabalho pioneiro no País);
— A preparação de antígenos para soroaglutinação microscópica em placas para diagnóstico da leptospirose;
— Produção do conjugado antiglobulina humana total;
— Desenvolvimento de tecnologia para preparação de antígenos e soro hiperimunes para arbovirus;
— Pesquisa para diagnóstico e controle da paracoccidioidomicose;
— Inquérito sorológico de 300 crianças de 5 a 15 meses, para avaliação do nível de anticorpos maternos em crianças não-vacinadas e vacinadas contra sarampo;
— Avaliação da resposta à vacina de sarampo em 270 crianças de 7 a 24 meses pelas técnicas de hemaglutinação, soroneutralização e hemabsorção.

* OPERAÇÃO RECONSTRUÇÃO — Foi intensiva a participação da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social na elaboração e execução de medidas postas em prática durante as enchentes ocorridas nos meses de julho e agosto, tais como:

— Mobilização geral para o atendimento aos municípios atingidos;
— Plantão permanente e repasse de material, orientação técnica e folhetos educativos, para técnicos e à população em geral;
— Recrutamento e treinamento de voluntários para atuarem em frentes de trabalho, na realização de atividades de limpeza;

— Mobilização de lideranças e organização de comissões de emergência e/ou mutirões para auxílio da população flagelada;
— Comissão Central de Coordenação de Assistência aos Flagelados de Curitiba;
— Distribuição de 50.000 folhetos contendo orientações sobre controle de doenças, higiene e saneamento durante as enchentes;
— Produção, em caráter de emergência, de 52.000 frascos de 20 ml de hipocloreto de sódio, para a purificação da água usada pelas vítimas das enchentes;
— Distribuição de 56,6 toneladas de diversos medicamentos às áreas atingidas.

* INFRA-ESTRUTURA DE SAÚDE — A adequação da rede física de serviços de saúde do Estado é um dos pontos fundamentais para garantir maior acesso e proporcionar o devido atendimento à população. Foram construídos 8 Postos de Saúde em aglomerados urbano-rurais de 7 municípios e 2 Centros de Saúde na sede de 2 municípios, totalizando 752 m2. Concluiu-se a construção de 25 centros sociais rurais, sendo 12 em sedes municipais e 13 em aglomerados urbano-rurais, totalizando 5.355 m2, com recursos do PRÓ-RURAL. Estão ainda em construção, para término em 1984, 43 centros sociais rurais, sendo 15 em sedes municipais e 28 em aglomerados urbano-rurais, correspondendo a 8.064 m2. Procedeu-se à reforma de 6 Centros de Saúde e 2 escritórios distritais em 8 municípios. Receberam reformas o Laboratório de Pesquisas Biológicas e o Laboratório Químico-Farmacêutico. Foram ampliados o Centro de Saúde da sede do Município de Barra do Jacaré e o Posto de Saúde de Guamiranga, totalizando 119 m2.

* CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS — Em consonância com as Diretrizes do atual Governo, de elevação na qualidade de serviços e de participação nas atividades de saúde, promoveu-se e executou-se a capacitação de 20.283 pessoas, entre funcionários, professores, líderes e outros membros da comunidade.

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ATIVIDADES DE SAÚDE — 1983

Nível	Da FSCMR	Da Rede de Ensino	Da Comunidade	Total de Pessoas Treinadas
Elementar	332	2.038	843	3.213
Médio	64	15.236	76	15.376
Superior	23	1.671	—	1.694
TOTAL	419	18.945	919	20.283

FONTE: SESB

2.3.2 Política de Bem-Estar Social

Iniciou-se em 1983 uma nova orientação para a política de atuação voltada ao bem-estar social, no sentido de inverter o processo orientado por diretrizes assistencialistas, casuísticas e distantes dos interesses da população carente, para uma filosofia voltada ao atendimento dentro de uma perspectiva promocional, criando condições para que o menor ou adulto carente se habilite em funções profissionalizantes para sua auto-suficiência e realização pessoal.

* APOIO E PROMOÇÃO AO MENOR — O Instituto de Assistência ao Menor (IAM) assumiu uma linha de ação, de cunho mais pedagógico que assistencialista, colocando o menor como objetivo primeiro e sujeito de sua própria promoção.

Buscando maior participação comunitária, iniciou-se um trabalho de encontros regionais e outros encontros específicos da área, procurando nortear a ação do IAM, através do estabelecimento de uma linguagem comum e diretrizes adequadas à promoção do menor. Com o objetivo de integrar o IAM com os diversos segmentos da sociedade empenhados na área social, foram realizados contatos, acordos, convênios com órgãos como FUNABEM, LBA, SENAI, SENAC, INCRA, Fundação Cultural de Curitiba, prefeituras municipais, secretarias de estado, Poder Judiciário, etc.

Os escritórios regionais, além de responsáveis pela descentralização administrativa e pela supervisão às Unidades Sociais Conveniadas, encontram-se em processo de transformação em núcleos de dinamização e irradiação da política de atendimento ao menor na sua região.

Visando ainda à ampla participação comunitária, estão sendo procuradas novas alternativas de trabalho destacando-se, entre elas, a participação de casais junto aos menores da Unidade Social Prof. Queiroz Filho e Patronato Santo Antonio, com o objetivo de conhecer e orientar esses menores, bem como apoiá-los quando desinternados. Pretende-se que esta experiência mais tarde seja estendida às demais unidades sociais, bem como incentivadas outras alternativas que possam surgir. Estão sendo realizados estudos para adequação da estrutura organizacional do IAM, bem como estudos na área administrativa, para que sejam corrigidas as disfunções no quadro de pessoal.

* Formação e Profissionalização do Menor — Realizou-se a manutenção de 17 Unidades Sociais Oficiais de permanência e 2 de triagem, compreendendo manutenção (alimentação, vestuário, saúde, educação, serviço social e lazer), profissionalização, apoio e promoção familiar, colocação e acompanhamento profissional.

As Unidades Sociais Oficiais, localizadas em 9 municípios do Estado atenderam, durante o exercício de 1983, a 6.000 menores.

O Programa de Apoio e Promoção Familiar, que tem por objetivo desinternar crianças institucionalizadas, bem como evitar internamentos, foi executado, no decorrer do ano, em 13 Unidades Sociais Oficiais. Também foram atendidas famílias de crianças em regime de internato e semi-internato, através de apoio psicossocial e prestação de serviços concretos, a fim de promover famílias que demonstrem condições de permanecer com seus filhos no lar.

O Programa de Orientação, Colocação e Acompanhamento Profissional foi executado em 6 Unidades Sociais Oficiais, com o objetivo de colocar jovens no mercado de trabalho. Foram atendidos, também, através desse programa, jovens procedentes da comunidade.

Para o período de março a maio de 1983, firmou-se convênio com a FUNABEM, visando à aquisição de material de consumo para as oficinas das Unidades Sociais Oficiais, nas quais são realizados cursos de iniciação e qualificação profissional intensiva nos três setores da economia, bem como atividades terapêutico-ocupacionais.

Operacionalizaram-se, em nível estadual, os convênios firmados em nível nacional entre FUNABEM/SENAI e FUNABEM/SENAC. Elaborou-se, ainda, projeto para assinatura de convênio com o INCRA, visando à realização de cursos profissionalizantes na área rural para as Unidades Sociais Oficiais em 1984, bem como promoveu-se a articulação entre IAM e SEAG, objetivando o apoio técnico e a distribuição de sementes para as Unidades Sociais Conveniadas.

Foi também realizada ação conjunta com a LBA, DETEPAR, Escola Profissional Maria Ruth Junqueira e Fundação Cultural de Curitiba, com vistas à preparação de menores para o trabalho.

* Ação Social através de Unidades Comunitárias e do Centro de Estudo do Menor e Integração à Comunidade (CEMIC) — O Instituto de Assistência ao Menor firmou diversos convênios tais como: SESB/IAM, SESB/IAM/FUNABEM, SESB/IAM/PMC/FUNABEM, beneficiando 258 Unidades Sociais Comunitárias e proporcionando a estas apoio técnico, administrativo e financeiro. Tais Unidades Sociais Comunitárias, situadas em 98 municípios, desenvolvem programas de ação preventiva e socioterapêutica em regime de internato, semi-internato e externato, com uma oferta de 24.226 vagas distribuídas conforme os convênios:

— Entre SESB/IAM e Unidade Social de Convênio (USC), beneficiando 208 entidades localizadas em 85 municípios, proporcionando uma oferta de 12.214 vagas, sendo 2.965 para externato, 6.940 para semi-internato e 2.309 para externato;

— Firmados entre SESB/IAM e a FUNABEM, beneficiando 52 Unidades Sociais Comunitárias que desenvolvem o programa CEMIC, proporcionando 9.710 vagas para semi-internato e 1.430 para externato, totalizando 11.140 vagas;
— Entre SESB/IAM e Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), para fornecimento de alimentação a 8 Centros de Atendimento Infantil (CAIS);
— Entre SESB/IAM/FUNABEM/PMC para a manutenção de 10 CEMICs na Região Metropolitana de Curitiba, com oferta de 872 vagas em regime de semi-internato.

* APOIO E PROMOÇÃO AO ADULTO CARENTE — No período de julho a setembro de 1983, realizaram-se visitas a 260 municípios, o que veio propiciar o levantamento da situação de 956 entidades sociais particulares e a avaliação do atendimento prestado à população carente.

Através desse estudo, foi possível detectar que tais instituições funcionam precariamente, devido à insuficiência de recursos financeiros e humanos e de instalações inadequadas. O trabalho social predominante está voltado ao assistencialismo, em decorrência de políticas sociais que até recentemente nortearam suas ações. Diante dessa realidade, pretende-se utilizar os dados levantados para a elaboração e operacionalização de programas que atendam a necessidades reais e contribuam para a efetiva participação da população carente na melhoria da qualidade de vida e promoção humana.

O Programa de Apoio e Promoção do Adulto Carente atingiu 260 municípios, através das seguintes atividades:

— Convênios com entidades sociais e prefeituras municipais, prestando atendimento a 422.414 pessoas através das atividades de Amparo Social à Velhice, Amparo e Proteção à Maternidade e à Infância, Reabilitação Social, Albergaria, Ação Assistencial Comunitária e Centro Social Urbano;
— Através dos 9 Centros de Triagem e Atendimento Social (CETASs), atendeu-se a 69.189 pessoas nos Municípios de Curitiba, Cascavel, Campo Mourão, Maringá, Londrina, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Guaíra e Umuarama. O trabalho do CETAS implicou na recepção e o estudo de problemas de saúde das pessoas carentes e na concessão de auxílios, tais como: prótese, órtese, passagem, alimentação, hospedagem, remoção, recolhimento, tratamento ambulatorial e encaminhamento às instituições especializadas;
— Atendeu-se a uma população de 16.271 pessoas, através dos 5 Centros de Atendimento ao Migrante (CETREMIs), em funcionamento nos Municípios de Londrina, Maringá, Guaíra, Foz do Iguaçu e Curitiba;

— A Hospedaria do Migrante, que iniciou suas atividades em junho de 1983, vem realizando trabalhos com os migrantes através de hospedagem, alimentação, transporte, orientações gerais e contactos com empresas para colocação empregatícia, de acordo com as ofertas e qualificação dos interessados. A hospedaria vem atendendo em média a 3.615 pessoas/dia por mês;
— Atendimento a 12 paraplégicos, em regime de internamento. Foi realizada adaptação do imóvel provisório, para melhor atender aos internos. Atualmente, o novo Centro encontra-se em fase final de construção, prevendo-se a capacidade para 25 internos.

2.4 HABITAÇÃO POPULAR

A ação do Governo no campo da habitação popular caracterizou-se pelo esforço para equilibrar financeiramente a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), empresa vinculada à Secretaria de Estado do Interior, com a redução de custos operacionais, a renegociação das dívidas existentes e a venda de casas em estoque; dar continuidade à construção de novas casas na linha dos projetos normais financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH); desenvolver projetos alternativos de casas econômicas para famílias de baixíssima renda, de modo a cumprir a meta prevista de construção, neste período de Governo, de 90 mil unidades, duplicando a expectativa inicial, que era de 45 mil casas; incentivar a criação de associações comunitárias de moradores de conjuntos habitacionais, ou fortalecer as existentes.

2.4.1 Austeridade Administrativa

Ao assumir a administração da COHAPAR, sua atual diretoria encontrou a empresa com um pesado saldo devedor perante a Caixa Econômica Federal (CEF) e vultosos compromissos com empreiteiras de obras sem a devida cobertura, pois o empréstimo que deveria suprir os recursos necessários à liquidação desses débitos não estava aprovado pelos agentes financeiros.

Havia, ainda, compromissos com a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), decorrentes de serviços de infra-estrutura realizados nos núcleos habitacionais, e com o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), que concedera financiamento à empresa, uma parte para aquisição de terrenos com a finalidade de manter áreas em estoque e outra para repassar à extinta Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento dos Municípios.

Essas dívidas totalizavam Cr$ 13,4 bilhões, assim discriminados: saldo devedor com a CEF, Cr$ 12 bilhões; dívidas com empreiteiras, Cr$ 509,7 milhões; dívidas com a COPEL, Cr$ 47 milhões; dívidas com a SANEPAR, Cr$ 261,8 milhões; financiamento do BADEP, Cr$ 631,9 milhões. Além disso, a dificuldade de comercialização das casas existentes, em estoque, representava um acréscimo de Cr$ 94 milhões mensais ao passivo da empresa, correspondentes a juros.

As principais providências adotadas para modificar esse quadro foram: negociações com a CEF, que resultaram no refinanciamento da dívida, com prazo de pagamento de 25 anos; reestruturação interna da empresa, com extinção de duas diretorias, duas superintendências e outros cargos, o que

representou uma redução de 15% nas despesas com pessoal; extinção de 6 dos 14 escritórios regionais existentes, com economia de Cr$ 5,4 milhões em nove meses; realização de campanha para diminuir a inadimplência dos mutuários; outras medidas de racionalização administrativa, como a restrição ao uso de telefones, energia elétrica, veículos e máquinas copiadoras alugadas, que resultaram em uma economia global da ordem de Cr$ 42,3 milhões de março a dezembro.

2.4.2 Construção de Casas

A COHAPAR passou a adotar, na atual administração, novos critérios para compatibilizar seus programas de construção de casas com as Diretrizes do Governo. Entre eles destacam-se: utilização de materiais de construção produzidos na região onde será construído o conjunto habitacional; aproveitamento integral de mão-de-obra local; adoção de tecnologias alternativas, conforme características próprias de cada projeto; maior participação das prefeituras, comunidades e mutuários.

Foram construídas 5.319 casas em 1983 — 4.832 em conjuntos habitacionais e 487 unidades isoladas — com um investimento aproximado de Cr$ .. 20,5 bilhões. No período de construção trabalharam 3.000 operários. Serão beneficiadas, com a venda dessas residências, 32 mil pessoas. Ao encerrar-se o exercício estavam em construção 1.140 unidades, que deverão beneficiar cerca de 21 mil pessoas com habitação e cujas obras estão gerando mais 700 empregos. O investimento é da ordem de Cr$ 4,6 bilhões. Também durante este exercício foram realizadas melhorias na infra-estrutura de 14 conjuntos habitacionais, com aplicação de Cr$ 350 milhões.

* PROJETOS — A COHAPAR encaminhou ao BNH, para análise, projetos visando à construção de 855 casas em 9 cidades. Outros projetos, para construção de 2.910 residências, em 16 municípios, estavam em fase final de montagem ao encerrar-se o exercício. O investimento previsto para construir essas 3.765 novas casas é de Cr$ 13,9 bilhões. Outras 6.388 unidades residenciais, distribuídas em 44 municípios, estavam em projeto na COHAPAR na mesma época, e serão encaminhados ao BNH no início de 1984.

* PROJETOS ALTERNATIVOS — A construção de casas para famílias de baixíssima renda pelo sistema de mutirão, com a participação dos mutuários, é uma das soluções alternativas que a COHAPAR, com base no êxito das experiências realizadas em 1983, vai intensificar, para atender maior número de interessados com menor investimento. A programação estabelecida nesse projeto prevê a construção, em 47 municípios, de 1.239 habitações, com emprego de Cr$ 2,2 bilhões do Tesouro do Estado. Outro projeto, para construção em regime de empreitada global de 1.115 casas econômicas em 54 municípios, está sendo negociado com a Caixa Econômica Federal. Outras 1.570 casas estão sendo projetadas para serem construídas, pelo método do mutirão, em 52 cidades.

2.4.3 Atuação nas Enchentes

Um dos problemas mais sérios que atingiram as regiões flageladas pelas enchentes de 1983 foi a destruição de milhares de casas, principalmente nas áreas habitadas por populações de baixa renda. Para atender as famílias atingidas, o Governo do Estado atuou, nesse setor, principalmente por intermédio da COHAPAR.

Com base nos dados levantados em todos os municípios atingidos, foi encaminhado um projeto ao BNH, com solicitação de recursos. Da primeira parcela liberada pelo Banco, de Cr$ 153,7 milhões, a COHAPAR recebeu, até o final de dezembro, Cr$ 109,3 milhões, e aplicou Cr$ 138,5 milhões, utilizando Cr$ 29,2 milhões de seus próprios recursos. Outros Cr$ 300 milhões, provenientes de doações da população, foram destinados pelo Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) à COHAPAR, também com a finalidade de auxiliar a recuperação ou reconstrução de casas atingidas pelas enchentes.

Dentro dos limites dos recursos conseguidos, a COHAPAR montou os programas de atendimento, dando prioridade para as famílias com renda até dois salários mínimos. Em Rio Negro e União da Vitória, os municípios mais atingidos, equipes permanentes de técnicos coordenaram a reconstrução das moradias contratando mão-de-obra local, utilizando o sistema de mutirão e aproveitando todos os materiais em condições de uso nas casas atingidas.

Paralelamente, instituiu-se um programa denominado Banca de Materiais, destinado a atender aquelas famílias que pudessem usar sua própria força de trabalho para a reconstrução. A COHAPAR fornecia os materiais necessários e a orientação e supervisão dos engenheiros da empresa. No total, 3.000 casas foram reconstruídas.

2.5 JUSTIÇA

A política social de promover a justiça, visando à melhoria das condições de vida do povo paranaense, constitui um ponto programático da administração pública.

Quando essa política social promana de evidências facilmente constatáveis, decorrentes da perda de terras para a construção de represas energéticas e determinando mobilidade de populações, de modificações na estrutura agrária a adensar o número de bóias-frias, de agravamentos da violência nos centros urbanos nascidos do inchaço humano provocado pelo êxodo rural e desemprego — violência que colima no crime e na inadequada execução de política penal nos presídios — o Governo oriundo de raízes populares, insatisfeito com os focos de injustiça social, tem de atacar essas anomalias.

E o faz. Em parte, ferindo causas, em parte acionando dispositivos infraestruturais para a contenção dos efeitos, a administração estadual ativa todos os organismos vinculados aos problemas para refrear os focos de injustiças e viabilizar uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, a interação da Secretaria de Estado da Justiça (SEJU), com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), com a Procuradoria Geral da Justiça (PGJ) e o relacionamento apropriado com o Poder Judiciário, enfatizam ações tendentes à modernização administrativa, envolvendo procedimentos em realocações de recursos humanos, materiais, institucionais, financeiros e instrumentais; em criar condições para salutar política de direitos humanos, com preparo de terras devolutas, como as situadas em Castro, para assentamento de população das ilhas-ilhéus — atingidas pelas cheias dos rios, tarefa em que também se viu envolvido o Instituto de Terras e Cartografia, com o repasse de Cr$ 700,0 milhões, para a compra de terras; em fixar flagelados nas áreas mais seguras contra enchentes, através de desapropriações e aquisições de superfícies próprias a loteamentos, construções de habitações e segurança a seus moradores; em afirmar cidadanias, com elaboração de projetos para sua dignidade, como o da criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e intensificação das naturalizações, por meio da Coordenação das Naturalizações de Estrangeiros, responsável pelo maior índice alcançado em 35 anos de trabalho, naturalizando, neste exercício, 969 estrangeiros e efetivando trabalho exemplar para observância dos princípios universais do direito do homem, na assistência permanente a milhares de estrangeiros em situação irregular, residentes no Estado do Paraná, quer agilitando processos de regularização, quer possibilitando aos estrangeiros fugidos por problemas políticos ou exilados de ditadu-

ras latino-americanas, convivência livre e pacífica em terras paranaenses. E, ainda, para afirmação de cidadania, na criação e execução do projeto PRÓ-CIDADANIA, consistente em documentar e redocumentar populações menos favorecidas, compreendendo, através de convênio com a Legião Brasileira de Assistência e a Associação dos Serventuários de Justiça, a elaboração de 15.500 formulários confeccionados na Tipografia da Penitenciária Central, para documentar os flagelados do vale do Iguaçu, com certidões de nascimentos, casamentos e óbitos.

2.5.1 Assistência Judiciária

Nas Diretrizes do Governo, relevante é o desempenho no sentido da assistência judiciária às pessoas necessitadas. Estão envolvidas nesse trabalho a SEJU, na assistência aos presidiários e suas famílias; a PGE, por sua Procuradoria da Assistência Judiciária, aos carenciados das comarcas de Curitiba, Colombo, São José dos Pinhais, Campo Largo, Antonina, Paranaguá, Ribeirão do Pinhal e Paranavaí; e a PGJ, por suas promotorias públicas, nos juízos cíveis, das comarcas de todas as circunscrições judiciárias do Estado.

Sabendo-se que na ordem social paranaense 80% da população total teria juridicamente a faculdade de pleitear assistência judiciária gratuita, pelo realismo de seu reduzido ganho econômico, a SEJU, a PGE e a PGJ estão empenhados em ampliar e aperfeiçoar institucionalmente a assistência judiciária.

Veja-se, entretanto, o que já se atende, com a afirmação de que aquilo que se faz no Paraná, está entusiasmando os que se dedicam a esse trabalho, em outros Estados da Federação, a deduzir da presença de cerca de 800 congressistas no I Congresso Nacional da Assistência Judiciária, efetivado em Curitiba, e I Encontro de Secretários de Justiça, em que modelos, formulários, verificação de modo de atendimento foram observados e levados a outras regiões brasileiras.

Na Capital paranaense, a SEJU deu prioridade de atendimento aos internos das penitenciárias e às suas famílias, conforme se infere da tabela anexa, (2.5.3.). Já a Procuradoria de Assistência Judiciária, da PGE, atendeu aos carentes da periferia, ingressando com 550 ações trabalhistas, 4.024 ações cíveis, 5.025 ações das Varas da Família e 6.887 ações criminais, consistentes em alegações de defesa, apelações e recursos, além de orientação e aconselhamentos individuais, em número correspondente a 111.369 casos, pelas fontes da PGE e da SEJU.

Por outro lado, os promotores públicos, da PGJ, cumprindo regra contida no art. 57, inc. X, da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 16, de 29 de junho de 1983, regulamentada pela Portaria n.º 850/83, PGJ, de 6 de outubro do mesmo ano, passaram a pres-

tar assistência judiciária aos necessitados, em matéria cível, nas comarcas do Interior do Estado (com exceção de Maringá e Ponta Grossa, onde há convênio, a respeito, com as universidades estaduais locais). No pouco tempo de atendimento nessa área, 75 Promotorias serviram a aproximadamente 12.000 pessoas carentes.

Infere-se, assim, dos dados enunciados, que o atendimento a assistência judiciária, no Paraná, apresenta-se num crescendo. Enquanto em 1980, 8.075 pessoas foram socorridas, juridicamente, em 1981 subiu esse número para 33.454; em 1982, para 68.189 e, no ano de 1983, além do atendimento individual, acrescido das ações ajuizadas, totalizou 117.855 pessoas, num aumento percentual de 73% em relação ao ano anterior. E é por isso, exatamente, que se estuda o aperfeiçoamento institucional desse serviço, para política social mais ampla e capaz de frear os desníveis, causadores de evidente mal-estar na vida do povo paranaense.

2.5.2 Humanização do Sistema Penitenciário

A rigor, a chamada crise nas prisões é fenômeno correlato à violência urbana e rural manifestada na conjuntura brasileira. Mas, também, tem muito a ver com o envelhecimento do sistema penitenciário, desaparelhado ainda de legislação penal moderna na execução das penas.

Quando o Governo Estadual iniciou sua gestão, em março de 1983, as penitenciárias do Ahú e de Piraquara passavam por movimentos de rebelião com alto conteúdo destrutivo e desconfiança às autoridades carcerárias.

Por isso, o primeiro trabalho da SEJU foi o de aplacar as prisões e extinguir as anomalias existentes, no âmbito das paixões, com correção de injustiças e em atendimento à política de austeridade nas coisas públicas, preconizada pela nova administração.

Várias medidas, importantes para a redução da violência, no complexo penitenciário do Paraná, foram tomadas, então, pela SEJU. Dentre elas, a determinação de auditorias periódicas nos presídios e constituição da Comissão de Inquérito que apurou irregularidades administrativas em Tamarana.

Ao tempo em que se diagnosticou o custo mensal **per capita** de cada interno nos estabelecimentos penais, para os cofres públicos, calculado em dezembro de 1983 no valor de Cr$ 96.022,20, a SEJU dispôs-se à melhoria do complexo penitenciário, obtendo a aprovação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), tendo já apresentado a documentação exigida, para fins do financiamento de recursos, destinados à execução de projetos de construções, reparos e aquisição de equipamentos, que proporcionarão melhores condições de trabalho, capacitação profissional, carcerária, minimização da

superlotação, além de aumentar a produção nos canteiros de trabalho e diminuir os gastos com alimentação. Paralelamente, procedeu a estudos e reestruturou a Coordenação do Sistema Penitenciário (COOSIPE), do Conselho Penitenciário e do Fundo Penitenciário, este último através da elaboração de anteprojeto, convertido na Lei n.º 7.809, de 29 de dezembro de 1983, que, criando as condições jurídicas para a obtenção dos recursos, permitirá o desenvolvimento de política de execução de pena compatível com as conquistas penitenciárias e ensejará a humanização do sistema, no provimento de recursos à população carcerária, capaz de conter e reduzir a proporções menores o índice de reincidência criminal.

* DESCENTRALIZAÇÃO DOS PRESÍDIOS — A preocupação do Governo, na construção de presídios nas regiões Norte e Oeste, acompanhada do preparo de colônias penais, obedece a imperativo de moderna visão penitenciária.

A edificação de novas unidades penitenciárias, passível de ser viabilizada com os recursos materiais e financeiros que o exercício de 1984 abrirá à SEJU, justifica-se, ainda, como o demonstra a tabela abaixo, pela evidência de que a capacidade física e a ocupação do atual complexo penitenciário estão a exigir o novo dimensionamento do problema, a ser executado em Londrina e Cascavel.

CAPACIDADE FÍSICA E OCUPAÇÃO DO COMPLEXO PENITENCIARIO 1983

Estabelecimento Penal	Capacidade	Ocupação	%
Penitenciária Central do Estado	728	1.058	145
Prisão Provisória de Curitiba	350	646	185
Penitenciária Feminina	27	44	163
Colônia Penal Agrícola	320	185	58
Manicômio Judiciário	211	251	119
TOTAL	1.636	2.184	133

FONTE: GPS/SEJU

* LABORTERAPIA — A reintegração do homem prisional à sociedade, como política social de alto e meritório objetivo, faz que a SEJU se preocupe com a laborterapia nos presídios e nas colônias penais.

A laborterapia, com seus programas para profissionalização dos internos, está consistindo, na Colônia Penal Agrícola de Piraquara, no plantio de trezentos alqueires de produtos agrícolas e da destinação de idêntica área a projeto pró-várzeas, onde árvores apropriadas estão sendo plantadas pelos presidiários.

Já nos presídios, entendidos estes como as unidades penitenciárias guarnecidas, a laborterapia se manifesta através das oficinas próprias de trabalho e com a preocupação de preparar os internos em cursos regulares de alfabetização, inclusive com a dotação de todas as unidades de bibliotecas, presentemente cada uma agraciada, em 1983, com um mínimo de 400 livros.

Com a terapia ocupacional aplicada a detentos e reclusos, a redução do índice de fugas dos internos perigosos caiu acentuadamente.

* CONSELHO PENITENCIÁRIO — O Conselho Penitenciário é o órgão de cúpula da SEJU para estudar e viabilizar ou não os livramentos condicionais, comutações de penas, indultos, as solicitações jurídicas, sociais e psicossomáticas recomendáveis à ressocialização de penitenciários.

No ano de 1983, o Conselho Penitenciário relatou favoravelmente 1.059 pareceres, enquanto 809 foram relatados em 1982. Também é animador o confronto em relação aos livramentos condicionais concedidos — 378 em 1983 contra 203 em 1982.

2.5.3 Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado, integrada à SEJU, na forma do art. 59 da Constituição Estadual, cumpriu as atribuições que lhe determina a Lei Estadual n.º 7.074, de 2 de janeiro de 1979.

No sentido de integrar-se totalmente à política social de afirmar atos de justiça, a PGE preocupou-se, no exercício de 1983, em normatizar as estruturas jurídicas do Estado, preparando-as infra-estruturalmente com a reordenação de estatutos, regimentos, portarias de vários órgãos da administração pública, bem como pela ação de suas procuradorias forense, fiscal, do patrimônio, administrativa, trabalhista e previdenciária, de assistência judiciária e também por sua Representação Judicial em Brasília, a desenvolver todo um trabalho de defesa do Estado do Paraná.

Para os onze advogados que atuaram na área fiscal, coube o total de 5.799 processos. Desses, 5.078 em andamento permitem um valor de créditos em execução de Cr$ 721,1 milhões.

Mas, aonde aponta mais lisonjeira a atividade da PGE é na solução que vem dando ao patrimônio — terras devolutas — do Estado, com sua intransigente atuação, juntamente com o Instituto de Terras e Cartografia, na defesa do patrimônio público, e na seriedade com que vem encarando os problemas ligados às indenizações por desapropriações, anteriormente entregues à Procuradoria Judicial do DER.

Por outro lado, substituindo o funcionamento irregular das subprocuradorias regionais sujeitas às influências político-partidárias, pelo credenciamento, nas 94 comarcas, de 160 advogados, conseguiu a PGE a melhoria do serviço de assistência judiciária e rápido andamento nos processos de execução fiscal.

É relevante que tenha a PGE a supremacia de 90 decisões favoráveis contra 28 desfavoráveis, em julgados que a Representação Judicial em Brasília teve junto ao Supremo Tribunal Federal. O seguinte demonstrativo evidencia sua decisiva atuação:

TRAMITAÇÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PARANÁ EM BRASÍLIA

Discriminação	Nº de Processos
No Supremo Tribunal Federal	239
No Tribunal Federal de Recursos	20
No Tribunal Superior de Trabalho	56
TOTAL	315

FONTE: PGE

Já o setor de avaliações e cálculos da PGE acusou sua interferência em 1.694 processos, com avaliações no valor de Cr$ 20.920,4 milhões em 4.093 imóveis avaliados.

A Procuradoria Trabalhista ajuizou 31 reclamações trabalhistas, contestou 41, atuou em 23 recursos ordinários, 24 recursos de revista e pagou Cr$ 40,4 milhões de precatórios. Já o Protocolo da PGE registrou a participação em 2.604 processos judiciais e em 2.037 processos administrativos, a evidenciar o alcance de sua atividade na área do Poder Judiciário, com o qual mantém relações as mais cordiais.

Ressalta-se, da participação da PGE no propósito de uniformizar diretrizes de comportamento de todos os órgãos da administração direta e da administração indireta a sistematização que faz de processos administrativos, de normas a serem seguidas e no caráter consultivo com que fornece ao Governo a elaboração jurídica infra-estrutural, estando em seus planos a obtenção de sua maior racionalidade de funcionamento, com a pretendida reforma jurídica, através da lei complementar em que passará à sua autonomia administrativa, debaixo da integração à Governadoria do Estado. Todavia, essa expectativa dependerá de emenda constitucional a ser procedida junto aos artigos 26 e 59 da Constituição do Estado, prevista para 1984.

Já o Centro de Estudos, Pesquisas e Divulgação Jurídica, da PGE, ampliou substancialmente sua atuação no exercício de 1983, com aquisição de livros jurídicos, intensamente usados pelas várias procuradorias, com o controle dos processos, com publicações de estudos jurídicos, e aguarda-se para proximamente servir-se, através do setor administrativo da PGE, de aparelho de processamento de dados.

2.5.4 Procuradoria Geral da Justiça

O Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis, provendo-lhes a execução, e promovendo as ações penal e civil públicas, teve, em 1983, no Paraná, o registro excepcional de intervenção em 50.000 processos.

A PGJ determinou a participação objetiva de promotores da justiça em reuniões nas diversas regiões do Estado, com a finalidade de analisar e debater temas jurídicos visando ao aperfeiçoamento e à uniformização dos pronunciamentos oficiais dos integrantes da classe.

Participou a PGJ, também, dos Encontros sobre Problemas dos Meninos de Rua, realizados em Pato Branco, Cascavel, Maringá, Londrina e Curitiba, sob o patrocínio da FUNABEM e da UNICEF, nos quais os membros do Ministério Público apresentaram formulações de enfoques alternativos para assistir crianças no sentido de construirem uma vida frutífera dentro de seu próprio ambiente, fortalecendo seus laços com a família e a comunidade.

Na esfera de sua contribuição à política social tendente ao aperfeiçoamento da Justiça, a PGJ participou de duas reuniões do Conselho Nacional de Procuradores de Justiça, realizadas em Brasília e em São Paulo, através de seu Procurador Geral da Justiça, nas quais se discutiram temas relativos aos anteprojetos dos Códigos Penal, de Processo Penal, de Execuções Penais, lei de uso do solo urbano, além de assuntos institucionais. Neste campo, ainda por intermédio de grupo de trabalho especialmente criado, a PGJ atendeu a diversos casos de loteamentos clandestinos, cujas soluções foram atingidas.

Aparelhou-se, também, a PGJ, infra-estruturalmente, para cumprir com eficiência suas atribuições. Cada Promotoria da Justiça das Varas Criminais da Capital foi provida de instalação de gabinetes condizentes. Espera-se, para 1984, o aparelhamento de 40 Promotorias de Justiça, com gabinete. Concurso para ingresso na carreira foi providenciado. Inscritos 589 candidatos, com rigorosa averiguação de seus antecedentes, as provas serão iniciadas, presumivelmente, em março de 1984. Há 38 vagas na carreira, composta por 301 cargos na primeira instância.

Quanto à atuação dos órgãos superiores da PGJ na segunda instância, pelo Procurador Geral da Justiça e Procuradores da Justiça foram emitidos 3.334 pareceres em processos de competência do Tribunal de Justiça, 1.781 do Tribunal de Alçada, e interpostos ou contraminutados 397 recursos ao Supremo Tribunal Federal, num total de 5.512 pareceres e recursos. Todavia, para eliminar a profusão de papel e economizar espaço em suas dependências, a PGJ instalará no exercício de 1984 serviço de microfilmagem, objetivando dinamizar e modernizar seus serviços.

2.6 SANEAMENTO

Atingir a meta de fornecimento de água tratada a 95% da população urbana em todos os municípios paranaenses e ampliar o atendimento dos serviços de esgotos sanitários para 28%, até 1986, é uma das principais propostas do Plano de Ação do Governo, no campo social.

Ao encerrar-se o exercício de 1983, 84% do total da população urbana do Estado estava atendida por serviços de água tratada, fornecidos pelos sistemas sob responsabilidade da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) ou daqueles administrados diretamente pelas prefeituras municipais. Os serviços de esgotos sanitários beneficiavam, na mesma época, 23% da população urbana total do Estado.

O desafio para cumprir o compromisso de elevar esses índices é muito grande. Mas o Governo vem trabalhando com empenho e dedicação total nesse sentido. A orientação adotada pela Secretaria de Estado do Interior, e que vem sendo cumprida fielmente pela SANEPAR, a ela vinculada, foi de dar continuidade aos programas convencionais em curso, sem qualquer paralisação ou atraso nas obras iniciadas na administração anterior, e, ao mesmo tempo, ampliar o emprego de novas tecnologias, mais simples e de custo menor, facilitando o uso desses serviços essenciais pelas pequenas comunidades.

O maior obstáculo que atualmente existe, e que pode ameaçar a consecução desses objetivos, é a restrição imposta pelas autoridades federais, mediante a Resolução n.º 831, do Banco Central, que impede as instituições de financiamento, como o BNH, de conceder empréstimos, além de determinados e rígidos limites, às empresas estaduais de saneamento. Já no exercício de 1983, tornou-se difícil acelerar mais ainda as obras programadas de serviços de água e esgotos porque, mesmo existindo os recursos específicos para financiamentos a esse setor, não foi possível utilizá-los, nem mesmo por intermédio de repasses via Banco do Estado do Paraná S/A.

2.6.1 Expansão dos Serviços de Água

Em 1983, mais 362.000 paranaenses passaram a dispor dos benefícios da água tratada. A SANEPAR atende, hoje, a cerca de 3.900.000 habitantes urbanos. Este número corresponde a 85% da população urbana das localidades com sistemas de abastecimento de água administrados pela empresa. Para atingir esses índices, a SANEPAR investiu Cr$ 13,6 bilhões no decorrer do exercício. Foram realizadas 60.621 novas ligações, elevando-se de 736.634 para 797.255 as ligações existentes. O número de localidades servidas aumentou de 308 para 334 (258 sedes municipais e 76 distritos).

Foram ampliados 22 sistemas já existentes e concluídas as obras de construção de 45 novos. Treze núcleos habitacionais de baixa renda receberam atendimento. Entre os novos sistemas construídos estão os que servem às sedes dos Municípios de Jesuítas, Nova Prata, Cantagalo, São Jorge do Patrocínio, Três Barras do Paraná, Juranda e Barra do Jacaré. Ao encerrar-se o exercício, estavam em andamento obras de abastecimento de água que irão beneficiar 45 localidades: 3 sedes municipais (Boa Vista da Aparecida, Braganey e Turvo) e 26 distritos, com a construção de novos sistemas, e 16 sedes municipais com obras de ampliação.

* PROJETOS TÉCNICOS — Foram concluídos 81 projetos técnicos de abastecimento de água para atender a 24 sedes de municípios (construção e ampliação) e 58 distritos (construção). Para as pequenas localidades, urbanas e rurais, estão sendo elaborados projetos simplificados, tendo em vista a necessidade de compatibilizar a demanda por novas obras e os recursos disponíveis. Apesar disso, esses projetos estão qualificados para atender às necessidades de abastecimento de água das populações, dentro dos padrões de potabilidade requeridos.

2.6.2 Expansão dos Serviços de Esgotos Sanitários

A expansão dos serviços de esgotos sanitários está condicionada à política do Governo Federal para o setor de saneamento básico, definida no Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), que atribui prioridade, em caráter permanente, aos serviços de abastecimento de água. Esse é um dos motivos do contraste entre os índices de evolução do atendimento às populações urbanas do Estado com serviços de água tratada e aqueles que registram a expansão dos serviços de esgotos sanitários.

Evidencia-se, mais uma vez, a dependência dos governos estaduais em relação ao Poder Central. Nesse caso, mesmo havendo uma opção clara da comunidade paranaense em favor de políticas públicas que privilegiem os investimentos no campo social — opção expressa na preferência popular pelos candidatos que defenderam essas políticas — o Governo do Estado achase de mãos atadas para desenvolver um programa mais agressivo de obras de esgotos sanitários, capaz de estender a maior número de paranaenses os benefícios que almejam nesse setor do saneamento básico.

A despeito dessas dificuldades, houve, em 1983, uma expressiva evolução no número de habitantes atendidos com serviços de esgotos sanitários, que passaram de 977 mil para 1.120 mil, representando 39% da população urbana das localidades servidas pela SANEPAR. Dos 38 sistemas que existem no Estado — todos beneficiando sedes de municípios — 33 são administrados pela SANEPAR e 5 por autarquias municipais.

No exercício de 1983, com um desembolso de Cr$ 4,63 bilhões, foram concluídas 29 obras de esgotos sanitários, destacando-se entre elas as de Guaíra, Umuarama, Santa Helena e Curitiba. Na Capital, foram construídos 130 quilômetros de rede e a primeira etapa das obras do rio Ovu, em Santa Felicidade. Entre as obras em andamento, destacam-se as de Ponta Grossa (rede e interceptores) e Londrina, que têm investimentos totais programados de Cr$ 18 bilhões e Cr$ 20 bilhões, respectivamente.

* PROJETOS TÉCNICOS — Foi concluído em 1983 o projeto técnico de esgotos sanitários de Cascavel, e encontram-se em fase de elaboração os de Pato Branco e Francisco Beltrão e o da estação de tratamento de Ponta Grossa.

2.6.3 Sistema Passaúna

Entre as obras de abastecimento de água em construção pela SANEPAR merece referência especial o Sistema Passaúna, que tem como finalidade atender, em caráter definitivo, à demanda das áreas industriais em expansão a oeste e ao sul de Curitiba e do Município de Araucária. O investimento programado é de Cr$ 8,6 bilhões. As obras foram iniciadas em abril de 1983 e a conclusão está prevista para meados de 1985.

Esse projeto, de importância fundamental para a garantia do abastecimento futuro da Capital, consta, basicamente, da utilização do Rio Passaúna, que será aproveitado em duas etapas: a primeira, com captação a fio-d'água, proporcionará um acréscimo de 500 litros por segundo ao sistema; a segunda, que depende da construção, pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, de uma barragem de regularização do rio, ampliará a capacidade total da captação para 2 mil litros por segundo.

2.6.4 Aperfeiçoamento Gerencial e Técnico

A SANEPAR já vinha se destacando entre as empresas estaduais de saneamento, tanto pela qualificação do seu pessoal como pelos índices de desempenho operacional e técnico. Os rigorosos critérios de austeridade na administração, adotados pelo Governo, e o equilíbrio e racionalidade do trabalho de coordenação que passou a ser exercido pela Secretaria de Estado do Interior são fatores que contribuíram para que se aperfeiçoasse, em 1983, o desempenho da empresa.

Um exemplo expressivo desse aperfeiçoamento é o índice de 276,4 ligações por empregado, alcançado pela SANEPAR em 1983 (a segunda colocada obteve a marca de 178,6), o que a situa em posição de liderança entre as demais empresas estaduais de saneamento, em eficiência gerencial. Daí resulta num prestígio que fez com que o Paraná fosse escolhido para sediar uma Escola de Saneamento, com nível de 2.º grau, que vai qualificar mão-de-obra,

no setor de saneamento básico, para todo o Brasil. A SANEPAR foi escolhida pelo Comitê de Recursos Humanos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) para, junto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), orientar essa instituição. A Escola de Saneamento está sendo construída em Curitiba, com investimento de Cr$ 1 bilhão, e deverá estar funcionando em março de 1985, com capacidade para formar 200 técnicos, anualmente.

O Banco Nacional da Habitação (BNH), reconhecendo também a posição de vanguarda que a SANEPAR assumiu, no conjunto das empresas de saneamento básico do País, decidiu que os métodos gerenciais desenvolvidos pelos seus técnicos deveriam ser difundidos às empresas congêneres. Para isso, em outubro e dezembro foram realizados dois seminários em Curitiba, nos quais diretores e técnicos de companhias de saneamento dos demais Estados tomaram conhecimento dos avanços alcançados pela SANEPAR na administração de seus serviços. O Sistema Gerencial de Manutenção, desenvolvido para racionalizar a manutenção de redes de água e esgotos, assegurando maior economia à empresa e melhor atendimento aos usuários, foi, por sugestão do BNH, adotado como modelo por todas as outras empresas estaduais.

* CONTROLE DE PERDAS — Em julho de 83 foi iniciado o Programa Estadual de Controle de Perdas, que tem por objetivo reduzir o volume de água tratada que se perde nos sistemas da SANEPAR. As perdas são conseqüência do vazamento nas redes, da idade dos sistemas, da inadequação dos materiais e dos equipamentos existentes em sistemas originalmente autônomos (de propriedade e operados por prefeituras) incorporados à empresa, de hidrômetros instalados com vida útil vencida e de outros fatores.

O atual índice de perdas da SANEPAR é de 35%, um dos menores entre as companhias estaduais de saneamento do País. O programa em questão objetiva reduzir esse índice para 20%, em 1990, com uma meta intermediária de 25%, até 1985. Os 15 pontos percentuais de redução que se espera alcançar, até o final do programa, representará uma economia de 120 milhões de litros diários — o suficiente para abastecer uma cidade de um milhão de habitantes. O BNH, reconhecendo a importância desse projeto, aprovou a concessão de financiamento da ordem de Cr$ 7,3 bilhões para sua execução.

2.6.5 Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas

A SANEPAR deu prosseguimento, em 1983, às pesquisas sobre a utilização do gás metano (biogás purificado), derivado do tratamento de esgotos, com duas importantes inovações: adaptação de um caminhão para funcionar com uma mistura diesel-metano e de um automóvel de passageiros para uti-

lizar metano como combustível. No 12.º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, no final de novembro, esses dois veículos despertaram grande interesse entre os técnicos de outras companhias de saneamento e de empresas de engenharia sanitária de todo o País.

A produção, em maior escala, do gás metano como subproduto do tratamento de esgotos, além de representar perspectiva concreta para redução das tarifas dos transportes públicos, irá beneficiar as populações servidas por sistemas de esgotos sanitários, pois o uso direto desse combustível nos veículos de propriedade das empresas de saneamento e a eventual venda de excedentes terá como resultado adicional, a diminuição dos custos industriais e operacionais dos serviços de tratamento de esgotos.

Essa posição de vanguarda do Paraná no desenvolvimento de uma tecnologia alternativa para produção e aproveitamento de biogás a partir dos esgotos (tanto para finalidade automotriz como para uso doméstico) está servindo de modelo para programa semelhante em início de implementação pelo Governo do Rio Grande do Sul, mediante convênio assinado entre a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) e a SANEPAR.

Outro projeto de desenvolvimento de tecnologia alternativa intensificado em 1983 foi o de produção de gás a partir da biodigestão do lixo e dos resíduos dos esgotos. Tal experiência, inédita na América Latina, está sendo realizada na Usina Piloto de Piraí do Sul. Essa cidade de 10 mil habitantes já contava, em dezembro de 83, com metade da rede de distribuição de biogás instalada, alimentando fogões de 150 residências, adaptados à utilização desse combustível. Com o término das obras de construção de dois gasômetros estará concluída a primeira etapa do projeto, que vai abastecer 340 residências. Os testes da rede de distribuição que corresponde a essa fase deverão ser feitos no início de 1984. Também estão sendo concluídas as obras de construção dos dois tanques biodigestores de lixo. Esse projeto está sendo implementado com recursos do Governo do Estado, do Banco do Brasil e do Conselho Nacional do Petróleo.

2.7 MEIO AMBIENTE

O fato mais importante a destacar, neste campo, foi a montagem da proposta básica para o Programa Estadual do Meio Ambiente. A implementação desse programa é uma etapa indispensável para posterior elaboração de um Código Estadual do Meio Ambiente, sugerido nas Diretrizes do PMDB para o Plano de Governo e considerado como instrumento essencial para uma política, de longo prazo, de preservação dos recursos naturais do Estado.

O Programa Estadual do Meio Ambiente tem como objetivo imediato integrar todos os órgãos executores da política estadual de meio ambiente, de modo a assegurar a racionalidade das ações de responsabilidade do Governo do Estado, evitar a superposição de atividades por parte de esferas diversas de poder e mobilizar as comunidades para que participem do esforço comum em defesa dos recursos naturais, mediante o uso racional e o manejo adequado dos solos, das águas e do ar. Cinco Secretarias de Estado coordenam sua implementação: Interior, Agricultura, Planejamento, Educação e Saúde e Bem-Estar Social.

Razões de ordem técnica condicionaram a fixação, nessa proposta inicial, de um único parâmetro previamente estabelecido: a bacia hidrográfica, escolhida como unidade territorial de planejamento. Todas as demais variáveis que influem na problemática do meio ambiente serão discutidas com os setores organizados e representativos da população.

Em função disso, e para atender a dois dos principais compromissos políticos assumidos pelo atual Governo com o povo paranaense — a democratização do poder e a participação comunitária — representações comunitárias de cada uma das dezesseis bacias hidrográficas do Estado deverão compartir, com os representantes de todos os órgãos da administração estadual envolvidos com os problemas do meio ambiente, o comando do processo de decisão sobre as definições mais relevantes, no âmbito de cada região, a respeito das prioridades e das soluções mais adequadas para enfrentar o grande desafio da preservação ambiental.

O Programa Estadual do Meio Ambiente, apesar de constituir-se no primeiro passo de uma política governamental mais ampla e abrangente para esse setor, já é o resultado de uma ação intensiva dos diversos órgãos do Governo Estadual, entre março e dezembro de 1983.

Para alcançar os objetivos propostos nessa primeira etapa de articulação de uma política global de meio ambiente, era imprescindível reformular a estrutura e a maneira de atuar dos principais órgãos da administração estadual encarregados da sua execução.

A Secretaria de Estado do Interior (SEIN), que, de acordo com a legislação vigente, é responsável por grande parte das ações governamentais voltadas à preservação ambiental, reestruturou-se internamente para cumprir com maior eficácia essa e outras responsabilidades e ampliou o seu papel de centro ativador e coordenador das ações das empresas e autarquias a ela vinculadas.

Responsável também pela coordenação das obras e programas nas áreas de energia, saneamento, habitação, erosão urbana e radiodifusão, a SEIN não dispunha de uma estrutura administrativa adequada às suas funções. Para compatibilizar essa estrutura com os novos critérios político-administrativos baseados na austeridade e na contínua consulta à comunidade — Diretrizes do Plano de Ação do Governo — procedeu-se a uma completa avaliação dos recursos materiais, financeiros e humanos do órgão, mediante um amplo debate interno sobre a Secretaria, suas responsabilidades políticas, sociais e administrativas e as novas exigências de uma gestão governamental que tem nos problemas sociais o centro de suas preocupações.

A inovação de maior amplitude, adotada após essa análise autocrítica, foi a criação de assessorias especiais constituídas por pessoas que, antes da posse do atual Governo, já trabalhavam na avaliação da conjuntura estadual e na elaboração de novas propostas para políticas e programas, coerentes com os pontos de vista filosóficos e políticos sustentados pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

A partir daí, respeitando-se a estrutura funcional existente, estabeleceu-se novo estilo de trabalho, estimulando-se o espírito de equipe e adotando-se a prática da discussão aberta com a coletividade na formulação dos planos de ação.

Essa nova forma de trabalho propiciou bons resultados no que se refere à administração interna e, externamente, permitiu uma riquíssima experiência de relacionamento do Governo com os diversos segmentos da sociedade, traduzida na realização de 38 reuniões microrregionais (incluindo-se a participação nas reuniões para debate do Plano do Governo) e um grande número de outros contatos diretos da Secretaria, por intermédio de equipes de trabalho, com as comunidades atendidas, envolvendo todos os seus níveis de representação.

2.7.1 Poluição Ambiental

A ação direta do Estado para proteção do meio ambiente contra qualquer agente poluidor ou perturbador deve ser coordenada, de acordo com a Lei n.º 7.109, de 17/1/79, que regulamenta a matéria, pela Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA). Deficiências de ordem estrutural dificultavam a atuação do órgão, o que foi sanado com

o Decreto n.º 1.062, de 24/6/83, que lhe modificou a estrutura organizacional e foi elaborado a partir de opções adotadas em um seminário interno, com a participação de todos os funcionários.

Entre os princípios que orientaram a montagem dessa nova estrutura destaca-se a democratização do poder, representada principalmente pela entrega, aos representantes da comunidade, do controle sobre as principais decisões da SUREHMA. O Conselho de Administração, órgão colegiado de direção superior, anteriormente integrado por quatro representantes do Governo do Estado e um da comunidade, passou a ter seis representantes de instituições comunitárias e cinco do Governo.

Ainda no âmbito da organização administrativa interna, a SUREHMA promoveu a adequação do quadro funcional às novas exigências geradas pela previsão do aumento de suas atividades. Adotaram-se, paralelamente, rigorosas medidas de contenção de despesas de custeio, sem prejuízo da qualidade e do volume dos serviços prestados. É significativo o registro de que foram feitas 40 mil análises laboratoriais em 1983. Em 1982 foram realizados 27 mil exames da mesma espécie.

Além dessa participação direta da comunidade na direção da SUREHMA, ampliaram-se os contatos com as organizações representativas da população. Para detectar com maior precisão os problemas das regiões analisadas, especialmente nas áreas metropolitanas e nos pólos industriais do Interior, realizaram-se reuniões com prefeituras, parlamentares, entidades preservacionistas, associações de classe, sindicatos e associações de moradores de bairros. Desse trabalho inicial concluiu-se pela necessidade de maior entrosamento entre os órgãos do Governo responsáveis pela execução da política de meio ambiente e entidades comunitárias, como a Federação de Associações de Bairros do Paraná, o Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana, a União Geral de Moradores de Bairros e outros.

Para dar maior consistência ao papel dessas organizações como colaboradoras do poder público nos programas de preservação do meio ambiente decidiu-se, já em 1983, isentar da cobrança de taxas os exames laboratoriais, por elas solicitados, que objetivem localizar focos de poluição ou degradação do ambiente. Essa participação da comunidade na fiscalização dos problemas ambientais será ampliada significativamente em 1984 com a organização, num trabalho conjunto da SUREHMA com a TELEPAR, de uma central de atendimento para solicitação de serviços, com área de atuação nas regiões atendidas pela SUREHMA e seus escritórios.

Ainda com a finalidade de dar ao principal órgão da administração estadual envolvido na problemática do meio ambiente melhores condições para desempenhar as tarefas sob sua responsabilidade, procedeu-se à aquisição de novos equipamentos: um cromatógrafo (destinado à análise de resíduos de pesticidas em água, peixes, lodos, alimentos e efluentes

industriais) para o Escritório Regional de Toledo, no valor de Cr$ 35,0 milhões; uma sonda para perfuração de micropoços, no valor de Cr$ 70,0 milhões; três equipamentos para filtração de água em membrana (técnica que assegura maior rapidez nos resultados da análise) para os laboratórios de Curitiba, Toledo e Londrina; um aparelho tipo *Hi-Vol* (que determina a existência de partículas em suspensão no ar) para fiscalização industrial.

* PROJETOS AMBIENTAIS — Três importantes projetos ambientais foram montados pela SUREHMA em 1983: para prevenir os efeitos negativos, sobre o ambiente da região, da obra de construção da ponte Brasil-Argentina em Foz do Iguaçu; para possibilitar à Prefeitura de Cascavel a adoção de medidas capazes de reduzir o efeito das cargas poluidoras, provenientes de efluentes domésticos e industriais, sobre o lago que será construído naquela cidade; para criação de uma área de lazer a margem do Lago de Itaipu, no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

* CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA — A ampliação do uso de novas tecnologias de saneamento básico para pequenas comunidades é uma proposta do Plano de Ação que teve amplo desenvolvimento nesse primeiro ano de Governo. Nesse sentido, acelerou-se o programa de pesquisa para viabilizar a construção de micropoços com captação subterrânea e intensificou-se o levantamento de dados hidrogeológicos, essencias para o desenvolvimento desse projeto alternativo. A análise hidrogeológica preliminar de todas as bacias hidrográficas do Estado deverá estar concluída em meados de 1984.

O aproveitamento contínuo dos lençóis subterrâneos do Aquífero Botucatu para o abastecimento de Londrina, projeto a ser implementado pela SANEPAR, depende de pesquisas que estão sendo iniciadas pela SUREHMA. Em 1983 foram assegurados recursos da FINEP e do CNPq para esse projeto.

Encontra-se em início de implementação um programa de atendimento, com serviço de água encanada de boa qualidade, às pequenas comunidades que, em virtude de problemas de poluição ambiental, têm a saúde permanentemente ameaçada por doenças causadas pela contaminação hídrica. O Governo se encarregará da perfuração de micropoços e da construção de reservatórios e a população, mobilizada numa espécie de mutirão — experiência que já teve êxito em outras atividades — ficará responsável pela operação desses microssistemas, rateando as despesas de distribuição.

* ÁGUAS SUPERFICIAIS — A preservação da qualidade das águas superficiais e o controle dos focos de poluição hídrica é outra responsabilidade do Governo em relação ao meio ambiente. A avaliação da carga poluidora dos rios paranaenses tem sido feita em 12 das 16 bacias hidrográficas do Estado, com exceção da pesquisa de elementos tóxicos que só

é realizada em alguns rios muito poluídos da bacia do Alto Iguaçu. Em 1983 as amostras para exames laboratoriais foram colhidas nas bacias dos rios Iguaçu, Ivaí, Cinzas, Itararé, Paranapanema, Pirapó e Alto Piquiri. Os parâmetros analisados registram, nessas sete bacias que podem servir de amostragem da situação do Estado, um aumento de 6,4% de poluição hídrica em relação a 1982. Tanto os dados colhidos em 1982 como em 1983 mostram que os coliformes fecais e totais são responsáveis por cerca de 70% dos índices de contaminação das águas.

Ainda com relação às águas superficiais foram implementados, mediante entendimentos com a Binacional Itaipu, projetos para pesquisa sobre possível alteração da qualidade das águas no Lago de Itaipu. Paralelamente, desenvolvem-se estudos, naquele reservatório, sobre a preservação e aclimatação de peixes. O objetivo da SUREHMA, responsável por esses projetos, é acumular conhecimentos sobre as alterações ambientais provocadas por grandes barragens para poder agir, preventivamente, no futuro, quando da realização de obras semelhantes no Estado.

Também sob a responsabilidade da SUREHMA foi elaborado um plano diretor de abastecimento de água e controle da poluição da região do METRONOR, onde se concentram quase três milhões de pessoas, principalmente nas áreas urbanas dos treze municípios do eixo Londrina-Maringá. Esse plano, que focaliza os problemas ambientais de maneira integrada, leva em conta as disponibilidades e a qualidade das águas dos rios da região para aproveitamento doméstico, comercial, industrial e agropecuário, bem como a definição de áreas apropriadas para o recebimento de despejos.

A utilização racional dos recursos hídricos exige que os aproveitamentos existentes e futuros sejam disciplinados e haja uma fiscalização permanente das normas de uso. Com esse objetivo foi criado na SUREHMA, em 1983, o Serviço de Concessão e Derivação das Águas de Propriedade do Estado, de modo que sejam obedecidas todas as diretrizes do planejamento ambiental integrado.

* POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA — O controle da poluição atmosférica e sonora, apesar de não ter alcançado os níveis previstos para 1983, foi objeto de intensa atividade da SUREHMA. Foram cadastradas, para fins de fiscalização, 33 indústrias em Curitiba e 29 no Interior; atendidas 200 reclamações da comunidade contra indústrias poluidoras; e instaladas duas novas estações de amostragem do ar; foi feito, também, o acompanhamento na instalação de equipamentos em outras 25 indústrias.

Quanto à infra-estrutura existente de estações para recolher amostras e analisar a qualidade do ar, o Paraná conta com sete estações tipo *OMS/OPS* — fazem parte da Rede Pan-Americana de Amostragem do Ar e fornecem dados de acordo com as exigências da Organização Mundial de Saúde (OMS) — que determinam o índice de corrosividade, a taxa sulfa-

tação e as concentrações de partículas sedimentáveis ou em suspensão; oito estações tipo "modelo reduzido", que registram a taxa de sulfatação e a quantidade de partículas sedimentáveis; e 59 estações tipo "plaquinha", que assinalam apenas a taxa de sulfatação.

O programa da SUREHMA, de ampliação e melhoria da rede de estações em uso, prevê a instalação de mais duas unidades tipo *OPS/OMS* em Curitiba e a transferência da que existe em Cascavel para Toledo, além da montagem de 50 novas estações tipo "modelo reduzido" em diversas regiões do Estado. Cinco das estações existentes serão equipadas com aparelhos tipo Hi-Vol (que acusam a existência de material particulado em suspensão pelo método recomendado na legislação pertinente).

* ÁGUA POTÁVEL — Noventa por cento das sedes municipais do Paraná já dispõem de sistemas de abastecimento de água tratada. O controle de contaminação dessa água, porém, ainda não obedece a uma rotina capaz de assegurar plena tranquilidade as populações servidas. Em 1983 realizou-se apenas uma análise de água em cada município, o que não significa ainda um controle regular. Além disso, não foi possível estabelecer comparações com resultados anteriores, pois desde 1981 não existe um controle efetivo dos níveis de contaminação. Foi estabelecido um programa para fiscalização rotineira da água, nos sistemas da SANEPAR e nos administrados diretamente pelas prefeituras, a partir de março de 1984.

* ANÁLISE DE PROJETOS — A SUREHMA tem ainda a responsabilidade, nessa área de saneamento básico, de controlar a qualidade dos materiais, acompanhando e fiscalizando a execução de obras e serviços de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Em 1983 foram analisados 13 projetos de definição de manancial, 17 projetos técnicos preliminares, 45 projetos técnicos, 18 pedidos de financiamento, 13 reprogramações e 58 relatórios finais de obras.

* ATIVIDADES ESPECIAIS — No desempenho da atribuição que lhe cabe, de coordenar a ação direta do Estado para proteção do meio ambiente, a SUREHMA desenvolveu outras atividades em 1983, destacando-se: o lançamento de um concurso denominado Bolsa de Criatividade — que tem o BADEP como patrocinador da divulgação e premiação — com o objetivo de estimular a invenção ou descoberta de processos, métodos ou equipamentos que tenham viabilidade econômica, técnica e política para serem utilizadas na preservação do meio ambiente e no combate às diversas formas de poluição; participação no Projeto Cafezal, coordenado pela Coordenadoria de Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Londrina, que estuda soluções para a preservação do meio ambiente na microbacia do Ribeirão Cafezal, afluente do Rio Tibagi que contribui com 90% da água utilizada para abastecimento de Londrina; participação no Projeto PRÓ-TIBAGI, que objetiva estudar, de maneira integral, para adotarem-se as soluções cabíveis de preservação ambiental, toda a bacia hidrográfica

do Rio Tibagi, iniciativa inédita no Brasil; participação na montagem do projeto PROSOLO — Paraná, para o período 84-89, no qual será responsável pelo Subprojeto Pesquisa, junto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Instituto de Pesquisa Agronômica do Paraná (IAPAR).

* PESQUISA E DESENVOLVIMENTO — Uma das mais importantes ações do Governo no que se refere ao meio ambiente é promover a pesquisa e o desenvolvimento de projetos pioneiros, tendo em vista: um conhecimento melhor e a procura de soluções para os problemas; a identificação de ameaças futuras que podem ser evitadas com medidas preventivas; a busca e propagação de tecnologias alternativas para substituir processos atualmente em uso no combate à erosão, na agricultura, na indústria, e em outros campos da atividade econômica, que ao lado dos benefícios reconhecidos agridem o meio e têm efeitos colaterais altamente poluidores.

A SUREHMA vem desempenhando importante papel nesse campo da atividade governamental. Um balanço do que foi realizado em 1983 destaca, como resultados mais significativos:

— Conclusão de um estudo que vinha sendo desenvolvido, com apoio da FINEP, de reaproveitamento, via digestão anaeróbica, do vinhoto da mandioca. Este subproduto, um dos mais fortes agentes poluidores conhecidos entre os resíduos de processos industriais, pode ser utilizado como gerador de energia alternativa ao petróleo. Ficou demonstrado, no estudo em questão, que um metro cúbico de vinhoto pode produzir de dez a quinze metros cúbicos de biogás. A conclusão desse trabalho coloca a SUREHMA em posição de vanguarda, no Brasil, no domínio desse novo processo tecnológico. O êxito dessa pesquisa justificou a montagem, também com apoio e financiamento da FINEP, de um segundo projeto para estudo da biodigestão de outros despejos, provenientes de curtumes, cervejarias e indústrias de laticínios.

— Início de pesquisa para desenvolvimento de um inseticida biológico capaz de controlar a proliferação de borrachudos, substituindo os inseticidas tradicionais de origem química. A proliferação desses insetos, em zonas suburbanas e rurais de inúmeros municípios do Estado, está se transformando em problema social cada vez mais sério, atingindo comunidades inteiras. Em algumas regiões, onde as margens dos rios estão infestadas pela praga, os prejuízos econômicos também são grandes, pois os trabalhadores rurais e lavradores chegam a abandonar as plantações, quando atacados pelos borrachudos. Pela extensão da praga, o controle químico é uma ameaça ao ambiente, daí a importância da pesquisa em causa.

Paralelamente, está sendo realizado um programa de combate aos borrachudos em 12 municípios, envolvendo a SUREHMA, as prefeituras e as comunidades.

— Início de estudos sistemáticos sobre o uso dos agrotóxicos na agricultura do Paraná. Foi criado, inclusive, na SUREHMA, um novo setor específico para controle e fiscalização de agrotóxicos e montado o Programa de Uso Adequado de Agrotóxicos, que já desenvolveu atividades em 22 municípios.

Em trabalho conjunto com as Secretarias da Agricultura e da Saúde e do Bem-Estar Social a SUREHMA realizou, em outubro, um encontro regional sobre o uso de agrotóxicos em hortigranjeiros, com a participação de 440 produtores.

— Início de pesquisa sobre o impacto dos inseticidas no meio ambiente. O objetivo é detectar a existência de resíduos de inseticidas na água com coleta quinzenal de amostras, e no lodo, em peixes e aves, com investigação trimestral. O resultado desses exames indicará o nível de contaminação do meio ambiente. Um inquérito agropecuário posterior levantará elementos para comparações com os dados analíticos. Um relatório conclusivo sobre a situação do Estado deverá ser divulgado em meados de 1984, com subsídios que possam fundamentar uma política mais adequada de extensão rural e do uso dos solos no Paraná.

Em 1984, em trabalho conjunto da SUREHMA, ACARPA e Distritos Sanitários da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, será iniciado um programa de coleta e análise de amostras de alimentos, tanto na fonte produtora como nos centros repassadores ao consumo, para detectar a presença de agrotóxicos, possibilitando uma atuação enérgica do Governo do Estado na defesa da saúde e da qualidade de vida da população.

— Prosseguimento do programa de produção e distribuição de alevinos de carpas, tilápias e curimbatás, no Centro de Piscicultura de Toledo. Piscicultores, de dezessete municípios do Oeste paranaense, em número de 125, receberam 203 mil alevinos (28% a mais do que estava programado), para criação em seus tanques. A preocupação é no sentido de intensificar a produção de peixes em tanques, lagos e reservatórios, colocando ao alcance da população, principalmente das camadas mais desfavorecidas, uma fonte alternativa de abastecimento de proteínas, a baixo custo.

Outras pesquisas, que ainda não têm aplicabilidade imediata nem influência direta para a comunidade porque estão em fase inicial, como é o caso do estudo do uso do aguapé como filtro biológico, estão

sendo desenvolvidas, pela SUREHMA, com o objetivo de aperfeiçoar novas tecnologias para uma defesa eficaz e permanente do meio ambiente.

* AÇÃO NAS ENCHENTES — As enchentes que atingiram o Paraná com grande violência em 1983 causaram ao meio ambiente um impacto prejudicial de grande alcance. Conseqüência séria e imediata das inundações foi a contaminação das águas que servem às populações das cidades e vilas inundadas. A transformação dos mananciais em perigosos focos de doenças exigiu uma ação imediata de controle e prevenção. A SUREHMA realizou programas de esclarecimento público para os municípios atingidos, mediante conferências para prefeitos e distribuição de panpletos informativos sobre o uso correto da água e desinfecção de caixas, poços e cisternas; efetuou sem ônus para as prefeituras, 2.547 análises bacteriológicas em seus laboratórios; distribuiu 51 mil litros de hipoclorito de sódio, para desinfecção das águas contaminadas. Foram atendidos, nesse programa, 30 municípios.

2.7.2 Erosão Urbana

A erosão do solo urbano, além de destruir edificações e obras de infra-estrutura, é um dos problemas que compromete o meio ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida das populações das áreas atingidas. Nesse âmbito, os programas de prevenção e controle que vinham sendo implementados nos últimos anos careciam, principalmente, de um enfoque global. Por conseguinte, as obras realizadas, além de insuficientes para conter e prevenir os estragos, chegaram a ser, em muitos locais, comprometidas ou perdidas totalmente.

Por esse motivo, a Secretaria do Interior estabeleceu novas diretrizes para o trabalho da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná (SUCEPAR), entidade a ela vinculada. A característica principal desse enfoque alternativo, que se fundamenta no Programa de Ação do Governo, é a elaboração e execução de projetos integrados, inserindo-se a SUCEPAR no conjunto das ações de outros órgãos públicos envolvidos com a problemática da erosão.

Nesse contexto, passaram a ter prioridade os projetos preventivos; foram intensificadas as relações com as prefeituras — inclusive exigindo-se, nos novos convênios, a obrigatoriedade das administrações municipais de assumirem a conservação das obras realizadas — e incorporou-se à sistemática do trabalho a participação das comunidades.

A medida inicial indispensável para adequar a SUCEPAR às exigências dessa filosofia de trabalho foi a reestrutração interna do órgão e a adoção de rígido controle das despesas administrativas.

* OBRAS REALIZADAS — A SUCEPAR atendeu às solicitações de 133 municípios, com um programa de obras iniciado em março de 1983, para

atingir as seguintes metas: construção de 25 mil metros de galerias pluviais, 7 mil metros de emissários em tubulações e 16 barragens de estabilização de voçorocas.

A execução desse programa foi orçada em Cr$ 1.584,7 milhões (Cr$ 802,0 milhões do Tesouro do Estado e Cr$ 786,6 milhões de convênios com Governo Federal). Nas obras concluídas até 31 de dezembro de 1983 foram desembolsados Cr$ 1.060,2 milhões, representando cerca de 67% de realização do programa previsto.

Para auxiliar as prefeituras de municípios atingidos pelas enchentes na recuperação e construção de bueiros de estradas vicinais, foi implementado um programa emergencial. A SUCEPAR colocou à disposição das municipalidades 35.353 metros de tubos de concreto para execução dos serviços com mão-de-obra local. Tendo em vista, ainda, a execução imediata das obras e dos serviços necessários para atender algumas situações de extrema emergência, a SUCEPAR providenciou a liberação imediata, em adiantamento às prefeituras interessadas, de parcelas dos recursos previstos.

* PROJETOS ELABORADOS — Vinte e três projetos técnicos de engenharia para obras de drenagem e sete projetos de estabilização de talvegues receptores de drenagem urbana foram concluídos, para atender às prefeituras que mantém convênios com o Estado e recebem assessoramento técnico. Esses projetos foram elaborados diretamente pelos técnicos da SUCEPAR, o que representou, em comparação com os custos normais de mercado, uma economia de Cr$ 27,5 milhões.

* EXPANSÃO DE ÁREA DE ATUAÇÃO — A área de atuação da SUCEPAR estava restrita a 161 municípios da região Noroeste, circunscrevendo-se ao território constituído de solos da formação arenito caiuá. Em função do programa de atendimento às cidades atingidas pelas enchentes, municípios de outras regiões passaram a receber apoio do órgão com o fornecimento de tubos de concreto e orientação técnica.

Como decorrência dos contatos mantidos com as prefeituras, nessa oportunidade, e tendo em vista o interesse demonstrado pela maioria das municipalidades, está sendo elaborado um plano para implementação de obras iniciais de controle da erosão urbana em 148 municípios fora da área do arenito caiuá. A estimativa de investimentos nessas obras é de Cr$ 31,0 bilhões.

* TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS — Empenhada também em promover a utilização de tecnologias alternativas nos programas de controle e prevenção da erosão urbana, a SUCEPAR está utilizando, em alguns casos, barragens de terra em lugar de barragens de concreto. Com o mesmo objetivo está desenvolvendo estudos para utilização de "muralhas verdes", com vistas à recuperação da cobertura vegetal em áreas do arenito caiuá.

2.8 PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

O Paraná da década de 80 não é mais uma sociedade rural e sim uma sociedade urbana; esta constatação tem inúmeras implicações, começando pela qualidade da urbanização verificada nas últimas décadas, cujo traço marcante é o caráter concentrador, isto é, o crescimento da população urbana distribuída em um pequeno número de sedes municipais.

Entretanto, os problemas também aumentaram proporcionalmente ao crescimento urbano concentrado, ou seja, em virtude da concentração passaram a ocorrer pressões sobre a oferta de bens e serviços nessas sedes de municípios, exigindo uma resposta do aparelho administrativo municipal que, na maioria das vezes, é obrigado a recorrer aos órgãos estaduais, e até mesmo aos federais. Por outro lado, também constituem problemas aquelas sedes de municípios que vêm paulatinamente se esvaziando em função de transformações estruturais que ocorreram ao longo da década de 70 e que ainda continuam ocorrendo.

Pode-se ter uma idéia desse processo através do índice de urbanização do Estado que, em 1980, era de 58,63%, e em 1970, 36,14%; entretanto, mostrava-se inferior àquele observado na Região Metropolitana de Curitiba que, em 1980, era da ordem de 92%. O significado desses números é a ocupação desordenada do solo, cujas conseqüências implicam a deterioração da qualidade de vida e a pressão sobre a oferta de bens e serviços de toda natureza.

Por outro lado, as áreas onde se verificou a diminuição de população, principalmente rural, se debatem com problemas de equipamentos urbanos ociosos, diminuição do volume de negócios no comércio local, provocando até mesmo o fechamento de estabelecimentos, com implicações na receita municipal. Tal situação irá estimular a emigração, agravando mais ainda a situação daquelas áreas.

Assim, dois movimentos assimétricos — o esvaziamento e a concentração — se constituem no desafio paranaense da década de 80. Em áreas com tais características existem problemas específicos e complexos que exigem a participação de organismos supramunicipais adequados para auxiliar na resolução desses problemas, quando não, programas especiais. Isto se deve, em grande parte, à atual política tributária existente no País, que limita sensivelmente os estados e principalmente os municípios no que se refere à mobilização de recursos que viabilizem suas políticas de desenvolvimento.

2.8.1 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)

Dentro de suas atribuições, asseguradas pela Lei n.º 6.417/74, e pelo Decreto n.º 747/75 que regula seu funcionamento, a COMEC executou um conjunto de trabalhos nos municípios da Região Metropolitana, assim agrupados:

* PLANOS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAIS E DE ESTRUTURAÇÃO URBANA — Foi elaborado o Termo de Referência para os Planos de Desenvolvimento Municipais visando desenvolver um novo enfoque cuja premissa básica é atender às aspirações da comunidade.

Encontram-se em elaboração os PDMs de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Colombo e São José dos Pinhais, bem como os Planos de Estruturação Urbana de Contenda e Mandirituba.

* SANEAMENTO BÁSICO — Foram desenvolvidos vários estudos e projetos, como o Plano de Obras de Combate a Inundações na Região Metropolitana de Curitiba; Cadastramento e Dimensionamento das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Curitiba; Projetos de Galerias de Águas Pluviais nos Municípios de São José dos Pinhais, Colombo, Balsa Nova, Contenda, Araucária e Almirante Tamandaré.

* ESTUDOS DE CONTROLE AMBIENTAL — Foram realizadas gestões nesse sentido e postos em andamento estudos visando à Caracterização das Matas da Região Metropolitana; Definição de Microbacias Hidrográficas; Arquivos de Dados Ambientais e Programa de Preservação do Rio Iguaçu.

* INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES — Várias gestões e estudos foram desenvolvidos no sentido de contribuir para a racionalização dos transportes na Região Metropolitana. É o caso do estudo Racionalização da Operação do Sistema de Transporte Coletivo por Ônibus, que procurou racionalizar itinerários, operação e administração, possibilitando melhor cobertura da área de atendimento, maior freqüência de horários, permitindo acesso ao transporte, da atual demanda. Outros estudos realizados dizem respeito a: Definição da Implantação de Infra-estrutura e Equipamentos para o Sistema de Transporte Coletivo; Estudos e Projetos para a BR-476; Desapropriação para o Contorno Norte; Estudos e Projetos para o Sistema Viário Municipal.

* CENTROS DE DINAMIZAÇÃO RURAL — Têm por objetivo a organização da forma de ocupação do espaço rural com vistas a dinamizar a produção agrícola e permitir que a população rural tenha melhores condições de desenvolvimento. Foram implantados CDRs em três localidades: Bugre (Município de Balsa Nova), Guajuvira (Araucária) e São Pedro (Rio Branco do Sul).

* PROJETO PILOTO DE PISCICULTURA — Consiste no aproveitamento das condições favoráveis ao fomento da piscicultura nas propriedades ru-

rais da Região Metropolitana visando, com isto, criar uma fonte alternativa de renda para a comunidade rural. O projeto será implantado no Município de Araucária, no Distrito de Guajuvira.

* ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA — Esta é uma das principais atividades da COMEC, visto que a maioria das administrações municipais não dispõe de pessoal qualificado. Tal assistência realiza-se não só diretamente nos locais, mas, também, no sentido de orientar tais administrações junto aos órgãos setoriais, sejam da esfera estadual, sejam da federal.

Ação conjunta com a Secretaria Especial para Assuntos Comunitários (SEAC), no sentido da criação de um grupo de trabalho em nível de Estado, sobre a regularização de loteamentos clandestinos e irregulares; esse grupo também conta com a participação da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Execução do Programa de Apoio aos Pequenos Produtores de Paralelepípedos, cuja fase inicial se desenvolveu no Município de Campina Grande do Sul, visando assegurar a obtenção de matéria-prima para pavimentação com pedras; para tanto, foram disseminadas técnicas de pavimentação de vias urbanas com alvenaria de pedra, junto às Prefeituras Municipais da Região Metropolitana de Curitiba.

* APLICAÇÕES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA — Foram repassados recursos financeiros, no exercício de 1983, para os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, como segue:

— À conta do Programa Especial para o Desenvolvimento da Infra-estrutura Urbana dos Municípios (IULCLG/COMEC) — Cr$ 144,3 milhões (Cr$ 67,3 milhões foram repassados em 1983 e os Cr$ 77,0 milhões restantes deverão ser repassados em 1984);
— À conta do Programa de Mobilização Energética (PME/COMEC) — Cr$ 544,4 milhões;
— Foram também aplicados Cr$ 26,3 milhões para continuidade do programa de expansão e renovação da frota de ônibus municipais, com bilhetagem automática, sob a gerência do BADEP.

2.8.2 Coordenadoria de Planejamento Regional (CPR)

A Coordenadoria de Planejamento Regional, criada pelo Decreto n.º 1.046, de 23 de junho de 1983, está voltada para a elaboração e coordenação de programas e projetos de âmbito regional e urbano, abrangendo a quase totalidade da rede urbana do Estado.

Dadas as especificidades dos programas e projetos em andamento, as ações se voltam prioritariamente à melhoria da qualidade de vida, através

de planos e obras vinculados ao aperfeiçoamento de estruturas urbanas e de regiões consideradas prioritárias, tendo em vista promover uma distribuição mais favorável dos benefícios da ação governamental.

Destacam-se, a seguir, as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Planejamento Regional:

* PROGRAMA DE AÇÃO MUNICIPAL (PrAM) — O Programa de Ação Municipal atenderá a 287 municípios do Estado, procurando atingir os seguintes objetivos:

— Implantar infra-estrutura para atendimento social e apoio às atividades produtivas do município;
— Amenizar as dificuldades financeiras dos municípios;
— Prestigiar mecanismos participativos e descentralizados da ação do poder público.

Serão aplicados US$ 150,0 milhões nos anos de 1984/85/86, sendo 65% de recursos do Estado e 35% como resultado de empréstimo contratado com o BIRD.

No ano de 1983, além da negociação e aprovação do empréstimo, foi realizada uma consulta popular nos municípios do Programa com o intuito de definir quais investimentos são prioritários na opinião das comunidades, o que possibilitou a elaboração dos planos de aplicação e projetos a serem executados no triênio 1984/86.

* PROJETO LITORAL — Através deste Projeto está sendo efetuada a revisão dos mecanismos de controle do uso e ocupação do solo no litoral paranaense — Lei n.º 7.389 e Decreto n.º 5.732 — compreendendo, numa primeira etapa, o segmento da orla litorânea entre Pontal do Sul e Barra do Saí. Os objetivos do Projeto Litoral são os seguintes:

— Elaborar normas mais adequadas aos interesses da comunidade;
— Devolver aos municípios as atividades que são da sua peculiar competência;
— Desenvolver, mediante processo que incorpore ao máximo a participação da comunidade, diretrizes de ordenamento territorial que aliem elevados padrões de preservação do meio ambiental à maximização das possibilidades de ocupação do litoral;
— Implantar um processo de gestão da urbanização que, ao nível da decisão final, absorva e reflita os interesses das diversas instâncias institucionais e dos segmentos sociais envolvidos.

* PROGRAMA ESPECIAL PARA O OESTE DO PARANÁ (PRODOPAR) — Contando com recursos do Governo Federal, objetiva o PRODOPAR trans-

ferir recursos financeiros, mediante convênios, para aqueles municípios que se encontram na influência direta do canteiro de obras da barragem de Itaipu. Esses recursos destinam-se prioritariamente a aplicações no campo do desenvolvimento urbano, principalmente projetos de saúde, saneamento e melhorias do sistema viário urbano e regional. Convênios no valor global de Cr$ 253,0 milhões, em 1983, beneficiaram os Municípios de Guaíra, Santa Helena, Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon.

* PROJETO DA METRÓPOLE LINEAR DO NORTE DO PARANÁ (METRONOR) — Foram realizados os seguintes trabalhos em 1983:

— Assinatura do Convênio entre SDU/MINTER/SUDESUL e o Estado, para a implantação da Unidade de Administração de Subprojeto (UAS), equipe técnica que gerenciará os recursos da CPM/BIRD do Programa de Cidades de Porto Médio, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU);
— Início e conclusão dos perfis das cidades de Ibiporã, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Sarandi e Paiçandu;
— Conclusão da atualização do diagnóstico do Projeto METRONOR.

* PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA (PME) — Consiste basicamente na transferência de recursos financeiros aos municípios — recursos estes correspondentes a 36% da parcela da TRU que cabe ao Estado do Paraná e que se destinam ao financiamento de obras e equipamentos necessários à melhoria dos sistemas viários, compreendendo implantação de equipamentos de sinalização, construção de abrigos e terminais e, pavimentação de vias urbanas funcionais para o sistema de transporte coletivo.

Em 1983, foram repassados Cr$ 351,9 milhões, beneficiando municípios não-integrantes da Região Metropolitana de Curitiba.

* OUTROS PROJETOS — A Coordenadoria de Planejamento Regional desenvolveu outras ações, tais como: gestões entre o Governo do Estado e o Banco do Brasil para operacionalização do Fundo de Desenvolvimento das Pequenas Comunidades Rurais (FUNDEC); revisão e reelaboração do Projeto de Apoio à Caprinocultura com recursos do BID e destinados a pequenos produtores do Município de Adrianópolis; prosseguimento nos trabalhos de acompanhamento do Escritório Técnico de Guaíra, que conta com recursos do Estado e destina-se a apoiar aquela cidade no que se refere ao impacto causado pela construção de obras de Ilha Grande.

2.8.3 Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR)

A FAMEPAR tem por finalidade prestar assistência técnico-administrativa aos municípios do Estado, auxiliando-os nas suas atividades específicas,

particularmente no que tange a legislação, orçamento, contabilidade, tributação, administração, planejamento e urbanismo.

Dentre as ações desenvolvidas pela FAMEPAR em 1983, além dos atendimentos às consultas formuladas sobre assuntos diversos pertinentes ao campo de atuação da instituição, destacam-se as relatadas a seguir, por área de atuação:

* DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO URBANO

— Elaborados 71 projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia, para 42 municípios;
— Realizados 17 levantamentos e outros serviços topográficos, em 14 municípios;
— Acompanhamento da aplicação dos recursos do Programa Especial de Mobilização Energética, transferidos pelo Estado aos municípios não-integrantes da Região Metropolitana de Curitiba;
— Transferências de Cr$ 200,5 milhões para 9 municípios, à conta do Programa de Cidades de Porte Médio — IULCLG/FAMEPAR;
— Transferências de Cr$ 47,0 milhões para apoio financeiro a 14 municípios.

* CONTÁBIL-FINANCEIRA

— Prestação de assessoramento técnico aos municípios, em questões relacionadas com elaboração de orçamento, serviços contábeis, prestação de contas e capacidade de endividamento;
— Procedeu-se, ainda, à análise da capacidade de endividamento dos 287 municípios participantes do Programa de Ação Municipal (PrAM).

* JURÍDICA

— Os atendimentos nesta área atingiram 303 dos 310 municípios do Paraná e se traduziram principalmente pela emissão de pareceres e informações, bem como pela elaboração de minutas de projetos de lei, de decretos, resoluções e atos administrativos de interesse dos municípios.

* MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

— Foram efetuados 259 atendimentos na área, dentre os quais se incluem a elaboração de 28 Planos Municipais de Governo e 10 implantações de Cadastros Imobiliários (Projeto FAME).

* APOIO AOS NOVOS MUNICÍPIOS

— A FAMEPAR prestou toda a assistência, tanto jurídico-administrativa como, também, técnico-financeira, aos 20 novos municípios instalados a 1.º de fevereiro, antes e depois da posse dos respectivos prefeitos.

* TREINAMENTO DE SERVIDORES MUNICIPAIS

— Foram treinados 212 servidores provindos de 150 municípios, através da realização de 5 cursos de capacitação orçamentária.

* PROJETO CIATA

— Convênios de Incentivo ao Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo das Municipalidades.
— Estão sendo atendidos, através do Projeto CIATA, 163 municípios paranaenses, sendo que no ano de 1983 o Projeto foi implantado em 19 municípios.

* PLANOS DE APLICAÇÃO PARA O PrAM

— Foram elaborados e montados 45 Planos de Aplicação dos recursos do Programa de Ação Municipal (PrAM), em desenvolvimento pela Secretaria do Planejamento.

2.9 SEGURANÇA PÚBLICA

2.9.1 Gerência Superior

Tornou-se evidente que as ações de segurança pública se fundamentaram na mútua e imprescindível cooperação que deve existir entre o povo, o Governo e os órgãos policiais.

Tais fatores, que influem diretamente na preservação da paz, na manutenção da ordem e na disciplina comunitária, são essenciais num Estado rejuvenescido e em crescente expansão, como o Paraná.

Seguindo tais direcionamentos, a Gerência Superior da Secretaria de Estado da Segurança (SESP), em 1983, deu grande incentivo à criação de Conselhos Comunitários de Segurança, visando à perfeita integração polícia-comunidade. Nessa linha, deu-se a reativação do Conselho de Londrina e a criação dos Conselhos de Umuarama, Campo Mourão, Maringá, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Andirá e das 150 Associações de Bairros de Curitiba. Encontram-se, ainda, em fase de criação, os Conselhos de Cornélio Procópio, Cascavel, Medianeira, Pitanga e Paranavaí.

A Resolução SESP n.° 307, de 10/5/83, dispensou todos os ocupantes das funções policiais de Inspetor de Quarteirão, proibiu novas designações para Curitiba e determinou rígido controle para as novas designações no Interior. Contudo, estabeleceram-se condições para a fixação do número de inspetores por localidade, conforme evidenciado no demonstrativo a seguir:

INSPETORES DE QUARTEIRAO POR LOCALIDADE

Discriminação	Inspetores de Quarteirão
Distritos administrativos	**4**
Municípios-sedes:	
até 10.000 habitantes	10
de 10.000 a 50.000 habitantes	20
de 50.000 a 100.000 habitantes	30
de 100.000 a 200.000 habitantes	40
acima de 200.000 habitantes	50

FONTE: GPS/SESP

Dando prosseguimento ao combate contra o crime organizado, a SESP promoveu em Curitiba o Encontro de Secretários de Segurança, integrando os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Dos debates resultou a criação de Grupo Permanen-

te de Trabalho, do qual participam o Centro de Operações Policiais (COPE), da Polícia Civil, e o Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), como representantes do Estado do Paraná.

No mês de setembro, a SESP encaminhou ao Ministério da Justiça 3 proposições de real interesse para todas as Unidades da Federação:

— Criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, para prover recursos financeiros que serão utilizados na aquisição de equipamentos, materias permanentes, obras e despesas de capital aos órgãos de segurança pública;
— Isenção das Polícias Militares e Civis do pagamento da taxa de fiscalização do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL);
— Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), nas aquisições de automóveis, armas e munições para os órgãos de segurança pública.

Visando também à racionalização da rotina administrativa, à simplificação do fluxo de documentos e ao aumento da eficácia policial, foram tomadas várias medidas, destacando-se, dentre elas:

— Delegação de poderes ao Delegado-Geral da Polícia Civil quanto à designação e remoção de pessoal;
— Criação da Central Jurídica, com infra-estrutura adequada;
— Criação da Comissão Permanente de Licitações, abrangendo todas as unidades da SESP sediadas na Capital;
— Reativação da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obras, para evitar o desperdício de material.

Acompanhando esse raciocínio, a SESP, ao final do ano, estava elaborando estudos sobre:

— Regulamentação do Centro de Operações Conjuntas;
— Reestruturação do Conselho Superior de Polícia;
— Expansão da atuação dos Distritos Policiais da Capital, funcionando 24 horas por dia e agindo em todos os tipos de crimes e não apenas naqueles de autoria conhecida.

No mesmo período, foram ultimados estudos com vistas à criação, em 1984, de 19 Grupos de Estudos da SESP, para propiciar análises e debates referentes ao setor de segurança pública, tendo como meta prioritária maior eficácia no atendimento da comunidade.

2.9.2 Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR)

A Polícia Militar do Estado do Paraná é força auxiliar, reserva do Exército, mantida pelo Estado, com base na hierarquia e disciplina, cuja atribuição legal é:

— Manutenção da ordem pública (Constituição Federal, art. 13, § 4, V);
— Manutenção da segurança interna e participação na defesa territorial (Decreto-Lei n.º 667, art. 3).

A PMPR divide-se em três grandes comandos, cujas atribuições e realizações estão descritas a seguir:

* COMANDO DO POLICIAMENTO DA CAPITAL (CPC) — Sendo o órgão responsável pela manutenção da ordem na Região Metropolitana de Curitiba, cabe ao Comando do Policiamento da Capital o planejamento, o comando, a coordenação, a fiscalização e o controle operacional e administrativo, no que couber, das Organizações Policiais Militares (OPMs) subordinadas, de acordo com as diretrizes e ordens do Comando-Geral.

No ano de 1983, o CPC utilizou 2.289 homens em modalidades diversas de policiamento, dos quais 456 diariamente em policiamento modular (policiamento realizado com viaturas através dos módulos policiais), atividade de suma importância junto à comunidade. Também foi incrementada a atividade de policiamento comum (policiamento realizado a pé, nas ruas, parques e praças da cidade), sendo empregados 350 homens por dia. Tais fatores permitiram reduzir o tempo médio de atendimento a ocorrências, de 16'7" para 11'7". (Ver Tabela 2.9.1, no APÊNDICE).

Consideradas as atividades de policiamento ostensivo comum, policiamento de trânsito urbano e policiamento de choque, o total de ocorrências atendidas pelo CPC foi de 63.935, prestando, assim, uma média diária de 175,1 atendimentos. Nessas ocorrências foram detidas 46.531 pessoas, número este superior ao ano de 1982, que foi de 16.797 apreensões.

Notou-se, também, um considerável aumento nas notificações de trânsito com relação ao ano anterior, tendo o número total crescido de 384.710 para 458.430 notificações. (Ver Tabela 2.9.1, no APÊNDICE).

Em 1983 o índice de criminalidade aumentou 11,10% em relação a 1982, destacando-se os crimes contra os costumes, com uma elevação de 64,37% no número de atendimentos. (Ver Tabela 2.9.2, no APÊNDICE).

Na atividade-fim (policiamento ostensivo fardado), o CPC empregou 2.396 homens, dos quais 691 no policiamento modular e 410 no policiamento ostentivo comum. (Ver Tabela 2.9.3, no APÊNDICE).

Foram ativados, em 1983, 6 Módulos Policiais, 5 nos Bairos de Água Verde, Pinheirinho II, Tinguí, Alto da Glória e Santa Efigênia e 1 na CEASA, com o objetivo de prestar maior atendimento em alguns pontos de Curitiba, até então carentes desse equipamento urbano.

O CPC vem cumprindo as metas do escalão superior quanto à melhoria da operacionalidade da Corporação; a ampliação dos seus objetivos

esbarra nos limites representados pela falta de recursos, especialmente viaturas operacionais, embora em parte esta dificuldade seja superada nos finais de semana, quando o escalão superior põe à disposição do CPC todas as viaturas administrativas, dos órgãos de apoio com sede na Capital.

A forma mecânica como são passados os pedidos de emergência policial, bem como a dificuldade de se processar milhares de informações sobre as ocorrências diárias e dar-lhes um tratamento estatístico, torna-se uma das deficiências do CPC, que será resolvida com a implantação do Centro de Processamento de Dados, no COPOM.

O CPC, durante todo o período, esteve ciente de suas responsabilidades, quer no aspecto de segurança pública, quer no de defesa interna territorial, dedicando-se prioritariamente ao combate à criminalidade, ao controle de tráfego urbano e à guarda dos encarcerados.

* COMANDO DO POLICIAMENTO DO INTERIOR (CPI) — O Comando do Policiamento do Interior é o órgão responsável pela manutenção da ordem pública no Interior do Estado, competindo-lhe as mesmas ações do CPC, no que couber, de acordo com as diretrizes e ordens do Comando-Geral.

Em 1983, o CPI designou, de seu efetivo total, 4.404 homens para as diversas atividades de policiamento, entre as quais aquelas pertinentes ao Sistema Modular de Policiamento Urbano, implantado em cidades interioranas. Com isso, chegou-se ao resultado de uma aplicação média diária do efetivo nas atividades de policiamento da ordem de 2.937 homens por dia. (Ver Tabela 2.9.4, no APÊNDICE).

Foram atendidas pelas OPMs subordinadas à CPI, 885 ocorrências por dia, número que diminuiu em relação a 1982, o mesmo ocorrendo com referência ao número de detenções por dia, que diminuiu de 204 em 1982 para 117 em 1983. (Ver Tabela 2.9.4, no APÊNDICE).

Nas atividades de policiamento de trânsito, foi registrada uma diminuição tanto no número de notificações de veículos quanto na apreensão dos mesmos, dados que evidenciam uma preocupação maior com o policiamento preventivo. (Ver Tabela 2.9.4, no APÊNDICE).

O CPI, em 1983, chegou ao total de 62.635 atendimentos a crimes, contravenções e assistências prestadas, resultado inferior ao ano de 1982, quando foram registrados 62.796 atendimentos. (Ver Tabela 2.9.2, no APÊNDICE).

No exercício, o CPI empregou 79,27% do seu efetivo total (6.768 homens) na atividade-fim, destacando-se 47,09% para o policiamento ostensivo comum (4.778 homens). (Ver Tabela 2.9.5, no APÊNDICE).

Com recursos do FUNRESTRAN, foram adquiridos 15 veículos, sendo 11 Belinas distribuídas às OPMs e 4 Gurgéis, para serem empregados na Operação Praias 83/84. Além disso, foram doadas ao CPI 12 viaturas pelas comunidades de Maringá (10 Volks), de Andirá (1 Belina) e Nova Esperança (1 Belina). Verificou-se, pois, maior apoio por parte da comunidade, que auxiliou as unidades com meios materiais, para que as mesmas pudessem agir contra a marginalidade.

O CPI, no transcorrer do período, desenvolveu as ações tanto operacionais quanto administrativas a ele afetas, objetivando o bem-estar da população paranaense em todo o Interior do Estado.

A criação e a efetivação dos Grupos Especiais de Buscas (GEBs), em quase todas as OPMs, foi de grande importância, possibilitando que várias quadrilhas fossem desbaratadas e seus integrantes afastados do convívio social. Operações das mais variadas foram realizadas, tais como arrastão, saturação, bloqueio, desarmamento, presença, todas elas visando coibir a ação dos marginais.

Nessa linha, realizaram-se ações de cunho social, como apoio à vacinação contra a poliomielite e resgate e assistência aos flagelados das enchentes.

Mais significativo, porém, foi o esforço para incremento da atividade operacional, com todas as unidades alocando, ao máximo possível, seus meios no policiamento ostensivo das comunidades interioranas.

* COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS (CCB) — Planejamento, execução, coordenação, fiscalização e controle de todas as atividades de prevenção e extinção de incêndios, buscas e salvamentos, bem como atividades técnicas a elas relacionadas no território estadual, são de competência do Comando do Corpo de Bombeiros, perante o Comando-Geral.

Nas atividades de prevenção e extinção de incêndios, buscas e salvamentos, as unidades do CCB sediadas na Capital empregaram um total de 563 homens, em 1983, resultando numa aplicação média diária de 147 elementos, o que representa um aumento diário de homens em serviço da ordem de 12,2% em relação a 1982. (Ver Tabela 2.9.6, no APÊNDICE).

Já as unidades do CCB sediadas no Interior do Estado, empregaram 793 homens nas mesmas atividades, gerando, assim, uma aplicação média diária de 238 militares e representando um aumento diário de elementos em serviço de 19,0% sobre 1982. (Ver Tabela 2.9.6, no APÊNDICE).

O total de atendimentos efetuados na Capital, em 1983, foi de 1.516 casos, o que resulta numa média diária de 4,15 atendimentos, representando um decréscimo de 51,1% em relação a 1982. Esses atendimentos qualifi-

cam-se basicamente em extinção e prevenção de incêndios, vistorias preventivas, buscas e salvamentos e extermínio e captura de animais nocivos. No Interior do Estado foram atendidos 21.956 casos, o que representou um acréscimo de 53,1% em relação a 1982. (Ver Tabela 2.9.7, no APÊNDICE).

As viaturas de socorro do CCB percorreram em média, diariamente, 59,5 km, sendo 33,3 km na Capital e 26,2 km no Interior. O tempo médio gasto para chegar ao local da ocorrência foi de 3' na Capital e de 5' no Interior. (Ver Tabela 2.9.7, no APÊNDICE).

Levando-se em conta as atividades das unidades do CCB, as mesmas atuaram em 649 casos na Capital e em 1.508 no Interior. (Ver Tabela 2.9.8, no APÊNDICE).

Do efetivo total do CCB, 70,47% foi empregado na atividade-fim. Deste total foram utilizados 934 homens para extinção de incêndios e 376 homens em operações de busca e salvamento. (Ver Tabela 2.9.9, no APÊNDICE).

No ano de 1983 foram inaugurados os Postos de Bombeiro de Maringá, Campo Largo, Toledo e Telêmaco Borba, e encontram-se em tramitação os processos para instalação dos Postos de Medianeira, Jacarezinho, Araucária, União da Vitória e São Mateus do Sul.

Durante o período foram desenvolvidas pelo CCB várias atividades de caráter eminentemente emergencial e humanitário, destacando-se a Operação Praias e a Operação Alagamentos/Enchentes.

Por outro lado, destaca-se, grandemente, a preocupação cada vez maior com a prevenção, que é executada pelo CCB através de vistorias técnicas, desenvolvidas por equipes altamente especializadas e que contribuem para o baixo índice de incêndios, tanto na área urbana como na rural.

* SITUAÇÃO RELATIVA A PESSOAL — De acordo com a Lei n.º 7.047, de 12/11/78, o efetivo previsto da Corporação pode ser de até 14.259 homens. Ao final de 1983 a Polícia Militar do Paraná já contava em suas fileiras com 93,12% desse total, ou seja, estavam incorporados 13.278 homens, assim distribuídos:

DISTRIBUIÇÃO GERAL DO EFETIVO DA PMPR — 1983

Discriminação	CPC	CPI	CCB	Demais (*)	Total
Atividade-fim	2.396	4.778	1.356	—	8.530
Atividade-meio	296	622	296	873	2.087
Indisponíveis	144	627	210	291	1.272
Curso de formação	586	741	62	—	1.389
Efetivo total	3.422	6.768	1.924	1.164	13.278
% efetivo PMPR	25,77	50,97	14,49	8,77	100,00

FONTE: PMPR/SESP

OBS.: (*) No item *DEMAIS*, estão incluídos os elementos locados na Casa Militar, na Diretoria da PMPR, na Academia Policial Militar do Guatupê, na Secretaria da Segurança Pública, na Seção do Estado-Maior e no Colégio da PMPR.

Foi ressaltada a importância da política de comando no sentido de aumentar o efetivo da PMPR, sem, no entanto, prejudicar o nível qualitativo dos homens que passam a integrar as fileiras da Corporação, razão pela qual foi incrementada a atuação do Centro de Recrutamento e Seleção, da PMPR.

* ENSINO E INSTRUÇÃO

— Ensino — A atividade policial-militar, considerando-se os seus aspectos profissionais, psicológicos e morais, condiciona o homem a convergir para uma busca constante do aprimoramento técnico-físico-profissional.

A PMPR, por si só, funciona como uma escola, visualizando-se o seu poder de disciplina consciente, o culto às tradições e aos vultos históricos, o respeito ao público e a necessidade de constante atualização geral.

As atuações diárias do policial-militar, nas diversas atividades da Corporação, colaboraram de forma fundamental para o aprimoramento profissional individual, oferecendo em conseqüência, maior capacidade operacional à instituição.

Partindo de uma doutrina baixada através da 3.ª Seção do Estado-Maior, a Diretoria de Ensino, órgão que dirige e coordena as atividades de ensino na Corporação, buscou alcançar os objetivos propostos, através de seus órgãos de execução: a Academia-Militar do Guatupê, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e o Colégio da Polícia Militar do Paraná.

Em 1983, os estudos realizados no âmbito da Corporação demonstraram a necessidade de se aumentar a operacionalidade para proporcionar adequada segurança e bem-estar social. Em vista desse fato, foi reduzido o número de cursos da PMPR.

Em dados totais, foi registrada uma diminuição na ordem de 40,18% no número de matriculados em Cursos de Formação (1.701 matriculados), de Aperfeiçoamento (24 matriculados), de Especialização (39 matriculados) e Estágios (109 matriculados), todos desenvolvidos na própria Corporação.

— Instrução — A Instrução de Manutenção de Tropa Pronta tem por objetivo manter e atualizar de forma teórica e prática, as habilidades, atitudes e os conhecimentos adquiridos pelos policiais-militares e bombeiros-militares no decorrer dos respectivos cursos e estágios, em face da necessidade de acompanhamento da evolução e do progresso técnico-policial.

A atividade de instrução de tropa representa a base fundamental para o bom rendimento operacional. Além dos objetivos regulamentares, a instrução visa à preparação do policial-militar e do bombeiro-militar para o cumprimento de suas missões específicas, quer no desenvolvimento de operações eventuais quer no policiamento ostensivo preventivo e repressivo moral, bem como objetiva proporcionar condições adequadas para que o integrante da Corporação tenha conhecimento das situações que se apresentam para melhoria da sua eficiência operacional.

Como parte da instrução de manutenção, foram programados exercícios respiratórios de socorro, com o objetivo de possibilitar o necessário adestramento da tropa para o emprego nas diversas missões e mesmo em auxílio à população por ocasião das calamidades públicas.

As sessões de instrução, em última análise, são oportunidades para que os comandantes ouçam e tomem conhecimento direto, de parte de seus comandados, dos problemas e dificuldades que ocorrem por ocasião dos diversos serviços em que estão empenhados.

* CONCLUSÃO — O alto escalão da PMPR, no decorrer de 1983, traçou diretrizes de comando no sentido de ensejar procedimentos homogêneos, mesmo que adequados às peculiaridades de cada região, para o aumento operacional, enfatizando o aprimoramento técnico-profissional de seus integrantes.

Procurou-se, sobremaneira, através de ações isoladas ou conjuntas, a manutenção das relações sociais em todos os níveis, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, condição para se atingir o bem comum.

Inicialmente, houve a preocupação em tomar medidas adequadas relativas ao público interno, buscando a melhoria do espírito de corpo, através da valorização do homem, dando-lhe melhores condições de trabalho e transmitindo-lhe a confiança necessária para o desempenho de suas missões específicas.

A imagem da Corporação perante o público externo foi marcada, sobretudo, pelo correto procedimento dos policiais-militares, tanto nas missões rotineiras como também por ocasião do desenvolvimento de operações eventuais. Dentre estas, destacou-se a atuação dos policiais-militares e dos bombeiros-militares no atendimento emergencial à situação de calamidade pública pela qual passou o Estado, quando nos meses de junho e julho as chuvas propiciaram grandes enchentes, desabrigando milhares de pessoas.

A prioridade dispensada ao aperfeiçoamento do apoio logístico, apesar de escassos recursos financeiros, através de uma política de racionalização de meios materiais, contribuiu efetivamente para garantir o desempenho operacional da corporação.

Todos os esforços convergiram para o combate ao elevado índice de criminalidade existente. As forças tiveram a necessária agilidade, para que o policial-militar atuasse como elemento dissuasório contra a delinqüência em todos os recantos do Estado do Paraná.

A intensificação da operacionalidade da PMPR foi dirigida para neutralizar ou, ao menos, diminuir a capacidade de ação dos marginais, situação que se tornava aflitiva, envolvendo pessoas e patrimônios.

A ânsia de aprimoramento profissional permanece em destaque na labuta diária da PMPR, e para 1984, as atividades, adequadamente racionalizadas, serão dirigidas para:

- A formação, aperfeiçoamento e especialização dos policiais-militares e bombeiros-militares, com vistas ao fiel desempenho das suas atribuições;
- A manutenção dos conhecimentos técnicos teóricos e práticos, através do desenvolvimento de um programa de instrução para os quadros;
- O fortalecimento das relações PMPR/comunidade;
- O aprimoramento do nível de operacionalidade, com atuação expressiva nas ações de:
  - . Manutenção da ordem pública, com ênfase ao policiamento ostensivo;
  - . Fiscalização e orientação de tráfego nas vias urbanas e rodovias;
  - . Fiscalização, orientação do usuário e preservação dos recursos naturais e proteção das reservas florestais;
  - . Prevenção e combate a incêndios urbanos e florestais;
  - . Busca, salvamento e resgate de pessoas e objetos;
  - . Repressão, através de operações conjugadas com vistas a combater o crime organizado de quadrilhas;
  - . Assistência à população vitimada por calamidades;
  - . Apoio aos órgãos estaduais e federais.

2.9.3 Polícia Civil do Paraná (PCPR)

A Polícia Civil do Paraná, no desempenho de suas atribuições legais, notadamente aquelas relacionadas à atividade-fim — o inquérito policial — procurou apresentar à Justiça Pública os autores da elevada gama dos delitos apurados no território paranaense.

Para tanto, as 365 delegacias de polícia do Estado instauraram 18.863 procedimentos investigatórios, com a lavratura de 2.500 autos de prisão em flagrante, cabendo explicitar a crescente qualificação formal desses procedimentos, mercê da atuação investigatória profissional, complementada pela avultada participação dos órgãos de polícia científica, registrando-se 30.450 laudos elaborados pelo Instituto Médico-Legal.

O Instituto de Criminalística, em 1983, realizou um total de 6.083 laudos, além de inúmeras ações a ele pertinentes, assim distribuídas:

AÇÕES DO INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA

Discriminação	Capital	Interior	Total
Locais atendidos	3.040	1.443	4.483
Exames grafotécnicos	474	154	628
Exames de veículos	2.248	860	3.108
Exames em armas e munições	313	77	390
Laudos expedidos	4.476	1.607	6.083
Desenhos técnicos	4.550	27	4.577
Identificação pericial e judiciária	577	—	577
Exames diversos	—	133	133

FONTE: PCPR/SESP

É de ressaltar a preocupação ora existente em recrutar, formar e aperfeiçoar o efetivo policial civil, no afã de propiciar melhores condições quantitativas e qualitativas na prestação de serviços à comunidade. Buscou-se, no campo da reciclagem policial, atualizar conhecimentos e desenvolver as potencialidades tendentes à dignificação, reconhecimento e valorização do trabalho policial, em proveito não só do próprio profissional, como também da clientela necessitada da proteção e do atendimento policial. Neste intuito foram realizados diversos estudos sobre pessoal, constatando-se a necessidade de algumas contratações. Tais vagas, em número significativo no Quadro da Polícia Civil, estão sendo objeto da realização de concursos públicos para o preenchimento parcial, estando em andamento concursos para:

— delegado de polícia	— 77 vagas
— escrivão de polícia	— 120 vagas
— agente de segurança	— 395 vagas
— carcereiro	— 120 vagas

A progressão funcional dos policiais civis, paralisada desde outubro de 1981, foi reativada com a promoção de 183 policiais na ativa.

Uma das maiores dificuldades encontradas pela Polícia Civil, para o cumprimento das atribuições a ela pertinentes, é o precário estado da frota de veículos. Para solucionar este grave problema, foram retificados 219 motores de viaturas em utilização pelas delegacias de polícia na Capital e no Interior, ao custo final de Cr$ 100,0 milhões.

Devido a grandes esforços por parte dos organismos policiais, a diária de alimentação dos presos custodiados nas cadeias públicas do Interior foi elevada de Cr$ 200,00 para Cr$ 400,00, desde o mês de outubro de 1983, passando para Cr$ 600,00 a partir do mês de janeiro de 1984. Esse reajuste permitiu dar um tratamento mais humano a cerca de 2.000 presos sob a responsabilidade das delegacias de polícia, em cujas cadeias se encontram.

Segundo as Diretrizes do Governo, de maior participação comunitária e de democratização do poder, a Polícia Civil, com o objetivo de implementar a integração polícia-comunidade, proporcionando maior rapidez nos atendimentos, instalou o telefone de n.º 197, através do qual a coletividade poderá ser atendida não só no tocante às ocorrências policiais, como também, orientada na obtenção de documentos expedidos pelos organismos policiais.

A atividade repressiva policial a cargo da Polícia Civil, direcionada contra o crime organizado, logrou neutralizar a ação de vários bandos criminosos atuantes em todo o Estado, estando diversos de seus integrantes presos à disposição da Justiça Estadual. Essa atividade, todavia, é ininterrupta, desde que a criminalidade hoje revela-se de extrema mobilidade, impondo-se adotar uma ação concentrada e planejada para garantir a projeção dos índices criminais em níveis reduzidos.

No amplo espectro da incidência criminal constatada em nosso Estado, foram registradas nas unidades policiais civis, em 1983, 65.339 ocorrências, discriminadas a seguir:

OCORRÊNCIAS POLICIAIS — POLÍCIA CIVIL — 1983

Ocorrências	Capital	Interior	Total
Contra a pessoa	2.838	13.947	16.785
Contra o patrimônio	5.588	15.460	21.048
Contra os costumes	309	1.107	1.416
Contra o casamento	10	64	74
Contra a incolumidade pública	2	217	219
Contra a fé pública	26	157	183
Contra a administração pública	160	576	736
Tráfico e uso de tóxicos	233	249	482
Contravenções penais	1.511	8.701	10.212
Atendimentos a acidentes de trânsito	5.373	2.652	8.025
Diversos	508	5.651	6.159
TOTAL	16.558	48.791	65.339

FONTE: PCPR/SESP

Dentre os crimes contra o patrimônio destaca-se o de furto de veículos, num total de 4.275, dos quais foram recuperados 1.816.

2.9.4 Departamento de Trânsito (DETRAN)

Através da Lei n.º 7.811, de 29/12/83, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e o Governador do Estado sancionou a transformação do Departamento de Trânsito (DETRAN) em autarquia, ficando o

mesmo vinculado à SESP, com personalidade de direito público e autonomias administrativa, financeira e patrimonial. Com esse novo regime jurídico, o DETRAN, a partir de 1984, terá uma sensível dinamização administrativa, melhores meios de controle interno, e sensível aumento de sua eficácia funcional. Neste sentido, foram encaminhados para aprovação do Governador do Estado do Paraná o Regulamento Interno e o Quadro Próprio do Pessoal do DETRAN.

Preocupada com o atendimento ao público, a Diretoria do DETRAN procedeu à colocação de caixas para coletar reclamações visando a possíveis providências corretivas dos funcionários no desempenho de suas funções, analisando atos e procedimentos inadequados praticados por servidores do órgão e tomando as medidas corretivas quando se fizeram necessárias. Com tal ação buscou-se um relacionamento mais estreito entre a comunidade e o DETRAN.

A partir de outubro de 1983, por determinação do Conselho Deliberativo de Acidentes (CDA), os julgamentos passaram a ser realizados necessariamente com a presença, de no mínimo, três conselheiros em cada câmara, ficando expressamente proibida a entrada de pessoas estranhas e até mesmo de funcionários na sala de julgamento, durante as sessões, para evitar tentativas de coação sobre os conselheiros. As queixas do Interior eram julgadas uma vez por semana e agora passaram a ser julgadas todos os dias, em número de 5 em cada banca para evitar o acúmulo de serviço, sendo julgadas sempre pelo mesmo conselheiro.

Dentre as várias ações do Grupo Auxiliar de Planejamento (GAP), cabe destacar:

— Elaboração de análise comparativa do plano de classificação de cargos e tabela salarial, que visa estudar a possibilidade de equiparar os salários do órgão com os das demais entidades públicas do Estado;
— Projeto para a criação de central de informações telefônicas, envolvendo três funcionários selecionados para prestar as informações solicitadas, com a máxima precisão, gerando com isso uma dessaturação dos ramais telefônicos, além de prestar mais um serviço ao usuário do órgão;
— Elaboração e análise de dados estatísticos referentes a acidentes de trânsito do Interior e da Capital, através de relatórios estatísticos enviados pelos chefes de Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRANs) do Interior e pelo Plantão de Acidentes da Capital, além de pesquisa dos acidentes de trânsito de Curitiba envolvendo motocicletas, bicicletas e outros veículos de duas rodas.

Às CIRETRANs, em número de 74, somaram-se outras três instaladas no exercício e que foram criadas em 1982:

69.ª CIRETRAN — Sertanópolis;
72.ª CIRETRAN — Joaquim Távora;
73.ª CIRETRAN — Araucária.

No decorrer de 1983 foram instauradas 37 sindicâncias visando apurar irregularidades em CIRETRANs. Destas, 6 já foram concluídas, 3 estão em fase de defesa dos acusados e as demais, em investigações. Das concluídas, constatou-se que em 3 casos houve, efetivamente, prática de atos irregulares pelo encarregado do trânsito do município.

Entre os dias 18 e 25 de setembro, foi realizada a Semana Nacional de Trânsito, no Shopping Center Pinhais, campanha educativa que contou com a participação ativa de 5 escolas da Capital.

Também voltados para a realização de novas campanhas educativas em 1984, foram adquiridos 22 filmes didáticos, especialmente montados para tal finalidade.

Foram registrados, no período, um total de 18.438 acidentes de trânsito, sendo 9.110 em Curitiba e 9.328 no Interior do Estado.

Nesse mesmo período, foram expedidas 67.582 Carteiras Nacionais de Habilitação (CNHs) em Curitiba, sendo 13.420 primeiras vias e 54.154 segundas vias. No Interior houve a expedição de 183.421 CNHs, sendo 69.835 primeiras vias e 113.586 segundas vias. Foram expedidos, ao longo do ano de 1983, 470.135 Certificados de Registro de Veículos.

A frota de veículos do DETRAN, ao final de 1983, era constituída por 136 viaturas, das quais 15 novas e as demais apresentando razoável estado de conservação.

Através de taxas e multas do Fundo de Reequipamento de Trânsito (FUNRESTRAN) foram arrecadados, até novembro de 1983, um total de Cr$ 1.773,7 milhões, aplicados em:

— Construção de prédios	Cr$ 208,1 milhões
— Atividade-fim	Cr$ 92,7 milhões
— Investimentos administrativos	Cr$ 185,4 milhões
— Aquisição de veículos	Cr$ 272,6 milhões
TOTAL	Cr$ 758,8 milhões

2.9.5 Coordenação Estadual de Defesa Civil (CEDEC)

Entende-se por Defesa Civil o conjunto de medidas tomadas ou a serem tomadas em conseqüência de fatores anormais e adversos. Destinam-se como medidas a limitar os riscos e as perdas a que estão sujeitos a comunidade, os recursos e os bens materiais de toda natureza, e incluem as providências para a reparação dos serviços vitais e da preservação moral da população. (Decreto n.° 3.718, capítulo I, art. 1.°).

A partir dessas premissas a Coordenação Estadual de Defesa Civil (CEDEC) labutou intensamente visando ao imediato amparo dos 269 municípios atingidos pelas intensas chuvas que assolaram o Estado do Paraná, no período de maio a julho de 1983, principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

A extensão dos danos causados pelas enchentes deram motivo a que o Governo do Estado reconhecesse a existência de "Estado de Calamidade Pública" em 6 Municípios: Bituruna, General Carneiro, Porto Amazonas, Rio Negro, São Mateus do Sul e União da Vitória, e "Situação de Emergência" em 263 outros municípios.

O período crítico das chuvas trouxe, como conseqüência, perdas irreparáveis tanto humanas quanto materiais, cujos números são significativos: 35 mortos, 28 gravemente feridos, além de 111.287 desabrigados.

À CEDEC coube a missão de arrecadar meios para que os problemas fossem solucionados dentro da maior brevidade possível, bem como, segundo a legislação, centralizar os relatórios setoriais dos diversos órgãos participantes do Sistema de Defesa Civil do Estado.

A Comissão de Estoque e Distribuição da CEDEC teve à sua disposição 3.419.783 kg de gêneros diversos (alimentos, materiais de limpeza e higiene, móveis e utensílios, materiais de construção, medicamentos e agasalhos), assim obtidos e distribuídos:

OBTENÇÃO DE GÊNEROS

Discriminação	kg
Comprados pela CEDEC	291.263
Doações identificadas	2.695.279
Doações anônimas	433.241
TOTAL	3.419.783

FONTE: CEDEC/SESP

DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS

Discriminação	kg
Munic. do Paraná	3.084.803
Munic. de Sta. Catarina	94.754
Estoque da CEDEC	84.430
Perdas/Danos	48.796
Devolução à FAE (*)	107.000
TOTAL	3.419.783

FONTE: CEDEC/SESP

(*) Fundação de Assistência ao Educando (FAE), do MEC.

Calcula-se que com tais distribuições foram atendidas 500.000 pessoas, aproximadamente, em 228 municípios paranaenses e em 6 municípios do Estado de Santa Catarina.

Esses resultados só puderam ser alcançados, graças à solidariedade e às contribuições espontâneas recebidas de toda a comunidade paranaense, de brasileiros de todos os Estados, de instituições públicas e privadas do Paraná e do País, além daquelas vindas do Exterior.

Através do acordo 03/83 SUDESUL/SESP (CEDEC), foram obtidos recursos da ordem de Cr$ 615,7 milhões para ressarcimento de despesas com combustíveis, transportes, alimentos e medicamentos. Tais recursos foram

destinados aos municípios atingidos pelas chuvas, à Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social para aquisição de medicamentos e à CEDEC para compra de alimentos, pagamento de transporte rodoviário e aquisição de combustível distribuído à Polícia Militar e à Polícia Civil.

Na atividade econômica, o setor de indústria e comércio apresentou:

— Prejuízos diretos e indiretos da ordem de Cr$ 5,5 bilhões;
— Queda do faturamento mensal de Cr$ 1,7 bilhão, ocasionando maiores necessidades de capital de giro, pois, considerando-se que as empresas vinham operando com cifras bastante reduzidas e em alguns casos até inexistentes, o seu capital de giro já estava comprometido. Com esta queda, as empresas passaram a operar abaixo do ponto de equilíbrio. No momento em que estas empresas perderam seu faturamento, outras ocuparam o espaço aberto, dificultando as retomadas das posições normais, situação esta agravada pela retração do próprio mercado em face da conjuntura atual;
— Redução da mão-de-obra em 9% do total, levando o desemprego a 605 trabalhadores.

No setor agrícola as condições climáticas adversas provocaram muitos prejuízos, tanto pela perda de produção por apodrecimento, soterramento e alagamento, como pela ausência de condições favoráveis ao normal desenvolvimento das plantas. Com isso deixaram de ser colhidas cerca de 1,6 milhão de toneladas, o que representou um prejuízo de aproximadamente Cr$ 138,7 milhões, recursos estes que deixaram de circular no meio rural.

Notaram-se grandes prejuízos na infra-estrutura municipal, cabendo destacar os setores de saneamento, energia elétrica e transportes.

No setor de saneamento registraram-se avarias nos sistemas de abastecimento de água e coletores de esgotos em 55 municípios, da ordem de Cr$ 947,9 milhões.

O setor de energia elétrica apresentou danos em redes de distribuição, usinas, linhas de transmissão, subestações, UHF-VHF e Carrier, e também estragos nas obras de Segredo, o que totalizou Cr$ 3.835,6 milhões de prejuízos, além da perda de faturamento de Cr$ 604,4 milhões.

Foi difícil prever o alcance real dos prejuízos no setor de transportes. Partindo desse pressuposto a SETR realizou um levantamento que resultou numa estimativa de Cr$ 15,1 bilhões para recuperação de pontes e estradas.

Na área social, que abrange habitação popular, educação, saúde, cultura e esporte, meio ambiente e segurança pública, os prejuízos levantados encontram-se a seguir.

No setor de habitação popular:

Em Cr$ milhões

Municípios	Casas a Reconstr.		Casas a Constr.		Casas a Reparar	
..	Unidades	Custo	Unidades	Custo	Unidades	Custo
25	2.524	1.609,2	835	998,2	1.200	619,7

FONTE: COHAPAR/SEIN

No âmbito da atuação da SUREHMA (setor de meio ambiente), os danos se verificaram acentuadamente nos equipamentos técnicos, sendo previsto um prejuízo de Cr$ 38,1 milhões para recuperação ou reposição dos mesmos.

No setor de saúde ficaram danificadas 58 Unidades Sanitárias e 3 Centros Sociais Rurais, em 57 municípios estando previstos Cr$ 241,3 milhões para reparação dos prédios.

No âmbito de atuação do setor de segurança pública, foram parcialmente danificadas 23 unidades em 19 municípios, sendo que em Porto Vitória 1 prédio foi totalmente destruído. A previsão para a recuperação e/ou construção dos mesmos é da ordem de Cr$ 51,7 milhões.

Dos municípios atingidos pelas chuvas, 12 sofreram perdas no setor de cultura e esporte. União da Vitória e São Mateus do Sul tiveram perdas totais de seus Ginásios de Esportes. Em Francisco Beltrão houve, também, perda total do Pólo Esportivo de Ginástica Olímpica. Outros 24 prédios tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico sofreram danos causados por infiltrações de água, estando 4 deles situados na Capital.

No setor de educação, após levantamento realizado pela FUNDEPAR verificou-se a necessidade de reconstrução de 121 prédios escolares e recuperação de 1.360, totalizando 3.671 salas de aula. Os recursos necessários para efetivar tais obras somaram, numa estimativa preliminar, Cr$ 2.929,0 milhões assim distribuídos: em prédios, Cr$ 2.530,9 milhões e em equipamentos, Cr$ 398,1 milhões.

2.10 CULTURA, ESPORTE E TURISMO

A busca e o conhecimento das identidades locais — a identidade paranaense — com suas raízes, tradições e atuais manifestações, fundamentaram as ações da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte (SECE).

A conscientização dos indivíduos que formam as comunidades é tarefa prioritária, para que, organizadas, reivindiquem seus direitos. Dessa forma, sua contribuição é decisiva à superação do impasse político-institucional e das dificuldades sociais e econômicas da hora presente.

Assim sendo, torna-se essencial a ação cultural no processo de organização das comunidades.

A SECE, partindo dessas premissas e cumprindo as Diretrizes do Governo nessa fase de transição, quando se pretendeu mudanças de postura na ação política, realizou ampla consulta aos diversos segmentos sociais, notadamente através da realização de Fóruns de Debates em diversas regiões do Estado, possibilitando que todos participassem e expressassem livremente suas aspirações e reivindicações, ou seja, a manifestação das identidades culturais do povo paranaense. Tais manifestações embasaram a atuação da SECE, sendo sua primordial preocupação a descentralização e a estadualização das atividades, de forma a incentivar as expressões próprias de cada comunidade, atendendo aos seus interesses e necessidades.

Na área da cultura, as ações expandiram-se buscando proporcionar o afloramento, o incentivo e o inventário das manifestações culturais, levando em conta as tradições das comunidades e respeitando a heterogeneidade étnica e cultural do Paraná. Foram dadas oportunidades também aos produtores culturais, de aprimoramento técnico e artístico.

Buscou-se a popularização dos eventos artísticos, ao mesmo tempo em que foram promovidos debates com a comunidade, objetivando conscientizá-la da importância da preservação do Patrimônio Cultural e Ecológico.

No esporte promoveu-se a popularização do desporto, a municipalização das atividades recreativas e de lazer, o desenvolvimento de atletas de alto nível, o apoio material e financeiro ao esporte amador, através das federações, bem como o apoio às competições esportivas regionais.

Cabe destacar na área do turismo a incorporação da Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR) pela SECE, no início da atual administração. Com tal incorporação, procurou-se desenvolver um programa de trabalho voltado à divulgação e promoção dos pontos turísticos já consagrados, com vistas à ampliação do fluxo turístico para o Estado.

Nesse sentido, efetivou-se levantamento e estudo do potencial turístico, objetivando a implantação de equipamentos básicos de lazer e a adequação de pontos turísticos não-consagrados, no intuito de ofertar novas opções de lazer e recreação à população.

A SECE, no desenvolvimento de suas ações no ano de 1983, manteve com os diversos segmentos da comunidade um relacionamento aberto, que proporcionou a criação de novos mecanismos para a execução de uma política cultural democrática.

2.10.1 Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC)

Nas áreas de história e artes plásticas foram desenvolvidas atividades com o objetivo de se conhecer, proteger e conservar o patrimônio cultural do Estado. A Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico iniciou o inventário cultural dos bens móveis e imóveis nos Municípios de Antonina e Morretes e pretende dar continuidade à pesquisa no decorrer de 1984. O trabalho foi realizado a partir e junto com as comunidades, no sentido de identificar o que o povo considera como seu patrimônio. Foi realizada a campanha de conscientização para preservação e defesa do patrimônio em alguns municípios, que se pretende estender por todo o Estado com a utilização da cartilha "Chico Memória", elaborada por técnicos da SECE.

A Curadoria prestou atendimento a assuntos legais e assessorou órgãos públicos municipais e estaduais e associações da comunidade; desenvolveu levantamento documental, arquitetônico e fotográfico de imóveis com valor cultural e elaborou projetos de conservação e restauração de bens tombados, como foram os casos do antigo Paço Municipal de Curitiba e da antiga estação ferroviária de Londrina.

Os museus passaram a funcionar o dia todo (não fechando no horário de almoço) e aos sábados e domingos, provocando com isto o aumento de sua freqüência. Os Projetos Museu-Escola, Museu Paranaense Vai à Comunidade e Movimento de Arte Junto à Comunidade atraíram a população jovem para os museus e mobilizaram técnicos e membros das comunidades para atividades realizadas fora do centro de Curitiba. Exposições de artefatos e fotografias foram realizadas em bairros e conjuntos habitacionais. Houve integração da programação dos museus históricos com professores e alunos do Centro Juvenil de Artes Plásticas, Atelier de Arte Alfredo Andersen e a população da Região Metropolitana. Esta programação atingiu uma população de 16.000 pessoas, sendo 11.000 na periferia. O número de visitantes ficou assim distribuído: Museu Paranaense: 85.269; Museu Alfredo Andersen: 3.500; Museu de Arte Contemporânea: 29.728; Museu do Expedicionário: 18.753.

No ano de 1983, como resultado do acordo entre a Associação dos Artistas Plásticos do Paraná e os técnicos, foi alterado o regulamento de mostras e salões. Com isto, procurou-se privilegiar artistas do Interior.

Assim, das 9 exposições do Museu Paranaense, 4 foram de caráter itinerante; das 4 exposições do Museu do Expedicionário 1 foi itinerante.

O Atelier de Arte Alfredo Andersen e o Centro Juvenil de Artes Plásticas tiverem multiplicado o número de seus alunos nos cursos livres e gratuitos de desenho, gravura, cerâmica e história da arte.

No segundo semestre de 1983, foi transferido para a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SECE, o Parque Histórico do Mate, estando em fase de implantação de infra-estrutura adequada para pessoal, livro-tombo, projetos de pesquisa e outros trabalhos.

2.10.2 Coordenadoria de Ação Cultural (CAC)

A atual gestão da SECE considera a cultura de forma mais abrangente. Assim, a Coordenadoria de Ação Cultural foi movida no sentido de captar os anseios da população. Nesta nova proposta, o respeito às características culturais desta mesma população é o elemento fundamental. E com base nesta premissa foram desenvolvidas as seguintes ações:

* Junto com a FUNDEPAR, os técnicos da SECE realizaram: contatos com os prefeitos de 307 municípios, onde buscou-se o prestigiamento das lideranças máximas desses municípios; levantamento das características socioculturais de 200 municípios, no intuito de subsidiar a elaboração do documento que esboçou as características regionais do Estado, o que permitiria maior embasamento das ações desta Coordenadoria; reuniões com órgãos governamentais que atuam nos municípios, procurando maior integração no planejamento das ações; divulgação e mobilização com vistas à realização dos Fóruns de Debates sobre Cultura, Esporte e Turismo.

Tais fóruns de debates foram realizados em 9 Municípios: Toledo, Francisco Beltrão, Cornélio Procópio, Maringá, Londrina, Umuarama, Santo Antonio da Platina, Guarapuava e Ponta Grossa, e abordaram principalmente: análise das políticas de atuação da SECE; aprofundamento do levantamento efetuado através de depoimentos e material audiovisual; incentivo ao intercâmbio regional nas áreas de atuação da Secretaria; diálogo com todas as prefeituras do Estado e com vários segmentos sociais, organizados ou não, desses mesmos municípios; por fim, proporcionaram aos municípios a elaboração de projetos de caráter cultural.

2.10.3 Coordenadoria de Comunicação Cultural (COC)

A Coordenadoria de Comunicação Cultural desenvolveu, em 1983, as seguintes atividades por áreas:

* MÚSICA — A COC promoveu dois cursos nesta área, visando ao aperfeiçoamento técnico do artista, bem como à descoberta de novos valores, beneficiando diretamente 253 pessoas.

Devido à carência de bandas e fanfarras no Interior, a COC firmou convênio com a SEED, pelo qual esta se compromete a fazer o levantamento das bandas de música ociosas ou extintas e dos instrumentos para recuperação; à COC caberá o conserto do instrumental e remanejamento do mesmo para aqueles municípios que desejam montar uma banda.

Por outro lado, a COC efetuou, em convênio com o MEC/FUNARTE, um curso para mestres e contramestres de bandas e fanfarras, do qual participaram 45 pessoas, visando com isto capacitar os regentes do Interior do Estado. Paralelamente, procedeu-se a um levantamento de corais e escolas de música do Paraná com o objetivo de propiciar-lhes trocas de experiências ao nível regional, e apoio técnico.

Foi realizado o I Encontro de Música Antiga do Paraná, onde se reuniram 103 músicos vindos de diversos Estados, principalmente da região Centro-Sul, com promoção de palestras, mostra de instrumentos antigos, exposição de fotografias, projeção de filmes especiais e 18 concertos atraindo um público direto superior a 13.000 pessoas, especialmente estudantes de 1.º grau.

* No campo da música também foram realizados os seguintes projetos:

— MÚSICA NOSSA: Intérpretes e compositores da música popular paranaense.
— PARANÁ CANTA: Pesquisa, recuperação, edição e mostra de autores paranaenses eruditos.
— CONCERTOS DIDÁTICOS: Para estudantes de 1.º e 2.º graus.
— CRIAÇÃO DE ORQUESTRA SINFÔNICA DO PARANÁ: Projeto elaborado e aprovado para implantação em 84.

* CINEMA — Foram realizadas mostras do cinema nacional e internacional, graças a convênios com o Instituto Goethe e os Consulados do Canadá, Bulgária e Estados Unidos, atingindo um público de 1.800 pessoas, além de mostras individuais.

* FOTOGRAFIA — Dois cursos realizaram-se nesta área, atingindo 42 profissionais, bem como duas exposições fotográficas: Retrospectiva de Bento Munhoz da Rocha Netto (em conjunto com a Comunicação Social do Palácio Iguaçu e o Museu Paranaense) e Mostra Fotográfica sobre Instrumentos Musicais Antigos (juntamente com o Museu Paranaense).

Vale lembrar ainda o esforço de pesquisa e documentação que vem sendo feito na área musical, hoje consolidada na Sala Bento Mossurunga, instalada na Biblioteca Pública do Paraná.

2.10.4 Coordenadoria do Esporte (CE)

A Coordenadoria do Esporte, em 1983, desenvolveu atividades em diversas áreas, privilegiando o desporto escolar e o desporto comunitário.

Quanto ao primeiro, destacam-se os Jogos Estudantis do Paraná, que normalmente são realizados em duas etapas, sendo uma regional (classificatória) e outra estadual (final). Da fase regional desta competição participaram 1.795 estudantes-atletas, representando 68 municípios; já na final, realizada em Maringá, concorreram 849 estudantes-atletas, representando 27 municípios. Quanto à participação de atletas paranaenses nos Jogos Escolares Brasileiros, o Paraná classificou-se em 3.º lugar, destacando-se como pentacampeão feminino e tetracampeão masculino de handebol.

A abrangência do desporto comunitário é maior, visto que a sua atuação engloba associações, ligas, federações, confederações e o Comitê Olímpico Brasileiro. No Paraná e no âmbito da SECE, a maior competição no Estado são os Jogos Abertos do Paraná, os quais no ano de 1983, em sua 26.ª edição, foram realizados em Ponta Grossa, com a participação de 2.124 atletas, representando 26 municípios.

Vale lembrar também a realização dos Jogos Abertos do Vale do Ivaí, disputados no ano de 1983 em sua 6.ª edição, cujo objetivo maior é o de promover o intercâmbio entre os municípios daquela região do Estado.

A Coordenadoria de Esporte criou o setor do Desporto do Deficiente no sentido de integrar o deficiente à sociedade através da atividade desportiva, chegando a realizar na sua fase inicial 7 eventos para deficientes auditivos, visuais parciais e totais e físicos em diversas modalidades, como futebol de salão, basquetebol sobre cadeiras de rodas, xadrez, dama, tênis de mesa, atletismo e natação. Por outro lado, a Coordenadoria de Esporte vem dando todo o apoio ao desporto classista, visando proporcionar aos trabalhadores a oportunidade de praticarem o desporto. Em 1983, foi realizada a III Olimpíada Global do Trabalhador, com 2.215 trabalhadores-atletas de 58 empresas do Estado.

No que tange à capacitação de pessoal, vale destacar algumas atividades, como: o Seminário de Treinamento de Agentes EPT (esportes para todos) no Paraná, de 26 a 29 de setembro, com o treinamento de 31 novos instrutores de municípios do Interior e de 53, da Capital; participação no Curso Internacional para Agentes EPT, realizado na Alemanha de 23 de maio a 5 de junho, pelo Ajuste Brasil — Alemanha; participação de dois professores da SECE no Curso de Especialização em Organização e Administração Desportiva na Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, de 1.º a 31 de julho; visita de 2 técnicos alemães, dentro do Ajuste Brasil-Alemanha, com palestras proferidas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Federal do Paraná e Centro de Treinamento Modelo-Curitiba, no período de 31 de outubro a 5 de novembro, com o intuito de formar agentes EPT, contando com 247 participantes.

Dentre as suas atribuições, a Coordenadoria de Esporte procurou, durante o ano, prestar apoio às diversas competições desportivas realizadas no Estado, nas áreas de material, pessoal e financeira. Também foi dado

apoio a 28 federações amadoras existentes no Estado, para as quais foram repassados Cr$ 45,0 milhões, dentro de critérios preestabelecidos.

Ainda no exercício foi realizada uma total reformulação no Conselho Estadual de Esportes, objetivando fortalecer a sua posição de órgão representativo de todas as áreas do desporto estadual. Vale destacar em sua atuação a criação das Câmaras de Desporto Comunitário, Desporto Classista e Desporto Escolar, bem como o estabelecimento de critérios para a distribuição de verbas de subvenção às federações amadoras.

2.10.5 Biblioteca Pública do Paraná (BPP)

A Biblioteca Pública do Paraná procurou, no ano de 1983, manter seu padrão de atendimento ao público, bem como estender tal serviço a maior número de usuários. Assim, através de sua sede central, das 5 sucursais que prestaram atendimento a 19 bairros com 420 saídas do carro-biblioteca, foram atendidas 1.620.755 consultas de diversos materiais oferecidos ao público em geral. Foram emprestados 318.608 livros a 28.708 leitores inscritos; distribuídas na Capital e no Interior 77 caixas-estantes com 8.077 livros que propiciaram 21.195 consultas. Foram cadastrados 49 pesquisadores; realizadas 30 pesquisas bibliográficas e efetuados 267 levantamentos bibliográficos com um total de 4.389 referências.

Entretanto, as atividades não se restringiram a atendimento ao público, podendo ser destacadas diversas outras ações: 30 atividades culturais, como cursos, palestras, exposições, concurso literário, torneios, audições musicais, lançamentos de livros, atingindo um público de 6.703 pessoas; a Hora do Conto, com a participação de 663 crianças de 26 instituições; recreação orientada para 130 crianças em dois períodos, envolvendo jogos, pinturas e desenho; Dia da Troca de Revistas, promoção da Divisão Infantil, beneficiando 3.823 pessoas; jogos recreativos promovidos pelas sucursais e pelo carro-biblioteca, dos quais participaram 7.431 usuários; co-edição de 3 obras: "Índice de Periódicos a Serviço da Produção e Comercialização" (BPPr/ABP); "Descrição Bibliográfica para Monografias" (BPPr/UFPr); "Ritual de um Funeral Bororó" (BPPr/Museu Paranaense).

A Biblioteca Pública do Paraná, através do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, atendeu a 40 municípios com treinamento e preparo técnico do material; em Cascavel foi realizado um treinamento de 44 funcionários procedentes de 26 municípios; foram doados 3.091 livros e 9.456 periódicos.

2.10.6 Fundação Teatro Guaíra (FTG)

Tendo por objetivo apoiar e incentivar os artistas paranenses, a Fundação Teatro Guaíra desenvolveu ações nas áreas de teatro, dança, circo e ópera:

— CARRETA POPULAR — Tem por objetivo a realização de espetáculos cênicos em palco ambulante, levados a efeito na periferia da Capital e em outros municípios; o trabalho foi desenvolvido em 26 bairros de Curitiba e em mais 11 Municípios: Lapa, Toledo, São Mateus do Sul, Morretes, Cascavel, São José dos Pinhais, Araucária, Paranaguá, Palotina, Assis Chateaubriand e Marechal Cândido Rondon, atingindo um público de 48.000 pessoas.
— PROJETO RODA-VIVA — Utiliza a Carreta Popular e espaços cênicos fechados, promovendo apresentações de poesia e música em fábricas, praças públicas, asilos, creches, orfanatos e estabelecimentos penais.
— REATIVAÇÃO DO TEATRO DE COMÉDIA DO PARANÁ — Esta unidade foi responsável pelo desenvolvimento de co-produções de peças teatrais com companhias independentes paranaenses, como as peças "O Presidente", "Na Calada da Noite", e "A Cegonha Boa de Bico", com um público de 6.002 espectadores.
— BALLET TEATRO GUAÍRA — A companhia oficial de dança apresentou-se com o bailado "O Grande Circo Místico", em diversas capitais do País, batendo o recorde sul-americano com 87 apresentações do mesmo espetáculo em menos de um ano, para um público de 99.164 espectadores. Apresentou-se, ainda, com o bailado "Quebra-Nozes" na Capital, a um público de 3.146 pessoas.
— APOIO AOS PROFISSIONAIS E AMADORES DAS ARTES CÊNICAS — A Fundação Teatro Guaíra promoveu palestras, debates e cursos de aprimoramento técnico e artístico a profissionais e amadores que atuam em teatro, dança, circo e ópera, em Curitiba, Toledo, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon e Jacarezinho, contando com 1.027 participantes. Patrocinou a montagem da peça "A Moda de Viola e Bola", encenada em Curitiba, Piraí do Sul, Castro e Ponta Grossa, para um público de 1.632 espectadores. Destinou ainda, apoio técnico e financeiro à montagem da ópera "La Traviata", que atingiu 4.134 espectadores. Prestou apoio técnico e recursos humanos às montagens e turnês de 51 companhias independentes e grupos amadores.

A Fundação Teatro Guaíra prosseguiu com o seu Curso de Danças Clássicas, cujos alunos e professores participaram da divulgação das artes cênicas no Estado, envolvendo um público de 2.940 pessoas; e com o Curso Permanente de Teatro, cujas encenações, levadas a efeito por alunos e professores, somaram 4.573 espectadores.

2.10.7 Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR)

A PARANATUR, como órgão responsável pela coordenação de desenvolvimento do turismo no Paraná, teve, em 1983, suas ações voltadas à promoção e à divulgação do potencial turístico do Paraná. Assim sendo, participou de 6 eventos entre congressos nacionais e internacionais, tendo feito 2.530 contatos diretos. Foram confeccionados 76.000 unidades entre folhetos, posters, folders e cartazes sobre o Litoral, Paranaguá, Antonina, Serra do Mar, Estrada da Graciosa, Curitiba, Vila Velha, Lapa e Foz do

Iguaçu, além da impressão de 10.000 unidades do Calendário Turístico/83 e 1.000 unidades do Manual de Agentes de Viagens, sendo todo esse material distribuído para os escritórios regionais da EMBRATUR, agências do Banco do Brasil no exterior, agências de viagens, hotéis, transportadoras nacionais e internacionais, além da divulgação feita pela televisão com o "Estique-se" no Estado do Paraná e o "Ei, Paulista!" no Estado de São Paulo.

Com o intuito de estimular o turismo regional, a PARANATUR realizou eventos como "Curitiba é Nossa" e "Passeio a Pé" (Curitiba); I Torneio de Inverno de Futebol e Vôlei Misto de Praia (Litoral paranaense e BR-277); I e II Passeio ao Parque Marumbi, Turismo Escolar para Crianças (Vila Velha) e a Reabertura da Estrada da Graciosa, envolvendo 19.750 participantes. Por outro lado, a PARANATUR realizou obras de restauração e recuperação nos Parques Turísticos de Matinhos, Guaratuba, Campinhos, Monge da Lapa e Vila Velha. Foram concluídos os anteprojetos de postos de atendimento médico de emergência e do terminal turístico, visando ao reaproveitamento do Hotel Cassino, em Foz do Iguaçu.

Iniciaram-se também a elaboração do projeto arquitetônico e estudos para determinar o local do Centro de Convenções de Curitiba; e concluiu-se o projeto para instalação da Central de Captação de Eventos, que visa atrair para o Centro de Convenções todos os eventos realizados em Curitiba.

3. POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1 APRESENTAÇÃO

No quadro da política econômico-financeira se verifica grandes dificuldades no que concerne à formulação de programas e projetos de desenvolvimento, visto que repousam no âmbito federal os instrumentos de intervenção fundamentais capazes de viabilizar tais programas. Além disso, em face da atual política recessiva deliberada, predomina um conjunto de restrições e medidas constrangedoras às diversas áreas da atividade econômica, o que vem exigindo grande dose de criatividade por parte dos diversos segmentos da sociedade.

O atual Governo do Paraná, ao elaborar o Plano de Ação, levou em consideração o caráter recessivo da política econômica brasileira, sem, entretanto, se submeter passivamente a seus efeitos. Desta forma, as proposições ali contidas espelham a preocupação de contornar dificuldades desenvolvendo soluções alternativas no intuito de manter e expandir o conjunto de atividades econômicas existentes no Estado, bem como apoiar e estimular as iniciativas que visem aproveitar os recursos locais.

Este é, por exemplo, o caso da agricultura, pois a despeito do fato desta ser regulada pela esfera federal, o Paraná vem desenvolvendo uma política cujo núcleo central é o apoio ao pequeno e médio produtor rural, o manejo do solo, bem como o reassentamento das populações sem terras. Trata-se, no primeiro caso, de fazer chegar a esses produtores os benefícios de uma extensão rural adequada; no segundo caso, de desenvolver um conjunto de práticas no sentido de conter a generalização do processo de erosão, e, no terceiro, de procurar reter essa população no campo, buscando evitar a expansão desordenada da periferia das grandes cidades do Estado.

Com base nos recursos agrícolas destaca-se o esforço de agroindustrialização, procurando, com isto, atingir maiores níveis de transformação e integração da produção agropecuária paranaense através das diversas ações da Secretaria da Indústria e do Comércio e dos bancos de fomento — Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Mas as preocupações também se estendem à exploração dos recursos minerais, com a MINEROPAR operando tanto na prospecção e exploração de minérios, como também na promoção do setor através de uma "política mineral integrada na comunidade".

Para que a produção de mercadorias se viabilize é necessário que outros requisitos sejam satisfeitos, começando pela manutenção das rodovias estaduais e federais, manutenção e ampliação das rodovias vicinais, possibilitando o escoamento dessa produção. Também é preciso que os serviços de eletrificação sejam ampliados, no quadro urbano e, principalmen-

te, no quadro rural. Assim, estão sendo incentivadas tecnologias alternativas quanto à pavimentação das rodovias vicinais, como também o uso de materiais mais simples e baratos nas linhas de distribuição de energia, facilitando, conseqüentemente, o acesso de maior parcela da população paranaense a esses benefícios.

É bom destacar que a manutenção e ampliação das atividades econômicas irão se refletir na máquina arrecadadora estadual, mesmo que uma parcela expressiva dos resultados do trabalho dos paranaenses seja absorvida pela União, em função da atual política tributária bastante centralizadora. Desta maneira, deve-se melhorar a eficiência no processo de arrecadação, tendo por contrapartida uma política parcimoniosa de gastos.

Assim, essas ações encetadas no ano de 1983, sabidamente um ano de transição governamental, devem ser aprofundadas nos anos seguintes, como meio de atravessar o período crítico em que o País se encontra. É claro que outras ações somar-se-ão na medida em que forem sendo superadas determinadas dificuldades, como o saneamento financeiro de instituições do aparelho estatal e, principalmente, a recuperação da capacidade de investimento por parte do Estado, o que lhe permitirá avançar com programas e projetos que resultem na ampliação das oportunidades de emprego no Paraná.

3.2 AGRICULTURA

A agricultura paranaense, principalmente a partir da década de 70, passa a se utilizar de um pacote tecnológico que lhe possibilitou significativas transformações na forma de produzir, na estrutura fundiária e nas relações sociais de produção.

A política agrícola do Governo Federal, além do objetivo de incentivar as exportações, induz os produtores ao consumo acelerado de insumos modernos e máquinas agrícolas, criando mercado e viabilizando a indústria produtora de máquinas e implementos agrícolas e a indústria de fertilizantes, adubos e agrotóxicos.

O setor agrícola se moderniza, alterando a base técnica de produção, a estrutura fundiária, através da concentração das propriedades em termos de área, o perfil da pauta de produtos, direcionando a agricultura para os produtos de exportação; deslocando as culturas alimentares para solos menos férteis e mais distantes, e mudando as formas de produzir e as modalidades de emprego da força de trabalho.

As conseqüências inevitáveis do modelo agrícola foram a exacerbação do êxodo rural com expulsão de cerca de 1,3 milhão de pessoas para fora do Estado, o empobrecimento de produtores que ainda resistiram no campo, o processo de destruição dos recursos naturais pelas práticas inadequadas de cultivo, o desmatamento indiscriminado e a produção agrícola em solos inadequados.

Além disso, a ênfase da agricultura voltada para a exportação tem como contrapartida as constantes crises de abastecimento alimentar interno, com consequente elevação dos preços dos alimentos e portanto sendo fonte de pressões inflacionárias.

A atual gestão da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAG), embora não dispondo da autonomia desejável para a formulação da política agrícola como um todo, a qual é determinada em nível federal, vem realizando esforços para a reorientação do processo produtivo agrícola do Estado, com vistas a garantir que o agricultor e seus dependentes sejam os maiores beneficiários do trabalho de produzir.

Desta forma, tem direcionado seus esforços para a abordagem crítica das agudas transformações que a agricultura sofreu no Paraná e para se contrapor às perversidades desse processo, tais como a degradação do meio ambiente, o empobrecimento dos pequenos produtores e a modernização acelerada imposta à agricultura, onde, sobretudo, aflorou uma problemática social relevante, que é a das relações de trabalho no meio rural.

Ao lado das ações ordinárias que competem à Secretaria da Agricultura — ações de sanitarismo nos subsetores de produção animal e vegetal, fiscalização de cooperativismo, e ainda as que concernem às suas entidades vinculadas nos campos da pesquisa, extensão rural, abastecimento, armazenagem e classificação da produção primária — buscou a pasta novas formas de intervir na realidade agrícola do Estado, naqueles aspectos que demandaram ações corretivas de maior ênfase.

Assim é que, atualmente, a Secretaria da Agricultura instituiu um elenco de novos programas que passam a ocupar um espaço cada vez maior, em comparação com os que tradicionalmente estão sendo executados. Dentre estes, novos programas podem-se destacar: o Programa de Manejo Integrado de Solos, o Programa de Tração Animal, a Política Estadual de Abastecimento, a Feira do Produtor e o Programa de Reassentamento dos Agricultores Sem Terras. Essas ações, ao lado das demais atividades de rotina, materializam a plena inserção da Secretaria da Agricultura no programa global do atual Governo do Estado.

3.2.1 Acompanhamento da Atividade Agropecuária

Visando solidificar a formulação de alternativas de política agrícola, bem como elevar o nível de racionalidade do processo decisório, tanto do produtor rural como dos órgãos do Governo e da iniciativa privada, foram desenvolvidas, em 1983, as seguintes atividades de acompanhamento, análise e difusão do comportamento da agropecuária paranaense:

— Coleta e divulgação mensal dos preços pagos e recebidos pelos produtores (no atacado e no varejo), além da coleta de informações e disseminação de um relatório diário sobre a situação climática nos 17 Núcleos Regionais da Secretaria da Agricultura;
— Cálculo anual do valor bruto da produção e da taxa de crescimento da agricultura, como também o cálculo dos custos de produção de 27 produtos agropecuários;
— Publicação do boletim mensal Acompanhamento da Situação Agropecuária do Paraná, do boletim quinzenal Agrosituacional e elaboração diária de boletins do Sistema de Informação do Mercado Agrícola (SIMA), que divulgam preços de compra e venda no atacado em 18 praças do Estado.

Além das atividades ordinárias de acompanhamento, elaborou-se, em conjunto com o Ministério da Agricultura e Secretarias da Agricultura de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Programa Básico para a Restauração da Capacidade Produtiva e de Distribuição dos Pequenos Produtores Rurais dos Estados Atingidos pelas Enchentes e Excessos de Chuvas, que serviu de proposta para a alocação, nos Estados do Sul, dos recursos do FIN SOCIAL. Elaborou-se, tambem, o Relatório da Comissão sobre o Trabalhador Rural Volante do Paraná, visando subsidiar o Governo do Estado na solução dos problemas da mão-de-obra volante.

3.2.2 Política do Pequeno Produtor e Trabalhador Rural

Uma das linhas básicas de política de ação da Secretaria da Agricultura é a prioridade à viabilização da pequena propriedade e a melhoria das condições de vida do trabalhador rural.

Do total de beneficiários da ação direta da extensão rural em 1983 (165.000 pessoas), 75% foram pequenos produtores, trabalhadores rurais e suas famílias, ou seja, 123.000 pessoas. Orientaram-se os pequenos produtores para o uso de tecnologias apropriadas às suas condições sócioeconômicas, para as vantagens da diversificação da exploração agropecuária e da produção para autoconsumo, como a criação de animais domésticos e o cultivo de hortas e pomares, objetivando a melhoria das condições de vida dos que trabalham na agricultura e o aumento da oferta de alimentos necessários ao abastecimento do mercado interno.

No Programa de Difusão de Tecnologias Alternativas foram assistidos, em 1983, cerca de 3.000 produtores rurais quanto ao uso de tração animal, realizando-se 150 cursos sobre uso racional de animais e equipamentos de tração.

Sob a orientação de técnicos da extensão rural foram adquiridos, pelos produtores, 450 animais para trabalho e 400 equipamentos para tração animal, sendo ainda adquiridos pelo Estado e colocados à disposição dos produtores agrícolas, reprodutores eqüinos da raça bretão.

Foram instaladas, também, 55 Unidades Demonstrativas de Tração Animal, com o objetivo de divulgar as técnicas propostas.

Visando apoiar o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, o IAPAR vem efetuando pesquisas de máquinas, equipamentos e métodos para o incremento do uso de tração animal, além da seleção e identificação de animais de tração mais apropriados para cada região.

Foram incentivadas as técnicas de manejo de solo com o uso de adubação orgânica, sendo tais práticas bastante acessíveis ao pequeno produtor. Nessa linha, a CEASA-PR, em convênio com a Universidade Católica do Paraná, vem desenvolvendo um projeto de aproveitamento do lixo de horti granjeiros (10 a 15 toneladas diárias) para a produção de biofertilizante e biogás.

A transferência de tecnologias apropriadas em prol do comprometimento com o desenvolvimento sócioeconômico dos produtores e trabalhadores rurais e de suas famílias, resultou, em 1983, na adoção de tecnologia adequada em 582.000 ha de lavoura e 278.000 cabeças de criação.

As ações voltadas para o bem-estar social da família ruralista compreenderam as orientações em termos de dieta alimentar, preservação da saúde e práticas básicas de saneamento, procurando privilegiar os grupos mais vulneráveis (gestantes, nutrizes, lactentes e jovens), sempre em integração com entidades afins.

Os principais resultados alcançados pelo trabalho de orientação social e técnica em 141 municípios foram:

— 29.000 donas-de-casa assistidas em dieta alimentar, preservação da saúde e práticas básicas de saneamento;
— 3.230 tratamentos de água;
— 1.840 poços/fontes protegidos;
— 344 canalizações de água;
— 1.163 instalações sanitárias completas;
— 2.830 hortas residenciais instaladas;
— 5.765 pomares residenciais instalados;
— 2.474 famílias adotadoras de conservas caseiras;
— 146 escolas rurais com merenda escolar melhorada.

Quanto ao fomento à produção de alimentos, tem-se procurado orientar os produtores no sentido de diversificação e escalonamento da produção, buscando-se o aumento da oferta de determinados produtos para o mercado interno.

Desta forma, orientou-se o produtor em relação ao dimensionamento alimentar mínimo para a produção de alimentos de subsistência, usando a diversificação alimentar e o balanço calórico das refeições da família rural.

Dentro dessa ótica, implantou-se a cultura do milho para a produção de 10.000 sacas de sementes da variedade B.R. 105, como opção de uso em substituição à semente de milho híbrido, conseguindo o produtor sementes próprias para as safras futuras.

Sob o regime de integração com as prefeituras e órgãos de classe, foram abertos 50 novos postos de venda, colocando à disposição das comunidades rurais, insumos agropecuários a preços justos e compatíveis.

Foram criadas 6 Unidades de Integração nos Municípios de Cianorte, Apucarana, Toledo, Cascavel, Irati e União da Vitória, objetivando a participação do produtor rural, especialmente o pequeno, nos serviços de motomecanização e utilização de sementes certificadas.

Para a consolidação do processo de ampliação da independência genética e para garantir difusão da utilização de cultivares de espécies vegetais melhoradas, o IAPAR produziu sementes básicas para atender parte da demanda do Sistema Estadual de Produção de Sementes.

A produção de sementes melhoradas por cultivo, em 1983, foi a seguinte:

Algodão	— 128.400	quilos
Arroz	— 16.700	quilos
Feijão	— 51.800	quilos
Soja	— 383.000	quilos
Trigo	— 191.500	quilos

Como resultado de pesquisa em melhoramento genético, buscando variedades adaptadas às nossas condições edafoclimáticas e sociais do Paraná, o IAPAR lançou em 1983 algumas novas variedades de sementes de feijão e rami.

Comercializaram-se 10.000 mudas cítricas nas regiões liberadas do Estado, visando ao incremento de mais uma fonte complementar de renda para o pequeno produtor.

Foram adquiridas e distribuídas 25.000 sacas de grãos de feijão melhorados, atendendo em caráter emergencial o pequeno produtor rural, em regiões onde se verificaram frustrações de safras.

Comercializou-se integralmente a seguinte produção de sementes:

Algodão	— 370.000	sacas
Feijão	— 100	toneladas
Arroz	— 360	toneladas
Trigo	— 5.500	toneladas
Soja	— 1.950	toneladas
Aveia	— 270	toneladas

Visando reduzir as perdas na colheita, prestou-se assistência técnica a 53.000 produtores rurais, conseguindo-se uma redução de perdas de 55.819 toneladas de soja, milho, trigo e arroz, que proporcionou um aumento de renda aos produtores assistidos, de Cr$ 2.703,6 milhões.

Realizaram-se 184 cursos, com a participação de 8.828 pessoas, orientando-se quanto à utilização adequada, regulagem e conservação de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Foram trabalhadas 91.500 horas/máquinas em motomecanização, e incorporados 10.000 ha de áreas ao processo produtivo.

Encontram-se ainda em desenvolvimento o Programa Estadual de Piscicultura, o Programa de Renovação de Cafeeiros e o Programa de Fomento à Erva-Mate.

No que se refere à comercialização de produtos agrícolas, direcionou-se a atuação visando reduzir o número de agentes nos processos de transações comerciais e a organização da comercialização da pequena produção. Nesse sentido, assessorou-se a organização e/ou funcionamento de 88 feiras de produtores, com 2.078 feirantes.

A ACARPA, em apoio ao Programa de Eletrificação Rural do Paraná, realizou, em 1983, o seguinte trabalho:

Produtores assistidos	—	1.862
Propriedades eletrificadas	—	659
Carneiros hidráulicos instalados	—	20
Turbinas instaladas	—	7
Cataventos instalados	—	6
Rodas de água instaladas	—	28

3.2.3 Política Fundiária

A nova política do Governo Estadual na área fundiária está voltada para corrigir as distorções no campo social, visando formar uma estrutura mais justa, que estimule o homem a permanecer no campo e evite o contingente populacional cada vez maior que se dirige aos centros urbanos. Neste ponto, vale observar que o desenvolvimento desse programa depende de uma atuação enérgica do Governo do Estado para reordenar a sua estrutura fundiária, atendendo aos agricultores sem-terra.

* REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA — No ano de 1983 o Instituto de Terras e Cartografia (ITC) esteve envolvido nas seguintes atuações:

— Legitimou 5.316,4 ha, correspondentes a 319 imóveis, beneficiando ocupantes que dependem do labor da agricultura para o seu sustento;
— Incorporou 6.527,3 ha ao patrimônio do ITC como primeira medida, buscando corrigir as distorções causadas pela chamada "indústria de posse";
— Aprovou uma nova tabela de preços para a venda de terras incorporadas ao seu patrimônio. O preço para venda de terras incorporadas passou a ter o seu limite mínimo igual ao valor da terra nua atribuído pelo INCRA e seu limite máximo igual ao valor médio de mercado das terras nuas da região da situação do imóvel. Com isso, os adquirentes da posse com fins de especulação imobiliária só poderão ter domínio das mesmas pagando seu valor real de mercado, ao Estado;
— Promoveu acordo entre os posseiros e proprietários do imóvel denominado Iguaçu, no Município de Palmas, com área de 5.206,6 ha, beneficiando 190 famílias de agricultores que ocupam a área em questão desde o ano de 1910;

— Executou os trabalhos necessários à ratificação e exploração de títulos declaratórios no imóvel Braviaco (região de Cascavel), regularizando desvirtuamento gerado por titulações errôneas efetuadas pelo Estado em outras épocas, num total de 6.172 lotes para ratificação e 8.649 lotes para termos declaratórios;
— O convênio firmado entre o ITC e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), para atender com assistência jurídica às questões possessórias, teve sua área de atuação estendida, em 1983, aos municípios que compõem os escritórios regionais de Curitiba, Ivaiporã e Morretes. Através desse convênio foram sentenciadas 22 ações e ajuizadas mais de 150.

* REORDENAMENTO FUNDIÁRIO — O ITC dedicou especial atenção para as atividades destinadas a imprimir um verdadeiro reordenamento fundiário no Paraná, tendo como objetivos básicos a viabilização de terras aos pequenos produtores, a redução do êxodo rural e a contenção do processo de concentração fundiária.

— Nesse sentido, como já mencionado, foi submetida à aprovação superior a alteração da Lei de Terras n.º 7.055/78, basicamente no seu artigo 27, objetivando eliminar a chamada "indústria de posse" a fim de se dar uma destinação mais justa e de caráter social à terra pública;
— Executaram-se completo levantamento e inventário de terras públicas de patrimônio federal e estadual, com o objetivo de identificar as que apresentam viabilidade agroeconômica para fins de implantação de Projetos de Assentamento Rural. O resultado concreto desse levantamento é a transferência de 1.800 ha de terras (Castro e Lapa) ao patrimônio do ITC, e a identificação de imóveis de domínio público estadual, com a ocupação de posseiros, cujas posses serão regularizadas a partir de 1984.
— Encontram-se em fase de implantação três projetos de assentamento rural em áreas que pertencem a instituições públicas, quais sejam:
  — 1.451 ha em Castro, com 100 famílias beneficiárias;
  — 1.022 ha em Bocaiúva do Sul, com 60 famílias;
  — 14 ha em Guaíra, beneficiando 71 famílias de ilhéus pescadores;
— Em atuação conjunta com diversas entidades de base e organizações oficiais está sendo efetuado um levantamento de imóveis rurais que possam ser enquadrados como improdutivos, à luz do Estatuto da Terra. Nesse sentido, já foram identificados, vistoriados e encaminhados ao INCRA 43.897,5 ha para fins de desapropriação por interesse social e assentamento;
— Também está sendo reativado e readequado, para fins de novos assentamentos rurais, o Fundo de Desapropriação e Colonização.

3.2.4 Política de Recursos Naturais e Preservação do Meio Ambiente

Na área de Recursos Naturais e Preservação do Meio Ambiente, vem-se atuando em três frentes, através de um trabalho integrado de todas as instituições envolvidas funcionalmente com o setor:

— O estancamento do processo de destruição dos recursos naturais;
— A reconstituição do ambiente através da renovação dos recursos naturais;
— O combate às fontes de agressão ao meio ambiente.

* ESTANCAMENTO DO PROCESSO DE DESTRUIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS — Dentro do Programa de Manejo Integrado dos Solos do Paraná, que teve lançamentos regionais em 1983, foram assistidos 35.000 produtores rurais, o que representa 8% do total das propriedades rurais existentes no Estado.

No programa de recuperação de terras através de microbacias, encontram-se encerrados os trabalhos em 71 bacias, que correspondem a uma área de 38.490 ha e a 994 produtores. E está em andamento a recuperação de 139 microbacias, numa área de 234.513 ha, distribuídas regionalmente conforme a tabela a seguir:

SITUAÇÃO DAS MICROBACIAS TRABALHADAS E ENCERRADAS, EM ANDAMENTO E PLANEJADAS

Região Administrativa	Encerradas			Andamento			Planejadas			Total		
	N.º Bacias	N.º Prod.	Área (ha)	N.º Bacias	N.º Prod.	Área (ha)	N.º Bacias	N.º Prod.	Área (ha)	N.º Bacias	N.º Prod.	Área (ha)
Cornélio Procópio	—	—	—	10	1.120	22.175	9	217	4.657	19	1.337	26.832
Maringá	4	155	8.000	6	214	8.300	6	220	8.100	16	589	24.400
Sto. A. da Platina	8	200	2.000	2	330	3.500	6	180	1.800	16	710	7.300
Umuarama	—	—	—	2	245	19.800	12	200	4.000	14	445	23.800
Paranavaí	—	—	—	25	1.205	108.064	—	—	—	25	1.205	108.064
Londrina	—	—	—	5	776	4.448	—	—	—	5	776	4.448
Toledo	54	565	24.305	48	529	16.653	101	1.201	28.065	203	2.295	69.023
Cascavel	1	9	150	24	534	25.585	18	392	12.676	43	935	38.411
Francisco Beltrão	—	—	—	5	125	3.756	—	—	—	5	125	3.756
Pato Branco	2	5	35	3	10	240	6	45	1.260	11	60	1.535
Campo Mourão	—	—	—	5	615	19.792	5	270	7.400	10	885	27.192
Ivaiporã	—	—	—	—	—	—	14	1.211	23.835	14	1.211	23.835
Guarapuava	—	—	—	—	—	—	6	125	5.000	6	125	5.000
União da Vitória	—	—	—	—	—	—	14	500	10.000	14	500	10.000
Ponta Grossa	2	60	4.000	4	50	2.200	16	343	14.811	22	453	21.011
Curitiba	—	—	—	—	—	—	15	1.211	19.101	15	1.211	19.101
Paranaguá	—	—	—	—	—	—	6	98	1.049	6	98	1.049
TOTAL	71	994	38.490	139	5.753	234.513	234	6.213	141.754	444	12.960	414.757

FONTE: SEAG

Foram conservados 295.000 ha de novas terras, totalizando 3.370.000 ha de solos conservados desde 1974, o que representa 28% da área agricultável do Estado. Esse resultado, em 1983, foi conseguido através de trabalhos realizados em 210 microcabias hidrográficas, distribuídas no Estado. Foram também realizados trabalhos de manutenção de áreas conservadas em anos anteriores, num total de 3.075.000 ha.

Objetivando o desenvolvimento de tecnologias e processos racionais de uso, manejo e conservação do solo e água, o IAPAR desenvolveu projetos em 4 linhas de pesquisa, quais sejam:

— Avaliação efetiva das restrições, potencialidades e problemas atuais do recurso natural solo;
— Recuperação de solos degradados;
— Plantas protetoras do solo;
— Preparo conservacionista do solo e plantio direto.

Visando restringir o consumo de inseticidas e combustíveis, reduzindo consequentemente os custos de produção, aumentar a renda do produtor rural e, ainda, preservar a vida dos produtores rurais, a ACARPA-EMATER/PR atuou, através de orientações em Manejo Integrado de Pragas, nas culturas de soja e algodão, obtendo os seguintes resultados:

— Redução dos custos de aplicação de inseticidas — Cr$ 7.720,3 milhões;
— Redução do consumo de inseticidas — 1.759.714 litros;
— Redução do consumo de combustíveis — 6.101.194 litros.

Através do Programa de Uso Adequado de Agrotóxicos, realizaram-se reuniões e encontros, procurando alertar produtores e consumidores para a gravidade da contaminação do homem e do meio ambiente pelos venenos, alertando para as condições de uso dos produtos e tecnologias alternativas. Além disso a Secretaria da Agricultura participou do Grupo de Regulamentação de Agrotóxicos, sancionada em 29/12/83. Participou também da Proposta do Programa Estadual de Meio Ambiente, em discussão nas diversas regiões do Estado.

Orientou-se quanto ao uso racional de corretivos e fertilizantes, numa área total de 464.500 ha, ou seja, 4% da área agricultável do Estado.

Também voltadas para a preservação do meio ambiente, têm sido desenvolvidas, através do IAPAR, algumas pesquisas sobre o controle integrado de pragas, doenças e plantas daninhas, visando à redução do consumo de pesticidas.

* RECONSTITUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE ATRAVÉS DA RENOVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS — No programa de recuperação da cobertura florestal, foram produzidas 12,5 milhões de mudas de essências florestais, voltadas aos pequenos e médios produtores rurais.

Com finalidade conservacionista e energética, foi reflorestada uma área de 10.000 ha, significando um aumento de 97% em relação a 1982.

Além disso, implantou-se em Engenheiro Beltrão uma Unidade Central de Beneficiamento e Abastecimento de Sementes de Essências Florestais Nativas e duas Unidades de Produção Florestal em Morretes e Palmas.

Criou-se uma Reserva Florestal Estadual (em Tibagi) e iniciou-se a regularização fundiária visando à criação de outras duas (Antonina).

* COMBATE ÀS FONTES DE AGRESSÃO DOS RECURSOS NATURAIS — Reorganizou-se a fiscalização de desmates, pesca e caça; implantaram-se cinco equipes de fiscalização específicas para o Parque Marumbi, e celebrou-se um convênio com a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), do Ministério do Interior, possibilitando ao Estado ação mais efetiva na preservação dos recursos naturais.

3.2.5 Política Sanitária

As ações desenvolvidas na área de sanitarismo visam aplicar medidas preconizadas na legislação de defesa sanitária animal e vegetal, promover o diagnóstico laboratorial nas mesmas áreas, garantir a qualidade na produção e comercialização dos insumos agropecuários, bem como o uso adequado dos mesmos.

A Defesa Sanitária Animal, além dos projetos que executa por delegação de competência do Ministério da Agricultura, através de convênios, ou seja, os projetos de Profilaxia e Combate da Febre Aftosa, Profilaxia e Combate da Peste Suína, Profilaxia e Combate das Doenças de Aves, redirecionou seu trabalho de forma a atender as principais enfermidades infectocontagiosas e parasitárias de ocorrência no Estado.

Efetuou-se em 1983 um total de 85.820 diagnósticos de doenças animais, enquanto que em 1982 realizaram-se 33.688 diagnósticos. Cabe salientar que nos referidos diagnósticos estão incluídos exames de interesse para o pequeno produtor, como os do Projeto de Tração Animal e do Projeto de Distribuição de Reprodutores de Suínos para Produtores do Vale do Ribeira.

No subprojeto de Profilaxia e Combate da Febre Aftosa foram realizadas, em 1983, vacinações nos meses de janeiro, maio e setembro, numa média de 5.900.000 cabeças vacinadas em cada período, representando aproximadamente 80% da população bovina existente no Estado. Além disso, foram diagnosticados e atendidos 106 focos de Febre Aftosa. Com relação à educação sanitária prestada ao criador, divulgaram-se 820 mensagens e realizaram-se 512 palestras com 7.258 participantes.

No Programa de Profilaxia e Combate à Peste Suína, estabeleceu-se como prioridade a execução de diagnóstico sorológico em uma amostra de 24.000 suínos, com a finalidade de demonstrar a erradicação da enfermidade no Estado. O resultado, aliado aos resultados nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, favoreceu o Paraná, que recebeu do Ministério da Agricultura o Certificado de Estado Isento de Peste Suína, reabrindo assim as condições para a sua participação como exportador de suínos no mercado internacional.

Realizaram-se, ainda, a vacinação de 2.645.174 suínos e o controle de 181 focos suspeitos, além do trabalho de educação sanitária mediante a realização de 969 palestras, reuniões e demonstrações, com a participação de 10.619 criadores.

O Programa de Profilaxia e Combate às Doenças de Aves tem por finalidade o cadastramento das granjas avícolas com importância econômica, bem como o mapeamento nosográfico das doenças das aves no Estado, priorizando, em 1983, os trabalhos de educação sanitária e assistência técnica ao pequeno e ao médio criador. Com esse objetivo, cadastraram-se 1.782 granjas em todos os 310 municípios e realizaram-se palestras para 6.679 participantes.

Parte das finalidades do Projeto de Combate à Raiva já foi atendida através da eliminação da raiva humana no Estado, devido principalmente ao controle da raiva canina. Portanto, direcionaram-se os trabalhos para o controle da raiva de herbívoros, causadora de elevados prejuízos no Estado.

Para o controle da brucelose, trabalhou-se em todos os 310 municípios, vacinando-se 107.172 cabeças num total de 2.501 propriedades e coletando-se 18.364 amostras em 1.188 propriedades.

Introduziu-se, em 1983, um trabalho mais efetivo no atendimento a enfermidades infectocontagiosas e parasitárias, responsáveis por prejuízos econômicos da ordem de 17% na pecuária do Estado. Definiram-se como prioridades as seguintes atividades executadas em 1983:

— Levantamento e análise técnica de ocorrência de ectoparasitose em todos os 310 municípios, cujo programa de profilaxia e combate deverá ser implantado a partir de 1984;
— Estabeleceu-se um projeto piloto de levantamento, profilaxia e combate de endoparasitoses na região de Maringá e nos Municípios de Colorado, Itaguajé, Santo Inácio e Santa Inês;
— Iniciaram-se as Campanhas Educativas de Vacinação.

O Programa de Defesa Sanitária Vegetal tem por objetivo a fiscalização e o controle de produção e comercialização de mudas e sementes, além de ações de acompanhamento fitossanitário e controle de pragas e doenças das culturas através de menor gasto de insumos e agrotóxicos.

Durante o ano, foram realizados 23.475 diagnósticos de doenças vegetais.

Na área de fiscalização, foram efetuadas 1.189 inspeções a produtores de mudas, 1.005 fiscalizações a comerciantes de mudas e fiscalizações sobre 1.502 comerciantes de sementes, 150 produtores de sementes e 400 comerciantes de mudas e sementes.

Além disso, a Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (CLASPAR) presta também serviço à fiscalização, com seus três laboratórios de análise de sementes e suas 33 barreiras interestaduais, alertando a fiscalização da entrada de sementes em desacordo com os padrões do Estado. A CLASPAR realizou, no período, 26.835 análises de sementes.

A fiscalização — no transporte de produtos agrícolas — das condições sanitárias dos produtos e dos documentos expedidos por autoridades sanitárias atingiu 221.768 veículos.

3.2.6 Política de Associativismo

Visando a ações coletivas que impliquem mudanças sociais e econômicas no meio rural, foram incentivadas e orientadas as associações, cooperativas, sindicatos e organizações emergentes, buscando-se uma forma conjunta para solucionar questões relacionadas com a produção, comercialização, aquisição de insumos, etc.

Organizou-se e/ou prestou-se assistência técnica e administrativa a 4.926 organizações rurais que congregam 252.716 pessoas, representando 14% do total de pessoas ocupadas no meio rural do Paraná.

Discriminadamente, foram as seguintes as organizações assistidas:

— 2.922 grupos de produtores, com 57.510 participantes;
— 1.088 grupos de donas-de-casa, com 27.723 participantes;
— 39 cooperativas agropecuárias, com 108.000 associados;
— 458 clubes de jovens, com 9.080 participantes e sócios;
— 20 sindicatos, com 38.311 sindicalizados;
— 9 associações de produtores para a comercialização, tendo como principal objetivo a venda em comum dos produtos agrícolas, principalmente hortigranjeiros, com 555 associados;
— 55 associações de produtores classistas, que objetivam o interesse de classes de produtores dedicados à exploração de determinados produtos (suinocultura, apicultura, etc), com 10.840 sócios;
— 38 associações de defesa ambiental, que têm por objetivo a preservação e recomposição do meio ambiente (solo, água, ar, flora e fauna), com 4.250 associados; — 301 conselhos (comitês comunitários), com 4.477 participantes.

Visando ao aperfeiçoamento do sistema cooperativista do Estado, à correção de irregularidades e ao consequente retorno na eficiência econômica do produtor paranaense, foram efetuadas:

— 64 fiscalizações em 37 cooperativas de produção (num universo de 85 cooperativas);
— 43 fiscalizações em 17 cooperativas de eletrificação (num universo de 20 cooperativas);
— 21 fiscalizações em 15 cooperativas de consumo (num universo de 21 cooperativas);
— 4 fiscalizações em três cooperativas de serviço (num universo de 6 cooperativas).

Com os mesmos objetivos:

— Participou-se de 35 assembléias gerais de cooperativas de produção e 10 cooperativas de eletrificação;
— Foi criada, em conjunto com 4 cooperativas de consumo e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) a Central de Informações e Compras;
— Foram realizados, em conjunto com a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná (FECOERPA), três seminários regionais de cooperativa sde eletrificação rural;
— Participou-se da formação e das atividades do Grupo de Trabalho de Saneamento do Cooperativismo de Eletrificação Rural.

3.2.7 Política de Abastecimento

A empresa Centrais de Abastecimentos do Paraná S/A (CEASA) tem por objetivo ordenar a função de abastecimento de gêneros alimentícios de origem hortifrutigranjeira nas áreas de maior concentração urbana do Estado

A CEASA/PR conta, atualmente, com cinco Centrais de Abastecimento operando em Curitiba, Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu e Cascavel.

Possui, ainda, dois Mercados do Produtor, implantados em Morretes e Cerro Azul onde o comércio é realizado ao nível de atacado.

Ao nível de varejo, possui três Hortomercados nas cidades de Curitiba, Maringá e Cornélio Procópio; três Feiras em Toledo, Foz do Iguaçu e Cascavel e os Varejões realizados nas CEASA de Londrina e Foz do Iguaçu.

Em 1983, foram comercializadas 566.842,1 toneladas de produtos hortifrutigranjeiros, nos diversos equipamentos de abastecimento da CEASA/PR, volume inferior ao comercializado em 1982, que foi de 578.970,5 toneladas. A redução do volume comercializado é reflexo da própria recessão econômica do País, que atingiu com maior ênfase a renda da classe média, grande consumidora de hortaliças e frutas; é também resultado das cheias da metade do ano, que impediram o escoamento da produção e da própria limitação física da CEASA de Curitiba, que se encontra estrangulada em relação à possibilidade de oferta.

EVOLUÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS NAS UNIDADES DA CEASA/PR

Discriminação	Quantidade Ofertada (t)			
	1980	1981	1982	1983
CEASA — Curitiba	281.728,5	305.574,7	319.375,5	287.479,1
CEASA — Maringá	97.469,8	90.815,0	113.611,1	114.555,2
CEASA — Foz do Iguaçu	50.138,0	42.790,0	48.022,1	50.527,6
CEASA — Cascavel	17.419,9	18.997,0	21.638,2	19.799,9
CEASA — Londrina	—	—	64.652,3	76.962,5
Merc. Prod. Morretes	1.182,9	840,9	977,2	914,9
Merc. Prod. Cerro Azul	—	—	66,0	92,3
Hortom. Sta. Quitéria	—	538,4	4.348,4	7.946,0
Hortom. Maringá	1.105,1	954,8	1.311,1	1.114,6
Hortom. Corn. Procópio	—	—	—	144,2
Varejão — Curitiba	2.172,8	1.152,0	1.407,3	2.372,2
Varejão — Foz do Iguaçu	642,0	367,3	890,1	842,8
Varejão — Londrina	—	—	342,0	333,2
Varejão — Cascavel	390,5	—	—	—
Feira — Foz do Iguaçu	743,8	499,7	570,7	443,7
Feira — Cascavel	685,6	1.326,2	1.571,7	1.199,4
Feira — Toledo	—	264,0	186,8	158,4
Sacolão — V. Hauer	—	—	—	1.286,1
Sacolão — Londrina	—	—	—	130,0
Hortom. Foz do Iguaçu	1.363,8	349,0	—	—
TOTAL	455.024,7	465.469,0	578.970,5	566.842,1

FONTE: DITEC — CEASA/PR

Em 1983, adotou-se uma nova linha de conduta no que se refere à Política de Abastecimento do Estado, quando se elaborou o Programa de Abastecimento de Hortigranjeiros, denominado PROHORTI, cuja ênfase ao abastecimento parte da ótica do consumidor, tratando o problema segundo as classes de renda e priorizando a população urbana de menor poder aquisitivo.

Conciliando uma proposta de apoio à comercialização, capaz de refletir seus benefícios diretamente sobre os consumidores, implantaram-se equipamentos do tipo Sacolão e Varejão, com preços controlados, visando estabelecer um parâmetro nos preços do comércio varejista em geral.

O sacolão é uma modalidade de comércio ao nível de varejo, onde um elenco preestabelecido de produtos, é vendido a preço único por quilo.

Os produtos hortigranjeiros incluídos no sacolão são os considerados básicos na cesta de consumo, sendo eles: batata, cebola, tomate, banana, laranja, repolho e cenoura.

A racionalidade de funcionamento desse equipamento está em função da compensação de preços entre produtos e volume comercializado, que propicia ganhos em escala, apesar da margem de comercialização que dificilmente ultrapassa 10 a 15% do preço por atacado.

O primeiro sacolão instalado em Curitiba abrange uma ampla região, onde pelo menos 70.000 pessoas, com uma renda média familiar de menos de 5 salários mínimos, têm acesso direto ao sistema.

Nos meses de outubro a dezembro foram movimentadas 1.826 toneladas de produtos, com média semanal de 182 toneladas.

O sacolão implantado a 17 de dezembro, em Londrina, mostrou idêntica receptividade da população, atingindo volumes próximos a 100 toneladas por semana, com um afluxo de 3.000 a 5.000 pessoas.

O varejão, recentemente transferido da CEASA/Curitiba para o bairro do Capão Raso, também facilitou o acesso do consumidor. Operando com 44 agentes, entre os quais 21 atacadistas, 12 produtores e 11 atípicos, o movimento mensal subiu de 80 toneladas/mês para 546 toneladas em novembro e 700 toneladas em dezembro. O preço médio praticado tem estado, inclusive, abaixo do próprio sacolão.

O importante é que esses dois tipos de iniciativa de abastecimento têm provocado o surgimento de equipamentos que utilizam sistemas de vendas semelhantes em vários pontos da cidade, onde os comerciantes buscam ganhos em escala e a população adquire maior quantidade de alimentos.

O PROHORTI prevê a instalação de sacolões em bairros onde a comercialização de hortigranjeiros é precária, como também a interiorização do trabalho, com a implantação de sacolões e varejões em outras cidades.

A tabela, a seguir, mostra as diferenças de preços, para um grupo específico de produtos, nos vários tipos de equipamentos:

COMPARATIVO DA DESPESA FAMILIAR NOS DIVERSOS EQUIPAMENTOS VAREJISTAS DE CURITIBA

Discriminação	Consumo Kg/Mês (*)	Varejão Ceasa		Sacolão Ceasa		Quitanda		Supermercado		Feira		Hortomercado Santa Quitéria		Mercado Municipal	
		Preço p/ kg	Valor	Preço p/ kg	Valor	Preço p/ kg	Valor	Preço p/ kg	Valor	Preço p/ kg	Valor	Preço p/ kg	Valor	Preço p/ kg	Valor
Couve-flor	0,075	200,00	15,00	130,0	9,75	317,00	23,77	276,00	20,70	208,00	15,60	367,00	27,52	300,00	22,50
Repolho	0,492	60,00	29,52	130,0	63,96	183,00	90,04	74,00	36,41	95,00	46,74	150,00	73,80	150,00	73,80
Beterraba	0,075	100,00	7,50	130,0	9,75	240,00	18,00	140,00	10,50	125,00	9,37	167,00	12,52	150,00	11,25
Cebola	0,417	100,00	41,70	130,0	54,21	243,00	101,33	133,00	55,46	162,00	67,55	217,00	90,49	150,00	62,55
Cenoura	0,108	100,00	10,80	130,0	14,04	263,00	28,40	189,00	20,41	218,00	23,54	267,00	28,84	250,00	27,00
Abobrinha Verde	0,117	50,00	5,85	130,0	15,21	258,00	30,19	67,00	7,84	95,00	11,11	200,00	23,40	120,00	14,04
Chuchu	0,358	100,00	35,80	130,0	46,54	207,00	74,11	73,00	26,13	92,00	32,94	180,00	64,44	75,00	26,85
Vagem	0,083	250,00	20,75	130,0	10,79	508,00	42,16	365,00	30,29	400,00	33,20	367,00	30,46	405,00	33,61
Tomate	0,608	200,00	121,60	130,0	79,04	317,00	192,74	261,00	158,69	277,00	168,42	287,00	174,50	300,00	182,40
Banana Caturra	0,633	100,00	63,30	130,0	82,29	195,00	123,43	158,00	100,01	260,00	164,58	283,00	179,14	300,00	189,90
TOTAL	2,966		351,82		385,58		724,17		466,44		573,05		705,11		643,90
Família	14,830		1.759,10		1.927,90		3.620,85		2.332,20		2.865,25		3.525,55		3.219,50

FONTE: ENCEF/1977/DITEC-CEASA/PR/Grupo Atacado-Varejo

(*) Principais produtos que compõem a pauta básica ao sacolão, no período de 26/nov. a 01/dez. de 1983

Desenvolveram-se, também, várias reuniões junto às comunidades de bairro para verificar qual seria a forma mais aceita para o atendimento e suprimento básico de produtos como o arroz, feijão, farinha, óleo, etc., em um programa de alimentos mais baratos para a população carente.

Ocorreram, inclusive, algumas experiências em comunidades do Pinheirinho, com compras junto a Cooperativas e Produtores Organizados, cuja venda dos produtos foram realizadas sem a sofisticação em embalagens, com redução significativa de preços. Tal programa possivelmente possa vir a ter um âmbito municipal e até estadual.

Cabe ressaltar, também, a iniciativa das Prefeituras de Matinhos e de Guaratuba, junto com a CEASA/PR, colocando à venda, sobre caminhões, produtos hortigranjeiros (HORTIMÓVEL), com preços baseados no atacado da CEASA de Curitiba.

Finalmente, vem-se desenvolvendo um trabalho da Secretaria da Agricultura, junto às prefeituras, para implantação de feiras mistas, feiras livres e hortomercados.

3.2.8 Política de Apoio à Comercialização e Armazenagem

A classificação de produtos, realizada pela CLASPAR, tem por objetivo uniformizar critérios e padrões de produtos, oferecendo à coletividade e às iniciativas públicas e privadas condições definidas de melhoria na fase comercial da produção.

Na ação de classificação para o mercado interno e interestadual, realizou-se o processamento de 3.774.527 toneladas de produtos, atingindo 94% da meta programada para 1983 e superando as realizações de 1982 em 18%.

Reformulou-se o programa denominado Central de Informações Agropecuárias, direcionando suas ações para orientação gratuita ao agricultor no que se refere à comercialização de seus produtos, dinamização das informações de mercado, divulgação e orientação sobre Políticas de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e à diminuição dos intermediários no atual processo de comercialização.

Realizaram-se reuniões com os cotonicultores, sericicultores, ramicultores e beneficiadores de algodão, objetivando soluções e redimensionamento na atividade classificatória, buscando um padrão de qualidade adequada para os produtos e para o consumo.

Na busca de melhorar e ampliar os serviços colocados à disposição da coletividade, procurou-se obter junto à Carteira de Comércio Exterior (CACEX) credenciamento para atuar no controle das comercializações interna-

cionais. Atualmente, a CLASPAR emite certificado de qualidade de exportação apenas para fios de seda e de algodão; o restante é realizado pela própria empresa interessada ao nível de porto.

Desenvolveu-se, no período, a classificação de produtos em amparo à Política de Garantia de Preços Mínimos para a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), processando-se 1.045.802 toneladas.

Na área de treinamento de recursos humanos, realizou-se um curso de capacitação para classificação de produtos, além de 2 cursos em nível de reciclagem.

Desenvolveu-se ainda, como ação de apoio à comercialização, a difusão de oferta de compra e venda de produtos agropecuários em nível estadual, registrando-se, em 1983, 8.771 ofertas de compra e venda, o que correspondeu a um volume de 1.022.713 toneladas de produtos e a 224.074 cabeças de animais.

No que se refere à armazenagem, a preocupação inicial da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (COPASA) foi a reaparelhagem de sua rede de 32 armazéns, em 22 municípios, e que se encontravam em deplorável estado de conservação. Para execução de reformas, adequações e aquisições de equipamentos, foram aplicados Cr$ 146,4 milhões, permitindo que, atualmente, a rede de armazéns possa receber os produtos sem oferecer riscos.

A atuação da rede armazenadora da COPASA, durante o ano, foi marcada pela integração da Companhia em programas de apoio à comercialização de produtos agrícolas, viabilizando em várias regiões a ação da Política de Preços Mínimos, através do recebimento direto, do remanejamento de safras e da formação de estoques reguladores para a CFP e para o Departamento de Comercialização do Trigo Nacional (COTRIN).

O quadro a seguir mostra o total de produtos recebidos pela rede armazenadora da COPASA, nos anos de 1979 a 1983:

PRODUÇÃO RECEBIDA, POR PRINCIPAIS PRODUTOS

Em t

Produto / Ano	Trigo	Milho	Feijão	Soja	Café	Arroz	Algodão	Merenda Escolar	Diversos	Total
1979	159.482	131.319	14.529	20.245	3.105	17.548	822	200	32	347.282
1980	196.292	55.653	2.656	47.171	7.566	2.740	5.052	4.440	17.635	339.205
1981	147.663	89.341	11.090	40.866	18.982	16.256	5.104	10.749	22.380	362.431
1982	178.245	227.256	121.721	20.554	3.868	7.717	5.832	10.766	21.718	597.677
1983	219.001	62.426	11.842	4.523	10.529	5.772	13.075	9.032	5.669	341.869

FONTE: COPASA/APCR

A prestação de serviços, que engloba as operações de processamento e armazenagem, apresentou os seguintes resultados nos anos de 1979 a 1983:

SERVIÇOS PRESTADOS

Serviço/Ano	1979	1980	1981	1982	1983
Armazenagem	996.815	1.562.422	2.005.629	3.229.652	3.464.829
Recebimento	347.282	339.205	362.431	597.677	341.869
Limpeza	65.435	21.489	16.240	32.245	27.235
Secagem	53.345	42.850	27.069	59.445	38.082
Expurgo	174.844	260.680	285.366	739.337	636.005
Transbordo	—	87.947	9.685	80.240	47.608
Movimentação	—	—	596.253	1.051.891	791.194
Polvilhamento	20.556	—	—	—	—
TOTAL	1.658.277	2.314.593	3.302.673	5.790.487	5.346.822

FONTE: COPASA/APCR

A queda no volume de recebimento de produtos para armazenagem e mesmo dos serviços prestados pela COPASA é resultado de vários fatores, entre os quais a rápida comercialização de alguns produtos, principalmente o milho e o feijão, em função da cotação destes produtos no mercado, e a redução na capacidade estática de armazenagem, que em 1982 era de 437.000 toneladas, caindo em 1983 para 372.000 toneladas, em função das reformas realizadas em alguns armazéns.

3.2.9 Programas Especiais

* PROGRAMA INTEGRADO DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL (PRÓ-RURAL) — O IAPAR realizou, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a construção de 43 obras de apoio na região do PRÓ-RURAL. Das obras, constam a construção de armazéns para cereais e para insumos agrícolas, galpões, abrigos para máquinas, alojamentos e casas para funcionários, laboratórios, bibliotecas, etc., totalizando 6.624 m2 de área construída no período de junho a dezembro de 1983.

Ainda com recursos do IAPAR efetivou-se, em 1983, a importação de máquinas para os Laboratórios de Nutrição, Sanidade e Reprodução Animal e de Fitopatologia, totalizando Cr$ 108 milhões investidos.

Foram adquiridos, também, móveis e equipamentos para escritório, alojamento, biblioteca, eletrodomésticos e outros, totalizando Cr$ 26,0 milhões. Realizaram-se trabalhos de medição, demarcação, subdivisão em lotes e organização de processos técnicos de áreas rurais, objetivando a regularização fundiária com recursos do PRÓ-RURAL, o que totalizou uma área de imóveis de 31.500 ha e um número de parcelas rurais demarcadas de 3.022 unidades.

A CAFE do Paraná, em convênio com o BID, efetivou 50.000 horas/máquina em 4.000 ha de áreas improdutivas do PRÓ-RURAL, agora racionalmente utilizadas pelos pequenos e médios produtores da região Sul do Estado.

Foram construídos, ainda dentro desse programa, os Postos de Mecanização de Irati, União da Vitória, Ponta Grossa, Morretes e Campo Comprido, cuja estrutura operacional dará ampla cobertura à região do PRÓ-RURAL.

No período, classificaram-se dentro do PRÓ-RURAL 11.454 toneladas de arroz, 55.094 toneladas de feijão e 113.490 toneladas de milho.

* PROGRAMA DE CONTROLE DA EROSÃO DO NOROESTE DO PARANÁ — A participação do IAPAR na realização de pesquisas de manejo e conservação de solos, voltadas para as condições edafoclimáticas da região, propiciou a realização de 4.446 horas/máquina na recuperação de áreas atingidas pelo fenômeno da erosão.

* PROVÁRZEAS — Com o objetivo de recuperar para a agricultura, através de drenagem e sistematização de várzeas, novas áreas do Estado, foram assistidos 370 produtores rurais e drenados e/ou irrigados 4.420 ha, o que representa 110% a mais do obtido em 1982.

Foram ainda realizadas 8.257 horas/máquina no aproveitamento de várzeas, tornando-as produtivas.

3.3 ENERGIA E MINERAÇÃO

3.3.1 A Nova Política Energética e de Mineração

* A ÊNFASE NO ASPECTO SOCIAL DO USO DA ENERGIA — Consoante às diretrizes do atual Governo, a COPEL procurou enfatizar o aspecto social no uso da energia.

Tal política manifestou-se na prioridade com relação à distribuição, envolvendo um amplo programa de eletrificação rural e, sobretudo, a revisão e conseqüente simplificação dos padrões das redes de distribuição e entradas de serviço, que implicaram reduções substanciais de custo, benefício que foi transferido ao consumidor.

Outro item de grande interesse social e que já vem merecendo atenção da empresa é a eletrificação dos transportes urbanos, projeto em desenvolvimento conjunto com o IPPUC e a COMEC, e que implicará não só a substituição de derivados de petróleo como também o barateamento relativo das tarifas.

* UMA POLÍTICA DE MINERAÇÃO VOLTADA AOS INTERESSES DO ESTADO — O Estado do Paraná ressentiu-se, até 1983, de uma ação governamental efetiva relativamente à normatização, assistência, apoio e fiscalização da atividade mineira.

A nova política de atuação da MINEROPAR teve em vista tal situação, o que levou a empresa a não se restringir aos trabalhos de prospecção e pesquisa visando à descoberta de novos depósitos minerais, mas a atuar também na promoção do setor através de incentivo e assistência ao setor privado, bem como a asumir um maior compromisso com a realidade do próprio Estado, dando particular atenção a regiões deprimidas e à geração de empregos.

Dentro dessa orientação, algumas das ações prioritárias da empresa levaram em conta:

— o papel social do projeto, enfatizando a sua localização em região deprimida;
— a implementação de atividade mineradora de pequena escala, que possibilita a absorção de maior contingente de mão-de-obra local;
— incentivo a maior utilização de matérias-primas minerais produzidas ou disponíveis no Estado;
— estímulo ao aproveitamento de pequenos depósitos por associações ou cooperativas;

— reorientação das atividades de pesquisa e prospecção própria, com prioridade aos projetos voltados àquelas substâncias de maior interesse para a realidade do Estado e para o mercado paranaense, razão por que os maiores esforços foram concentrados na pesquisa e prospecção aluvionar e de minerais não metálicos.

* RELAÇÕES COM A COMUNIDADE — No âmbito da COPEL, foram criados Conselhos de Consumidores nas superintendências regionais (Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa), compostos por representantes da comunidade, resultando em melhor relacionamento empresa-usuário, e em expansão e aperfeiçoamento dos serviços prestados.

A melhoria no atendimento ao público concretizou-se através dos seguintes serviços:

— implantação do serviço de reaviso de vencimento da conta de luz, evitando-se os inconvenientes da suspensão do fornecimento de energia elétrica;
— abertura de cinco novas agências e cinco plantões no Estado;
— atendimento personalizado em mais noventa e seis agências da COPEL, beneficiando 590 mil consumidores;
— implantação do serviço de "Auto-Caixa" em Curitiba, atendendo a 300 mil consumidores na região da Capital;
— duplicação do atendimento através de unidades volantes, alcançando mais de 30 mil consumidores em pequenas localidades onde não existem escritórios da empresa;
— redução do índice de falha de faturamento em torno de 20%.

Têm particular importância as iniciativas de caráter social que procuraram minorar os efeitos decorrentes do desemprego e das enchentes, como:

— moratória e conseqüente manutenção de fornecimento de energia elétrica a 5 mil consumidores desempregados, com atraso no pagamento de suas contas de luz;
— a não-emisão, por parte da empresa, de faturas de energia elétrica contra 60 estabelecimentos consumidores de alta tensão atingidas pelas cheias, bem como a outras categorias de consumidores do grupo de baixa tensão, estimando-se uma perda de faturamento de Cr$ 204,4 milhões; acrescente-se, ainda, o não-faturamento por danos ocorridos no sistema, o que eleva a evasão de receita da empresa para cerca de Cr$ 400,0 milhões;
— doação de 200 casas oriundas do canteiro de obras e da vila residencial da Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Neto; além disso, a empresa participou das atividades de emergência coordenadas pelo Governo do Estado.

No âmbito da MINEROPAR, a opção por uma "política mineral integrada na comunidade" realizou-se através de amplo programa educativo e de divulgação visando familiarizar a população com a economia mineral, como também propiciar a integração da comunidade nos projetos em desenvolvimento, a exemplo dos projetos mineração em pequena escala, ouro e diamante.

Outro aspecto de fundamental importância no relacionamento com a comunidade objetiva minimizar o caráter agressivo da mineração ao meio ambiente, sobretudo a lavra predatória, sem controle ou preocupação social.

* RELACIONAMENTO COM O GOVERNO FEDERAL — Toda atividade relacionada com a exploração do serviço público de energia elétrica — geração, transporte e transformação, e a distribuição em áreas urbanas e rurais — é realizada mediante regime de concessão, sendo poder concedente o Governo da União.

O modelo ou a organização do setor elétrico brasileiro tem, pois, como uma de suas características marcantes, a forte intervenção direta do Governo Federal, particularmente no campo da geração de energia elétrica. Este aspecto é sobremaneira inconveniente para o Estado do Paraná, que possui um dos mais expressivos potenciais hidráulicos do País. Como exemplo, basta mencionar que, no ano de 1983 foram gerados 14.570.305.000 KWh, dos quais mais da metade — 7.653.002.000 KWh — foram transferidos para outros estados brasileiros, através do sistema interligado Sul/Sudeste.

Com a entrada em operação de todas as unidades da central de Itaipu, a situação se agravará ainda mais. Apenas 15% a 20% da energia hidrelétrica aqui gerada será consumida no próprio Estado.

O Paraná não recebe nenhuma contrapartida, a título compensatório, pela exploração de seus recursos hídricos que, em última instância, resultam em benefício e instrumento de progresso para outras regiões do País.

Nesse sentido, a COPEL tem procurado obter o apoio de representantes dos mais diversos segmentos da comunidade paranaense, e se empenha junto ao Governo Federal na defesa de dois pontos que considera da mais alta importância para o Paraná:

— a exploração direta pelo Estado, através da própria COPEL, dos potenciais hidráulicos ainda não aproveitados nos rios paranaenses, sendo exemplo mais atual o empenho em construir a usina de Segredo, no rio Iguaçu;
— a defesa da tese de que o Paraná deve receber compensações, na forma direta de **royalties**, em virtude da exploração de seus recursos naturais por organismos estranhos ao Estado (notadamente Itaipu e Eletrosul) e conseqüente eliminação de áreas do solo de grande fertilidade para a agricultura.

Outro ponto de importância a considerar no modelo do setor elétrico brasileiro é a intensa interferência nos aspectos econômicos, financeiro e tarifário, entre os quais uma das questões mais importantes refere-se às diversas parcelas da receita bruta dos serviços de energia elétrica, que são transferidos ao Governo Federal, tais como as relativas ao Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), ao Empréstimo Compulsório à Eletrobrás (ECE) e às quotas da Reserva de Reversão e da Reserva de Garantia.

A quota da Reserva de Reversão, em particular, que integra as tarifas e é calculada sobre o investimento da concessionária, elevou-se em 1983 a Cr$ 14.173,0 milhões — e isso mesmo após gestões da COPEL junto ao poder concedente, que chegara a elevar o seu montante para Cr$ 20.336,0 milhões. Isto quer dizer que, se os Cr$ 14.173,0 milhões da Reserva de Reversão tivessem permanecido como receita da COPEL, a empresa poderia ter dispensado nada menos do que 45% dos empréstimos que foi obrigada a contrair no ano de 1983.

Assim, a grave situação da economia nacional aliada à política tarifária e de transferência de recursos dos estados para a União, tem obrigado as empresas concessionárias estaduais, em particular a COPEL, a recorrer a crescentes volumes de empréstimo para manter seu equilíbrio financeiro e sua capacidade de investir.

Na esfera de atuação da MINEROPAR, ocorre a mesma dependência existente no setor energético, visto que a competência para fiscalizar, controlar e fomentar a atividade de mineração é atribuída ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério das Minas e Energia.

Entretanto, esse organismo vem sendo prejudicado, nos últimos anos, por sucessivos cortes de dotação orçamentária, estando, hoje, virtualmente impossibilitado de exercer as importantes atividades que lhe são legalmente atribuídas.

A MINEROPAR, na tentativa de impedir que os trabalhos de fomento inerentes ao Estado do Paraná não sofram solução de continuidade, prejudicando, desta maneira, a liberação de novas áreas para pesquisa e lavra, e comprometendo, conseqüentemente, a atividade mineira, vem assinando convênio com o DNPM, garantindo o funcionamento da residência daquele órgão em Curitiba.

O último convênio assinado tem o prazo de execução de agosto/83 a março/84, envolvendo programa orçado em Cr$ 15,7 milhões.

Ao mesmo tempo, com vistas a oferecer maiores facilidades aos mineradores do Estado, na sua maioria micro e pequenos empresários, vem reivindicando junto ao Ministério das Minas e Energia a criação de um distrito do DNPM no Paraná.

A residência do DNPM em Curitiba está subordinada ao 2.º distrito — São Paulo, o que normalmente acarreta grandes transtornos aos mineradores locais no encaminhamento de documentos e outras providências relativas à legalização da atividade mineira.

* XISTO BETUMINOSO — Outra área de estreita relação com o poder federal e da maior importância para o desenvolvimento do Estado refere-se ao xisto betuminoso. Consoante este entendimento, o Governo do Estado constituiu grupo de trabalho de alto nível, composto pelos presidentes da MINEROPAR, COPEL, TECPAR e pelo Procurador-Geral do Estado, de cujas ações deverão resultar subsídios para o estabelecimento de uma política estadual no setor.

3.3.2 Distribuição de Energia

* ELETRIFICAÇÃO RURAL — O consumo de eletricidade no meio rural apresentou, em 1983, uma taxa de crescimento de 16,3% em relação a 1982, passando de 272.398.000 KWh para 316.612.000 KWh. Este acréscimo é decorrente, em boa parte, da política da empresa de ampliação das ligações rurais e do padrão simplificado na rede de distribuição.

Em 1983 foram ligados pela COPEL 13.632 propriedades rurais. Considerando-se mais 83 ligações efetuadas por outras pequenas concessionárias e cooperativas de eletrificação rural, o número de propriedades rurais eletrificadas em todo o Estado, em dezembro de 1983, era de 98.197, representando acréscimo de 16,3% em relação a 1982.

Adicionalmente à sua programação normal, a COPEL elaborou um plano para atender a mais 1.407 propriedades rurais através de cooperativas de eletrificação rural do Estado, a ser executado por essas entidades com recursos do Grupo Executivo de Eletrificação Rural (GEER), do Ministério da Agricultura.

Na área rural, durante o exercício de 1983, a COPEL procedeu a revisão completa de projetos, especificações, traçados de linha, uso e custo de materiais, consistindo basicamente na utilização mais intensa do sistema monofásico; ao redimensionamento dos postes, mediante alteração do coeficiente de carga dos mesmos; à utilização de condutores de aço em substituição aos de alumínio; a maior espaçamento entre os postes nas linhas rurais, e à aplicação de outros equipamentos e acessórios de menor custo e sofisticação. Tais simplificações não comprometem a qualidade e a confiabilidade do suprimento aos seus consumidores, e resultaram em redução de custo da ordem de até 42%, benefício este transferido ao consumidor rural. Além da redução no gasto de implantação da rede elétrica, a COPEL passou a participar com 50%, em vez de 20%, como era habitual, no valor do investimento.

No final do ano, a COPEL firmou contrato de empréstimo em moeda estrangeira, no valor de US$ 104,5 milhões, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com interveniência das Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS). Este empréstimo, a ser complementado com recursos próprios da COPEL e com contribuição de proprietários rurais, possibilitará a implementação de 88.373 ligações de energia na área rural paranense no período 1984/1987. O programa prevê obras em todos os municípios do Estado, devendo suprir de energia elétrica 132 novas localidades e contemplar ainda 49.000 ligações a consumidores em comunidades rurais com menos de 5.000 habitantes.

A implementação desse projeto, acrescida ao número de ligações no ano de 1983, totaliza um número que representa mais que tudo o que foi feito até agora na história do Paraná. No setor de eletrificação rural no início da gestão existiam cerca de 84 mil propriedades com eletrificação, que comparadas às 100 mil no período 1983/1987, significa um acréscimo de mais de 100% no número de propriedades rurais atendidas.

* DISTRIBUIÇÃO URBANA — O consumo de eletricidade nas áreas urbanas registrou crescimento de 5,82%, conforme segue:

Classes	Consumo em mil KWh 1982	1983	Variação %
Industrial	2.964.472	3.030.067	2,21
Residencial	1.299.593	1.448.654	11,47
Comercial	851.549	918.416	7,85
Outros	723.178	781.703	8,09
TOTAL	5.838.792	6.178.840	5,82

FONTE: COPEL

O pequeno crescimento do consumo industrial registra que o quadro recessivo que se verifica na economia nacional também se refletiu no parque industrial paranaense. Este consumo inclui contratos especiais para substituição de derivados de petróleo, iniciados em 1983, o que implica que o crescimento real da produção industrial deva ter sido negativo no ano. Por outro lado, o consumo da classe residencial apresentou expressiva taxa de expansão (11,47%).

Em 31 de dezembro de 1983 o número de ligações urbanas no Paraná ascendia a 1.199.290. Destaca-se especialmente a classe residencial, com 1.034.511 ligações domiciliares, das quais 65.763 foram efetuadas no exercício. Estimando-se que o número de domicílios urbanos em todo o Estado se situa na ordem de 1.150.000, a taxa de atendimento, atualmente, é de 90%, ou seja, já muito próxima do limite (94% a 96%) para que o Paraná possa ser considerado totalmente atendido nas áreas urbanas.

Tais resultados devem-se em boa parte à intensa atividade desenvolvida pela COPEL em ampliações e melhorias nas redes de distribuição urbana, e em instalações, destacando-se a redução nos custos das redes de distribuição e simplificação dos padrões das entradas de serviço, o uso de postes de madeira e redução nos acessórios e outros materiais. Contribuíram também para esse resultado as melhorias no relacionamento e atendimento à comunidade já referidas anteriormente.

Todos os municípios localizados na área de concessão da empresa foram contemplados com obras. O quadro a seguir resume os empreendimentos executados em 1983:

Discriminação	Unidade	Totais (A+B)	Redes de Distribuição (A)	Linhas de Distribuição (B)
Postes instalados	um	56.390	32.984	23.406
Transformadores	um	6.103	2.820	3.283
Extensão	km	2.296	—	2.296
Investimentos + Manutenção	Cr$ milhões	13.000	8.000	5.000

FONTE: COPEL

3.3.3 Geração e Transmissão de Energia

* APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO DE SEGREDO — Seguindo a orientação de consolidar-se como empresa integrada na produção de energia elétrica, de modo a assegurar o abastecimento estadual também no início do próximo decênio, a COPEL deu continuidade aos estudos e às atividades básicas para a implementação do aproveitamento hidrelétrico de Segredo. No ano de 1983, a previsão da entrada em operação da citada usina sofreu diversas alterações, em decorrência das análises da evolução e do atendimento ao mercado regional de eletricidade. Assim, a operação comercial de Segredo, antes prevista para 1988, foi postergada para o quarto trimestre de 1990.

Dentro da reformulação do cronograma de execução da usina, em 1983 foram realizadas obras de base para a implantação do acampamento e da vila residencial.

Em razão do adiamento efetivo do início de operação da Usina de Segredo, foi cancelado o contrato de empréstimo entre a COPEL e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — A COPEL ficou autorizada pelo Governo Federal a renegociar com o BID, a partir de 1984, novo empréstimo para a usina.

* SISTEMA DE TRANSMISSÃO ESTADUAL — O sistema de transmissão estadual foi ampliado mediante a construção de 80 km de novas

linhas de transmissão, e o reisolamento, de 69Kv para 138 Kv, de mais de 70 km de linhas já existentes. Com essas obras, o sistema de transmissão de energia de responsabilidade da COPEL se eleva a 5.011 km.

Adicionalmente, a COPEL construiu 13 novas subestações transformadoras e executou ampliações em outras 58, totalizando aumento na potência de transformação de 1.385.000 KVA.

3.3.4 Energias Alternativas

No âmbito da busca de soluções energéticas alternativas, quer no que se refere à substituição do petróleo importado e de seus derivados, quer no aspecto da valorização dos recursos regionais e da viabilização do seu uso, a COPEL desenvolveu diversas iniciativas logrando importantes resultados práticos.

* ELETROTERMIA — CONTRATOS ESPECIAIS — Ao final de 1983 a COPEL havia alcançado a marca de 67 contratos especiais de fornecimento, a título de Energia Garantida por Tempo Determinado (EGTD), que objetiva a substituição, por energia elétrica, do consumo de derivados de petróleo. Esses contratos representam consumo anual de eletricidade estimado em 406.000.000 KWh, equivalentes a 13,4% de todo o consumo industrial do Estado em 1983. Por outro lado, deverão produzir uma economia do consumo de derivados do petróleo da ordem de 40.000 t anuais.

Outros 22 contratos especiais foram assinados na modalidade de Energia Elétrica Excedente para Substituição de Derivados de Petróleo (ESBT), perfazendo consumo estimado de 5.700.000 KWh/ano.

Também na modalidade Energia Sazonal Não Garantida (ESNG), para irrigação e fins industriais, foram firmados, em 1983, 70 contratos, correspondendo a um consumo anual de 12.000.000 KWh. Finalmente, há que se mencionar 4 contratos especiais de Energia Elétrica Excedente para Produção de Bens Exportáveis (EPEX) equivalentes a um consumo estimado de 24.400.000 KWh/ano e mais 2 contratos de tarifação horo-sazonal, que resultaram, em 1983, num consumo de 17.540.000 KWh.

* AGÊNCIA DE ENERGIA — No mês de outubro foi realizado o I Encontro Paranaense de Eletrotermia, congregando indústrias, consumidores, autoridades governamentais e do setor elétrico, além de outros interessados na matéria, objetivando difundir o uso da eletricidade como insumo energético alternativo para a produção de calor. Simultaneamente foi criada na COPEL a "Agência de Energia", cuja finalidade principal é a de prestar todas as informações a empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, no sentido de auxiliá-las na solução de alternativas energéticas para os derivados do petróleo.

* ELETRIFICAÇÃO DE TRANSPORTE URBANO — Com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e com a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), a COPEL firmou convênio que objetiva o desenvolvimento dos estudos de viabilidade, do projeto básico e do projeto executivo da rede de **trolebus** da Capital do Estado.

* APROVEITAMENTO DE CARVÃO MINERAL E DE BAGAÇO DE CANA — Foi também firmado compromisso COPEL/MINEROPAR, assegurando direitos minerários da reserva de carvão mineral de Sapopema, no Paraná, bem como convênio com a mesma empresa visando aos estudos de viabilidade técnico-econômica para a implantação de uma unidade mineira.

Foram realizadas reuniões com produtores de açúcar e de álcool, no Norte do Estado, objetivando despertar o interesse e difundir as vantagens de uma produção integrada e industrial dos excedentes de bagaço de cana-de-açúcar como insumo energético alternativo para a região. Tem-se em vista substituir não só derivados de petróleo, como também a lenha, atualmente já escassa na região.

* PLANEJAMENTO ENERGÉTICO DO ESTADO — Ao longo do exercício a COPEL manteve a permanente atualização do banco de dados do programa Modelagem Energética do Paraná, com vistas ao planejamento energético do Estado, notadamente para permitir a tomada de decisões com vistas a minimização do uso de derivados de petróleo, mediante a sua substituição por outros insumos energéticos eficientes e a custos satisfatórios para os consumidores.

Ao final do ano foi firmado convênio no valor de Cr$ 9,0 milhões com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), para elaboração do Balanço Energético do Paraná. A participação do Governo Federal no referido convênio é de Cr$ 7,2 milhões, cabendo o restante à COPEL.

3.3.5 Promoção do Setor Mineral

* MINERAÇÃO EM PEQUENA ESCALA — Em consonância com a política governamental de promover o estímulo aos pequenos empreendimentos, a MINEROPAR planejou e iniciou o desenvolvimento de um programa de incentivo e apoio à organização de cooperativas minerais.

Este programa visa, ainda, oferecer oportunidades alternativas de atividade econômica às populações carentes das regiões deprimidas do Estado.

Dos depósitos minerais existentes no Paraná, prestam-se particularmente à exploração, através de empreendimentos de pequena escala e mínima mecanização: minerais pesados (ilmenita, zirconita e rutilo) do litoral, dia-

mante da bacia do rio Tibagi, ouro de Morretes e pedras semipreciosas do Terceiro Planalto. Para a primeira fase do programa foi selecionada a região do Litoral para a implantação experimental da cooperativa pioneira de mineração de ilmenita, zirconita e rutilo.

Entre as principais ações em desenvolvimento na experiência-piloto, destacam-se:

— a ação conscientizadora à participação cooperativada junto à população atingida;
— projeto de lavra e concentração de minerais pesados, compatíveis com os depósitos do Litoral e com a escala do empreendimento;
— estudos de mercado e viabilização econômica do projeto.

* UTILIZAÇÃO DE MATÉRIAS-PRIMAS MINERAIS LOCAIS — O Paraná dispõe, em abundância, de matérias-primas minerais apropriadas para emprego imediato e manual em obras viárias e de construção civil em geral. Apesar desta grande potencialidade e das vantagens de se maximizar a utilização desses materiais, observa-se que isto não tem ocorrido nos níveis adequados.

Por outro lado, os graves problemas atuais de desemprego exigem a implantação de programas que gerem o aproveitamente cada vez maior de mão-de-obra não-especializada e semi-especializada, como alternativa às tecnologias de capital intensivo.

Sabe-se que, no caso específico de um revestimento asfáltico, a incidência da mão-de-obra é da ordem de 20% dos custos totais por metro quadrado, enquanto que, para pavimentação com paralelepípedos, este percentual gira em torno de 60%. Da mesma forma, o metro quadrado de asfalto emprega cerca de 0,5 homem/hora, enquanto o metro quadrado de calçamento com paralelepípedos emprega mais ou menos 5 homens/hora.

Por outro lado, o calçamento feito com paralelepípedos produz revestimentos de boa qualidade e alta durabilidade, reduzido custo unitário de implantação, alto percentual de utilização de mão-de-obra não-especializada e facilidade de manutenção, a qual dispensa equipamentos.

Assim sendo, foi implantado pela MINEROPAR o programa de utilização de matérias-primas locais, com os objetivos principais de:

— ampliar a utilização de mão-de-obra não-especializada e semi-especializada;
— substituir os derivados de petróleo e outras matérias-primas importadas por insumos minerais abundantes no Estado;
— evitar a evasão de recursos locais.

Em 1983, a MINEROPAR dedicou-se a divulgar o programa nos municípios do Interior, motivando as prefeituras a adotarem o uso de rochas locais em suas obras viárias, em substituição ao asfalto. Em Campo Largo, uma experiência de pavimentação com vários tipos de rochas foi desenvolvida para demonstração, promovida pela MINEROPAR em conjunto com a Coordenadoria de Planos e Programas Estaduais de Transportes (CPET/SETR), Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), Departamento de Estradas de Rodagem (DER/SETR), Empresa de Desenvolvimento de Campo Largo (EMLAR) e Prefeitura Municipal de Campo Largo. Foi também elaborado um manual de orientação do uso de paralelepípedos e pedras irregulares em pavimentação.

A partir de 1984, gestionar-se-á junto aos competentes organismos do Estado (BADEP, FAMEPAR, COMEC, IPPUC, DETEPAR, COHAPAR, EMOPAR, CENDI E TECPAR) para que cada entidade, dentro de suas atribuições, contribua para a implementação do programa. Estas contribuições dizem respeito particularmente à concessão de recursos financeiros às prefeituras municipais para execução de obras que privilegiam rochas locais, treinamento de mão-de-obra semi-especializada e priorização de obras viárias deste tipo nos planejamentos urbanos regionais.

* DIVULGAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO SETOR MINERAL — O Paraná é um Estado sem tradição mineira, de modo que a geologia e a mineração não são muito conhecidas em nossa comunidade, como atividades de economia regional. Por esse motivo, a divulgação, assistência e a promoção do setor ganham importância especial para familiarização da comunidade em geral e dos empresários em particular, com os aspectos fundamentais deste setor produtivo.

Nesse sentido, a MINEROPAR implementou um conjunto de atividades educativas e de divulgação, tanto em Curitiba como no Interior do Estado, visando obter a longo prazo uma efetiva participação na atividade mineral, e que consistiu em: organização de palestras, cursos dirigidos, montagem de audiovisuais didáticos, participação em feiras e exposições, edição do Informativo MINEROPAR e distribuição de mostruários de substâncias minerais ocorrentes no Estado.

Destaca-se também a promoção do I Curso de Direito Mineral Aplicado, ministrado por técnicos do DNPM e oferecido a empresários, profissionais e funcionários da empresa.

Outro programa de importância é a identificação gratuita de minerais. A MINEROPAR propõe-se, através deste programa, a incentivar a participação da comunidade, sobretudo do homem do campo, na descoberta de bens minerais, popularizando a mineração, e a transmitir informações e noções básicas de Geologia e Economia Mineral. Foram recebidas e analisadas 1.591 amostras, das quais 35 demonstraram indícios de ocorrên-

cia mineral de interesse econômico, merecendo a visita de geólogo da empresa para avaliação preliminar.

A MINEROPAR planejou e iniciou a execução de dois programas de levantamento de informações básicas, sobre o mercado produtor e o mercado consumidor de bens minerais do Estado do Paraná, e o programa de estatísticas minerais básicas.

O primeiro estudo, além do conhecimento da realidade destes dois mercados, para diagnósticos setoriais, visa basicamente fornecer subsídios e fundamentação à geração de programas específicos para o ataque aos problemas mais urgentes e essenciais que prejudicam o desenvolvimento deste setor da economia do Estado. O programa atingiu 35 municípios do Paraná, em 1983, localizadas nas microrregiões de Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel e Pato Branco. As indústrias analisadas concentram-se nos setores de produção de materiais de construção e minerais industriais (talco, calcário, argilas e caulim), com 201 empresas visitadas no primeiro setor e 133 no segundo.

O acompanhamento estatístico do setor mineral permitirá, em 1984, a criação de um banco de dados, do qual deverão emanar todas e quaisquer informações sobre a mineração no Paraná para uso estadual e nacional. Estas informações são publicadas anualmente pela MINEROPAR, através do documento Panorama Mineral Paranaense.

3.3.6 Prospecção e Pesquisa Própria

* PROSPECÇÃO E PESQUISAS ALUVIONAR: PROJETOS OURO E DIAMANTE — Considerando a possibilidade de exploração em pequena escala, com tecnologia conhecida, a MINEROPAR decidiu priorizar a prospecção e pesquisa aluvionar mediante os projetos ouro e diamante.

A pesquisa de ouro aluvionar foi sensivelmente ampliada a partir de maio/83, tendo em vista: a possibilidade de aproveitamento dos depósitos por mineração de pequena escala, com absorção de maior contingente de mão-de-obra semi-especializada e não-especializada; facilidade de colocação do produto no mercado; domínio da tecnologia de beneficiamento para obtenção do ouro e baixo investimento na planta de tratamento; localização dos eventuais depósitos em regiões deprimidas (socialmente carentes).

A experiência piloto está em desenvolvimento no Município de Morretes, abrangendo uma área de 375.000 m^2, cuja lavra experimental atinge uma área de 60.000 m^2 e uma reserva indicada de 75 Kg de ouro.

A exemplo do ouro, os depósitos de diamante em aluviões — depósitos fluviais recentes — são passíveis de exploração por métodos tradicionais, com intensa utilização de mão-de-obra local, exigindo baixo investi-

mento nas instalações para tratamento do mineral, com retorno de capital relativamente mais rápido. O diamante é de fácil colocação no mercado, tanto para o emprego industrial como para gema.

Os trabalhos de pesquisa são desenvolvidos em diversos locais nos Municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba, visando à cubagem de depósitos aluvionares diamantíferos previamente selecionados.

A pesquisa de detalhe ainda se acha na fase inicial, não sendo os dados suficientes para definir economicamente eventuais depósitos. Já foi delimitado, entretanto, um corpo de cascalho com 5.900 m^2, com espessura de até 5 m, no qual foi constatada presença de diamante, em teores economicamente recuperáveis, obtendo-se na fase de pesquisa 21 diamantes.

Através da pesquisa foi verificada a presença de ouro nesses cascalhos, aproveitável como subproduto, ampliando as perspectivas econômicas do empreendimento e da região.

A pesquisa de um desses depósitos — Campina dos Pupos — está sendo realizada em conjunto com um grupo de 32 garimpeiros locais. A MINEROPAR está orientando tecnicamente os trabalhos de pesquisa e aproveitamento do diamante, ao mesmo tempo em que conscientiza o grupo sobre as vantagens da atuação em associação ou cooperativa.

* PROSPECÇÃO E PESQUISA DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS — Os esforços da empresa nesse campo foram concentrados na prospecção e pesquisa de fluorita, rocha fosfática e associados. Tratam-se de explorações com retorno a médio prazo e voltadas ao atendimento da demanda do próprio Estado.

O projeto Barra do Itapirapuã está em desenvolvimento no Município de Cerro Azul, para rocha fosfática, com teores importantes de minerais do grupo de terras raras e fluorita, este último, importante mineral com emprego na metalurgia e na indústria química.

Foi parcialmente delimitado um corpo de carbonatito contendo fosfato (apatita), fluorita, barita e consideráveis teores de terras raras, molibdênio, chumbo e zinco. A área superficial de interesse para seqüência do trabalho perfaz 0,54 Km^2, com profundidade ainda não caracterizada.

Outro aspecto muito importante é a possibilidade da ocorrência de fosfato em quantidade economicamente viável. O fosfato é a matéria-prima indispensável para a produção de fertilizantes agrícolas, circunstância que aumenta substancialmente o interesse pelo andamento do projeto, considerando a importância da atividade agrícola do nosso Estado.

Ainda no Município de Cerro Azul vem sendo desenvolvido desde 1981 o projeto Volta Grande, visando à delimitação e cubagem de corpos de fluorita, cuja reserva medida e indicada é de 482.598 t com teor médio de 46,55%.

As reservas acima referidas resultam em acréscimo de 7% às reservas brasileiras de fluorita. Este depósito, juntamente com a mina da MATER, que recentemente entrou em operação, localizada no Município de Adrianópolis, conferem ao Estado do Paraná posição de destaque nacional, tanto na produção, como na reserva desse minério.

Destaca-se a localização desses depósitos em região das mais deprimidas do Estado — isto é, no Vale do Ribeira —, cujo perfil econômico-social poderá ser sensivelmente melhorado com a produção de fluorita, desde que seja explorada de forma racional e com preocupação social.

A MINEROPAR, coerente com as diretrizes do atual Governo, já elaborou estudo visando estabelecer as condições para repasse da jazida de Volta Grande para a iniciativa privada, de modo que a sua exploração resulte em benefícios sócio-econômicos abrangentes, voltados principalmente para os interesses municipais e da comunidade local.

* PROSPECÇÃO E PESQUISA DE METAIS BÁSICOS — As atividades da empresa desenvolveram-se em quatro áreas distintas: Piên, Betara, São Silvestre e Antinha, envolvendo a prospecção de cobre, chumbo, zinco e associados.

Entre tais projetos, o que apresenta maiores resultados, é o projeto Betara, no Município de Rio Branco do Sul, onde delimitaram-se zonas anômalas para cobre, chumbo e zinco e identificadas ocorrências de cobre. Em função da confusa situação legal da área — traduzida por interferência com áreas sob controle legal de outras empresas e pessoas físicas — os trabalhos foram provisoriamente suspensos.

A MINEROPAR está em negociações com o Grupo Votorantin, detentor dos direitos de parte da área, para realização de acordo visando à pesquisa conjunta da área onde foram identificados os melhores indícios de mineralização.

* PROSPECÇÃO E PESQUISA DE MINERAIS ENERGÉTICOS — As pesquisas até agora realizadas para carvão mineral no Estado demonstraram:

— potencialidade somente para jazidas de pequeno porte (até 500 mil t) — Ibaiti, Salto Aparado, Carvãozinho, Hulha, São Geraldo, Marçal — e, mais raramente para depósitos de médio porte (até 10 milhões t) — Mina do Cambuí e Campina dos Pupos;

— a única jazida de grande porte (36 milhões t) detectada — Mina de Sapopema — encontra-se a uma profundidade de 450 m, dificultando o seu aproveitamento econômico;
— em geral os carvões apresentam alto teor do enxofre (superior a 10%) e baixo teor de voláteis, limitando a sua utilização industrial. Exceção é feita apenas à jazida de Sapopema, cujo carvão apresenta características de melhor qualidade.

O estudo do mercado mostrou que o pequeno e médio consumidor de carvão mineral, devido à instabilidade da política federal no setor, vem gradativamente substituindo sua queima por lenha, dificultando dessa maneira a colocação do carvão nesse mercado.

Estes fatos justificam a diminuição de investimentos da MINEROPAR na pesquisa dessa substância. Os esforços serão concentrados apenas em Campina dos Pupos e, principalmente, no desenvolvimento da jazida de Sapopema.

Para a jazida de Sapopema, atualmente sob controle da CPRM, firmou-se acordo com a COPEL visando a garantia dos direitos minerários ao Estado do Paraná e futuro aproveitamento econômico conjunto do depósito.

Trabalhos realizados pela MINEROPAR desde 1981 mostram ocorrências de turfa, sem apontar a potencialidade (quantidade e qualidade da turfa), principalmente nas proximidades de grandes centros consumidores de energia (Curitiba, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel).

A empresa está interessada na continuidade desses estudos visando, inclusive, investigar a possibilidade de aproveitamento de turfa no setor agrícola.

Verificou-se, entretanto, que no desenvolvimento da pesquisa foram desconsideradas etapas importantes para a perfeita avaliação da potencialidade das turfeiras do Estado. Este fato motivou a suspensão temporária do programa, o qual deverá ser retomado em 1984.

Muitas das ocorrências de turfa já identificadas no Paraná, situam-se na bacia do rio Paraná, região essencialmente agrícola, pelo que fica evidente a preocupação pela utilização dessa substância como adubo orgânico.

3.3.7 Desenvolvimento da Província Mineral do Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira é, reconhecidamente, a região mais pobre de nosso Estado. O relevo íngreme, a extensão reduzida das áreas agricultáveis e as difíceis condições de acesso têm impedido, ao longo das décadas, que esta região acompanhe o ritmo de desenvolvimento do resto do Paraná.

Em compensação o Vale do Ribeira representa a província mineral de maior potencialidade metalogenética do Sul do País. As ocorrências e jazidas de chumbo — já exploradas por cinco minas, no lado paranaense da divisa estadual — além da fluorita, da barita, da prata, do ouro e do próprio calcário constituem um conjunto de riquezas minerais que podem oferecer à região real e concreta oportunidade de desenvolvimento.

Distorções e prejuízos, no entanto, existentes nas relações de produção de chumbo no Ribeira, provocadas pela presença de um monopólio, a empresa estrangeira (Plumbum S/A), domina a produção de chumbo, não apenas em nosso Estado, mas no País.

Na sua condição de grupo monopolista, a Plumbum tem estabelecido arbitrariamente, ao longo dos anos, as condições de contratos para a compra dos minérios produzidos na região. Os produtores paranaenses, em posição de inferioridade e sem alternativas para a colocação de seus produtos, têm se submetido às condições de comércio fixadas pela empresa. Até 1983, o Governo Estadual, através da MINEROPAR, tinha-se mantido ausente da questão e da região.

Da mesma forma, o Governo Federal quase nada tem feito, através de seus órgãos normatizadores e fiscalizadores, para assistir, orientar e fiscalizar a atividade de mineração no Ribeira.

Por esses motivos, a Diretoria da MINEROPAR, empossada em 1983, assumiu a responsabilidade de atuar na Província do Ribeira, no seu papel de agente do Estado, como mediador, normatizador e coordenador da produção mineral. A implantação do escritório regional de Adrianópolis constitui a forma mais direta de se levar a ação da MINEROPAR à região.

As atividades desse escritório consistem de:

- esclarecimento e orientação aos mineradores sobre IUM e legislação mineral;
- informações a respeito da situação legal das áreas de interesse, através de um controle atualizado para a região;
- promoção de cursos de treinamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra das minas, tanto em nível de operários quanto de técnicos de grau médio;
- controle de qualidade de minérios, tanto nas frentes de lavra quanto nas plantas de beneficiamento da Plumbum, visando esclarecer as questões pendentes na comercialização dos diferentes produtos das minas;
- avaliação cada vez mais precisa da potencialidade metalogenética da província.

Além dessas atividades, a empresa, através do setor de prospecção e pesquisa própria, vem também priorizando a região com o desenvolvimento dos projetos Barra do Itapirapuã e Volta Grande, já referidas no item 3.3.6 — Prospecção e Pesquisa de Minerais Não-Metálicos.

3.3.8 Estudos e Pesquisas

* ESTUDOS E PESQUISAS NO CAMPO DA ENERGIA — Além do desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionadas a fontes de energia alternativas e/ou substitutivas, a política de pesquisa da COPEL orientou-se no sentido de soluções locais, simplificação e barateamento de tecnologia de geração e distribuição, destacando-se:

— estudos objetivando a avaliação do potencial e averiguação das regiões paranaenses mais favoráveis à implantação de minicentrais hidrelétricas, de modo a conhecer alternativas mais econômicas de tornar a eletricidade disponível nas áreas mais distantes e de mais custosa conexão com o sistema elétrico da empresa;
— prosseguiram os estudos para inventariar o potencial hidrelétrico e analisar locais para construção de usinas nos rios Tibagi e Ivaí;
— mereceram estudos as cheias ocorridas na bacia do rio Iguaçu em maio e julho de 1983 e sua influência no reservatório da Usina Bento Munhoz da Rocha Neto e em União da Vitória;
— o Laboratório Central de Eletrotécnica e Eletrônica (LAC), mantido conjuntamente pela COPEL e pela Universidade Federal do Paraná, iniciou atividades de estudos e pesquisas nas áreas de alta tensão, proteção e controle, e medidas;
— foram executados estudos de mercado de energia elétrica no Paraná, compreendendo previsão de mercado, estatística e acompanhamento do mercado e a determinação dos principais centros de carga, condições de suprimento energético e de intercâmbio no sistema COPEL;
— participação, com as demais concessionárias da Região Sul, na elaboração do Plano Decenal de Transmissão — 1984/1992; elaboração do programa Expansão do Sistema de Transmissão — 1984/1988 de âmbito interno da empresa; e a coordenação de Estudos de Sobretensões;
— o Centro de Hidráulica e Hidrologia Professor Parigot de Souza — CEHPAR, mantido pela COPEL e pela Universidade Federal do Paraná, deu andamento a estudos diversos, dentre os quais se destacam os modelos reduzidos de aproveitamentos hidrelétricos, a saber: Itaipu (Brasil/Paraguai), Três Marias (Minas Gerais), Ilha Grande (ELETROSUL), Garabi (Rio Grande do Sul), Xingó (Centrais Elétricas do São Francisco), Segredo (COPEL), Samuel (ELETRONORTE) e de eclusa em Itaipu para a Itaipu Binacional.

* TECNOLOGIA MINERAL — Diagnósticos preliminares realizados em 1983 pela MINEROPAR, permitiram concluir que o aproveitamento dos bens minerais do Estado vem sendo realizado com baixo índice tecnológico.

Esse incipiente estágio de desenvolvimento da tecnologia mineral é ressaltado, sobretudo, no aproveitamento dos bens minerais, industriais (talco, calcário e argilas), tendo implicações diretas no baixo valor agregado do minério produzido.

A Diretotria da MINEROPAR, consciente da importância e necessidade premente da intensificação dos estudos na área de tecnologia mineral, vem adotando providências nesse sentido, dentre as quais destacam-se:

— criação de organismo interno — Gerência de Engenharia e Tecnologia Mineral — para diagnosticar as necessidades e orientar as linhas de ação neste campo;
— contatos preliminares com o TECPAR, visando a uma ação coordenada;
— levantamento do estágio de desenvolvimento tecnológico das substâncias minerais pesquisadas pela empresa e em exploração pelo empresariado privado, de forma a detectar as necessidades mais urgentes;
— convênio com a Universidade Federal do Paraná, para efeito de trabalho conjunto na área dos levantamentos geológicos, pesquisa mineral, teconologia e treinamento de pessoal.

3.3.9 Administração e Finanças — COPEL

* ADEQUAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL — Em 1983 foram tomadas medidas de contenção dos gastos com pessoal, materializadas por desligamentos, incentivos à aposentadoria e não-reposição de vagas ocorridas ao longo do exercício. O número de vagas autorizadas para o quadro da COPEL, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), em fins de 1982, de conformidade com a política tarifária em vigor no País, era de 8.239. No total, a COPEL contava com um quadro efetivo de 8.683, havendo, pois, um excedente de 444 empregados.

Já em dezembro de 1983, o quadro efetivo da COPEL fixava-se em 8.428 empregados, tendo-se reduzido em 255 empregados. Para o final do exercício, o quadro aprovado pela DNAEE para execução da política setorial de cobertura tarifária era de 8.501. Verifica-se, pois, que a empresa permaneceu dentro dos limites estabelecidos.

* DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL — Na área de desenvolvimento de pessoal, a empresa apresenta significativos resultados. O número de cursos realizados internamente foi de 303 de caráter técnico e 62 de natureza administrativa, tendo-se treinado, respectivamente 2.837 e 875 empregados, totalizando 3.712. Externamente, foram treinados 462 empregados em cursos técnicos e 87 em cursos administrativos.

Em segurança e medicina do trabalho realizaram-se 19 cursos para membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Foram treinados 377 empregados e executados treinamentos de segurança quanto a procedimentos e técnicas de trabalho a mais 451 empregados.

* ADEQUAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS — Relativamente à frota de veículos da empresa, há que se registrar a redução da frota em 168 veículos, de diversos tipos, passando de 1.566 unidades em 1982 para 1.390 em dezembro de 1983.

O número de veículos com motor a gasolina foi reduzido em 20% como decorrência da política de substituição por outros movidos a álcool.

* ASPECTOS FINANCEIROS — O orçamento da COPEL para 1983 foi elaborado, considerando-se uma inflação de 70%, a qual, na verdade, ultrapassou os 200%. Em que pese esse desvio, a empresa encerrou o exercício com os seus pagamentos junto à empreiteiras e fornecedores rigorosamente dentro dos prazos contratuais. Acresce mencionar que as constantes desvalorizações do cruzeiro, bem como a inflação interna, ocasionaram desembolsos de Cr$ 13,0 bilhões, superior ao previsto, no que concerne ao serviço da dívida.

Do ponto de vista de resultados, a remuneração do investimento da COPEL foi de apenas 6,3%, percentual este inferior ao mínimo legal de 10%. Entretanto, este desempenho, no ano de 1983, ficou acima da média do setor em termos nacionais.

O capital social da COPEL foi elevado de Cr$ 39.342 milhões para Cr$ 83.198 milhões. Em vista de suas necessidades financeiras, a empresa se empenhou em negociações e providências relacionadas com empréstimos. O principal deles, já referido na parte que trata de eletrificação rural, consiste no contrato firmado com o Banco Mundial e ELETROBRÁS, no valor de US$ 104,5 milhões.

Por outro lado, foi atualizado o Programa de Distribuição e Subtransmissão visando a utilização do saldo de empréstimo anterior do Banco Mundial (BIRD II), no valor de US$ 35,0 milhões. Outros financiamentos foram solicitados pela COPEL, no valor global de Cr$ 41,2 bilhões, para o seu programa de investimentos em 1984. Esses pedidos se encontram em análise pelos órgãos financiadores (FINEP, ELETROBRÁS, FINAME e BNDES).

Ainda quanto a Hidrelétrica de Segredo, a COPEL solicitou à ELETROBRÁS um financiamento no valor de Cr$ 73,9 bilhões, a preços de junho de 1983. O Conselho de Administração da ELETROBRÁS aprovou o pedido e o primeiro termo de empréstimo, no valor de Cr$ 2,6 bilhões, já se encontra em contratação. Por outro lado, ao Governo do Estado foram solicitados novos aportes de capital já integralizados, no valor de Cr$ 1,96 bilhão. Está em fase de aprovação o pedido de financiamento feito a FINAME, correspondente a Cr$ 41,1 bilhões.

A realização de recursos e de desembolsos, em 1983, apresentou-se, resumidamente, como segue:

COPEL — RECURSOS E DESEMBOLSOS — 1983
(Em milhões de cruzeiros)

Recursos	**Valores**	
— Operacionais (inclusive caixa inicial)		136.051
— De Capital		
. Imposto Único sobre Energia Elétrica	7.814	
. Reinversão — Dividendos	2.306	
. Governo do Estado — Ordinários	1.748	11.868
— Empréstimos e financiamentos		30.099
— Outras fontes		10.071
TOTAL DOS RECURSOS		188.089
Desembolsos		
— Operacionais (inclusive caixa final)		97.089
— Pagamento — Dividendos		2.348
— Serviço da dívida		
. Amortizações	31.278	
. Encargos	27.319	58.597
— Investimentos		
. Geração	8.199	
. Transmissão	6.275	
. Distribuição urbana e rural	14.117	
. Outros	1.464	30.055
TOTAL DOS DESEMBOLSOS		188.089

FONTE: COPEL

3.3.10 Administração e Finanças — MINEROPAR

* REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL — Tendo em vista a prioridade de desenvolvimento de alguns projetos, verificou-se a necessidade de proceder-se à alterações no organograma da empresa, basicamente na linha das gerências técnicas, passando a mesma a funcionar com nova estrutura organizacional.

* ADEQUAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL — Considerando a ampliação das atividades da empresa na área de coordenação de recursos minerais e a prioridade para o desenvolvimento de projetos que possibilitassem maior absorção de mão-de-obra semi e não-especializada, e ainda com o objetivo de eliminar distorções existentes e adaptar a nova estrutura organizacional da empresa à expansão verificada, foi redimensionado o quadro de pessoal, passando de 149 para 206 funcionários. Realizaram-se estudos para um novo quadro de funções e procedeu-se ao conseqüente reenquadramento de todos os empregados. Destaca-se que tais reformulações foram realizadas dentro das possibilidades orçamentárias da empresa, sem substanciaisa crésçimos de custos financeiros.

* ADEQUAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS — A eficiência de uma empresa de prospecção e pesquisa mineral em muito depende da adequação

de sua frota de veículos. Comumente os trabalhos desenvolvem-se em regiões de difícil acesso, servidas quase sempre por estradas secundárias ou carroçáveis, fato que provoca um grande desgaste dos veículos e exige, além do mais, a utilização de veículos adequados para os trabalhos de campo.

Quando a atual diretoria assumiu, constatou-se a inadequação da frota de veículos da empresa e o péssimo estado de conservação da mesma, o que dificultava a realização dos trabalhos de pesquisa. Além disso, a frota era também altamente dispendiosa, verificando-se um alto custo da manutenção. Houve, dessa forma, a necessidade de renovação e aumento da frota passando de 28 para 35 veículos, dos quais a metade é de marca Toyota e movido a diesel.

* ASPECTOS FINANCEIROS — A principal fonte de recursos da empresa tem sido a cota-parte do IUM. Planejou-se, em 1983, dada a própria expansão de atividades da empresa, nova política financeira, cujo tópico mais importante é a ampliação da base tributária sujeita ao IUM, através de mais efetiva fiscalização do setor, o que está sendo feito mediante convênio com a SEFI. Também decorrentes de algumas atividades da MINEROPAR deverão ser incrementadas substancialmente a receita operacional própria e a política de recursos a linhas de crédito especiais para pesquisa, a fundo perdido, junto a organismos federais.

Um quadro síntese de recurso e desembolsos relativos a 1983 é apresentado a seguir:

MINEROPAR — RECURSOS E USOS — 1983
(Em milhões de cruzeiros)

Fontes	
Repasses FUPAM (Fundo Paranaense de Mineração)	1.017,7
Receitas Financeiras	64,3
Receitas de Serviços Prestados	1,2
Outras Receitas	2,6
TOTAL DE FONTES	1.085,8
Usos	
Consumo	
. Pessoal	616,6
. Custeio	380,7
Transferências	
. Convênios (DNPM e UFPR)	9,5
Investimentos	79,0
TOTAL DE USOS	1.085,8

FONTE: MINEROPAR

3.4 INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio (SEIC), juntamente com suas entidades vinculadas, procurou desenvolver as atividades segundo as prioridades eleitas no Plano de Ação concernentes a este setor de atividade econômica. O Plano de Ação do Governo Estadual elegeu a agroindustrialização como fulcro principal da industrialização do Paraná, tendo em vista maior ampliação e integração do parque existente.

Por outro lado, vale lembrar que o Plano de Ação está mais voltado para o fomento das pequenas e médias indústrias, cujas atividades predominam no perfil industrial do Paraná. Trata-se, inicialmente, de fortalecer o que aí está e, em segundo lugar, de incentivar e apoiar quaisquer iniciativas que surjam no sentido do aproveitamento das matérias-primas regionais.

3.4.1 Gabinete do Secretário

No Gabinete do Secretário destacam-se dois programas prioritários:

* PROGRAMA PARANAENSE DE MICRODESTILARIAS — Este programa já superou o estágio da experimentação, cuja microdestilaria-protótipo foi desenvolvida na Fundação Universidade Estadual de Maringá. A partir de janeiro de 1984, o TECPAR homologará o certificado ao protótipo, o que permitirá ao CENDI promover a venda das primeiras 100 unidades, cuja implantação irá gerar 3.900 empregos. É bom lembrar que no desenvolvimento do protótipo foram testadas modalidades de aproveitamento dos resíduos como adubo, dando à microdestilaria um papel duplo na substituição de importações.

* PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO PARANAENSE PRODAP) — Objetiva apoiar e promover a produção e comercialização de produtos artesanais paranaenses, e oferecer, basicamente, melhores condições para o surgimento de novas oportunidades de ocupação e emprego. Desta forma, foram promovidas diversas feiras de artesanato no Paraná (Guaratuba, Maringá, Cascavel, Londrina e Curitiba). Outras ações foram desenvolvidas, como o apoio às exportações, a título de mostruário, para o mercado americano, em conjunto com o MTb/PNDA, no montante de Cr$ 7,8 milhões, e o treinamento de produtores em diversos municípios do Estado.

3.4.2 Diretoria-Geral/Coordenadoria dos Núcleos Regionais

Essa Coordenadoria tem como objetivo supervisionar a descentralização das ações da SEIC, através dos núcleos regionais em Londrina, Maringá,

Cascavel, Ponta Grossa, Francisco Beltrão e Pato Branco. As atividades desenvolvidas por esses núcleos regionais em 1983 foram basicamente voltadas para orientar as empresas sobre financiamentos e linhas de crédito junto ao BADEP e BRDE, e, ainda, para apoiar, o CEAG, no desenvolvimento do PROMICRO.

Do conjunto de ações desenvolvidas pelos núcleos regionais, destacam-se as seguintes: apoio financeiro de Cr$ 8,0 milhões às feiras e exposições realizadas nos Municípios de Ibiporã, Guaraci, Cascavel, Ponta Grossa e Londrina; apoio ao curso do CEAG ministrado a 43 empresas, bem como orientação e acompanhamento a 48 empresas da região Sudoeste, que solicitaram apoio financeiro junto ao DABEP, promoção, em conjunto com o CEXPAR, de curso sobre exportação ministrado a 29 empresários da região Sudoeste; apoio ao CEAG na formação da Central de Compras de Ferro e Aço de Maringá (CECOMAR); apoio aos empresários do ramo da indústria de confecções para a criação de uma Central de Compras em Maringá; apoio à SEIC, BADEP, MIC na celebração do convênio com o Município de Toledo, para o Programa Incentivo ao Desenvolvimento de Experiências Comunitárias, no valor de Cr$ 70,0 milhões; apoio à CODIC para celebração de convênios de cooperação financeira e técnica com as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e com as faculdades municipais de Cascavel, Francisco Beltrão e Pato Branco, visando desenvolver e incrementar atividades industriais e comerciais de suas regiões através do Diagnóstico das Microrregiões.

3.4.3 Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná (COIND)

Tendo como objetivo fomentar a integração entre os empresários e o Governo e assegurar a participação do empresariado e entidadas de classe nas decisões governamentais, foi reativado e ampliado o Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná (COIND), o qual conta atualmente com representantes dos mais diversos segmentos econômicos do Estado.

Dando cumprimento aos seus objetivos, o COIND iniciou os trabalhos de integração instalando comissões regionais de forma a congregar os empresários do interior nas deliberações e atuação do próprio Conselho. As cidades-sede dessas comissões são as mesmas dos Núcleos Regionais da SEIC.

3.4.4 Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CODIC)

A Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial resultou da fusão, através do Decreto n.º 678, de 19-05-83, das Coordenadorias de Desenvolvimento Industrial e a de Desenvolvimento Comercial, cujas ações visaram fortalecer o empresário paranaense. Suas prioridades centraram-se em:

* APOIO E ORIENTAÇÃO AO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL E COMERCIAL — No intuito de contribuir para o desenvolvimento das micros, pequenas e médias empresas no Estado, através de treinamento e de assistência técnica, gerencial e financeira, a CODIC — mediante convênio firmado com o CEAG/PR — repassou a quantia de Cr$ 38,4 milhões, resultando em treinamento de 1.599 empresários e 847 empresas assistidas. Foi também celebrado convênio com o MIC/SENAC-PR para promover treinamento e aperfeiçoamento de empresários e empregados de estabelecimentos comerciais de pequeno e médio portes, resultando num atendimento a 162 empresas, 170 empresários e 273 empregados. Por último, a CODIC, em convênio com o CEXPAR, realizou diversos cursos no sentido de dar apoio técnico e treinamento de pessoal, na área de comércio exterior.

* PROMOÇÃO DE PRODUTOS PARANAENSES EM FEIRAS E EXPOSIÇÕES — O Programa de Feiras e Exposições tem como objetivo a divulgação e ampliação da comercialização de produtos paranaenses, cabendo à CODIC apoiar entidades promotoras e empresas a participarem dos eventos; nas atividades vinculadas à CODIC incluem-se o planejamento, organização, acompanhamento, avaliação e, em alguns casos, apoio financeiro. A CODIC, em 1983, apoiou 13 feiras e exposições, inclusive repassando Cr$ 11,5 milhões para auxiliar estas realizações.

* ADEQUAÇÃO DOS PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS ÀS NORMAS TÉCNICAS DOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO — No ano de 1983 coube à CODIC listar o universo de olarias na Região Metropolitana de Curitiba, com a finalidade de prestar apoio e orientação tecnológica aos produtores de tijolos e telhas. Concorreram para a realização de tal projeto a Secretaria de Tecnologia Industrial — STI/MIC e o TECPAR.

* CARACTERIZAÇÃO DE ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTO — A CODIC executou um serviço preliminar de caracterização das potencialidades regionais da microrregião do Sudoeste que possam traduzir-se num elenco de oportunidades factíveis de aproveitamento. Seguindo a mesma metodologia e com a preocupação de realizar um quadro de potencialidades microrregionais, foram firmados convênios com as Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e com as Faculdades de Cascavel, Pato Branco e Francisco Beltrão.

3.4.5 Coordenadoria de Proteção e Orientação do Consumidor (CODEC)

A CODEC foi criada na atual gestão pelo Decreto n.º 678, de 09-05-83, e tem por função básica a defesa do consumidor, através de uma atuação disciplinadora e promotora da lisura e do respeito mútuo nas relações entre o produtor, o distribuidor e o consumidor.

A CODEC, em 1983, desenvolveu as seguintes ações:

— Contribuição à complementação e adequação da legislação relativa ao controle de qualidade e quantidade de produtos postos à disposição do público em geral para comercialização;
— Acionamento dos meios de preservação da qualidade de produtos, através de estudos para implantação de trabalho de fiscalização da classificação do arroz e do feijão; plano de cooperação técnica para investigar a existência de haplotoxina no amendoim produzido, industrializado e comercializado no Paraná;
— Realização de pesquisa para orientação e esclarecimento do consumidor (comércio de lâmpadas m Curitiba; preço do pão em Curitiba; variação média dos preços dos medicamentos), visando com isto informar ao consumidor qual o preço tabelado e ao mesmo tempo controlar os abusos nos preços desses produtos;
— Educação do consumidor: Programa de Divulgação e Comunicação de Massa (distribuição de 20.000 folhetos e cartazes; participação em programa de televisão; matérias para jornais e revistas);
— Treinamento de pessoal, no sentido de melhor capacitação nas técnicas de controle de qualidade;
— Indução do produtor ao cumprimento dos dispositivos legais, isto é, adequar a comercialização dos produtos segundo as exigências de embalagem;
— Outras atividades: assinatura de protocolo de intenções com a Prefeitura Municipal de Curitiba, Secretaria de Estado do Planejamento, Secretaria de Estado da Agricultura, Secretaria Especial para Assuntos Comunitários e Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio/CODEC para a criação da Comissão de Abastecimento Alimentar de Curitiba (CAAC); Projeto Higiene de Alimentos (embalagens); participação no Conselho de Usuários da TELEPAR.

3.4.6 Departamento do Trabalho (DETEPAR)

O DETEPAR, dentro de suas atribuições básicas — preparar e capacitar mão-de-obra, em consonância com o mercado — realizou um trabalho de formação profissional visando a adequação entre o perfil do treinando e o da ocupação, em cada uma de suas áreas de atuação:

* ÁREA DE FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA — No que tange à formação de mão-de-obra, o DETEPAR dirigiu suas atenções às populações periféricas dos centros urbanos, particularmente aquelas desempregadas. Foram preparadas 289 turmas, num total de 4.123 alunos, predominando cursos voltados para o fomento do artesanato, e também na área de serviços e indústria. Quanto a esta última área, os cursos se realizaram nas cidades de Maringá e Francisco Beltrão, devido à existência de Unidade de Preparação de Mão-de-Obra (UPMO), e também em Ponta Gros-

sa, mediante convênio com a Prefeitura Municipal. Os cursos foram realizados pelo DETEPAR através de convênio com o Ministério do Trabalho, no valor de Cr$ 20,4 milhões.

* ÁREA DE EMPREGO — Esta é uma área de pesquisa permanente. Neste sentido, é elaborada bimestralmente tabulação e análise do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do MTb/DRT. Estes dados permitem acompanhar a flutuação de mão-de-obra e o desemprego existente que, atualmente, segundo o IPARDES, é da ordem de 300 mil.

* ÁREA DE APOIO AO TRABALHADOR — Esta área, no decorrer de 1983, procurou ser receptiva e colaboradora com projetos sociais que tivessem como intenção apoiar o trabalhador paranaense. Assim, o DETEPAR, através deste setor, participou da elaboração do projeto de Oficinas Comunitárias, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Curitiba (DDS e IPPUC), a SEAC e a UFPR. Por outro lado, esse mesmo setor do DETEPAR participou da elaboração de uma proposta de viabilidade de utilização dos fundos provenientes do FUNDEC, do Banco do Brasil S.A. Uma outra linha de ação foi o trabalho de colaboração, junto ao SINE/PR, com o objetivo de avaliar o modelo de Cooperativas de Trabalhadores Rurais nos Municípios de Umuarama e Assis Chateaubriand.

3.4.7 Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná (IPEM/PR)

O IPEM/PR, dentro de suas atribuições e como órgão delegado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), por força do Convênio MIC/Estado do Paraná, atuou em todos os municípios do Estado, visando maior segurança ao consumidor em geral. Neste sentido, o IPEM/PR, em estreita colaboração com a CODEC, fiscalizou e aferiu instrumentos de medir e pesar existentes no Estado.

O IPEM/PR, em 1983, no desempenho de suas atividades específicas, partindo de sua sede em Curitiba e das agências regionais localizadas em Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Guarapuava e Cascavel, realizou trabalhos de aferição em 71.033 instrumentos diversos. No que tange à defesa e conscientização do consumidor individual e orientação aos comerciantes e industriais, examinou 4.574 diferentes tipos de mercadorias, previamente acondicionadas. Como conseqüência das fiscalizações e exames realizados, foram apreendidos 32 instrumentos diversos, interditados ao uso 316 e lavrados 580 autos de infração.

3.4.8 Centro de Desenvolvimento Industrial (CENDI)

Tendo por objetivo básico identificar e promover novas oportunidades industriais e comerciais, o CENDI tem procurado despertar os investidores locais, nacionais e estrangeiros para implantação de novas iniciativas, principalmente no setor industrial do Paraná. Assim, em 1983 o CENDI desenvolveu as seguintes ações:

* DIVULGAÇÃO DAS ALTERNATIVAS DAS OPORTUNIDADES INDUSTRIAIS OFERECIDAS PELO ESTADO — Esta atividade consiste na divulgação do Estado do Paraná como opção locacional às empresas, tendo sido realizados 368 contatos através de cartas, mala direta, telefone e também contatos pessoais;

* PROMOÇÃO DO APROVEITAMENTO DAS OPORTUNIDADES INDUSTRIAIS OFERECIDAS PELO ESTADO — Consiste em localização de investidores potenciais na implantação de novos empreendimentos ou expansão dos já existentes; para tanto, foram realizados 38 contatos pessoais;

* REATIVAÇÃO DAS EMPRESAS PARALISADAS — Esta atividade tem por objetivo estudo, assistência técnica e elaboração de relatórios conclusivos das empresas total ou parcialmente paralisadas, bem como gestões visando reativá-las; foi prestada assistência a 32 empresas;

* ORIENTAÇÃO DO PROJETO DE ÁREAS INDUSTRIAIS NOS MUNICÍPIOS — Consiste em orientar tecnicamente as prefeituras sobre a implantação de distritos ou áreas industriais, objetivando a preservação ecológica e a racionalidade dos investimentos; foram atendidos 32 municípios;

* PROGRAMAÇÃO DE FORMAÇÃO DA MICROEMPRESA — Esta atividade é dirigida ao incremento e à consolidação do artesanato; foi realizada a divulgação do programa em 5 municípios e foram atendidos 18 interessados na formação de microempresas;

* APOIO À CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL — Trata-se de um serviço voltado à assessoria, acompanhamento e orientação para melhoria do desempenho gerencial, tendo sido prestada assistência a 212 entidades. Complementarmente a esta atividade, foram realizados seminários, palestras e cursos, num total de 9, no sentido de formar quadros para atuação na área do comércio exterior;

* ADMINISTRAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE EXPORTAÇÃO — Esta atividade consiste na pesquisa, localização e caracterização de possíveis. negócios no exterior, para empresários do Paraná; para tanto, foi realizada em 1983 uma missão percursora aos países árabes que detectou 289 oportunidades (principalmente nos ramos de mobiliário, madeira aglomerada e frangos).

3.4.9 Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)

O TECPAR, em 1983, prestou assistência tecnológica às atividades dos diversos segmentos econômicos do Estado, com serviços de assessoria direta ou por meio de certificação e controle da qualidade de matérias-primas ou

produtos acabados. Com referência a este grupo de produtos, foram realizadas 23.150 análises de qualidade, sendo atendidas 490 empresas e 70 cooperativas. Já na área de construção civil/saneamento básico, foram realizados 29.270 ensaios físicos, análises técnicas e diagnósticos. Quanto aos insumos e produtos agropecuários, um total de 15.020 análises (solos, fertilizantes e rações); quanto à pesquisa mineral, 2.350 análises; no que se refere à conservação e usos alternativos de energia, foram realizados 604 procedimentos, envolvendo ensaios, homologação e certificados.

O TECPAR tem sido um tradicional produtor de vacina anti-rábica e fornecedor oficial da Central de Medicamentos (CEME), atendendo no ano de 1983 ao Programa Nacional de Profilaxia da Raiva com uma produção de 9.793.000 vacinas distribuídas a todas as Unidades da Federação. Por outro lado, cresceu sua produção de anestésico odontológico, atingindo a 2.000.000 de frascos, cuja distribuição nacional ficou a cargo da CEME. Acrescente-se também, ainda que sazonal, a produção do anticoagulante TECVAMPICID para combate ao morcego hematófago, transmissor da raiva nos rebanhos, com uma produção e distribuição, no exercício, de 150.698 doses.

Preocupado com os problemas de transferência de tecnologia, o TECPAR procurou, através de suas unidades, simplificar os aspectos operacionais. É o caso da colaboração com a SEIC na implantação do Programa Paranaense de Microdestilarias de Álcool; dos projetos executados no Município de Toledo, que vêm desenvolvendo tecnologia para extração de cola gelatinosa a partir de raspas de couro e produção de sabão em barra, utilizando resíduos graxos de curtumes.

Por fim, vale destacar a inauguração, pelo TECPAR, do Centro de Tecnologia Industrial Brasil/Japão, dentro do acordo de cooperação técnica internacional firmado entre o Brasil/Governo do Paraná e o Japão/Governo da Província de Hyogo, que coloca à disposição dos interessados um moderno laboratório para os setores metal-mecânico e eletroeletrônico.

3.4.10 Junta Comercial do Paraná

A Junta Comercial do Paraná vem promovendo a interiorização dos serviços de registros do comércio a seu cargo, através da criação de escritórios regionais. Estas unidades estão habilitadas a autenticar os livros no ato da apresentação e a prestar, na própria região, orientação técnica às empresas; também estão estruturadas para encaminhar a seus intermediários, documentos que devam tramitar na sede, em Curitiba.

Tais escritórios vêm apresentando um desempenho como se verifica na tabela a seguir:

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESCRITÓRIOS DA JCP — 1983

Escritórios	Livros Registrados	Processos Enviados	Certidões Requeridas
Curitiba	21.569	30.231	31.613
Londrina	3.925	4.273	1.007
Ponta Grossa	2.318	2.151	361
Cascavel	3.186	2.752	356
Pato Branco	157	638	154
Guarapuava	975	774	61
S. Antonio da Platina	758	880	168
Maringá	2.865	2.811	424
Umuarama	1.635	1.391	90
Paranavaí	884	485	28
Apucarana	1.503	1.075	185
União da Vitória	786	215	24
Francisco Beltrão	254	106	8
Medianeira (Preposto da Junta)	—	—	204
TOTAL	40.815	47.782	34.683

FONTE: JCP

Quanto às atividades de registro, publicidade e controle da documentação sobre os atos do comércio, a autarquia teve como principais resultados os indicados a seguir:

SERVIÇOS DE REGISTRO, CADASTRO E FISCALIZAÇÃO DA JCP — 1983

Discriminação	Quantidade
Registros de firmas novas	19.715
Criação de filial e proteção ao nome comercial	149
Distratos sociais e emancipações	1.494
Alterações de contratos	15.550
Anotações de contratos	3.903
Cancelamentos de firmas individuais	943
Atas de sociedades cooperativas e sociedades anônimas	4.573
Certidões datilografadas	9.083
Certidões fotocopiadas	25.502
Livros registrados e transferidos	40.815

FONTE: JCP

3.5 TRANSPORTES

A política de transportes encontra-se condicionada pela necessidade de assegurar o adequado escoamento da produção agrícola, desde as regiões mais longínquas do Estado até os principais centros de consumo e transformação industrial do país, como também aos portos de exportação. Deriva dessa constatação a conveniência de uma rede viária alimentadora e vicinal bem articulada que irá favorecer assim, a integração inter e intra-regional.

Por outro lado, dada a magnitude da rede viária existente no Estado faz-se necessária uma preocupação especial com a manutenção e reaparelhamento da infra-estrutura rodoviária e, inclusive portuária. Também deve ser preocupação governamental na atual conjuntura, a adoção de tecnologias alternativas para o setor, como por exemplo, o programa executado de pavimentação com pedras irregulares que utilizou mão-de-obra não especializada e materiais locais de baixo custo.

Paralelamente, o Governo teve a preocupação com formas alternativas de transporte, em particular o hidroviário, materializada nos estudos desenvolvidos sobre o rio Ivaí.

3.5.1 Departamento dos Serviços de Transporte Comercial (DSTC)

As atividades do Departamento dos Serviços de Transporte Comercial, durante 1983, tiveram por finalidade adequar seus serviços às reais necessidades dos usuários. Para tanto, utilizou sua estrutura funcional, nas atividades descritas a seguir.

* TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL — No exercício, o transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros foi executado por 55 empresas, as quais operaram com 741 linhas de serviço e utilizaram 2.543 veículos. O número de passageiros transportados foi de 95.785.490.

Como medidas de âmbito administrativo, dentro das atividades de transporte coletivo intermunicipal, foram tomadas providências, cabendo destacar:

— Concessão de 158 autorizações provisórias de implantação ou paralisação de linhas;
— Realização de estudos para racionalizar as linhas de transporte coletivo intermunicipal, visando retirar os pontos de seções que apresentaram movimento nulo em 1982;

— Vistoria em 2.714 ônibus de empresas concessionárias e de fretamento, serviços efetuados por comissão criada para este fim;
— Fiscalização da atuação das empresas de ônibus em 10 regiões, com contingente de 44 fiscais credenciados. As ações foram desempenhadas de maneira efetiva e continuada, no sentido de manter o elevado padrão dos serviços e a segurança dos usuários; também foram adotadas medidas para reduzir os custos de transporte, com implicações no preço das passagens;
— Fiscalização contábil sobre as concessionárias com o objetivo de obter maior confiabilidade nos cálculos tarifários, ação esta realizada pela primeira vez;
— Utilização, a partir de maio de 1983, de veículo equipado com instrumento de precisão, reaferindo, até o final do ano, 600 linhas intermunicipais de passageiros. Constatou-se que em 267 linhas a quilometragem existente era superior à realmente informada. Houve, então, uma redução de 2.565 km nas linhas. Observe-se que faltou reaferir as linhas de 15 empresas do Norte Pioneiro, previstas para 1984. Em 42 linhas a quilometragem constante da tarifa era inferior a realidade, sendo também corrigida.

* TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS — No que se refere ao transporte rodoviário de cargas, as ações se concentraram na manutenção e desenvolvimento das Centrais de Informação de Fretes, bem como no estabelecimento de normas e regulamentos afetos ao transporte de cargas perigosas.

— Centrais de Informações de Fretes — Visou-se, com as 7 Centrais de Informação de Fretes (CIFs) localizadas em Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Francisco Beltrão e Guarapuava, dinamizar o mercado de transporte rodoviário de cargas no Estado. Os resultados apresentados em 1983 foram expressivos, com significativa expansão nas suas atividades. Tanto o número de informações prestadas como o volume de toneladas informadas pelas Centrais de Fretes tiveram um acréscimo de 19% em relação a 1982. O número de atendimentos aos motoristas também apresentou um acréscimo sobre o exercício anterior, de 35% (Ver Tabela 3.5.1, no **APÊNDICE**).
— Transporte de Cargas Perigosas — No exercício de 1983, houve a participação de técnicos do DSTC nas reuniões da Comissão de Estudos criada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para elaborar normas relativas ao transporte de cargas perigosas. Em virtude do Decreto Federal n.º 88.821, de 6/10/83, que regulamenta essa modalidade de transporte de cargas, recomendou-se a formação de uma comissão para implementação de rotinas de controle e fiscalização no Estado do Paraná.

Foi implantado um plano de operação para o transporte de inflamáveis no **ferry-boat** (porto de passagem para Guaratuba), em conjunto com as distribuidoras de petróleo e o 1.º Centro Regional de Manutenção do

Departamento de Estradas de Rodagem (DER), procurando melhorar as condições de segurança na travessia do **ferry-boat**, bem como dinamizar as operações de transporte das distribuidoras de petróleo, resultado amplamente alcançado.

* TERMINAIS RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS — Os esforços nesta área objetivaram incrementar o atendimento aos usuários do transporte coletivo de passageiros nos municípios.

Foram concluídos em 1983 um total de 9 terminais rodoviários em cidades de pequeno porte: Centenário do Sul, Doutor Camargo, Floresta, Joaquim Távora, Ourizona, Presidente Castelo Branco, Quedas do Iguaçu, Santa Fé e São Pedro do Ivaí. Encontram-se ainda em andamento as obras de 5 terminais: Marmeleiro, Nova Cantu, Rio Azul, Santa Helena e Terra Roxa, todos com previsão de término para março de 1984. Nessas obras foram aplicados, em 1983, um total de Cr$ 391,0 milhões.

Além dessas aplicações, foi concedido auxílio financeiro ao Município de Foz do Iguaçu, para a construção de novo terminal rodoviário na sede, no valor de Cr$ 10,0 milhões.

* COMISSÃO DE RACIONALIZAÇÃO DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS — As atividades da Comissão de Racionalização de Consumo de Combustíveis do Estado do Paraná (CRCC/PR), instituída em 9/12/81, através do Decreto n.º 4.536, como resposta à campanha adotada pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e pela Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), tiveram prosseguimento objetivando a quantificação das quotas de óleo diesel das empresas de transportes de passageiros, visando com isto melhorar padrões atuais de agilidade na sistemática de fixação de quotas e de controle do consumo de combustíveis e do fornecimento de quotas.

Atuando em empresas de transporte de passageiros da Região Metropolitana de Curitiba, a CRCC/PR, no exercício de 1983, desenvolveu as seguintes ações:

— Inclusão de 21 empresas concessionárias de linhas de transporte intermunicipal de característica rodoviária;
— Inclusão, em caráter experimental, de 5 empresas concessionárias de linhas interestaduais;
— Estabelecimento de quotas de óleo diesel, fixadas pelo CNP, às empresas incluídas;
— Concessão de quotas adicionais de óleo diesel a 15 empresas solicitantes, de acordo com análise das necessidades.

3.5.2 Coordenação de Planos e Programas Municipais de Transportes (CPMT)

A SETR, através da Coordenação de Planos e Programas Municipais de Transportes, gerenciou os programas PROSAFRAS, PROSAFRAS EMERGENCIAL E PRODOPAR, prestando auxílio técnico e financeiro a 270 municípios do Estado. Para tanto, suas ações foram na busca do efetivo atendimento às solicitações dos prefeitos, com isso atenuando as necessidades municipais.

* PROSAFRAS — Por meio do Programa Especial para Melhoramento das Rodovias Municipais para o Escoamento das Safras (PROSAFRAS), a SETR prestou assistência técnica e financeira aos municípios, objetivando conferir às rodovias intermunicipais condições adequadas de tráfego para melhor escoamento da produção desde suas fontes produtoras até os centros de consumo.

Através deste programa, em 1983, foram atendidos 258 municípios, com aplicação da ordem de Cr$ 217,7 milhões. (Ver Tabela 3.5.2, no APÊNDICE).

* PROSAFRAS EMERGENCIAL — O programa PROSAFRAS EMERGENCIAL teve por objetivo o reestabelecimento das condições normais de tráfego nas rodovias e pontes municipais danificadas em vista das fortes precipitações pluviométricas ocorridas no sul do País, em 1983, e que causaram inúmeros prejuízos ao setor de transportes. As ações traduziram-se em auxílio técnico e financeiro para as obras de reparo exigidas.

A SETR, através da CPMT, efetuou levantamentos dos danos causados pelas chuvas à malha rodoviária dos municípios atingidos e considerados em situação de emergência, emitindo relatórios que possibilitaram ao Governo Estadual pleitear junto ao Governo da União verbas para as restaurações que se fizeram necessárias.

Foram aplicados neste programa, em 1983, recursos equivalentes a Cr$ 457,0 milhões, propiciando atendimento a 222 municípios. (Ver Tabela 3.5.3, no APÊNDICE).

* PRODOPAR — O Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná (PRODOPAR) teve por finalidade prestar auxílio técnico e financeiro aos municípios da Microrregião Homogênea 21, que tiveram suas redes rodoviárias municipais submersas pelo lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, objetivando a recomposição da malha rodoviária regional, mediante a construção de alternativas que facilitaram o escoamento da produção agrícola.

Em 1983, a SETR repassou a 8 municípios Cr$ 16,0 milhões em duas parcelas, propiciando o remanejamento de 400 km de estradas. (Ver Tabela 3.5.4, no APÊNDICE).

3.5.3 Coordenação de Planos e Programas Estaduais de Transportes (CPET)

As ações da Coordenação de Planos e Programas Estaduais de Transportes, no exercício de 1983, consistiram na realização de estudos e desenvolvimento de projetos alternativos, visando a melhorias no Sistema Estadual de Viação.

No sentido social e econômico, as atividades contribuíram direta e/ou indiretamente para a utilização de maior número de mão-de-obra e uso de materiais locais, com conseqüente redução do custo operacional, assim beneficiando os usuários do sistema de transportes.

* AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE RODOVIAS VICINAIS E ALIMENTADORAS — Estudo realizado através de contrato de consultoria, no período de 12/82 a 8/83, a um custo de Cr$ 40,4 milhões, destinando-se a obter indicadores econômicos de 1.750 km de rodovias situadas em regiões de trafegabilidade crítica em certas épocas do ano.

Este estudo tem como objetivo final captar recursos, junto a entidades financeiras, para a implantação dos melhoramentos programados nos trechos estudados.

* ALTERNATIVAS DE PAVIMENTAÇÃO COM USO INTENSIVO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS LOCAIS — Concluído no período de 4/83 a 8/83, tem como finalidade a priorização da utilização intensiva de mão-de-obra local não-especializada, a fim de colaborar com a política governamental voltada à diminuição do desemprego no Estado.

Este estudo visa ao calçamento de vias rurais e urbanas com pedras irregulares nas regiões com disponibilidade de materiais pétreos. Tal solução alternativa representa um terço do custo da pavimentação tradicional e o volume de mão-de-obra utilizada é dez vezes maior à normalmente trabalhada.

* PROJETO DE BARCOS PARA A NAVEGAÇÃO DO LITORAL PARANAENSE — A paralisação da navegação na linha Paranaguá - Cananéia, devido às precárias condições da embarcação do Departamento Hidroviário de São Paulo, que operava este serviço, levou a SETR a contratar o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), através de sua divisão naval, para elaborar o projeto de uma embarcação destinada a atender a população da região. Este projeto foi executado e concluído, apresentando a embarcação estudada uma capacidade de 125 passageiros e 8 toneladas de carga. O custo do projeto foi de Cr$ 3,5 milhões e o custo previsto para a construção da embarcação está estimado em Cr$ 300,0 milhões.

* DESASSOREAMENTO DO CANAL DO VARADOURO — A fim de permitir a navegação ao longo das vias internas do Litoral paranaense e atender à necessidade de transporte da população da região, está em andamento a dragagem do Canal do Varadouro, com um volume estimado em 150.000 m^3, realizando até o final do ano de 1983, um montante de 25.000 m^3. O término da obra está previsto para julho de 1984. Este serviço está sendo realizado por iniciativa da SETR, em convênio com a PORTOBRÁS. O custo total do serviço conveniado é de Cr$ 54,4 milhões, com a participação de Cr$ 18,0 milhões do Estado do Paraná, através da SETR.

* ESTUDO DE TRÁFEGO — Realizado no período de 3/83 a 9/83, este estudo visa ao levantamento de dados de tráfego para a elaboração de parâmetros com vistas aos estudos e projetos de obras futuras em transportes.

* ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA DE PONTES MUNICIPAIS — Elaborado pela CPET em 9/83, tem como finalidade a obtenção de indicadores econômicos que viabilizem a implantação de 7.211,8 m de pontes localizadas em rodovias municipais abrangendo, na sua totalidade, 216 municípios paranaenses.

Este estudo faz parte da complementação de documentos encaminhados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando financiamento para a implantação das pontes programadas.

* MAPA RODOVIÁRIO ESTADUAL — Sob a administração da CPET foi confeccionado, no período de outubro a dezembro de 1983, o novo Mapa Rodoviário Estadual, edição 1984, na escala 1:1.000.000. Estes mapas rodoviários, na quantidade de 20.000 unidades (10.000 de fundo branco e 10.000 com divisão política municipal), representaram um custo da ordem de Cr$ 8,2 milhões.

* ESTUDO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO PARANÁ E DA REDE RODOVIÁRIA DE MANUTENÇÃO — Iniciado em 10/83 e com término previsto para 3/84, tem este trabalho a finalidade de atualizar, revisar, reformular, compatibilizar, padronizar e adequar o atual Sistema Rodoviário Estadual ao Plano Nacional de Viação, à Rede Rodoviária Estadual de Manutenção, aos planos de obras de governo e ao planejamento dos demais estudos necessários, tais como viabilidade técnico-econômica e confecção de projetos finais de engenharia.

3.5.4 Departamento Aeroportuário (DA)

Em 1983 os estudos, projetos e serviços do Departamento Aeroportuário objetivaram também aumentar e melhorar a infra-estrutura aeroportuária do Estado, incrementar a aviação de terceiro nível e interligar os aeroportos dos municípios aos aeroportos interestaduais e internacionais.

No período de 1983, foram concluídos os serviços descritos a seguir:

* AEROPORTO DE GUAÍRA — Balizamento noturno da pista com 1.400 x 30 m, obra executada pela SETR em convênio com a ELETROSUL e a Prefeitura Municipal, cabendo à Secretaria investir Cr$ 15,0 milhões neste serviço.

* AEROPORTO DE PONTA GROSSA — Balizamento noturno da pista com 1.400 x 30 m, obra executada pela SETR com custo de Cr$ 15,0 milhões.

* AEROPORTO DE PARANAVAÍ — Balizamento noturno da pista com 1.500 x 30 m, obra esta executada mediante convênio entre a SETR e a Prefeitura Municipal, sendo aplicados um total de Cr$ 20,7 milhões.

* AEROPORTO DE GUARAPUAVA — Balizamento noturno da pista com 1.500 x 30 m, obra realizada através de convênio entre a SETR e a Prefeitura Municipal, ao custo de Cr$ 17,7 milhões.

* AEROPORTO DE MANOEL RIBAS — Serviços de terraplenagem e pavimentação do acesso rodoviário do Aeroporto, com 2.500 x 6 m, totalizando um custo final de Cr$ 15,0 milhões.

Além dessas atividades, em 1983 foi definida pelo Ministério da Aeronáutica a ampliação do Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais, constando de ampliação de uma pista de retorno com 15 x 33 m, construção de nova pista e de novo terminal de passageiros. Pretende-se, com esta providência, torná-lo aeroporto internacional.

Foi também executado pelo DA um serviço de vistoria em todos os aeroportos homologados, com levantamento de dados e renovação de cadastro do estado de conservação e dos serviços a serem executados para a manutenção das respectivas pistas.

3.5.5 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)

O porto de Paranaguá, é hoje escoadouro natural não apenas dos produtos paranaenses, mas de toda uma região geoeconômica que extrapola o Estado, formando uma zona de influência que abrange 500.000 km² e atinge os Estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e o Sul de São Paulo, além do Paraguai, do qual o Porto é entreposto de depósito franco.

O terminal de carga de Paranaguá alcançou, no exercício de 1983, novo recorde na sua movimentação de cargas, cujo resultado operacional chegou a 11,2 milhões de toneladas. Para atingir este volume, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina contou com a participação e o esforço conjunto de usuários, sindicatos da orla marítima, associações de classe e órgãos federais e estaduais ligados à atividade portuária.

* MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS — Distribuída pelos itens a seguir, a movimentação no Porto de Paranaguá apresentou os seguintes destaques:

— Carga Geral — Compreendendo principalmente café, madeira, algodão, congelados e produtos industrializados, o crescimento foi de 48,4% com relação ao ano de 1982. Vale destacar, neste item o fato de cargas como café, têxteis, produtos manufaturados, que estão sendo exportados acondicionados em **containers**. (Ver Tabela 3.5.5, no APÊNDICE).

Deve-se considerar, porém, que algumas medidas de caráter administrativo foram tomadas visando à racionalização dos serviços designados para a carga geral — elemento da movimentação de mercadorias que ocupa maior contingente de mão-de-obra operária (conferentes, arrumadores, estivadores, vigias, consertadores de carga) —, à melhor distribuição do pessoal e dos equipamentos, além da locação de 12 carretas **roll-traillers** e de 2 empilhadeiras de 30 toneladas.

— Granéis Sólidos e Líquidos — Compreendendo os grãos em geral, farelos, fertilizantes e sal, o item granéis sólidos alcançou um crescimento de 11,3% em relação a 1982. Já os granéis líquidos, compostos por derivados de petróleo, óleos vegetais e produtos químicos, atingiram um crescimento de 36,9%, comparando-se os resultados obtidos com os de 1982. (Ver Tabela 3.5.5, no APÊNDICE).

Em 1983, o Porto de Paranaguá exportou para diversos mercados internacionais 7,0 milhões de toneladas, o que representou um total de 62% do movimento geral. Para essa exportação contribuíram produtos como café, algodão, congelados, milho, soja, farelos, sal, derivados de petróleo e óleos vegetais. Enquanto isso, a importação de longo curso foi de 312,0 mil toneladas, 15% inferior ao movimento em 1982 (incluem-se aqui maquinaria, cevada e fertilizantes). Já a importação por cabotagem foi de 613,0 mil toneladas, incluindo fertilizantes, sal e minérios.

* MOVIMENTAÇÃO DE CARVÃO — A descarga de carvão pelo Porto de Antonina atingiu 314,2 mil toneladas, sendo comercializadas, no exercício, 281,0 mil toneladas, que se destinaram, especialmente, às firmas cimenteiras e de extração de óleos vegetais. (Ver Tabela 3.5.6, no APÊNDICE).

A paralisação, no final de 1983, das atividades do cais pertencente à Agropastoril S/A — antiga Matarazzo — exigiu da APPA providências para evitar a quebra do ritmo de movimentação das descargas. Em conseqüência, transferiu-se do Porto de Paranaguá para o terminal de Antonina um guindaste de 6 toneladas, que manteve o ritmo de operação nas descargas, evitando com isto, problemas sociais e econômicos que aquela desativação poderia ensejar.

* MOVIMENTAÇÃO DE **CONTAINERS** — A utilização de **containers**, em função da segurança e redução do manuseio de carga, vem recebendo a preferência de importadores e exportadores no transporte internacional.

A aquisição de equipamentos de pátio durante 1983 proporcionou maior agilidade nas operações, ampliando as condições do Porto de Paranaguá para o atendimento dessa modalidade de transporte. (Ver Tabela 3.5.7, no APÊNDICE).

* MOVIMENTAÇÃO DE CONGELADOS — Componente importante do item carga geral, a exportação de congelados (em especial frangos, perus, carne eqüina e bovina) vem ampliando, anualmente, sua participação na pauta dos produtos exportados pelo Porto de Paranaguá.

Em 1983 foram movimentadas 150,0 mil toneladas de congelados, alcançando um crescimento de 44,0 mil toneladas, o que representou um incremento de 42,0% em relação à movimentação do ano anterior.

* RECEITA CAMBIAL — A receita cambial auferida com as exportações, pelo Porto de Paranaguá, no exercício de 1983, atingiu a cifra de US$ 2.342,0 milhões, o que corresponde a 10,7% da receita cambial brasileira, estimada em US$ 21.899,0 milhões.

O complexo soja (grãos, farelo e óleo) e o café, com receitas de US$ 978,0 milhões e US$ 554,0 milhões, respectivamente, foram responsáveis por 65% do total alcançado pelo Porto de Paranaguá.

* INVESTIMENTOS PORTUÁRIOS

— Porto de Paranaguá — Na impossibilidade de captar recursos para investimentos, a APPA recebeu autorização da PORTOBRÁS para, com recursos tarifários, realizar serviços de caráter prioritário à manutenção das atuais condições operacionais do porto, como segue na tabela:

SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ — 1983

Discriminação	**Custo Em Cr$ milhões**
Manutenção do corredor de exportação	800,0
Serviços para instalação do 3.º carregador de navio **(Ship Loader)**	750,0
Recuperação de 100 m de cais	680,0
Dragagem do cais comercial	275,0
Dragagem do cais de inflamáveis	90,0
Aquisição de correias para o corredor de exportação	455,0
Embrechamento do cabeço 18	40,0
Recuperação das estruturas dos armazéns 12 e 13	150,0
Manutenção do cais de acesso	1.200,0
TOTAL	4.440,0

FONTE: APPA/SETR

Foram adquiridos para o Porto, no exercício, os seguintes equipamentos:

— Através de locação: 2 empilhadeiras de 30 toneladas; 2 cavalos-mecânicos; 12 carretas **Roll-traillers** para 40 e 60 toneladas;
— Com recursos do Fundo de Depreciação (Cr$ 60,0 milhões): 5 empilhadeiras de 3 toneladas;
— Com recurso da PETROBRÁS: 1 empilhadeira de 40 toneladas;
— Porto de Antonina — Instalação de 1 guindaste de 6 toneladas, transferido do Porto de Paranaguá, para suprir a deficiência de movimentação das descargas.

3.5.6 Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

Apesar do agravamento da crise nacional e internacional, com conseqüências e efeitos diretos em nossa economia, as atividades rodoviárias se desenvolveram em consonância com as reais possibilidades da economia paranaense e têm sido pautadas pelo fiel cumprimento às Diretrizes do Governo.

O exercício de 1983 diferenciou-se mais ainda dos anteriores, pois com as fortes chuvas que caíram sobre o Estado, o setor rodoviário foi seriamente atingido e a malha rodoviária — que por falta de alocação de recursos nos exercícios anteriores encontrava-se em condições precárias — teve sua situação agravada.

A área de manutenção é a principal prioridade do Governo no setor de transportes rodoviários, e o DER tem como primeiro objetivo manter a infra-estrutura instalada em condições de proporcionar tráfego permanente. Como neste exercício os esforços tiveram que se multiplicar para o alcance de tal finalidade, devido às enchentes, deve-se ressaltar também o atendimento prestado pelo Departamento no campo social, onde todos os meios disponíveis foram utilizados para que se pudesse atender a população atingida.

Na área de construção de rodovias, o DER, conseguiu chegar ao final do exercício com resultados positivos, não paralisando nenhuma obra, ao contrário, reativando obras anteriormente paralisadas. Por outro lado, o DER saiu de uma situação de atrasos em seus pagamentos, de quase cinco meses, para chegar em dezembro de 1983 com seus compromissos em dia junto às empreiteiras e fornecedores em geral.

Englobando as ações em manutenção, construção de rodovias e de obras-de-arte especias e administração geral, o DER executou um orçamento de Cr$ 58,6 bilhões, em seus diversos projetos e atividades. Como medida para expandir, conservar e melhorar a malha rodoviária, também foram efetuadas pelo DER licitações que corresponderam a 462,6 km de rodovias e a 3.114,0 m de pontes, estas em número de 222.

* PROGRAMAS DE CONSTRUÇÃO — Estes programas englobaram as obras destinadas à complementação da rede rodoviária existente, objetivando, principalmente, a integração de áreas de produção com os centros de consumo, comercialização e terminais portuários.

SITUAÇÃO DAS OBRAS RODOVIÁRIAS — 1983

Programas	Pavimentação (km)		Revest. Primário (km)		Obras-de-Artes Especiais (m)	
	Concl.	Em Andam.	Concl.	Em Andam.	Concl.	Em Andam.
Normal	13,0	108,9	—	—	621,6	100,0
BID II	243,9	479,7	—	—	115,0	—
Vicinais	25,1	77,3	299,3	258,9	381,0	60,0
TOTAL	282,0	665,9	299,3	258,9	1.117,6	160,0

FONTE: DER/SETR

Os investimentos para a execução das obras atingiram um montante de Cr$ 27.071,0 milhões.

— Programa Normal — Este programa foi executado com 44,5% dos recursos provenientes do Tesouro do Estado, perfazendo uma aplicação de Cr$ 1.773,0 milhões; os 55,5% restantes, equivalentes a Cr$ 2.210,0 milhões, foram obtidos através de outras fontes.

No mesmo exercício, foram concluídas 3 obras de terraplenagem e pavimentação, totalizando 13,0 km. Encontram-se, ainda, em andamento, 5 obras, com extensão de 108,9 km, bem como foram concluídas 5 pontes, perfazendo um total de 621,6 m, além de outras 2 que estavam em fase de execução, com 100,0 m de vão.

Destacam-se, ainda, à conta do programa normal, as ações de estudos e projetos, que no exercício atingiram os seguintes resultados:

ESTUDOS E PROJETOS CONCLUÍDOS E APROVADOS — 1983

Discriminação	Unidade	Quantidade
Projetos finais de engenharia	km	638,1
Projeto de restauração de pavimentos	km	249,2
Pontes e galerias	m	3.551,5

FONTE: DER/SETR

— Rodovias Alimentadoras (BID II) — Programa de Rodovias Alimentadoras, com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), equivalente a 33,5% (Cr$ 5,7 bilhões) do total das aplicações, sendo de 66,5% (Cr$ 11,4 bilhões) a contrapartida do Tesouro do Estado.

Em 1983, foram concluídos 243,9 km de terraplenagem e pavimentação, distribuídos em 9 obras, estando em andamento outros 479,7 km, de 17 obras distintas; também foram concluídos os trabalhos de 2 pontes, totalizando 115,0 m de extensão.

— Rodovias Vicinais — Programa conjunto com a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Estado do Paraná, através do Tesouro.

Este programa utilizou recursos da ordem de Cr$ 6.000,0 milhões, assim distribuídos:

ENTIDADES PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE RODOVIAS VICINAIS — 1983

Entidades	Valor Em Cr$ milhões	Participação %
BNDES	1.782,0	29,7
DNER	486,0	8,1
BIRD	1.932,0	32,2
Tesouro do Estado	1.800,0	30,0
TOTAL	6.000,0	100,0

FONTE: DER/SETR

Em 1983, foram concluídos 25,1 km de terraplenagem e pavimentação de um trecho de rodovia, e encontram-se em fase final de execução mais 77,3 km, compreendendo três rodovias.

Nos serviços de terraplenagem e revestimento primário foram concluídas 12 obras, perfazendo um total de 299,3 km. Foram também iniciadas obras em 10 trechos rodoviários, totalizando 258,9 km já em fase de execução.

No mesmo exercício concluíram-se 8 pontes rodoviárias, com uma extensão total de 381,0 m. Acham-se, ainda, em andamento as obras de mais 2 pontes com vão de 60,0 m.

— Construção de Prédios Públicos — No sentido de ampliação, adequação e maior reforço da atual capacidade de recursos físicos, o DER desenvolveu programa intensivo para a conclusão de 25 prédios públicos, ligados ao setor de transportes. Tais edificações totalizaram 8.186,4 m², estando em andamento as obras em mais 19 prédios, com uma área construída final de 6.907,3 m².

— PRÓ-RURAL — Na execução do Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, área de transportes, cabe ao DER a realização, de serviços de melhoramentos e aberturas de pequenos lances de estradas municipais em revestimento primário, além de obras-de-arte especiais. Este programa conta com a participação de agente financeiro internacional (BID), que financia 100% dos investimentos na construção de obras-de-arte especiais, sendo de competência do Tesouro do Estado a aplicação dos recursos na manutenção específica do programa.

Os investimentos neste programa foram da ordem de Cr$ 3.930,0 milhões, aplicados na conclusão de melhoramentos em 552,9 km de 44 estradas e em 468,4 m de 29 obras-de-arte especiais encontrando-se em andamento 452,7 km de 28 estradas em 61,0 m de 4 pontes.

— PRÓ-MUNICÍPIOS — Programa especial destinado a dar assistência aos municípios que, através do sistema de mutirão com as prefeituras e comunidades, em sua fase experimental, executou melhorias em revestimento primário em pontos críticos de estradas, pontes e bueiros das malhas rodoviárias municipais.

Os primeiros resultados do programa já foram alcançados em Piên, Agudos do Sul e Araucária, onde foram melhorados 300 km de rodovias municipais.

* PROGRAMA DE MANUTENÇÃO — Na área de manutenção o DER conta com as seguintes atividades: supervisão técnica e conservação de rodovias dos programas normal e BID II, além do Projeto de Melhoria e Segurança nas Estradas, cujo objetivo é o de garantir o transporte seguro. econômico e confortável, evitando dispêndios desnecessários ao nível de investimentos compensatórios.

A atividade de manutenção, no ano de 1983, demandou aplicações no montante de Cr$ 14.356,0 milhões. Nos investimentos de alguns trechos de restauração de rodovias e construção civil o BIRD participa com 40% dos recursos aplicados.

O quadro seguinte demonstra a rede de manutenção de responsabilidade do DER.

REDE DE MANUTENÇÃO A CARGO DO DER — 1983

Leito Estradal	Federal Delegada	Estadual	Total
Pavimentado	1.868,7	6.082,7	7.951,4
Revestido	64,4	2.285,7	2.350,1
Natural	19,1	1.410,9	1.430,0
TOTAL	1.952,2	9.779,3	11.731,5

FONTE: DER/SETR

Em 1983, foram concluídos os serviços de restauração e melhoramentos em 262,7 km de 20 trechos, estando em fase de execução mais 79,7 km de 3 trechos rodoviários.

* ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS — Foram desenvolvidos, em 1983, diversos projetos na área de modernização organizacional, especificamente a revisão e reformulação de procedimentos, a implantação de sistemas de gerenciamento de sede e desta para com suas unidades descentralizadas, centros regionais e distritos rodoviários, cujos resultados proporcionaram maior integração, racionalização e redução de custos.

No que diz respeito a finanças e orçamento, destacam-se o trabalho e esforços que possibilitaram executar um orçamento no valor de Cr$ 58.616,0 milhões.

— **Retrospectiva do Orçamento**

Orçamento inicial em 1/83	Cr$ 43.934,0 milhões
Orçamento bloqueado em 2/83	Cr$ 12.177,0 milhões
Orçamento liberado em 3/83	Cr$ 31.757,0 milhões

O orçamento liberado para o Departamento de Estradas de Rodagem, em 15/3/83, no valor de Cr$ 31.757,0 milhões, mostrou-se insuficiente para fazer frente aos compromissos assumidos pelo DER.

Cabe destacar a situação da atividade Encargos da Dívida Pública, que possuía uma dotação orçamentária inicial de Cr$ 2.450,0 milhões, para cobrir todo o exercício de 1983, quando nos meses de abril e junho, respectivamente trinta e noventa dias após a posse da atual Diretoria, venciam operações de crédito junto a órgãos financeiros estaduais, no valor de Cr$ 5.000,0 milhões, portanto sem cobertura orçamentária, sendo esta dificuldade uma das primeiras a serem superadas. Se renovadas tais operações de crédito por mais seis meses, teriam seus valores duplicados, acarretando maiores despesas aos cofres públicos.

Os demais valores de suplementações e remanejamentos orçamentários destinaram-se a atender programas de construção e manutenção de rodovias, ambas com dotações insuficientes.

O orçamento total do DER teve a seguinte distribuição, por grupo de despesas:

Despesas de pessoal	Cr$ 7.100,0 milhões
Outras despesas correntes	Cr$ 7.924,0 milhões
Despesas de capital	Cr$ 43.592,0 milhões
TOTAL	Cr$ 58.616,0 milhões

— Desapropriações — Em função dos projetos de engenharia, o DER promoveu legalmente as desapropriações, com trabalhos realizados junto aos proprietários em áreas atingidas pelas faixas de domínio.

Esta atividade, nos exercícios anteriores, contava com dotações orçamentárias irrisórias, ocasionando com isso um grande acúmulo de processos (1.200), conseqüentemente com prejuízo aos cofres públicos pela não-legalização, em tempo hábil, das áreas atingidas.

Tal atividade obteve uma suplementação orçamentária bastante significativa em relação a anos anteriores, permitindo que a Procuradoria Judicial do DER, através do setor de Liberação de Faixas de Domínio, efetivasse a legalização de aproximadamente 75% dos processos pendentes, evitando com isso que se chegasse à esfera judicial e proporcionando ao Órgão, e conseqüentemente ao Estado, uma economia de Cr$ 5.000,0 milhões, a curto prazo.

QUADRO COMPARATIVO DE INDENIZAÇÕES AMIGAVEIS E DOAÇÕES

Discriminação	Unidade	1982	1983
Escrituras de indenização	n.°	54	270
Área total indenizada	km	962,1	3.425,0
Valor da área	Cr$ milhões	20,2	127,1
Valor das benfeitorias	Cr$ milhões	2,1	104,9
Total das indenizações	Cr$ milhões	22,3	232,0
Escrituras para doação	n°	26	376
Área obtida por doação	km2	580,5	3.675,0
Área de doações	Cr$ milhões	14,3	294,0

FONTE: DER/SETR

* COORDENAÇÃO, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E PESQUISA DE TRÁFEGO — A Coordenação, o controle e a fiscalização de tráfego nas estradas, tendo por meta básica a segurança do usuário, foram as ações da Polícia Rodoviária Estadual que, controlando os limites de velocidade, contribuiu para a diminuição dos acidentes e conseqüente redução do consumo de combustíveis.

Teve continuidade a atividade de Estatística de Tráfego, com a finalidade de propiciar disponibilidade de uma série de dados essenciais à elaboração de estudos de viabilidade técnico-econômica e projetos rodoviários.

Foram realizadas 66 contagens de tráfego em 27 postos permanentes e 93 em 41 postos sazonais.

No exercício, deu-se início a uma nova ação na área de manutenção de rodovias, com a implantação de postos de pesagem de tráfego pesado, em regiões estrategicamente situadas no Estado, reduzindo substancialmente as transgressões quanto à capacidade máxima de carga, visando ao aumento da vida útil das rodovias paranaenses.

3.6 TELECOMUNICAÇÕES

O papel do Governo do Paraná na implementação de programas de obras de telecomunicações sob a responsabilidade da Telecomunicações do Paraná S/A (TELEPAR) vem decrescendo significativamente desde a década passada, na medida em que foi diminuindo o percentual do Estado no controle acionário da empresa. Já em 1975 o Governo do Estado participava só com 19,6% no capital da TELEPAR e, em 1983, esta participação acionária estava reduzida a 7,4%. Não teria sentido, portanto, incluir neste relatório as realizações dessa empresa do Governo Federal, de vez que a administração pública estadual não exerce influência direta na eleição dos investimentos prioritários ou na execução e fiscalização das obras.

A ação do Governo do Estado no setor de telecomunicações está limitada a programar e construir a infra-estrutura necessária à expansão do sistema estadual de retransmissoras e repetidoras de sinais de TV e a operar as estações que, apesar de propriedade do Estado, são utilizadas pelas redes nacionais e estaduais de emissoras de televisão. A empresa de economia mista Paraná Radiodifusão S/A (RADIPAR) — vinculada à Secretaria de Estado do Interior — encarregada das obras de expansão e administradora dos serviços proporcionados por esse sistema, também foi reestruturada.

3.6.1 Manutenção do Sistema

Para manter em operação as estações de sua propriedade, a RADIPAR enfrenta dificuldades financeiras de ordem estrutural. Responsável pelo atendimento de uma demanda cada vez maior dos serviços de intermediação entre as estações geradoras de televisão e as comunidades do interior — que, com razão, sentem-se no direito de assistir aos mesmos programas noticiosos, esportivos, culturais ou de simples divertimento oferecidos aos habitantes dos grandes centros — a empresa não dispõe de fontes de receita que acompanhem o crescimento acelerado das despesas.

Essa situação obriga o Governo do Estado a suprir com recursos do Tesouro as necessidades financeiras do órgão. Em 1983 essa participação totalizou Cr$ 192 milhões, a título de subscrição e integralização de capital. A empresa também teve que se desfazer de bens patrimoniais, no valor de Cr$ 21,4 milhões, para completar a receita e atender as despesas do exercício. Vale destacar que na mudança de Governo, em março de 1983, a RADIPAR contava com recursos disponíveis que totalizavam Cr$ 559,7 mil, testemunho da situação econômico-financeira difícil em que se encontrava.

Em face desse quadro, tornava-se imprescindível a procura de novas fontes de receita para assegurar condições, à empresa, do pleno desempenho de suas funções. Nesse sentido, duas linhas de ação estão sendo adotadas: aumentar o número de convênios que assegurem a participação financeira das prefeituras dos municípios beneficiados com os serviços da RADIPAR; negociar, com empresas geradoras de sinais de televisão que utilizam as estações repetidoras e retransmissoras da RADIPAR, o pagamento de um aluguel mensal pelo uso desses equipamentos.

A primeira dessas providências já resultou, no exercício de 1983, em Cr$ 54,6 milhões de receita. A previsão, para 1984, é de uma participação de Cr$ 130 milhões, provenientes dos convênios com prefeituras, na arrecadação da empresa.

3.6.2 Acordo com a TELEPAR

Em setembro de 1981 a RADIPAR decidiu instalar um sistema de transmissão de sinais de TV por cabo de fibras óticas, com cinco quilômetros de extensão, interligando o Centro de TV de Londrina à Estação de Microondas da TELEPAR. Segundo relatórios oficiais divulgados na época, tratava-se do "primeiro sistema desse tipo implantado no Brasil com tal finalidade" e tinha por objetivo melhorar a qualidade da retransmissão de som e imagem de televisão no Norte do Estado. A obra foi executada pela TELEPAR, por encomenda da RADIPAR.

Para expandir seu sistema de retransmissão e difusão de sinais de TV, sem contar com infra-estrutura própria adequada a essa finalidade em diversas regiões do Estado, a RADIPAR vem utilizando, sob a forma de aluguel, torres e outros equipamentos de propriedade da TELEPAR.

Desde junho de 1981 a RADIPAR não cumpria os compromissos assumidos nesses contratos. Em março de 1983 o débito com a empresa do Governo Federal totalizava 3.520,68 ORTNs. Somavam-se os aluguéis vencidos, desde aquela data, e o custo das obras do sistema de transmissão por cabo de fibras óticas de Londrina, que também não fora pago.

Em 7 de março de 1983 — oito dias antes da posse do atual Governo — reuniram-se diretores das duas empresas e assinaram um "acordo de pagamento", no qual a RADIPAR: reconhece a dívida como certa, líquida e exigível; oferece todos os equipamentos e materiais que compõem o sistema de transmissão por fibras óticas de Londrina, como pagamento; recebe, em troca, o sistema de repetição de sinais de TV de Marechal Cândido Rondon — Guaíra, de propriedade da TELEPAR. No acordo, a RADIPAR fica isenta, até 31 de dezembro de 1983, do pagamento de aluguéis pelo uso da infra-estrutura da TELEPAR, mas voltará a pagar, a partir dessa data, mediante critério a ser estabelecido pelas duas partes.

Os fatos acima relatados mostram à saciedade que a RADIPAR perdeu parte do seu patrimônio como resultado de uma política que se caracterizou pelo emprego de recursos do Tesouro — consequentemente da comunidade — para custear as despesas de operação e manutenção da rede de estações da empresa, infra-estrutura que é utilizada para ampliar o raio de atuação e a audiência das emissoras particulares de televisão. Em decorrência desse modo de agir, não foram tomadas as medidas indispensáveis ao aumento de sua receita operacional. Esse exemplo reforça as razões da atual administração ao propor que os serviços prestados pela RADIPAR sejam pagos pelas prefeituras, mediante convênios, e pelas emissoras de TV, com o aluguel dos equipamentos que utilizam.

As conseqüências da política anteriormente adotada que teve reflexos no desempenho da empresa até dezembro de 1983, serão sentidas com maior intensidade a partir de 1984 quando a RADIPAR terá que acrescentar, às suas despesas operacionais, o custo do aluguel da infra-estrutura de propriedade da TELEPAR, que é obrigada a utilizar.

3.6.3 Expansão da Rede

Para prosseguir com a expansão da rede estadual de retransmissoras e repetidoras de sinais de TV, a RADIPAR investiu Cr$ 9,36 milhões em obras de construção, reconstrução, reforma e reequipamento das estações localizadas nos Municípios de Nova Prata, Sapopema, Sto. Antonio do Sudoeste, Chopinzinho, Jaguariaíva, Ribeirão Claro, Grandes Rios e Francisco Beltrão (Morro do Jacutinga). Foram reaproveitados equipamentos e materiais remanejados de outras estações, desativadas por absoluta falta de condições técnicas de funcionamento. Em virtude da escassez de recursos, a empresa deu absoluta prioridade à manutenção corretiva e preventiva de suas 83 estações em funcionamento, para garantir o máximo de qualidade dos serviços, em benefício das populações atendidas pelo sistema.

3.7 POLÍTICA FISCAL

3.7.1 As Finanças Públicas e a Nova Política Governamental Estadual

* O ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS — A principal orientação de ação da Secretaria de Estado das Finanças consistiu na adequação das finanças públicas estaduais à nova política governamental estadual, tendo presente que as políticas fiscal e financeira têm particular importância para a efetivação da política global de governo, não podendo, por isso, a função exercida pela Secretaria restringir-se à finalidade imediata e tradicional de proporcionar receita para o Estado através da tributação e da dívida pública, ainda que estas constituam sua função substantiva.

A definição desse âmbito e as Diretrizes de Governo pautaram, pois, as ações e o desempenho da política fiscal e financeira coordenados pela Secretaria de Estado das Finanças.

Assim, em face do quadro financeiro-orçamentário existente no início da gestão, acrescido à conjuntura de crise por que passa a economia nacional, foi preocupação da SEFI a ampliação da receita do Estado de sorte a garantir a realização dos encargos do Governo. Foi efetivada uma política de austeridade fisco-arrecadadora atingindo setores e contribuintes deficientemente tributados. Empenhou-se também a Secretaria em gestões junto ao Governo federal com o objetivo de revisão de diversos benefícios fiscais. Como resultado, obteve-se um excesso de receita orçamentária da ordem de 31%, devendo-se ressaltar que também contribuíram para essa arrecadação adicional, o bom desempenho da produção e preços dos produtos agropecuários.

A política tributária empreendida teve, pois, a preocupação em determinar a repercussão dos benefícios fiscais sobre as necessidades orçamentárias, não sendo desprezada, entretanto, a sua utilização como instrumento de incentivo às atividades produtivas e ao emprego através da concessão de dilação de prazo para pagamento do ICM, diferimento, parcelamento, etc., a diversos setores e contribuintes. É oportuno registrar a remissão de débito e moratória concedidas a todos os contribuintes dos municípios atingidos pelas enchentes e declarados de calamidade pública.

Procurou-se também imprimir uma efetiva integração entre sistema de receita e despesa pública, isto é, a política fazendária, com a política financeira comercial e de fomento adscritas à Secretaria, objetivando uma ação ordenada entre si, e com as demais atividades de governo e resto da economia. Neste sentido algumas das ações significativas foram: aportes de

recursos, à conta do Tesouro Geral do Estado, para aumentos de capital e à normalização financeira de diversas empresas da administração indireta; a nova política de aplicações no **open market**; reorientação da política do BRDE através do CODESUL, cuja presidência no período coube ao Paraná; ação conjunta com a Secretaria de Estado da Educação, unificando o tratamento e repassando recursos do Tesouro para pagamento de 100% da folha de pessoal, inclusive encargos, de todas as universidades estaduais; ainda com aquela Secretaria, foram assumidos em 1983 50% dos gastos com pessoal e encargos do magistério municipal colocados à disposição da rede estadual de ensino; concessão de auxílio a todos os municípios do Paraná para atendimento às despesas de custeio no final do exercício de 1983; a liquidação de débitos junto a empreiteiras e fornecedores do Estado.

Tal política vem em cumprimento às intenções expressas no discurso de posse: "na área financeira, a reunião dos bancos sob coordenação centralizada, permitirá que se alcance não apenas seu efetivo fortalecimento como sua intensa utilização como instrumentos essenciais do processo de desenvolvimento"; e, ainda, ao que determina a Lei n.º 6.636, que dispõe sobre a organização do Poder Executivo e atribui a Secretaria de Estado das Finanças: "direção e execução da política e da administração tributária, econômica, fiscal e financeira do Estado" a par da análise e avaliação permanente da economia do Estado.

* RELACIONAMENTO COM OS MUNICÍPIOS — A recuperação da autonomia municipal, a necessidade de mobilização da própria comunidade na busca de soluções para os problemas locais, bem como a maior cooperação Estado-Municípios — diretrizes expressas no Plano de Ação do Governo Estadual — orientaram as ações da SEFI no âmbito das relações com os municípios. Para implementação dessas ações foi estruturado o Setor de Assuntos Municipais.

Considerando as alterações administrativas que normalmente ocorrem ao início de novas gestões municipais, foram promovidos cursos regionais em Francisco Beltrão, Jacarezinho, Campo Mourão, Umuarama, Paranavaí e Curitiba, envolvendo 110 prefeituras. Tais cursos foram complementados com palestras em diferentes cidades do Interior e na Capital, atingindo praticamente todos os municípios do Estado. Os principais assuntos ministrados foram: sistemática de participação dos municípios no ICM e no ITBI, e ação necessária ao aprimoramento na sistemática de arrecadação de tributos municipais.

Em dezenove novos municípios foi implantado o Projeto CIATA (Convênio de Incentivo ao Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo das Municipalidades), através da FAMEPAR, com supervisão da SEFI, totalizando 163 municípios abrangidos pelo projeto ao final de 1983, colocando o Paraná com o maior número de municipalidades já integradas no sistema CIATA

em todo País. A implantação do Projeto implica a elaboração de novas leis e decretos de natureza tributária, levantamento cadastral, lançamento e acompanhamento da arrecadação dos tributos municipais.

Além dessas atividades específicas, foi elaborado o Plano de Alternativas para o Auto-Desenvolvimento Econômico-Financeiro-Tributário dos Municípios — Projeto "Gralha Azul", com o objetivo de promover o desenvolvimento municipal através da educação tributária, assistência técnico-tributária, e a participação do BANESTADO no papel de agente financeiro do projeto, captando os recursos da comunidade e aplicando-os na própria comunidade a juros subsidiados. É importante ressaltar que o projeto inicia-se através de uma ampla mobilização da comunidade, dando idéias e sugestões visando ao fortalecimento do município, e já atingiu em 1983, como experiência, Arapongas, Cornélio Procópio e Campo Mourão.

* RELACIONAMENTO COM OS CONTRIBUINTES — Consoante a Diretriz de Governo, uma administração participativa voltada para a melhoria de relacionamento com a comunidade, foram implementadas diversas atividades buscando maior integração com os contribuintes, bem como a simplificação de procedimentos administrativo-tributários.

Nesse sentido os "Encontros do Secretário das Finanças com os Empresários", realizados em Curitiba, Cascavel e Londrina, reuniram cerca de 1.500 empresários e constituíram verdadeira comunicação de mão dupla entre Governo e empresas, resultando em melhoria de relacionamento entre fisco e contribuintes, destacando-se a implementação de diversas sugestões que possibilitaram a eliminação de distorções do aparelho fisco-arrecadador.

Procurou também, a atual administração da SEFI, imprimir maior eficiência ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, destacando-se a eliminação de processos procrastinados, e a implantação de nova estrutura administrativa, através da Lei Complementar n.° 18, de 29/12/83, que permitirá o seu funcionamento em duas câmaras, implicando sensível agilitação operacional. Igualmente, a elevação da alçada para os recursos de ofício, desde que em primeira instância tenha havido decisão favorável ao contribuinte, de Cr$ 5.000 para 25 ORTNs, resultará em amplo processo de desburocratização e em redução de custos no funcionamento do Conselho. Tais medidas concretizam a possibilidade de uma justiça tributária mais eficiente.

A Coordenação da Receita do Estado iniciou dois programas de conscientização e esclarecimento do contribuinte: o primeiro, através de reuniões periódicas entre contadores-contribuintes-fisco estadual; e o segundo, quanto ao uso e responsabilidades referentes à nota do produtor rural, evitando dessa forma a exploração do produtor por parte dos intermediários

e resultando, indiretamente, em maior eqüidade na repartição do Fundo de Participação dos Município no ICM, na medida em que possibilita a localização da origem da produção primária.

Do ponto de vista da simplificação de procedimento administrativo-tributário, a principal medida em implantação é a arrecadação bancária dos tributos estaduais, desburocratizando todo o sistema de arrecadação.

* AUDITORIA — Com o objetivo principal de efetuar verificações preventivas quanto a utilização dos recursos públicos, a Coordenação da Administração Financeira do Estado (CAFE), intensificou a auditoria contábil, financeira e patrimonial nos órgãos da administração direta e indireta do Estado, estendendo sua ação também às empresas estatais, sem prejuízo de auditores independentes.

No período de março a dezembro de 1983 foram concluídas ou iniciadas auditorias em diversas unidades da administração direta, indireta e convênios, cujos resultados constituíram subsídio para Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) junto à Assembléia Legislativa do Estado.

Foram implementados ainda dois programas especiais, o primeiro, em conjunto com a Coordenação da Receita do Estado e o segundo, com a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando evitar o chamado "calçamento" de notas fiscais. Ambos os programas implicam maior recolhimento de tributos aos cofres públicos, respectivamente ICM e ISS.

3.7.2 Política Tributária

A política tributária empreendida pela SEFI, teve como preocupação determinar os reais limites e efeitos dos benefícios fiscais sobre as empresas e o consumidor, de um lado. e de outro a situação das finanças públicas estaduais.

Tal política teve como premissa a necessidade de mobilização de recursos para a implementação das atividades do Governo Estadual, a partir dos seguintes pontos doutrinários:

— O ICM não é o instrumento mais adequado para uso de política econômica, seja pela sua regressividade, seja pela sua importância para a receita estadual, conquanto é responsável pela maior parcela de arrecadação dos Estados. Os tributos federais é que deveriam ser mais utilizados para políticas de distribuição de renda, realocação intersetorial e regional de recursos — através de incentivos fiscais;

— O descompasso entre a receita obtida e a despesa proveniente do contínuo aumento das atribuições públicas dos governos estaduais, exigem rigorosa parcimônia e gerência das fontes de financiamentos desse gasto;

— No contexto econômico de uma política claramente recessiva, a utilização do ICM como incentivo fiscal não permite impacto suficiente para atenuar as dificuldades financeiras das empresas.

As gestões da SEFI e de Secretarias da Fazenda de outros Estados, junto ao Conselho de Política Fazendária (CONFAZ), resultaram na aprovação das seguintes medidas, todas implicando efeitos positivos sobre a receita estadual:

— tributação parcial de insumos para ração e carne de frango;
— tributação de maçã, carne bovina e suína no varejo;
— redução do crédito presumido nas saídas de carne suína da indústria;
— estorno de crédito na exportação de suco de laranja e maracujá;
— tributação na saída de máquinas e equipamentos para projetos de interesse nacional.

Foram aprovadas ainda as isenções total ou parcial, para leite, cebola, batata e banana, todas resultando em benefício para as camadas de renda mais baixa da população.

Relativamente às decisões de competência exclusivamente estadual, as principais medidas de naturcza tributária que proporcionaram antecipação de recolhimento ou maiores receitas foram:

— extinção do diferimento do pagamento do ICM de gado bovino e suíno na entrada da indústria;
— redução do prazo especial de recolhimento do ICM da indústria de material plástico e mobiliário;
— redução de 90 para 15 dias do prazo de recolhimento do ICM na exportação de café cru;
— ampliação dos valores das multas fiscais, com o objetivo de inibir a sonegação e o atraso no recolhimento do ICM.

Foram concedidos ou mantidos os seguintes benefícios, tendo em vista incentivar atividades produtivas:

— extensão do regime especial de prazo para o pagamento do ICM, à indústria da madeira;
— concessão de dilação de prazo para pagamento do ICM, a frigoríficos e abatedouros, e para exportação de algodão em pluma;
— concessão de regime especial de prazo para pagamento do ICM a estabelecimentos industriais em implantação ou expansão de produção, com ênfase para a criação de empregos;
— suspensão temporária de pagamento do ICM, ampliação do prazo e remissão de créditos tributários decorrentes de perda de estoques, para os contribuintes dos municípios declarados "de calamidade pública" em decorrência das enchentes de maio e julho de 1983.

A SEFI empreendeu todos os esforços no sentido de uma profunda e necessária reformulação do Sistema Tributário Nacional, bem como solução mais imediata e emergencial para a situação financeira do Estado.

Foram realizadas todas as gestões no sentido de aprovar o "Substitutivo Passos Porto", no Congresso Nacional, na sua forma original, que proporcionaria maior volume de recursos aos Estados e Municípios, resultando em mais justa distribuição do "bolo" tributário entre esferas de governo, e num menor aumento da carga tributária global.

Na forma aprovada, o "Substitutivo Passos Porto" resultou num ganho de apenas 25% da proposta original. Em contrapartida, através do Decreto-Lei n.º 2.065/1983, foi aprovado pelo Congresso Nacional o aumento das alíquotas interna e interestadual do ICM. Ainda assim, o volume de recursos carreados ao Estado do Paraná, adicionalmente, só representará 52%, em 1984, da Proposta de Emenda Constitucional original.

As principais "perdas" em relação ao substitutivo original foram a eliminação da constituição do fundo de compensação para ressarcir a imunidade do ICM na exportação de produtos industrializados, e a decisão do Executivo Federal de cobrar contribuições (alíneas) incidentes sobre o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes (IUCL), através do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), impedindo o repasse proporcional àquele do IUCL aos Estados e Municípios.

O quadro a seguir, resume o impacto financeiro para o Paraná em 1984, da mini reforma tributária.

ESTIMATIVA DO IMPACTO FINANCEIRO PARA O PARANÁ EM 1984 DA MINI REFORMA TRIBUTARIA

MEDIDAS	ESTADO				MUNICÍPIOS (5)	
	Cr$ Bilhões	% no ICM (1)	% nas Transf. (3) Federais	% no Orçam. Geral do (4) Estado 1984	Cr$ Bilhões	% no ICM (2)
1. **SUBSTITUTIVO PASSOS PORTO**						
1.1 — Facilita a cobrança Contribuição de Melhoria	...	...	...	...	...	...
1.2 — Elimina a possibilidade de utilização de crédito de ICM na aquisição de mercadorias isentas	...	...	...	...	...	...
1.3 — Explicita na Constituição a alíquota interna de ICM nas saídas interestaduais para consumidor final	...	...	...	...	...	...
1.4 — Tributação de ICM na Importação de Bens para Ativo Fixo e Consumo do Estabelecimento	1,9	0,4	—	0,2	0,5	0,4
1.5 — Integração do IPI na Base de Cálculo do ICM	4,7	0,9	—	0,6	1,2	0,9
1.6 — Aumento do FPE para 12,5% e do FPM para 13,5%	6,1	1,1	5,4	0,8	15,7	—
1.7 — Aumento do IULC cota estadual para 29,3%, e cota municipal para 14,7%, sem alíneas *	(0,7)	(0,01)	(0,06)	0,0	1,75	—
1.8 — Total Substitutivo Passos Porto na forma Aprovada	12,0	2,2	—	3,3	19,2	—
2. **OUTROS GANHOS DECORRENTES DA NEGOCIAÇÃO**						
2.1 — Elevação da alíquota interna do ICM para 17%	22,2	4,1	—	2,8	5,5	4,0
2.2 — Elevação da alíquota interestadual de ICM para região Sul/Sudeste (excluindo Espírito Santo) para 12%	5,5	1,0	—	6,8	1,4	1,0
2.3 — Tributação de ICM na importação de matérias primas, exclusive nos produtos isentos de imposto de importação	...	...	...	...	...	...
3. **TOTAL GANHOS MINI REFORMA TRIBUTARIA**	39,7	7,3	—	4,9	26,1	—

FONTE: AE/SEFI

1 — Participação no ICM de Cr$ 545,0 bilhões, cota cstadual, constante da proposta orçamentária

2 — Participação no ICM de Cr$ 136,0 bilhões, cota municipal, constante da proposta orçamentária

3 — Participação nas Transferências Federais para o Paraná em 1984 de Cr$ 112,6 bilhões conforme proposta orçamentária

4 — Participação do Orçamento Geral do Estado para 1984 de Cr$ 807,0 bilhões

5 — Não é possível fazer outras comparações pela indisponibilidade do orçamento consolidado dos municípios.

* Conforme regulamentação federal, a alínea "D", o mais expressivo gravame sobre o IUCL não comporá a base de cálculo da transferência, ao contrário de interpretação do substitutivo. O Governo Federal pretende cobrar esta alínea através do IOF para não ter que repassar aos Estados e Municípios este gravame. A estimativa do IUCL era de um ganho de Cr$ 13,7 bilhões para o Estado e Cr$ 8,8 bilhões para os Municípios. Agora, diminuiu Cr$ 0,7 bilhões para o Estado, e aumentou só só Cr$ 1,75 bilhão para os Municípios.

Assim, apesar de ratificado o aumento das alíquotas do ICM por legislação estadual competente, impedindo dessa forma a transferência de renda e receita para outros Estados, a SEFI e o Governo Estadual posicionaram-se contra o simplismo da elevação de alíquotas.

3.7.3 A Atividade Fisco-Arrecadadora

O aumento da arrecadação é resultado de dois fatores primordiais: crescimento de atividade econômica do Estado e aperfeiçoamento dos sistemas de tributação, arrecadação e fiscalização.

Autuando intensamente, renovando métodos, adotando estruturas modernas, a Coordenação da Receita do Estado objetivou dotar a máquina administrativo-tributária de racionalidade e eficiência, para obter com eficácia o produto receita, tentando diminuir a ocorrência das várias formas de patologia tributária, como a fraude, a sonegação, a omissão e a evasão legal e combatendo, de forma intensa, a concorrência desleal.

Para tanto foram implementados diversos programas de trabalho, seja na área de fiscalização seja da arrecadação.

* OPERAÇÃO SOJA — Desencadeada em conjunto com a Secretaria da Receita Federal e a Polícia Federal, conseguiu impedir que 300 mil toneladas de soja brasileira fossem exportadas com documentação paraguaia, o que representa, em termos financeiros US$ 70,0 milhões.

A operação pode ser medida, também, pelos resultados indiretos, que alcançaram a cifra de Cr$ 5,0 bilhões em procedimentos fiscais.

É de se registrar o incremento da comercialização no mercado interno, com o seu reflexo na arrecadação estadual, bem como a projeção da imagem de uma estrutura fiscal firme e operante.

* ACOMPANHAMENTO DAS GRANDES EMPRESAS — Do total da arrecadação do ICM, 65% corresponde aos itens comércio e indústria.

Dez por cento ou aproximadamente 9.000 empresas representam 90% dessa arrecadação.

Indispensável, portanto, uma fiscalização direcionada para esses contribuintes representativos.

Os frigoríficos, laticínios e restaurantes foram objeto de plantões fiscais intensivos e permanentes.

Através de aplicação de índices técnicos e acompanhamento diário de abate, coleta e fornecimento foram lavrados autos de infração no valor de Cr$ 12,0 bilhões, além do aumento de arrecadação nos setores a partir dos dados levantados.

Em armazéns gerais, cooperativas e órgãos governamentais foram efetuadas contagens físicas do estoque, tendentes a verificar a regularidade da documentação. Essas atividades proporcionaram autuações no valor de Cr$ 5,0 bilhões.

Blitz em revendedores de automóveis resultaram em apreensões de mais de 200 veículos que estavam desacompanhados de documentação fiscal.

Lojas de confecções e de eletrodomésticos, supermercados e joalherias foram objeto de plantões fiscais durante todo o mês de dezembro e nos dias anteriores aos de comemorações sociais.

Farmácias, lojas de material de construção e panificadoras foram sujeitas a levantamento físico-quantitativo de seus estoques.

* POSTOS FISCAIS E FISCALIZAÇÃO VOLANTE — O perfil da arrecadação do ICM demonstra que 35% desse imposto refere-se ao ítem produtos agropecuários.

Necessária, em conseqüência, a constância da fiscalização nos Postos Fiscais e nas rodovias por onde transitam esses produtos.

A fiscalização foi intensificada e permanentemente exercida de modo a coibir o transporte de produtos sem a respectiva documentação fiscal. Autos de infração foram lavrados no valor de Cr$ 3,0 bilhões.

* INTERAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES FAZENDÁRIAS DOS ESTADOS VIZINHOS — O problema das "notas frias" gerando créditos fiscais fictícios, causavam danos consideráveis ao Estado. Num esforço integrado entre os Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, foi criada a Comissão de Intercâmbio de Técnicas Fiscais (CITEF). Esses Estados trocam constantemente informações; agentes fiscais do Paraná são encaminhados a outros Estados e os de outros recebidos no Paraná em um trabalho conjunto de verificações em empresas destinatárias e remetentes de mercadorias. Desse trabalho conjunto resultou uma listagem de 3.700 contribuintes considerados inidôneos, dos quais 200 do Paraná e declarados fictícios os documentos por eles emitidos.

Em complementação adotou-se um maior rigor na concessão de inscrição e rigidez na autorização de impressão de notas fiscais modelo 1.

Na confrontação da documentação fiscal foram verificadas irregularidades que determinaram lavratura de autos de infração na ordem de Cr$ 5,0 bilhões.

Criou-se a Nota de Controle de Entrada Física de Mercadorias. Todo o produto agropecuário vindo de outro Estado da Federação tem que vir acompanhado desse documento, emitido no Posto Fiscal, sob pena de não ser considerado o crédito correspondente à operação anterior.

Foram detectados casos de falsificação na documentação do café proveniente de outros Estados. A homologação dos créditos fiscais só é efetivada após pesquisa junto à autoridade fazendária da origem.

* ARRECADAÇÃO BANCÁRIA — Foi implantada a nova sistemática de arrecadação de tributos estaduais, exceção dos pagamentos efetuados em GR-3 (produtos primários), viabilizando maior rapidez na entrada dos recursos e assegurando maior facilidade aos contribuintes para o recolhimento dos tributos.

Com o novo sistema houve redução no prazo de repasse da arrecadação bancária ao Tesouro Geral do Estado, que anteriormente chegava até nove dias, passando a ser efetuado no quarto dia útil após o recebimento. Foram estabelecidas penalidades ao banco arrecadador que deixar de cumprir as obrigações para com a SEFI.

* DÍVIDA ATIVA — A cobrança da dívida ativa foi descentralizada, envolvendo delegacias regionais da receita, objetivando dar agilidade à sua arrecadação.

O prazo de inscrição em dívida ativa, que era de 300 dias, foi reduzido para 150 dias, e dentro de poucos meses haverá condições técnicas para que este prazo seja reduzido a 120 dias, atendendo ao que dispõe a lei.

3.7.4 O Financiamento dos Encargos do Governo

A Coordenação da Administração Financeira do Estado (CAFE) coordenou e orientou, no exercício de 1983, a programação e execução da política financeira do Governo, pautando-se por um princípio de austeridade e parcimônia na gerência das finanças do Estado.

Na administração da dívida pública, considerada a conjuntura de crise e de elevado grau de incerteza que afeta a realidade econômica nacional, particularmente refletida no âmbito financeiro, seguiu-se uma política de "endividamento responsável".

3.7.4.1 A Execução da Programação Financeira

A execução da programação financeira de caixa do exercício apresentou um montante de ingresso de receita de Cr$ 396,5 bilhões, que adicionados ao saldo existente em 31/12/82/ totalizaram Cr$ 405,8 bilhões de recursos finan-

ceiros. Por outro lado, foi executada uma despesa de caixa de Cr$ 398,1 bilhões, restando um saldo em 31/12/83 de Cr$ 7,7 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Saldo em 31/12/82	9,3 bilhões
Receita do exercício	396,5 "
Total dos recursos (1 + 2)	405,8 "
Despesa do exercício	398,1 "
Saldo em 31/12/83 (3 — 4)	7,7 "

* EXECUÇÃO FINANCEIRA DA DESPESA — Os débitos herdados da gestão anterior, tanto dos órgãos integrandes da administração direta quanto indireta, foram em grande parte liquidados ou renegociados dentro de condições que permitem o seu pagamento sem traumas.

Para efeito de aumento de capital ou para normalização financeira, foram também repassados recursos do Tesouro para a EMATER (Cr$ 3,5 bilhões), URBS (Cr$ 4,2 bilhões), COPASA (Cr$ 0,4 bilhão), IAPAR (Cr$ 0,9 bilhão), EMOPAR (Cr$ 0,8 bilhão), COHAPAR (Cr$ 1,4 bilhão), CAFE DO PARANÁ (Cr$ 0,8 bilhão), ITC (Cr$ 0,8 bilhão), COPEL (Cr$ 1,9 bilhão). Para o BANESTADO foram consignados em orçamento, ainda em 1983, Cr$ 6,2 bilhões, e repassados em janeiro de 1984.

Às prefeituras foram repassados recursos de natureza orçamentária da ordem de Cr$ 8,2 bilhões, atendendo a todos os municípios do Estado. Não estão considerados nesta montante aqueles recursos à conta de convênios federais ou provenientes de auxílio da comunidade, e executados orçamentariamente.

Por participação em tributtos de competência estadual — ICM e ITBI, foram transferidos aos municípios Cr$ 70,8 bilhões e Cr$ 4,9 bilhões respectivamente e ainda Cr$ 0,5 bilhão correspondente à quota-parte municipal das parcelas da TRU recebidas pelo Estado da União.

A despesa total de caixa do Tesouro atingiu Cr$ 398,1 bilhões, ficando 22% maior que a prevista. Por outro lado, o orçamento total ficou em Cr$ 433,8 bilhões, dos quais Cr$ 413,4 bilhões no montante liberado, Cr$ 20,0 bilhões em diferimento e Cr$ 0,4 bilhão em recursos a programar.

A execução do orçamento liberado foi de 98,0%, sendo que Cr$ 390,7 bilhões se constituiram em despesa de caixa do exercício e Cr$ 14,3 bilhões em restos a pagar.

A execução financeira extra-orçamentária atingiu Cr$ 7,4 bilhões, mantendo-se praticamente no mesmo nível previsto na programação inicial.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	Orçamento Final Total	Recursos a Program.	Diferido	Liberado	Despesa de Caixa	Restos a Pagar Não Diferido
ORÇAMENTARIA	433.840	460	19.960	413.420	390.743	14.315
Pessoal	229.041	—	—	229.041	227.025	371
Outros Custeios	83.959	24	947	82.988	76.207	3.744
Dívida	28.499	—	—	28.499	26.106	—
Outras	54.460	24	947	54.489	50.101	3.744
Capital	120.840	436	19.013	101.391	87.511	10.200
Dívida	13.125	—	—	13.125	13.125	—
Outras	107.715	436	19.013	88.266	74.386	10.200
EXTRA-ORÇAMENTARIA	—	—	—	—	7.378	—
Resíduos Passivos	—	—	—	—	4.711	—
Antecip. da Receita	—	—	—	—	2.667	—
TOTAL	433.840	460	19.960	413.420	398.121	14.315

FONTE: DPCD/SEFI

* TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS VINCULADAS — O orçamento inicial da despesa — tranferências federais vinculadas — que era de Cr$ 40,5 bilhões, no final ficou em Cr$ 49,1 bilhões, com acréscimo de 21,4% apenas.

A administração financeira do Estado adotou a postura de repassar integralmente o recurso financeiro proveniente de transferências federais vinculadas assim que ele ingresse na conta do Tesouro. Dos Cr$ 46,4 bilhões que ingressaram no exercício de 1983, foram repassados aos órgãos beneficiados 91,3%, ficando Cr$ 2,7 bilhões para transferir no exercício seguinte, à conta de restos a pagar.

Ressaltamos que os valores que passaram em restos a pagar foram devidos ao disposto no Decreto n.º 2.045, de 29/11/83, que fixou o último dia para pagamento em 29/12/83 e o último dia para abertura de créditos suplementares em 05/12/83, não permitindo que os ingressos havidos após essa data fossem creditados aos órgãos devidos.

Em termos do valor efetivamente recebido, a maior participação nas transferências federais vinculadas foi a do Fundo de Participação dos Estados (FPE) com 50,0% do total, sendo seguido pela cota estadual do Salário-Educação, que representou 16,8%, e pela cota-parte do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE) que representou 11,8% do ingresso total de receitas vinculadas oriundas da União.

TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS VINCULADAS — 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Ingres. Financ.	Repasse no Exercíc.	Restos a Pagar
Fundo de Partic. dos Estados (FPE)	16.992	23.200	23.200	23.061	130
Imp. Único s/Energia Elétrica (IUEE)	7.366	7.366	5.483	5.483	—
Imposto Único s/Minerais (IUM)	917	924	924	700	217
Imp. Único s/Lubrif. e Combust. (FNDU)	470	470	345	311	34
Imp. s/Serviços de Transporte (ISTR)	1.147	1.567	1.282	1.123	123
Imp. Único s/Lubrif. e Combust. (FRN)	3.765	3.765	2.866	2.503	360
Salário Educação (SEQE)	6.300	7.807	7.807	6.300	1.507
Taxa Rodoviária Única (TRU)	1.748	2.076	2.513	1.748	328
Taxa Rodoviária Única (PME)	1.772	1.952	1.951	1.091	—
TOTAL	40.477	49.127	46.371	42.320	2.699

FONTE: DPCD/SEFI

3.7.4.2 A Execução Orçamentária

O quadro orçamentário herdado de 1982 apresentou um **déficit** de Cr$ 6, 5 bilhões resultado de uma receita executada de Cr$ 170,4 bilhões e uma despesa realizada de Cr$ 176,9 bilhões.

A essa situação deve ser acrescentado um orçamento previsto para 1983 onde estavam subestimadas as despesas e superdimensionadas rubricas de receita, resultando numa insuficiência orçamentária, prevista no início do ano, de Cr$ 99,1 bilhões.

Assim, a despesa prevista originalmente em Cr$ 326,3 bilhões, devido a gastos adicionais com pessoal e serviços da dívida da ordem de Cr$ 64,8, e ainda outras despesas a serem realizadas mas sem gráfico orçamentário de Cr$ 20,2 bilhões, elevava a necessidade orçamentária para Cr$ 411,3 bilhões. Se juntar-se a esse quadro da despesa uma receita assegurada, na época, de somente Cr$ 312,2, em função sobretudo de superestimação de operações de crédito, configurava-se um **déficit** potencial do orçamento para 1983 da ordem de Cr$ 99,1 bilhões.

A execução orçamentária de 1983 demonstra que a despesa atingiu Cr$ 424,5 bilhões e a receita Cr$ 427,2, apresentando um **superavit** orçamentário de Cr$ 2,7 bilhões.

Portanto, esta administração não só cobriu aquele **déficit** potencial quanto restabeleceu uma situação de perfeito equilíbrio, através de uma política de austeridade das despesas, de um lado, e do outro de aumento da arrecadação, e endividamento responsável.

* EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

O quadro a seguir evidencia os principais dados da execução orçamentária da receita em 1982, e da prevista e realizada para 1983.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇAO ORÇAMENTARIA DA RECEITA EXECUTADA EM 1982, E DA PREVISTA E REALIZADA — 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	1982 Receita Exec. 1	Receita Orçam. 2	% 2/1	1983 Receita Exec. 3	% 3/1	% 3/2
Rec. Tributária	119.697	211.500	76,7	288.209	140,7	36,3
ICM (*)	115.784	206.150	78,0	280.300	142,1	35,9
ITBI	2.420	3.150	30,2	5.226	115,9	65,9
Taxas	1.493	2.200	47,2	2.683	79,7	21,9
Rec. Patrimonial	7.200	13.796	91,6	7.868	9,3	(43,0)
Rec. Agropecuária	—	21	—	—	—	—
Rec. Industrial	51	71	40,7	55	8,5	(22,8)
Rec. de Serviços	—	27	—	37	—	39,4
Outras Rec. Correntes	4.245	6.558	54,5	7.598	78,9	15,8
Alienação de Bens	—	17	—	4	—	(77,2)
Transferências Federais	24.681	49.310	99,8	51.604	109,1	4,6
Operações de Crédito	14.557	45.000	209,1	71.833	393,4	59,6
TOTAL	170.431	326.300	91,4	427.208	150,6	30,9

FONTE: DPCR/SEFI

(*) Para efeito comparativo da receita do ICM, considerar que no presente quadro, representa somente 80% da arrecadação e não inclui dívida ativa, que é registrada noutra rubrica.

A execução orçamentária da receita no exercício financeiro de 1983 apresentou valores bastante superiores àqueles previstos na lei orçamentária, alcançando no final do exercício o montante de Cr$ 427,2 bilhões e um percentual de acréscimo de 30,9% sobre o valor previsto, e de 150,6% sobre a receita arrecadada em 1982.

Como principal fonte de recurso configura-se o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM), com uma receita de Cr$ 280,3 bilhões; sua significativa representatividade está evidenciada pela participação de 65,6% na receita global realizada.

Uma análise pormenorizada do comportamento do ICM, que no conjunto evoluiu a uma taxa de 142,1% comparativamente ao exercício de 1982, encontra-se no tópico seguinte.

A receita decorrente do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) — **Inter vivos/causa mortis** — atingiu o valor de Cr$ 5,2 bilhões, com uma evolução nominal sobre o executado em 1982 de 115,9% e sobre o previsto em 1983 de 65,9%. Este significativo incremento na receita do ITBI decorre da implentação da Instrução SEFI n.° 799/83, que disciplinou de forma criteriosa a sistemática de arrecadação deste tributo.

Como Receita Patrimonial destacam-se os ingressos oriundos das participações e dividendos e outras receitas patrimoniais, auferidos pela aplicação do capital societário do Estado do Paraná em empresas de economia mista e ou sociedades anônimas, bem como pelos rendimentos decorrentes de retenções compulsórias de ingressos externos e outras receitas de aplicações financeiras no sistema de **open market.** A aplicação no mercado aberto é uma política alternativa de execução financeira do orçamento na tentativa de atenuar os efeitos negativos da inflação.

A receita prevista na fonte "Receita Patrimonial" foi de Cr$ 13,8 bilhões, entretanto, o valor ingressado foi de Cr$ 7,9 bilhões, o que representa 57% do previsto inicial. O fator que contribuiu para esse resultado foi a opção da atual administração de reduzir o montante das aplicações no **open market** nas entidades oficiais de crédito, visando canalizar maior volume de recursos para a administração indireta, o que possibilitou a redução dos débitos das empresas perante instituições financeiras.

O grupo *"Outras Receitas Correntes"* agrega um conjunto de fontes de receitas, dentre as quais as mais significativas são as provenientes de multas e juros de mora dos tributos, multas do DETRAN, receita da dívida ativa tributária e o produto da correção monetária incidente na receita estadual. O montante arrecadado alcançou o valor de Cr$ 7,0 bilhões, ou seja, 15,8% maior que o previsto, e 78,9% sobre o valor ingressado em 1982.

Através de "Transferências Intergovernamentais", o Estado participa na Receita da União pelos ingressos relativos a quotas-partes de tributos federais, respeitadas as destinações, diretrizes e prioridades definidas em legislação específica, conseqüência das medidas econômico-tributárias adotadas pelo Governo Federal a partir de junho e definições de ordem administrativa local. Essa fonte de receita foi prevista em Cr$ 49,3 bilhões, o valor ingressado em 1983 atingiu o montante de Cr$ 51,6 bilhões, com um incremento de 4,6% sobre o valor previsto para o exercício, e 109,1% maior do que o valor arrecadado em 1982.

O quadro a seguir evidencia a receita arrecadada em 1982 prevista e realizada em 1983, discriminada por fonte de transferência.

TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS

Em Cr$ milhões

Discriminação	1982 Receita Exec. 1	Receita Orçam. 2	% 2/1	1983 Receita Exec. 3	% 3/1	% 3/2
Fundo de Partic. dos Estados	9.736	16.992	74,5	23.202	138,3	36,5
Imposto de Renda retido na fonte	2.202	3.833	74,1	5.230	137,5	36,4
Imp. Único s/Lubrificantes e Comb.						
— Fundo Rodov. Nac.	1.456	3.765	158,5	2.866	96,8	(23,9)
— Adicional	211	470	122,4	345	63,2	(26,6)
Taxa Rodoviária Única						
— Conserv. e Melhor.	2.155	1.748	(18,9)	2.513	16,6	43,8
— Prog. Mobil. Energético	—	1.772	—	1.951	—	10,1
Salário Educação	4.096	6.300	53,8	7.807	90,6	23,9
Impostos s/Serv. Transporte Rodov.	673	1.147	70,6	1.282	90,7	11,8
Imposto Único s/ Energia Elétrica	3.591	7.366	105,1	5.483	52,6	(25,6)
Imposto Único s/Minerais	561	917	63,4	925	64,7	0,9
Outras Transf. da União	—	5.000	—	—	—	—
TOTAL	24.681	49.310	99,8	51.604	109,1	4,6

FONTE: DPCR/SEFI

Os recursos provenientes de Operações de Crédito são destinados ao financiamento de programas governamentais que, vinculados ou não, ocorrem através de autorizações legais emanadas do Legislativo Estadual. O montante previsto na Lei Orçamentária representa 13,8% do total da receita de recolhimento centralizada e o valor efetivamente realizado de Cr$ 71,8 bilhões equivale a 16,8% da receita realizada. Do valor global realizado, os ingressos financeiros em 1983 somam a Cr$ 43,7 bilhões sendo que Cr$ 28,1 bilhões irão ingressar no exercício financeiro de 1984.

A composição das operações de crédito internas e externas fica evidenciada no quadro abaixo:

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em Cr$ milhões

Discriminação	Orçamento Inicial 1983	Oper. de Crédito Realiz. Ingressada 1983	Oper. de Crédito Realiz. À Ingressar 1984	Total
INTERNA	12.309	22.980	—	22.980
Vinc.	4.479	8.228	—	8.228
Não Vinc.	7.830	14.752	—	14.752
EXTERNA	32.691	20.752	28.101	48.853
Vinc.	13.275	20.752	885	21.637
Não Vinc.	19.416	—	27.216	27.216
TOTAL	45.000	43.732	28.101	71.833

FONTE: DPCR/CGE

Um detalhamento maior a respeito das operações de crédito realizadas em 1983 é apresentado no tópico sobre a dívida pública do Tesouro Geral do Estado.

* O COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ICM

Uma análise do comportamento da arrecadação do ICM no Paraná, em 1983, comparativamente aos demais Estados da Federação, permite concluir que o Estado, com um crescimento nominal de 143,8%, obteve o melhor desempenho da região Sul/Sudeste.

BRASIL — ARRECADAÇÃO DO ICM (*)

Em Cr$ milhões

Região/Estados	IMPOSTO S/CIRC. DE MERC. — ICM 1982	1983	Variação %
NORTE	44.574	107.996	142,3
Acre	1.343	2.774	106,5
Amazonas	18.869	44.679	136,8
Pará	18.014	44.199	145,4
Rondônia	4.800	12.666	163,7
Amapá	884	2.006	127,0
Roraima	664	1.672	151,6
NORDESTE	308.244	728.114	136,2
Maranhão	12.775	27.152	112,5
Piauí	8.799	19.069	116,7
Ceará	35.076	78.785	124,6
R. Grande do Norte	13.230	28.864	118,6
Paraíba	17.622	42.577	141,6
Pernambuco	73.741	164.832	123,5
Alagoas	25.627	59.410	131,8
Sergipe	10.976	23.419	113,4
Bahia	110.398	284.006	157,3
SUDESTE	1.528.057	3.284.450	114,9
Minas Gerais	225.421	465.815	106,6
Espírito Santo	41.706	89.098	113,6
Rio de Janeiro	265.000	559.865	111,3
São Paulo	995.930	2.169.672	117,4
SUL	455.766	1.025.515	125,0
Paraná	144.730	352.902	143,8
Santa Catarina	88.568	179.665	102,9
R. Grande do Sul	222.468	492.948	121,6
CENTRO-OESTE	131.119	337.557	157,4
Mato Grosso	17.162	47.192	175,0
Mato Grosso do Sul	30.251	77.371	155,8
Goiás	53.128	144.367	171,7
Distrito Federal	30.578	68.627	124,4
BRASIL	2.467.760	5.483.632	122,2

FONTE: Boletim do ICM da Coordenadoria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda — Janeiro/84.

* Para efeito comparativo de arrecadação do ICM, considerar que no presente quadro representa 100%, incluindo pois a participação dos municípios e que são dados ainda preliminares.

Tal desempenho do ICM foi possível sobretudo devido ao comportamento da receita de produtos primários, que representou um acréscimo de 191,3%, conforme o quadro seguinte.

PARANÁ — ARRECADAÇÃO DO ICM (*) — POR SETORES

Em Cr$ milhões

Setores	ICM 1982	Participação %	ICM 1983	Participação %	Evolução 1983/82 %
Produtos	34.004	29,2	99.069	35,3	191,3
Indústria	36.909	31,6	79.108	28,2	114,3
Comércio	45.755	39,2	102.702	36,5	124,5
TOTAL	116.668	100,0	280.879	100,0	140,7

FONTE: AE/SEFI

(*) — Para efeito comparativo da arrecadação do ICM, considerar que na presente tabela, representa 80% da arrecadação e inclui a cobrança de dívida ativa.

Um desdobramento da receita proveniente da agropecuária é mostrado no quadro seguinte, evidenciando-se melhorias de safra dos produtos — arroz, café, soja e trigo — bem como do desfrute dos rebanhos bovinos e suínos. De outro lado, o comportamento de preços de algodão, feijão, milho, soja e derivados, e bovinos contribuiram decisivamente para os resultados da arrecadação. Deve ser destacado também para esse desempenho da arrecadação a política tributária e fisco-arrecadadora desenvolvida pela Secretaria das Finanças.

PARANÁ — PRODUTOS PRIMÁRIOS — ARRECADAÇÃO DO ICM, QUANTIDADES COMERCIALIZADAS E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO — 1982 e 1983

Discriminação	Arrecadação do ICM				Quantidades Comercializadas				Preços Médios de Comercialização		
	1982 Cr$ milhões	1983 Cr$ milhões	1983 Participação Relativa %	Evolução 1983/82 %	Unidade	1982	1983	Evolução 1983/82 %	1982 p/unidade	1983 p/unidade	Evolução 1983/82 %
Algodão	6.839	15.876	16,0	132,1	t	337,2	209,2	(38,0)	229.206	846.573	269,4
Arroz	492	1.741	1,8	253,9	sc 60 kg	1.006,4	1.595,3	58,5	4.087	10.423	155,0
Café	8.138	22.248	22,4	173,4	sc 60 kg	4.130,0	5.395,7	30,6	18.685	37.611	101,3
Feijão	948	2.965	3,0	212,8	t	178,9	128,3	(28,3)	55.183	236.200	328,0
Milho	1.792	4.046	4,1	125,8	t	1.081,4	709,8	(34,4)	17.792	63.799	258,6
Soja											
— Grão	1.902	7.011	7,1	268,6	t	587,4	656,4	11,7	34.697	107.735	210,5
— Farelo	5.170	21.149	21,3	309,1	t	1.836,7	1.960,6	6,7	31.700	118.295	273,2
— Óleo	641	2.455	2,5	283,0	t	139,7	91,1	(34,8)	71.694	321.341	348,2
Trigo	2.785	8.391	8,5	201,3	t	775,0	940,0	21,3	32.382	85.001	162,5
Bovinos	777	3.680	3,7	373,6	arroba	2.304,0	3.195,2	38,7	3.381	10.605	213,7
Suínos	1.992	4.535	4,6	127,7	arroba	5.460,0	7.642,2	40,0	2.906	7.214	148,2
Outros	2.528	4.972	5,0	96,8	...	...	...	...	...	...	...
TOTAL	34.004	99.069	100	191,3	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: AE/SEFI

A indústria apresentou um crescimento nominal da arrecadação de ICM de 114%, o comércio varejista de 114% e o comércio atacadista de 147%. O desempenho dos respectivos ramos da indústria e do comércio encontra-se no apêndice, tabelas 3.7.1 e 3.7.2.

* EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA — A despesa realizada no exercício totalizou Cr$ 424,5 bilhões, representando um acréscimo de 30,1% em relação ao orçamento inicial e de 139,9% em relação à despesa realizada em 1982. O item de despesa que apresentou maior acréscimo foi o da amortização da dívida pública contratada, ficando 223,6% acima da despesa realizada no exercício anterior. Os encargos financeiros da dívida cresceram 195,0% em comparação com 82, com dispêndios de Cr$ 26,0 bilhões no exercício. Excetuando-se a dívida pública, o item que apresentou o maior crescimento relativo foi Pessoal, com variação de 141,0% sobre o exercício de 82, sendo responsável por 53,6% do total da despesa realizada em 83.

O quadro a seguir sintetiza a execução orçamentária do exercício de 1983 e compara a despesa realizada com a prevista e a realizada em 1982:

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Em Cr$ milhões

Discriminação	Realiz. em 1982 (1)	Previst. em 1983 (2)	% 2/1	Realiz. em 1983 (3)	% 3/2	% 3/1
Pessoal	94.344	158.561	68,1	227.396	43,4	141,0
Outros Custeios	33.308	66.341	99,2	80.800	21,8	142,6
Dívida	8.809	24.129	173,9	25.990	7,7	195,0
Outras	24.499	42.212	72,3	54.810	29,8	123,7
Capital	49.300	101.398	105,7	116.301	14,7	135,9
Dívida	4.056	5.871	44,7	13.125	123,6	223,6
Outras	45.244	95.527	111,1	103.176	8,0	128,0
TOTAL	176.952	326.300	84,4	424.497	30,1	139,9

FONTE: DPCD/SEFI

Evidenciando a prioridade do Governo na área social, verifica-se no quadro a seguir que esta teve um incremento de 47,5% em relação ao orçamento inicial (sendo a que apresentou o maior valor de suplementações orçamentárias). Já a área institucional — responsável pela manutenção da máquina administrativa e pelos encargos gerais do Estado — foi a que apresentou o menor percentual de aumento em relação ao previsto, com apenas 26,8%, apesar da elevação acima desse percentual das despesas com o pagamento do pessoal inativo e da dívida pública.

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DA DESPESA POR ÓRGÃOS — 1983

Em Cr$ milhões

Área/Órgãos	Prevista em 83 (1)	Realizada em 83 Pessoal	O. Cust.	Capital	Total (2)	% 2/1
INSTITUCIONAL	128.316	66.797	48.213	47.669	162.679	026,8
ALE	3.250	3.640	1.305	275	5.220	060,6
TC	2.310	2.750	148	213	3.111	034,7
TJ	12.804	11.156	866	5.632	17.654	037,9
TA	448	595	46	17	658	046,9
GOV	2.199	666	1.858	9	2.533	015,2
SEDM	4.865	380	2.285	1.026	3.691	(24,1)
SEPL	2.080	294	1.775	99	2.168	004,2
SEFI	21.685	7.954	2.615	16.816	27.385	026,3
SERH	1.482	792	778	3	1.573	006,1
SEAD	6.774	427	3.834	2.399	6.660	(1,7)
AGE/SEPL	8.765	—	209	8.055	8.264	(5,7)
AGE/SEFI	59.665	38.143	32.494	13.125	83.762	040,4
SOCIAL	116.268	146.881	14.654	9.914	171.449	047,5
SECE	1.989	1.081	936	33	2.050	003,1
SEED	75.755	103.354	5.708	7.767	116.829	054,1
SESB	15.106	11.982	3.993	798	16.773	011,0
SESP	21.170	25.171	3.384	1.302	29.857	041,0
SEJU	4.237	5.293	633	14	5.940	040,2
ECONÔMICA	69.216	13.718	17.933	58.718	90.369	030,6
SEAG	14.275	4.623	7.300	8.165	20.088	040,7
SEIN	9.224	1.135	450	11.842	13.427	045,6
SETR	38.274	7.698	8.471	33.210	49.379	029,0
SEIC	7.443	262	1.712	5.501	7.475	000,4
RES. CONTINGÊNCIA	12.500	—	—	—	—	—
TOTAL	326.300	227.396	80.800	116.301	424.497	030,1

FONTE: DPCD/SEFI

Em despesa com pessoal, a área social teve a maior significação, com Cr$ 146,9 bilhões, ou 64,6% do total da despesa realizada neste item, sendo a Secretaria da Educação a mais representativa.

A área institucional realizou Cr$ 48,2 bilhões da despesa de custeio total (59,7%). Nesta área estão incluídas as despesas com encargos da dívida. É significativa nessa espécie de despesa a realizada pelas Secretarias dos Transporte e da Agricultura: ambas responderam por 87,9% das despesas da área econômica.

A Secretaria dos Transportes foi o órgão que realizou a maior despesa de capital, ficando com o equivalente a 28,6% do total, cuja maior participação coube ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Foram expressivos os investimentos efetuados pelos órgãos: Secretaria das Finanças (COPEL e BANESTADO); Secretaria do Interior (SANEPAR e FAE); Secretaria da Agricultura e Secretaria da Educação.

3.7.4.3 A Dívida Pública — Tesouro Geral do Estado

A situação geral das operações de crédito de responsabilidade do Tesouro Geral do Estado é apresentada no quadro a seguir.

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS, CONTRATADAS E INGRESSO FINANCEIRO — EXERCÍCIO DE 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	Operação Crédito Realiz. no Exercício	Contratada		Ingresso Financeiro	
		No Exerc. 1983	Exercícios Anteriores	1983	1984
DÍVIDA INTERNA	22.980	15.852	7.128	22.980	—
Resolução 63 (Banestado/Banorte)	6.964	6.964	—	6.964	—
BNH/SANEPAR	8.078	1.100	6.978	8.078	—
Aviso 30 — Banco do Brasil	7.788	7.788	—	7.788	—
BNDES/BRDE	150	—	150	150	—
DÍVIDA EXTERNA	48.853	27.216	21.637	20.752	28.101
Lei n.º 4.131	27.216	27.216	—	—	27.216
BID II (Rodovias/DER)	12.249	—	12.249	11.364	885
BID/Pró-Rural	9.388	—	9.388	9.388	—
SUB-TOTAL (ORÇAMENTÁRIA)	71.833	43.068	28.765	43.732	28.101
ANTECIP. DE RECEITA (EXTRA-ORÇAMENTÁRIA)	3.000	3.000	—	1.000	2.000
TOTAL REALIZADO	74.833	46.068	28.765	44.732	30.101

FONTE: CAFE/SEFI

* CONTRATAÇÕES EM 1983 — Os contratos firmados no exercício de 1983 pela atual administração atingiram Cr$ 46.068 milhões, assim constituídos:

— Lei 4.131, empréstimo externo num total de US$ 27,8 milhões, equivalentes a Cr$ 27.216,0 milhões;
— Resolução n.º 63, empréstimo em dólares com bancos nacionais (BANESTADO E BANORTE), no valor de US$ 12,0 milhões, e correspondentes a Cr$ 6.964,0 milhões;
— Aviso 30 (R), operação com o Banco do Brasil, no valor de US$ 8,7 milhões e equivalentes a Cr$ 7.788,0 milhões;
— BNH/SANEPAR, empréstimo interno no valor de Cr$ 1.100,0 milhões;
— Antecipação de receita, empréstimo junto aos bancos YOCHPE e BANESTADO, no valor de Cr$ 3.000,0 milhões.

Não está considerado o contrato de US$ 52,5 milhões, referente ao Programa de Atendimento aos Municípios (PRAM) por tratar-se de empréstimo de Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) à União, para repasse pelo Banco Central ao Banco do Estado do Paraná (BANESTADO), logo, sem trânsito pelo orçamento estadual.

* EXECUÇÃO FINANCEIRA — Desses contratos foram recebidos no ano de 1983 Cr$ 16.852,0 milhões, ou seja, 36,6% do valor contratado no exercício, correspondente a: Resolução n.º 63 (Cr$ 6.964,0 milhões), Aviso 30 — Banco do Brasil (Cr$ 7.788,0 milhões), BNH/SANEPAR (Cr$ 1.100,0 milhões) e antecipação de receita de Cr$ 1.000,0 milhões.

De contratos firmados em administrações anteriores ingressaram no exercício de 1983 mais Cr$ 27.880 milhões, sendo: BID (Rodovias) = 11.364,0 milhões, BID (PRÓ-RURAL) = Cr$ 9.388,0 milhões, BNH/SANEPAR = Cr$ 6.978,0 milhões, BNDES/BRDE = Cr$ 150,0 milhões.

Portanto, o total da receita de caixa, oriunda de operações de crédito, atingiu a Cr$ 44.732,0 milhões em 1983, que corresponde em termos orçamentários às operações de crédito realizadas e ingressadas em 1983.

Os serviços da dívida (amortização e encargos) pagos pela administração direta em 1983 atingiram a Cr$ 41.890,0 milhões, sendo: Cr$ 15.791,0 milhões de amortização, onde Cr$ 6.418,0 milhões referem-se à dívida interna; e Cr$ 26.097,0 milhões de encargos, sendo Cr$ 4.857,0 milhões da dívida interna.

Desse total, o correspondente a 96% refere-se a pagamentos de serviços da dívida contratada em administrações anteriores.

A diferença entre a receita (Cr$ 44,7 bilhões) e a despesa (Cr$ 41,9 bilhões) realizadas em decorrência de operações de crédito resulta em um saldo líquido de Cr$ 2,8 bilhões. Dado que o desembolso para custear programas de investimentos atingiu a Cr$ 74,1 bilhões, aplicados pela administração direta ou transferidos para órgãos da administração indireta (inclusive transferências federais vinculadas) verifica-se que o saldo líquido de operações de crédito contribuiu em apenas 3,7% do investimento total.

* SALDO DEVEDOR — Conforme quadro seguinte, a dívida pública da administração direta evoluiu em termos nominais 334%, enquanto que em termos reais equivalente em US$, teve um crescimento de somente 12%.

SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA PÚBLICA — TESOURO GERAL DO ESTADO — 1982 e 1983

	Saldo Devedor em 31/12/1982		Saldo Devedor em 31/12/1983		Evolução do Saldo da Dívida	
	Moeda Original (mil)	Equivalente em Cr$ (milhões)	Moeda Original (mil)	Equivalente em Cr$ (milhões)	Na Moeda Original %	Equivalente em Cr$ %
DÍVIDA INTERNA						
— Cr$	383.178	383	315.034	315	(18)	(18)
— ORTN	541	1.479	367	2.572	(32)	73
— UPC	6.487	15.559	7.707	45.454	19	192
— US$	15,000	3.790	33,681	33.142	124	774
— Yen	—	—	471.343	2.016	...	...
Soma em Cr$ milhões	—	21.211	—	83.499	—	294
DÍVIDA EXTERNA						
— US$	242,422	61.253	271,168	266.830	12	336
— DM	39,137	4.210	46,687	17.005	19	304
— SW FR	16,284	2.087	24,183	11.008	49	427
— Yen	15,364,966	16.819	17,546,103	75.057	14	346
— FL	1,337	130	11,494	3.720	760	2.763
— £	48	20	1,445	2.079	2.910	10.295
Soma em Cr$ milhões	—	84.519	—	375.699	—	345
Total da Dívida do Tesouro Geral do Estado	—	105.730	—	459.198	12	334

FONTE: CAFE/SEFI

COTAÇÕES: ORTN — Cr$ 2.733,27 e Cr$ 7.012,99;
UPC — Cr$ 2.398,55 e Cr$ 5.897,49;
US$ — Cr$ 252,67 e Cr$ 984,00;
Yen — Cr$ 1,0946 e Cr$ 4,2777;
DM — Cr$ 107,58 e Cr$ 364,24;
SW FR — Cr$ 128,15 e Cr$ 455,18;
FL — Cr$ 97,155 e Cr$ 323,62;
£ — Cr$ 413,80 e Cr$ 1.438,80; respectivamente em 31/12/82 e 31/12/83.

Conclui-se que o crescimento da dívida em termos nominais deveu-se aos critérios de correção das respectivas moedas.

Assim, a dívida externa nas moedas originais experimentou pequeno crescimento, salvo em florim e libra esterlina, que entretanto não têm representatividade no total. O crescimento nominal de 345% deve-se na sua maior parte à correção cambial, observando-se que a taxa do dólar evoluiu no período 289,4%.

A dívida interna, conforme o comportamento das diferentes moedas, teve o seguinte desempenho:

— o saldo devedor em cruzeiros decresceu 18%;
— o volume do saldo em ORTN evoluiu negativamente (32%), enquanto em cruzeiros o crescimento foi de 73%;
— os valores em UPC, na respectiva moeda, aumentaram 19%; já o equivalente em cruzeiros elevou-se 192%;
— a dívida interna contratada em dólares foi a que experimentou maior crescimento 124%, que em cruzeiros representam um acréscimo de 774%;

A dívida contratada — saldo devedor em 31/12/83 e saques futuros, mais encargos não comprometem, contudo, as finanças públicas do Estado, na medida em que os serviços da dívida estão perfeitamente escalonados, representando nos primeiros cinco anos 11,2% anualmente e totalizando 56%, nos cinco anos seguintes 5,5% cada ano, perfazendo 27,5% do total, e 16,5% do total são vencíveis somente após 1994.

3.7.4.4 A Dívida Pública — Administração Indireta

Em termos globais a dívida externa e interna da administração indireta teve um crescimento nominal de 171,3% no período, e tendo decrescido em termos reais 14,3%, conforme o quadro seguinte.

SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA PÚBLICA — ADMINISTRAÇÃO INDIRETA — 1982 e 1983

	Saldo Devedor em 31/12/1982		Saldo Devedor em 31/12/1983		Evolução do Saldo da Dívida	
	Moeda Original (mil)	Equivalente em Cr$ (milhões)	Moeda Original (mil)	Equivalente em Cr$ (milhões)	Na Moeda Original %	Equivalente em Cr$ %
Dívida Interna						
Cr$	21.925.880	21.926	17.141.451	17.141	(21,8)	(21,8)
ORTN	36.756	100.464	23.726	166.390	(35,4)	65,6
UPC	58.292	139.816	57.582	339.590	(1,2)	142,9
US$	107,297	27.111	110,240	108.476	2,7	300,1
Soma em Cr$ milhões	—	289.317	—	631.597	—	118,3
Dívida Externa						
US$	410,374	103.689	415,646	408.996	0,1	294,4
Eq. US$ (1)	89,325	22.570	88,300	86.887	(1,2)	284,9
Soma em Cr$ milhões	—	126.259	—	495.883	0,8	292,8
Total de Dívida da Administração Indireta	—	415.576	—	1.127.480	(14,3)	171,3

FONTE: CAFE/SEFI

(1) Tratam-se de empréstimos contratados em iene e franco suiço.

Cotações: ORTN: Cr$ 2.733,27 e Cr$ 7.012,99; UPC: Cr$ 2.398,55 e Cr$ 5.897,49; US$: Cr$ 252,67 e Cr$ 984,00, respectivamente em 31/12/1982 e 31/12/1983.

Observados os valores nas moedas originais, verifica-se que ou as dívidas foram reduzidas, ou permaneceram estacionárias, vale dizer, o crescimento da dívida total deveu-se aos critérios de correção das respectivas moedas.

Assim, a dívida externa em dólares norte-americanos em dezembro/83 apresenta um crescimento de 0,8% em relação a dezembro/82, proveniente do montante de ingressos, 4,8%, ocorrido no período, superior às amortizações realizadas, 3,9%. Observa-se, no entanto, que a equivalência em cruzeiros no mesmo período alcança 292,8% em decorrência da correção cambial.

O comportamento individual das diferentes moedas que compõem os contratos da dívida interna merece análise pormenorizada:

— O volume do saldo devedor em ORTN decresceu (35,4%) em relação a 82, enquanto seu equivalente em cruzeiros no mesmo período teve um crescimento da ordem de 65,6%;
— O montante do saldo devedor em UPC teve um decréscimo da ordem de (1,2%), sendo que seu equivalente em cruzeiros foi acrescido em 142,9%;
— A dívida contratada em cruzeiros apresentou um decréscimo da ordem de (21,8%);
— As operações internas com risco cambial ao amparo da Resolução n.º 63, Avisos GB 588 e 030 do Banco Central do Brasil, foram as únicas que aumentaram em volume, 2,7%. Devido aos ingressos ocorridos em 1983 estas tiveram seus equivalentes em cruzeiros acrescidos em 300,1%.

Fica pois, evidente o impacto das correções monetária e cambial no decorrer do período dezembro/82 a dezembro/83, ao verificar-se que a preços constantes há um decréscimo da ordem de 14,30% no saldo devedor.

Os pagamentos efetuados ao exterior em moeda externa, incluindo encargos e amortização, totalizaram US$ 50,308 milhões, enquanto os ingressos foram da ordem de US$ 32,729 milhões, ou seja, 65,06%, o que significa que houve apenas uma rolagem parcial da dívida em moeda externa.

3.7.5 Política Administrativa

* REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL — O organograma da estrutura da SEFI sofreu reformulações básicas, extinguindo-se dez unidades administrativas da SEFI e CRE.

Da mesma forma foi transferida a estrutura da CRE para o prédio da SEFI, no Centro Cívico, permitindo a agilitação da tomada de decisões, bem como a participação colegiada da administração superior da Secretaria.

Ainda em 1983, a CRE iniciou processo de revisão da divisão regional das Delegacias Regionais da Receita (DRRs), tendo em vista sua redefinição adaptada ao quadro sócioeconômico atual do Paraná, e instituiu, no início da gestão, a Assessoria de Auditagem, com o objetivo de conhecer a legalidade dos atos praticados por agentes fiscais da legislação e dos aspectos normativos, e ainda conhecer atos que praticados sem a adoção de controle vieram a não satisfazer os interesses da Fazenda Pública.

* ADEQUAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL — A tabela a seguir sintetiza a movimentação de recursos humanos ocorrida no âmbito da SEFI, em 1983, destacando-se uma redução, no quadro funcional, de 209 pessoas.

MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS — 1983

Discriminação	Ingressos	Saídas	Posição em 31/12/83
Efetivos — agentes fiscais	02	89	1.517
Celetistas	08	65	503
Demais Contratados	290	355	293
TOTAL	300	509	2.313

FONTE: GRHS/SEFI

Procedeu-se o remanejamento dos cargos diretivos em todas as delegacias, bem como em diversas agências de renda.

Foi concretizada filosofia de estímulos e de valorização das carreiras profissionais, especificamente ligadas à área de receita, possibilitando ascenção funcional e salarial, como também reformas nos estatutos reguladores dos quadros da fiscalização estadual.

Destacam-se as seguintes medidas: o reenquadramento e promoção de 1.261 fiscais; a elaboração do projeto que visa à institucionalização de plano de carreira; a elaboração do projeto de concurso de agente fiscal 3 para exercício em unidades de fronteira.

O Centro Paranaense de Desenvolvimento do Pessoal da Receita (CENPRE), realizou cursos objetivando reciclar funcionários do quadro fiscal, envolvendo 497 treinandos.

No quadro celetista foram realizadas promoções de 470 funcionários, e autorizada a concessão de acessos a 101. Participaram de cursos, no período, 44 servidores.

* ESTRUTURA FÍSICA E FROTA DE VEÍCULOS — Foram concluídas obras de sete Agências de Rendas no Interior, e ainda executadas obras de reparos e melhoramentos em diversas delegacias e agências com o objetivo de melhorar as condições de operação e atendimento ao público.

Visando à redução de despesas administrativas e à racionalização de trabalho, foram desativadas Agências de Rendas de pouco movimento, e ainda rescindido contrato de locação de sete imóveis em função da reestruturação física levada a efeito.

A frota de veículos consta de 226 unidades, permanecendo inalterada há dois anos em função de uma política de contenção de gastos.

* DESPESAS ADMINISTRATIVAS — As despesas administrativas da Secretaria de Estado das Finanças tiveram um acréscimo em relação a 1982 da ordem de 134,3%, totalizando em 1983 Cr$ 835,5 milhões, e em 1982 Cr$ 356,6 milhões.

3.8 POLÍTICA FINANCEIRA

3.8.1 BANCOS COMERCIAIS

CONGLOMERADO BANESTADO

* A FUNÇÃO DESENVOLVIMENTISTA — A linha básica de condução do Banco e demais empresas, em 1983, foi perseguir os aspectos de racionalização no uso dos recursos e respectivas aplicações, objetivando permitir o redirecionamento das ações, no sentido de incentivo à promoção do desenvolvimento regional.

Inseridas nesta nova postura de canalização dos investimentos ao conjunto das atividades carenciais típicas do Estado, as realizações do Conglomerado voltaram-se a um ajustamento interno, capaz de permitir adequação às diretrizes relacionadas com a intermediação desenvolvimentista.

* O RELACIONAMENTO COM OS MUNICÍPIOS — A ênfase de um novo relacionamento com os municípios, consubstanciado na estratégia de envolvimento popular nas decisões do Estado, evidencia-se pela participação do Banco na execução do Projeto "Gralha Azul", criado pela Secretaria das Finanças.

O Projeto consiste na mobilização popular orientada, ou seja, pressupõe que a participação da comunidade se materialize sob a forma de sugestões, que darão origem à lista de prioridades acerca das necessidades regionais.

Uma vez estabelecidas as necessidades locais, através do consenso popular, a ação do BANESTADO volta-se à ampliação da captação e ao fornecimento dos meios financeiros e creditícios para as realizações.

Implantado em 1983 nas cidades de Arapongas, Cornélio Procópio e Campo Mourão, o Projeto tem auxiliado o incremento de uma relação produtiva com os municípios do Estado.

A intermediação do Banco, no contexto desta política indutora ao autodesenvolvimento municipal, tem gerado adaptações na estrutura de suas agências e respectivos níveis de eficiência local, a fim de que seja possível o retorno das captações como aplicações realmente regionais.

A ação do Banco no apoio à capitalização estadual, através do mencionado projeto, tem possibilitado medir sensíveis reflexos nos índices de arrecadação das agências — cerca de duas vezes mais em depósitos, ape-

nas nos primeiros meses de implantação, gerando maior volume de recursos à disposição das carências municipais.

ÁREA FINANCEIRO-COMERCIAL

As medidas, ações e aplicações implementadas no período estiveram limitadas pela conjuntura econômica adversa, verificada em nível nacional, cuja criticidade determinou que a expansão dos investimentos nos diversos níveis estivesse atrelada às normatizações político-restritivas do atual momento econômico.

Inserido neste quadro, cujos reflexos, na área financeiro-creditícia se contrapõem às perspectivas de criação de novos programas de atendimento ao mercado, o BANESTADO pautou a condução de suas atividades dentro de níveis conservadores e em atenção ao Programa de Recuperação Financeira, estabelecido pelo Banco Central aos bancos oficiais estaduais.

* CAPITAL SOCIAL — O aumento de capital previsto, de Cr$ ..... 19.931.184.000,00para Cr$ 39.862.368.000,00, deliberado no final do período passado, prevê a integralização, pelo Estado, de cerca de 63% — Cr$ ..... 12.566.100.376,80 — dos quais a metade, já integralizada, se encontra depositada no Banco Central; o restante o será no decorrer do 1.º semestre de 1984. A representatividade desta elevação atende às exigências técnicas do Banco e permite melhoria do suporte financeiro frente às exigências do mercado.

* REDE DE AGÊNCIAS — De acordo com as considerações que recomendam austeridade, o Banco não obteve autorização que objetivava a instalação de agências em parte dos 61 municípios paranaenses ainda não assistidos.

Atualmente, a composição da rede à a seguinte:

CONGLOMERADO BANESTADO

Agências	1982	1983
Número de agências no Paraná	286	287
Número de agências em outros Estados	21	22
Total de agências	307	309
Número de agências pioneiras	50	45
Total de postos esp. de prestação de serviços	57	58
Total de caixas avançadas instalados	02	09
Total de postos avançados dc crédito rural	09	09
Total de municípios do Paraná	310	310
Municípios atendidos pelo Banco no Paraná	249	249

FONTE: DESEC/BANESTADO

Estão incluídas duas novas agências, uma na capital e a outra em Cuiabá (MS), cujas autorizações datam de 1982.

Atento ao aspecto de que a grande maioria das agências no Interior — de pequeno porte e cujo surgimento deveu-se à necessidade de suporte a programas de desenvolvimento do Governo Estadual — operam em condições financeiras desfavoráveis, o BANESTADO executa o Projeto Piloto de Microagência, com vistas à manutenção ou recuperação do equilíbrio das mesmas.

* AS APLICAÇÕES — Dada a constatação da efetiva necessidade de revisões nos direcionamentos dos recursos, no sentido de que a canalização dos mesmos deva induzir a esforços de expansão realmente regional, o Banco norteou, no período, suas aplicabilidades na busca da coerência com tais metas.

Neste sentido, o apoio creditício demonstrou saldo de empréstimos totais no montante de Cr$ 403,2 bilhões — 168% a mais em relação ao período anterior, ou seja, incremento nominal de Cr$ 252,5 bilhões. O esforço adicional, não obstante às restrições de mercado, encontra-se detalhado nos itens que seguem.

* CRÉDITO RURAL — O setor primário, cujo desempenho gera um processo encadeado de impactos aos demais setores, tendo em vista a estrutura da economia do Estado, obteve, com as ações do período, substancial crescimento de 231%, o que adicionou Cr$ 31,2 bilhões em relação ao exercício anterior. O saldo desta modalidade de crédito, portanto, totalizou Cr$ 44,7 bilhões.

Esta cifra reporta-se a 26.176 contratos, dos quais Cr$ 40,6 bilhões destinados à agricultura e o restante à pecuária.

Concretamente, o acesso creditício aos mini e pequenos produtores rurais foi da ordem de 74% dos recursos alocados ao setor, em consonância com as diretrizes governamentais que preconizam a ênfase no atendimento preferencial, com a finalidade de fomentar a produção local. Desta forma, 91% constituiu crédito dirigido ao custeio e investimento.

De acordo com a estratégia de redirecionamento, as ações constantes das metas traçadas pelo Banco priorizam o setor primário, dada sua importância no contexto produtivo.

* CRÉDITO AOS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO — A indústria absorveu, no período, Cr$ 37,7 bilhões, crescendo nominalmente 130% — Cr$ 21,3 bilhões, em relação a 1982. As ações neste setor fundamentam diretrizes globais adotadas pela gestão, no sentido da necessidade emergencial do fortalecimento das pequenas e médias unidades produtivas, atra-

vés da intermediação financeira e do uso do crédito como indutor e multiplicador do desenvolvimento local.

Do total direcionado ao setor privado, o setor secundário, conforme exposto, foi priorizado. Ao comércio destinaram-se Cr$ 12,8 bilhões e ao consumidor Cr$ 11,6 bilhões.

* OPERAÇÕES ESPECIAIS — Compõem o elenco de operações creditícias de caráter especial aquelas voltadas às áreas carenciais ou objeto de política de âmbito geral, cuja intermediação financeira realizada pelo BANESTADO aponta os resultados seguintes:

— O Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), cujo objetivo é o financiamento a obras de saneamento básico, implementado com recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH), foi objeto de contratos, em 1983, no montante de Cr$ 10,3 bilhões, distribuídos a 13 municípios paranaenses,. conforme tabela abaixo:

PLANASA — CONTRATOS — 1983

		Em Cr$ milhões
Curitiba	Cr$	5.026,6
Maringá	Cr$	308,2
Nova Londrina	Cr$	10,7
Medianeira	Cr$	270,5
Londrina	Cr$	368,6
Altônia	Cr$	200,5
Andirá	Cr$	259,5
Ivaiporã	Cr$	1.769,2
Nova Esperança	Cr$	162,2
Colombo	Cr$	589,7
Adrianópolis	Cr$	513,1
Mandaguari	Cr$	412,8
Paranavaí	Cr$	421,7
TOTAL	Cr$	10.313,3

FONTE: BANESTADO S/A

— O Projeto CURA, destinado a melhorias urbanas, teve renovados convênios, no período, da ordem de Cr$ 9,1 bilhões, com 4 prefeituras, bem como envolveu a aplicação de Cr$ 532,1 milhões no Município de Araucária.

— O FINAME, na área do apoio às indústrias nacionais de pequeno e médio porte, financiando a aquisição de máquinas e equipamentos, demonstrou significativo valor de repasses no período, cujo saldo distribuído pelas 18 regionais do Banco alcançou Cr$ 2,9 bilhões — 333% a mais que no exercício passado.

— Mais especificamente às micro, pequenas e médias empresas, o saldo das aplicações no final do período atingiu Cr$ 5,2 bilhões — canalizados através da Resolução n.º 695 do Banco Central e destinados à viabilização do giro financeiro. O crescimento pequeno em relação ao período anterior — 68% — justifica-se em função dos recursos, em sua origem, configurarem percentual do Recolhimento Compulsório, portanto recursos próprios, cujo crescimento não correspondeu às expectativas.

— Dentro do programa de financiamento à produção para exportação, destinado a suprir recursos às empresas produtoras, abrangendo setores e produtos indicados pelo Conselho Monetário Nacional, normatizado pela Resolução n.º 674 do Banco Central, o BANESTADO registrou, em 1983, volume de empréstimos equivalente a Cr$ 6,7 bilhões, o que configura insignificante crescimento em relação ao ano anterior, devido às restrições para captação de recursos no mercado internacional.

— Através da Resolução n.º 643 do Banco Central, cuja faixa de crédito destina-se a oferecer suporte financeiro para a realização de operações de crédito com empresas comerciais exportadoras nacionais, foram negociados empréstimos que atingiram no período Cr$ 1,5 bilhão, crescendo 433% em relação a 1982.

— O sistema de financiamento para aquisição de materiais de construção de habitações em geral — RECON — que possibilita a redução do custo, pela compra à vista, dirigido a pessoas físicas, apontou, no final de 1983, saldo de Cr$ 3,1 bilhões. O pequeno incremento — 133% — deveu-se ao desestímulo causado pelos altos custos financeiros de mercado.

— O Programa de Crédito Educativo — que apresentou pequena expansão no período, devido à curta carência e à baixa oferta de emprego, fatores que não induzem ao uso — finalizou com saldo de Cr$ 146,3 milhões.

— O FIDREN constitui-se num programa voltado a financiamentos de drenagens, visando ao controle de erosões e inundações. Mediante respectivos planos de aplicações das Prefeituras ao BNH, ocorre a intermediação financeira do BANESTADO. O programa apresentou saldo de Cr$ 6,4 bilhões.

— Ainda voltados às carências municipais, citam-se o FIPLAN, o FINC/FIEG e o FINEC/FIEP, cujas siglas significam: o financiamento a projetos de planejamento urbano, os destinados à infra-estrutura dos conjuntos habitacionais e os financiamentos à execução de equipamentos comunitários. A posição final da movimentação financeira ficou em Cr$ 575,0 milhões, Cr$ 18,1 bilhões e Cr$ 6,1 bilhões, respectivamente.

— A linha de crédito voltada à Cidade Industrial de Curitiba (CIC), com a finalidade de viabilizar recursos para desapropriações na área industrial, existe através do programa RD-01/76, com recursos do BNH, cujo saldo totalizou Cr$ 1,4 bilhão em 1983.

* OPERAÇÕES COM O EXTERIOR — O crédito relacionado às operações de câmbio, ou, especificamente, os adiantamentos concedidos às exportações — apresentaram-se baixos no período — Cr$ 15,0 bilhões, expandindo-se apenas 76%, tendo em vista os entraves no âmbito internacional, acrescidos dos problemas de caixa enfrentados pelo Banco.

Os financiamentos à importação decresceram em função de regulamentações federais restritivas.

As operações relativas à Resolução n.º 63 do Banco Central, a qual faculta aos bancos comerciais autorizados a operar em câmbio a contratação direta de empréstimos externos, destinados a empresas no País, registraram 214 renovações em 1983, acrescidas de 79 novas contratações, o que corresponde a um volume movimentado de Cr$ 20,9 bilhões.

BANESTADO S/A

APLICAÇÕES TOTAIS
QUADRO RESUMO — 1983

Em Cr$ milhões

Setores	**Posição Final**
Agropecuária	44.659
Indústria	37.741
Comércio	12.811
Outras atividades	24.155
Pessoas físicas	11.551
Operações especiais	251.265
Demais operações ao setor público	14.990
Adiantamentos a depositantes	75
Desconto de títulos	5.942
Aplicações totais	403.189

FONTE: BANESTADO S/A

* EXECUÇÃO FINANCEIRA

BANESTADO S/A
INDICADORES

		Em Cr$ milhões	
Discriminação	**1982**	**1983**	**%**
Capital social	11.128	19.931	79
Patrimônio líquido	23.012	26.333	14
Depósitos totais	51.088	119.752	134
Empréstimos totais	150.656	403.189	168
Financiamentos rurais	13.474	44.659	231
Financiamentos à exportação	8.562	15.044	76
Financiamentos à importação	289	196	(32)

FONTE: BANESTADO S/A

Os aspectos conjunturais, cujos reflexos no âmbito financeiro em geral foram desestabilizadores, determinaram reversão de expectativas quanto ao volume das captações, dificultando-as.

Desta forma, a postura adotada pelo Banco foi no sentido de processar a continuidade dos programas, desenvolvendo esforços em direção ao equilíbrio e à recuperação financeira. Foi o seguinte o resultado da execução financeira durante o ano de 1983:

BANESTADO S/A
EXECUÇÃO FINANCEIRA — 1983

		Em Cr$ milhões
1.º SEMESTRE		
RECEITA		79.815
Operacional	79.724	
Não Operacional	91	
DESPESA		92.702
Operacional	92.655	
Não operacional	47	
Correção Monetária		1.196
RESULTADO — 1.º Semestre — (Prejuízo) —		(11.691)
2.º SEMESTRE		
RECEITA		159.944
Operacional	159.765	
Não operacional	179	
DESPESA		174.458
Operacional	174.391	
Não Operacional	67	
Correção Monetária		3.941
RESULTADO — 2.º Semestre — (Prejuízo) —		(10.573)
RESULTADO DO EXERCÍCIO — (Prejuízo)		(22.264)

FONTE: BANESTADO S/A

O resultado financeiro, apurado no 1.º semestre, desfavorável, deriva entre outros fatores, da provisão constituída no final do semestre em "Créditos de liquidação duvidosa" — Cr$ 11,9 bilhões. Este procedimento fez-se necessário, tendo em vista que os créditos inscritos nesta modalidade contábil, consistem, de acordo com critério do Banco Central, àqueles inadimplentes e com insuficiência das garantias que lastreiam as operações.

No segundo semestre, o BANESTADO fez nova provisão, no valor de Cr$ 5,8 bilhões e o resultado final seria, após corrigido monetariamente, um lucro de Cr$ 2,5 bilhões. Entretanto, o Banco Central, em 22/02/84, determinou que créditos no montante de Cr$ 13,1 bilhões, responsabilidades de três grandes grupos do Paraná e outro de São Paulo, deveriam também, receber o tratamento de "créditos de liquidação duvidosa" a ser feita a provisão respectiva.

Desta forma,o valor do aprovisionamento aumentou para Cr$ 18,9 bilhões e o BANESTADO encerrou o 2.º semestre, com prejuízo de Cr$ 10,6 bilhões. Os créditos em questão serão recuperados e, na oportunidade de seu resgate, virão constituir receitas do exercício.

Cabe comentar, ainda, que as operações ora inscritas em "Créditos em liquidação", foram deferidas no decorrer de exercícios anteriores a 1983.

Embora os críticos problemas de caixa enfrentados no decorrer do período, constatou-se expansão dos setores enfatizados nas diretrizes globais. A agressividade mercadológica deu lugar a medidas de saneamento, a fim de possibilitar de forma oportuna a retomada, quando do total equacionamento da crise financeira.

DEMAIS ATIVIDADES DO CONGLOMERADO

* CRÉDITO IMOBILIÁRIO — A atuação da empresa, no apoio creditício à aquisição da casa própria, no decorrer do período, resultou no atendimento à demanda, em 1.063 unidades habitacionais entregues a mutuários finais. Foram efetuadas contratações com 42 empresas da construção civil para a produção de 1.648 unidades.

A empresa apresentou, no final do período, 2.990 unidades em produção, 644 delas de cooperativados. As captações de poupança, em 1983, alcançaram saldo da ordem de Cr$ 151,3 bilhões, crescimento de 242% totalizando 587.195 investidores.

Resultante do desenvolvimento, verificou-se a elevação do capital, mediante incorporação de reservas, para Cr$ 3,6 bilhões, atingindo seu patrimônio o montante de Cr$ 13,0 bilhões.

BANESTADO — CRÉDITO IMOBILIÁRIO
EXECUÇÃO FINANCEIRA — POSIÇÃO FINAL — 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	**1982**	**1983**	**Varição %**
Capital	1976	3.587	82
Patrimônio líquido	5.053	13.189	161
Depósitos de poupança	44.221	151.282	242
Letras imobiliárias	699	1.650	136
Recursos do BNH	15.499	38.436	148
Aplicações imobiliárias	58.399	149.912	157
Receita	42.078	141.473	236
Despesa	38.404	140.632	266
Lucro	3.674	840	(77)

FONTE: BANESTADO S/A — Crédito Imobiliário

Os lucros da empresa diminuíram no período, em face do crescimento das despesas devido às determinações governamentais relativas a mudanças na sistemática de remuneração dos depósitos de poupança.

* LEASING — Embora constate-se pequena expansão quantitativa no número de contratos, evoluindo de 2.016 para 2.152 em 1983, a posição financeira apresentou decréscimo em função da retração do mercado.

O montante dos arrendamentos no período, distribuído setorialmente, totalizou Cr$ 1,3 bilhão.

BANESTADO LEASING S/A
ARRENDAMENTO MERCANTIL — 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	**Valor**
Serviços	750
Indústria	159
Comércio	324
Prefeitura	18
Outros	35
TOTAL	1.286

FONTE: BANESTADO LEASING

O resultado financeiro global desfavorável é conseqüência de dois fatores principais: a adoção de medidas restritivas de gastos pelos setores produtivos em todos os níveis e a grande expansão das despesas, em virtude dos reflexos da valorização do dólar, levando em conta que muitas operações da empresa são com correção cambial. Não houve contrapartida do crescimento interno da receita nos patamares esperados.

BANESTADO LEASING
EXECUÇÃO FINANCEIRA — POSIÇÃO FINAL — 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	**1982**	**1983**	**Variação %**
Capital	264	469	78
Patrimônio líquido	679	1.356	99
Arrendamentos a receber	7.568	14.699	94
Receita	3.324	11.090	234
Despesa	2.837	12.352	335
Lucro	487	(1.263)	(259)

FONTE: BANESTADO LEASING S/A

BANESTADO LEASING
TIPOS DE BENS ARRENDADOS — 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	**Valor**
Equipamentos em geral	1.068
Veículos	218
Total	1.286

FONTE: BANESTADO LEASING S/A

* CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS — As operações realizadas em 1983, incluindo os financiamentos concedidos às Prefeituras, totalizaram Cr$ 26,3 bilhões, disseminados nas 18 Gerências Regionais, representando 106% de expansão, conforme segue:

BANESTADO S/A — CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS GERÊNCIAS REGIONAIS — RELAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS REALIZADOS

Em Cr$ milhões

Discriminação	**1982**	**1983**
Apucarana	326	1.050
Campo Mourão	964	1.259
Cascavel	890	2.083
Cornélio Procópio	356	1.179
Curitiba — Leste	777	1.833
Curitiba — Oeste	903	2.050
Francisco Beltrão	741	1.276
Jacarezinho	406	1.104
Londrina	499	1.163
Maringá	575	1.619
Paranavaí	438	1.517
Pato Branco	343	730
Ponta Grossa	1.933	1.954
Porto Alegre	177	394
Rio de Janeiro	59	231
São Paulo	267	493
Toledo	714	1.775
Umuarama	731	2.269
Balcão	1.536	2.067
Prefeituras	147	230
TOTAL	12.782	26.326

FONTE: BANESTADO S/A — Crédito, Financiamento e Investimentos

BANESTADO — CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS
EXECUÇÃO FINANCEIRA — POSIÇÃO FINAL — 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	1982	1983	Variação %
Capital	650	1.530	135
Patrimônio Líquido	1.596	4.220	164
Refinanciamentos e Repasses	298	97	(67)
Títulos Cambiais	7.712	14.039	82
Financiamentos	7.035	13.172	87
Receitas	5.244	11.107	112
Despesas	4.732	10.823	129
Lucros	511	284	(44)

FONTE: BANESTADO S/A Crédito, Financiamento e Investimentos

O decréscimo no resultado financeiro da empresa esteve, pela própria natureza dos negócios, em estreita dependência do desempenho econômico-financeiro global do sistema, cujo comportamento levou à necessidade de elevação das taxas de remuneração, com o objetivo de fazer face à concorrência e efetivamente gerar captação de recursos; fator, que, no período, afetou sensivelmente a rentabilidade.

• ASSISTÊNCIA — A BANESTADO CLUBE S/C, cujos objetivos vinculam-se a atividades de caráter assistencial, mediante concessão de auxílios a diferentes entidades, destinou contribuições, no período, no montante de Cr$ 64,3 milhões.

BANESTADO CLUBE S/C
ASSISTÊNCIA — 1983

Em Cr$ mil

Áreas	N.º de Donativos	Valor
Assistencial	130	39.546
Educacional	22	13.970
Cultural	34	8.489
Esportivo	10	2.270
TOTAL	196	64.275

FONTE: BANESTADO Clube S/C

BANESTADO CLUBE S/C
EXECUÇÃO FINANCEIRA — POSIÇÃO FINAL — 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	1982	1983	Variação %
Donativos assistenciais	35	39	11
Donativos educacionais	2	14	600
Donativos culturais	25	8	(68)
Donativos esportivos	9	2	(78)
TOTAL	72	64	(11)
Fundo social	100	100	0
Patrimônio Líquido	29	59	103
Receita	123	263	114
Despesa	93	111	19
Saldo	30	152	407

FONTE: BANESTADO Clube S/C

O resultado financeiro favorável da empresa deve-se à origem dos recursos, provenientes de seguros, cujo desempenho foi satisfatório.

Dentro da política global de saneamento do Conglomerado BANESTADO, moderou-se na concessão de benefícios, atendendo-se apenas os casos mais relevantes.

* REFLORESTAMENTO — A BANESTADO S/A Reflorestadora, a partir da absorção dos recursos dos incentivos fiscais do Conglomerado, opera ajustando suas atividades à regularização, manutenção e operação de suas florestas e auxiliando a melhor implementação dos programas do setor no Estado. A Empresa já gerenciou o plantio de cerca de 100 milhões de árvores em nove anos. A qualidade e a densidade das florestas no Estado são fatores para os quais dirigem-se as ações da empresa.

O apoio aos programas no setor florestal resultou no plantio de 1.389 ha a mais em florestas, incrementando 3,5 milhões de árvores em reservas paranaenses, tendo canalizado recursos federais para o Estado da ordem de Cr$ 729,2 milhões.

Em atenção ao proprietário rural, a empresa incentivou a produção de cerca de 2 milhões de mudas, de 500 espécies diferentes, no Viveiro Permanente da Região Metropolitana.

BANESTADO S/A — REFLORESTADORA
PROJETOS DE REFLORESTAMENTOS

Discriminação	1982	1983
Áreas reflorestadas no exercício (ha)	3.000	1.389
Áreas reflorestadas acumuladas (ha)	32.833	34.222
Árvores plantadas no exercício (milhar)	—	7.500
Árvores plantadas acumuladas (milhar)	100.905	104.405

FONTE: BANESTADO S/A Reflorestadora

Em 1982, o BANESTADO entrou com carta-consulta à FISET, para serem executados em 1983 reflorestamentos de 4.000 ha, sendo 3.000 ha para **pinus elliottii** ou **taeda** e 1.000 ha para **eucalyptus viminalis**, dos quais foram aprovados apenas 1.250 ha (4 projetos) em execução. Em 1983, entrou com carta-consulta para mais 4.000 ha (pinus), visando à execução em 1984, a ser aprovada até o final de março.

BANESTADO S/A — REFLORESTADORA
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Discriminação	Hectares	Alqueires
Reflorestamentos implantados	34.222,0	14.141,3
Área de preservação permanente	8.887,4	3.672,5
Agricultura e pecuária	450,0	185,9
Reserva para reflorestamento — 1984	2.226,4	920,0
TOTAL	45.785,8	18.919,7

FONTE: BANESTADO S/A Reflorestadora

BANESTADO S/A — REFLORESTADORA
EXECUÇÃO FINANCEIRA — POSIÇÃO FINAL — 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	1982	1983	Variação
Capital	411	796	94
Patrimônio líquido	691	941	36
Receita	760	1.699	124
Despesa	887	2.092	136
Prejuízo	(127)	(393)	209

FONTE: BANESTADO S/A Reflorestadora

A rentabilidade dos projetos implantados na área específica configura investimentos de longo prazo e envolve captação de recursos de fundos federais, bem como autorizações do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) para expansão dos já existentes. Tais fatores afetam os resultados no sentido de que as expectativas de lucro levam em conta os problemas inerentes à atividade.

* CÂMBIO — A posição financeira da BANESTADO S/A — Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários apresentou-se altamente satisfatório no período, considerando que incorpora operações pouco suscetíveis a reflexos financeiros predatórios do mercado. Seu desempenho pode ser medido pelos indicadores, conforme segue:

— O capital social passou, no período, de Cr$ 1,1 bilhão, para Cr$ 6,2 bilhões, aumentando 482%;
— O Patrimônio Líquido cresceu 357%, passando de Cr$ 2,2 bilhões para Cr$ 9,9 bilhões;
— A Carteira (estoque) de Títulos e Valores Mobiliários atingiu Cr$ 11,4 bilhões, apresentando um crescimento de 392%;
— As Receitas totalizaram Cr$ 12,1 bilhões, e as Despesas Cr$ 7,0 bilhões, com um aumento de 320% e 422%, respectivamente;
— O Resultado Operacional do Exercício, antes da Correção Monetária e da Provisão do Imposto de Renda, foi de Cr$ 5,1 bilhões, representando um crescimento de 228% em relação a 1982.

A BANESTADO S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários mantém financeiramente a BANESTADO Corretora de Mercadorias Ltda., entidade que iniciou suas atividades em agosto de 1982, e tem como objetivo social, corretagem de mercadorias, notadamente de cereais e produtos agrícolas e industriais junto à Bolsa de Mercadorias do Paraná, bem como representação comercial por conta de terceiros, de empresas do Exterior compradoras e vendedoras de mercadorias, e ainda, estabelece relações comerciais com agentes ou representantes do Exterior e do País, para colocação de mercadorias e produtos.

A execução da empresa está detalhada abaixo:

BANESTADO CORRETORA DE MERCADORIAS LTDA.
EXECUÇÃO FINANCEIRA — POSIÇÃO FINAL — 1983

Em Cr$ mil

Discriminação	**1982**	**1983**	**Variação %**
Capital	1.500	1.500	0
Patrimônio líquido	4.105	12.849	213
Receitas	4.007	15.614	290
Despesas	937	12.049	1.186
Lucro	3.070	3.565	16

FONTE: BANESTADO Corretora de Mercadorias Ltda.

* SEGUROS — A BANESTADO S/A — Corretora de Seguros, apresentou o seguinte desempenho em 1983:

— A movimentação financeira cresceu em 177%, atingindo a casa dos Cr$ 892,7 milhões, dos quais Cr$ 280,0 milhões despendidos no pagamento de prepostos.
— Seu Patrimônio Líquido cresceu 223%, passando a Cr$ 333,3 milhões; o Ativo Circulante cresceu 164%, passando a Cr$ 435,4 milhões.
— As Receitas Técnicas expandiram-se 161% (Cr$ 670,7 milhões) e as financeiras, 226% (Cr$ 211,9 milhões).
— O resultado financeiro da execução no ano totalizou Cr$ 121,4 milhões, com acréscimo de 134%.
— Foram pagos dividendos no montante de Cr$ 65,8 milhões.

* PROCESSAMENTO DE DADOS — A BANESTADO S/A — Processamento de Dados e Serviços, fundada em 1971 com o objetivo de desempenhar funções logísticas ao Conglomerado Financeiro Banestado, surge atualmente como um dos mais avançados centros de processamento de dados e microfilmagem do País.

A organização, com intuito de proporcionar melhores condições funcionais às empresas integrantes do Conglomerado, desenvolveu no período um direcionamento de suas atividades em busca de uma atualização tecnológica, concretizada com a conclusão do sistema de Agência **On Line**, já em fase inicial de implantação, com sua agência piloto em funcionamento no Centro Administrativo de Santa Cândida.

A organização estende hoje seus serviços de microfilmagem à toda a rede do Conglomerado, atuando em duas modalidades de microfilmagem, através do Sistema Convencional e pelo moderno sistema C.O.M. — **Computer Microfilm**, atingindo uma média mensal de 17.000.000 fotogramas.

Na área de prestação de serviços gerais ao Conglomerado, através de pessoal colocado à sua disposição, esta empresa, não teve no período grandes alterações. Trata-se de mão-de-obra diversificada, abrangendo profissionais das áreas de conservação, manutenção, vigilância e marcenaria. Estes serviços são estendidos à quase totalidade do Conglomerado, atingindo cerca de 322 unidades, com um quadro de 752 funcionários.

BANESTADO S/A — PROCESSAMENTO DE DADOS E SERVIÇOS
EXECUÇÃO FINANCEIRA — POSIÇÃO FINAL — 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	**1982**	**1983**	**Variação %**
Capital	535	1.058	98
Patrimônio líquido	1.313	3.823	191
Receita	4.382	11.720	167
Despesa	3.694	11.088	200
Lucro	688	632	(8,1)

FONTE: BANESTADO S/A — Processamento de Dados e Serviços

* BANCO DEL PARANÁ — A Instituição Financeira Banco Del Paraná S/A, fruto da associação de capitais brasileiros representados pelo acionista majoritário Banco do Estado do Paraná S/A e capitais privados de acionistas paraguaios, contava, ao final de 1983, com um capital realizado de Cr$ 4,7 bilhões. Ao primeiro grupo correspondeu 73,96%, enquanto que ao minoritário, 26,04%.

Os primeiros trabalhos de que se ocupou a gestão diretiva atual do Banco Del Paraná S/A foram os de realizar os levantamentos indispensáveis ao conhecimento pleno de sua situação assim como de estabelecer procedimentos de efetiva vinculação com o Banco controlador.

Mereceram destaque especial o exame da situação de caixa do Banco, hoje equilibrada, a evolução crescente dos créditos em liquidação, resultantes de operações anteriores cuja recuperação tem sido colocada como tema prioritário; o aumento de rentabilidade em termos compatíveis com as necessidades, sem embargo das limitações impostas pelas autoridades monetárias paraguaias; o equilíbrio dos haveres e compromissos em dólares, da área internacional; o aumento dos depósitos como matéria-prima essencial à geração de resultados positivos, e a concessão de crédito, pautada em comportamento conservador.

A presente gestão tem exercido permanente supervisão sobre as atividades do Banco controlador, seja através de sua presença constante na sede da Instituição, em Assunção, seja por via das freqüentes reuniões que se estabelecem com gerentes das sucursais e agências, com a finalidade específica de manter a uniformidade de políticas.

O Banco Del Paraná possui dez agências no Paraguai.

BANCO DEL PARANÁ S/A
EXECUÇÃO FINANCEIRA — POSIÇÃO FINAL — 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	1982	1983	Variação %
Capital	1.137	4.714	314
Patrimônio líquido	1.676	5.014	199
Depósitos	6.604	23.769	260
Empréstimos	4.781	18.611	289
Receita	1.273	4.207	230
Despesa	1.137	4.306	279
Lucro	136	(99)	(173)

FONTE: BANESTADO S/A

O sucesso de suas atividades no futuro depende, quase que exclusivamente, da **performance** da economia paraguaia. Esta não se apresenta em situação que permita ousar grandes iniciativas, pois defronta-se com dificuldades internas e externas que se traduzem diretamente no desempenho econômico como um todo, e nas instituições financeiras em particular. De todo modo, o comportamento conservador que deve ser adotado por parte do Banco e a credibilidade dos prenúncios da excelente safra agrícola tendem a oferecer boas condições para o mercado em que atuam os Bancos.

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

A reorganização interna pautou-se pela utilização de critérios de racionalidade financeira, bem como pela canalização de investimentos e adaptações em agências municipais. A finalidade é aumentar a eficiência e operacionalidade, criando condições à execução de programas do Governo.

Neste contexto, deliberou-se extinguir doze das dezoito gerências regionais existentes. Foram, portanto, extintas as gerências de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba - Leste, Apucarana, Francisco Beltrão, Toledo, Jacarezinho, Cornélio Procópio, Pato Branco, Paranavaí, Campo Mourão e Umuarama.

Foram também extintos os cargos de diretor vice-presidente e de diretor para assuntos internacionais, totalizando na atualidade sete cargos diretivos.

A alteração na composição dos Conselhos das empresas do Conglomerado, permitindo-se participação de dois elementos afetos a outras áreas, não-funcionários, demonstra tendência de abertura da administração interna à comunidade.

No decorrer do período o Banco, implementando o desenvolvimento funcional, fez realizar 287 cursos de treinamento, voltados a 10.060 participantes.

CONGLOMERADO BANESTADO

Discriminação	**1982**	**1983**
Recursos humanos	8.952	8.856
Veículos	58	216

FONTE: BANESTADO S/A

3.8.2 BANCOS DE FOMENTO

O Governo procurou direcionar a ação dos seus bancos de fomento — o BADEP, onde é total o controle acionário do Estado, e o BRDE, cujo capital é dividido igualmente entre o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul — obedecendo às diretrizes prioritárias do Plano de Ação. A preocupação de gerar empregos e manter os existentes definiu as principais opções adotadas na seleção dos financiamentos concedidos ao setor privado da economia.

Deve ser destacado, contudo, que, tanto no campo da política social como da política econômica, são muito limitadas as possibilidades do Governo do Estado de adotar medidas capazes de influir na geração de empregos, com a abrangência e a profundidade necessárias para atender à demanda social existente.

Uma das estratégias propostas, no Plano de Ação, para viabilizar o aumento da oferta de empregos urbanos em número compatível com as necessidades da população é a intensificação do apoio creditício aos microempresários. Essa intenção foi traduzida em fatos no trabalho desenvolvido pelos dois bancos de desenvolvimento que, em conjunto, contrataram, em 1983, Cr$ 1,3 bilhão de financiamentos a custos privilegiados, beneficiando microempresas de todas as regiões do Estado. A escassez de recursos subsidiados — única fonte possível de financiamento para atender a esse tipo de entidade econômica — impediu, entretanto, uma atuação mais efetiva nesse setor.

Na área de médias e grandes empresas, existe, por parte do Estado, maior possibilidade de escolha na orientação dos financiamentos. Isto ocorre porque, apesar do quadro econômico financeiro extremamente difícil em que operam os bancos de fomento, há maior disponibilidade de recursos de várias origens — mesmo aos custos atuais do mercado financeiro — para apoiar projetos de grande repercussão na economia, principalmente do setor secundário.

Para esse porte de empresas foi possível privilegiar alguns ramos industriais que, no Paraná, têm elevado poder multiplicador, inclusive na indução de outras atividades econômicas. Essa característica lhes confere, também, uma maior capacidade de gerar empregos indiretos.

Este é o caso das indústrias de transformação que beneficiam matérias-primas abundantes no Estado, com destaque para as que compõem o complexo agroindustrial, considerado, no Plano de Ação, entre as atividades econômicas capazes de sustentar o modelo de desenvolvimento proposto para o Paraná. Sob essa ótica, os financiamentos contratados em 1983 pelo

BADEP e pela Agência do BRDE no Paraná estão perfeitamente coerentes com as diretrizes traçadas. Do total de Cr$ 135,3 bilhões, destinados ao setor privado da economia, Cr$ 89,1 bilhões, representando 65,8%, foram alocados aos ramos industriais de produtos alimentícios (Cr$ 16,8 bilhões) papel e papelão (Cr$ 25,8 bilhões) PROÁLCOOL (Cr$ 34,5 bilhões) e madeira (Cr$ 12,0 bilhões).

A análise dos números que retratam a ação financiadora do BADEP e da Agência do BRDE no Paraná, no exercício de 1983, confirmam o ajustamento das propostas do Governo às realidades do Estado, no que se refere ao fomento às atividades econômicas. No momento mais agudo da crise econômica que penaliza a Nação, quando quase todos os indicadores comprovam um processo recessivo em acelerada marcha e revelam uma tendência generalizada de inibição dos investimentos produtivos, principalmente no setor industrial, o Paraná mostra sinais alentadores mesmo que moderados, no sentido contrário. Dos financiamentos do BADEP ao setor secundário, em 1980, 47% destinavam-se a inversões fixas. Essa proporção caiu, nos dois anos seguintes, até chegar a 33% em 1982. Em 1983 a parcela destinada às inversões fixas voltaram a representar 47% do total. Os dados do BRDE acusam o mesmo fenômeno: de 49% em 1980 a relação entre inversões fixas e o total dos financiamentos contratados caiu para 21% em 1982, voltando, em 1983, a representar 56% contra 44% da soma de capital de giro mais saneamento financeiro. O quadro a seguir mostra, com maior clareza, a situação descrita.

BANCOS DE FOMENTO
FINANCIAMENTOS APROVADOS PARA O SETOR SECUNDARIO

Em valores correntes — Cr$ milhões

	BADEP				BRDE-PR			
Ano	Investimento Fixo	% sobre o total	Giro mais Saneamento Financeiro	% sobre o total	Investimento Fixo	% sobre o total	Giro mais Saneamento Financeiro	% sobre o total
1980	1.376	47	1.565	53	1.548	49	1.556	51
1981	5.542	40	8.154	60	3.597	38	5.931	62
1982	6.830	33	13.769	66	2.268	21	8.316	79
1983	31.402	47	35.510	53	24.010	56	19.170	43

FONTE: BADEP-ASP; BRDE-PR / Gerência de Planejamento

O inter-relacionamento entre estes números e os anteriores — dos ramos industriais que receberam maior volume de financiamentos em 1983 — parece indicar que existe uma extraordinária potencialidade a ser explorada no quadro da economia paranaense. A força da agricultura, combina-

da com o incentivo governamental às atividades industriais de transformação dos seus produtos, pode dar ao Paraná as armas para sobreviver e até mesmo avançar, no cenário sombrio que serve de pano de fundo à conjuntura econômico-social que o País enfrenta. Ao aprofundar-se a ação do Governo na estratégia escolhida, de ampliar o apoio ao complexo agroindustrial incluindo entre os empreendimentos prioritários, além do processamento de matérias-primas agrícolas, a produção de insumos para a agricultura, a produção de máquinas, equipamentos, componentes e instalações para a agroindústria e atividades pecuárias, estar-se-á abrindo um caminho mais firme para assegurar relativa estabilidade ao crescimento da economia estadual a longo prazo. Deverá ser esse — como afirmado no Plano de Ação — o pivô para uma crescente flexibilidade e integração do parque industrial do Estado.

Merece destaque, também, a expressiva destinação de recursos dos bancos de desenvolvimento estaduais para o setor privado da economia, que absorveu 88% de todos os financiamentos contratados em 1983. Nesse apoio aos empreendimentos da iniciativa privada foi importante o esforço para ampliar a base industrial do Estado, com os financiamentos para inversões fixas, como também os aportes para capital de giro e saneamento financeiro de muitas empresas, com o objetivo de ajudá-las a suportar os efeitos da crise e, consequentemente, manter a produção e preservar os empregos. Do total dos contratos de financiamento assinados, 72% foram encaminhados ao setor secundário.

Esse privilegiamento ao setor industrial não significa diminuição do apoio do Governo à agricultura. Grande parte dos recursos destinados ao setor privado foi para financiar a construção ou expansão de unidades industriais de cooperativas agrícolas, principalmente dentro do programa PROÁLCOOL. Com esta finalidade o BADEP e a Agência do BRDE no Paraná concederam financiamentos para 7 cooperativas, totalizando Cr$ 34,5 bilhões e representando uma participação de 22% no total dos contratos assinados pelos dois bancos durante o ano.

O quadro a seguir oferece informações mais completas a respeito.

BANCOS DE FOMENTO
FINANCIAMENTOS CONTRATADOS SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADES

Em valores correntes — Cr$ milhões

Discriminação	1980	%	1981	%	1982	%	1983	%
Setor Privado	7.748	38	29.095	85	49.523	57	135.303	88
Primário	876	4	2.662	8	2.875	3	13.831	9
Secundário	6.046	30	23.246	68	31.951	37	110.132	72

Discriminação	1980	%	1981	%	1982	%	1983	%
Terciário	826	4	3.187	9	14.697	17	11.340	7
Setor Público	12.760	62	5.030	15	36.436	43	18.935	12
TOTAL	20.508	100	34.125	100	85.959	100	154.238	100

FONTE: BADEP-APL; BRDE-PR / Gerência de Planejamento

O BADEP concentrou esforços para consolidar-se como instituição financeira, condição essencial para prosseguir no seu papel de indutor de atividades econômicas, prioritárias para o desenvolvimento social. Para isso, algumas medidas essenciais foram adotadas. O Banco desenvolveu grande esforço para substituir operações de curto prazo por outras, com prazos mais compatíveis com a capacidade financeira das empresas financiadas.

Obteve-se, como resultado, o resgate líquido de Cr$ 22,1 bilhões de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) o que representou uma diminuição de 50% no saldo dessa carteira. Essa providência trouxe resultados compensadores, pois reverteu a posição negativa de Cr$ 7,6 bilhões do capital circulante, em 31.12.82, para Cr$ 17,7 bilhões positivos, ao final do exercício de 1983.

Procedeu-se, também, à depuração do ativo do Banco, mediante a apropriação de Cr$ 13,3 bilhões para créditos em liquidação, durante o exercício. Já no primeiro semestre foram provisionados, para esse fim, Cr$ 5,3 bilhões, o que contribuiu significativamente para o prejuízo apurado, no período, de Cr$ 6,4 bilhões. Ao encerrar-se o segundo semestre configurava-se uma situação de equilíbrio financeiro, com o prejuízo reduzido para Cr$ 112,7 milhões, apesar de terem sido apropriados, no semestre, mais Cr$ 8 bilhões para créditos em liquidação.

Atendendo às diretrizes do Governo, de contenção de gastos e austeridade na condução dos negócios públicos, o BADEP procedeu, a exemplo de outras empresas públicas estaduais, a uma reestruturação administrativa que resultou em diminuição de despesas da ordem de Cr$ 1,2 bilhão, em valores reais, relativamente ao exercício anterior.

Como ação de fomento merece destaque a orientação adotada pelo BADEP, em 1983, para:

— preservar o parque produtivo do Estado, provendo recursos para consolidação de empresas ameaçadas pela crise econômica, e impedindo, consequentemente, que mais paranaenses sejam vítimas do desemprego;
— direcionar maior volume de financiamentos para o complexo agroindustrial, contemplando principalmente as cooperativas agropecuárias, entidades que, pela sua própria natureza, completam e reforçam as ligações intersetoriais no interior do sistema econômico regional;

— atribuir especial atenção às médias, pequenas e microempresas, tanto pela grande rapidez com que respondem aos estímulos que recebem como pela capacidade de gerar empregos e distribuir, espacialmente, a atividade produtiva no Estado;
— fortalecer o movimento pioneiro de organização de empresas comunitárias que, com base na oferta de matérias-primas locais e demanda regional, estão surgindo a partir dos estudos realizados pelo Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná (CEAG/PR).

Dando cumprimento a esse roteiro, o BADEP contratou financiamentos e assumiu garantias, em 1983, no valor de Cr$ 85,0 bilhões. Desse total, o setor secundário absorveu Cr$ 66,9 bilhões, o terciário Cr$ 4,2 bilhões e o primário Cr$ 1,7 bilhão, recebendo, portanto, o setor privado, Cr$ 72,8 bilhões, ou 85,6% do total de financiamentos contratados pelo Banco no exercício. Os financiamentos para o setor público no total de Cr$ 12,2 bilhões destinaram-se à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFE DO PARANÁ), para cumprir plano de produção de sementes fiscalizadas para a safra 1983/84, ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER), para renovação de seu parque de máquinas e para diversos municípios. Entre as principais repercussões sociais dos projetos apoiados pelo BADEP, em 1983, destacam-se a geração de 4.353 novos empregos diretos e 17.000 indiretos e a viabilidade criada para novos investimentos no setor produtivo do Estado, em torno de Cr$ 166,2 bilhões, além do aumento previsto para a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

A consolidação de empresas já instaladas no Estado, uma das preocupações básicas enquanto perdura a crise econômica, teve um fator a mais, em 1983, para justificar o grande peso dos financiamentos para capital de giro e saneamento financeiro para o setor privado, que representaram 38,9% do total. As inundações provocadas pelas chuvas de outono-inverno ameaçaram paralizar grande número de empresas que tiveram instalações, equipamentos, matérias primas ou produtos acabados atingidos, com risco de desemprego para milhares de pessoas. Para minorar esses prejuízos, o Banco promoveu o reescalonamento de débitos de 254 empresas em 29 municípios, num total de Cr$ 1,7 bilhão e concedeu mais Cr$ 3,3 bilhões de financiamento para outras empresas, principalmente pequenas e micro, com recursos específicos da Caixa Econômica Federal e do programa BNDES/PROMICRO, a custos subsidiados. Ainda para a região atingida, foi assinado um convênio com o BNDES com interveniência da Secretaria do Planejamento, em dezembro, para aplicação de recursos do FINSOCIAL da ordem de Cr$ 4,0 bilhões, destinados a atender cerca de 2 mil famílias rurais. Estes recursos se destinam à aquisição de animais, máquinas e implementos agrícolas e à realização de melhorias e benfeitorias nas propriedades.

Merece destaque, no que se refere à consolidação do parque industrial do Estado, o início de recuperação de uma das grandes fábricas situadas na Cidade Industrial de Curitiba. A empresa Produtos Médicos do Paraná

S/A (PROMEPAR) fabricante de agulhas e seringas descartáveis, há muito tempo em situação precária — foi objeto, inclusive, de investigações por parte da Assembléia Legislativa do Estado — passou para o controle dô BADEP, via medidas judiciais, a fim de ser saneada financeiramente. Com isso, entre outros benefícios, como geração de impostos, preservaram-se 230 empregos e evitou-se a possibilidade de ser definitivamente desativada essa unidade industrial, ou transferida do Paraná para outro Estado.

O desenvolvimento das agroindústrias, que por suas características localizam-se quase sempre no interior, permite a utilização do grande potencial de investimentos das cooperativas, beneficiando tanto a produção urbana quanto a rural. Nas ações do BADEP para apoiar este setor, em 1983, destacam-se o financiamento para três novas usinas de álcool de propriedade de cooperativas de produtores da cana, cada uma com capacidade para produzir 150 mil litros/dia, no valor total de Cr$ 17,3 bilhões. Esses empreendimentos criarão 450 empregos diretos, e mais 2.100 indiretos, na lavoura de cana-de-açúcar e beneficiarão a Microrregião Homogênea de Umuarama.

O BADEP participou do consórcio de bancos que apoia a construção da unidade industrial da empresa Papéis de Imprensa S/A (PISA), em Jaguariaíva, tendo contratado em 1983 a prestação de fiança de US$ 14,0 milhões, além de financiamentos de Cr$ 8,2 bilhões com recursos da FINAME e Cr$ 233,7 milhões da FINEP/AUSC. Esse empreendimento proporcionará a criação de 500 empregos diretos e 2.500 indiretos. Ainda nesse ramo industrial, foi financiada a Companhia de Celulose e Papel do Paraná S/A (COCELPA), no valor total de Cr$ 7,5 bilhões, para ampliação da capacidade instalada de 65 para 200 toneladas/dia de celulose e papel kraft. Essa expansão prevê o acréscimo de 571 empregos diretos e 2.000 indiretos.

Merece referência, também, o financiamento para uma fábrica de gelatinas em Maringá, a Leiner Indústria e Comércio de Gelatinas Ltda., com capacidade de produção de 240 toneladas/mês de gelatinas para uso alimentício, farmacêutico e fotográfico. O financiamento, com recursos do Banco Central e do BADEP, totaliza Cr$ 2,2 bilhões. Serão criados 200 empregos diretos e 800 indiretos.

Embora não esteja incluído especificamente no ramo agroindustrial, merece ser citado, entre os financiamentos aprovados para apoiar a industrialização de produtos minerais paranaenses, o que foi concedido à Empresa de Mineração Ltda. (MATER), de Adrianópolis, que constrói uma unidade de lavra e beneficiamento de fluorita. A produção inicial, de 45 toneladas/ano, substituirá parte da importação nacional desse minério. Em 1983 o BADEP contratou com a MATER financiamentos da ordem de Cr$ 782,3 milhões, mais US$ 715,0 mil.

Para as microempresas, unidades econômicas que têm, de modo geral, estrutura simples, não exigem mão-de-obra especializada e destinam seus

produtos, basicamente, aos mercados consumidores locais, o BADEP intensificou seu apoio em 1983, principalmente dando maior agilidade à aplicação aos recursos do PROMICRO. Foram contratados financiamentos da ordem de Cr$ 1,3 bilhão e atendidas 603 microempresas, em 74 municípios. Em dezembro, foi assinado um convênio com o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná (CEAG/PR), no valor de Cr$ 10,0 milhões, para serem repassados a um grupo de artesãos ligados ao Programa Nosso, desenvolvido pela Cidade Industrial de Curitiba S/A (CIC), empresa da Prefeitura Municipal de Curitiba. Esses financiamentos têm custos subsidiados, com praticamente a metade das taxas de juros e correção monetária usuais do mercado.

No estímulo à organização das empresas comunitárias, destaca-se a ação do Banco não somente nos financiamentos concedidos como, principalmente, no apoio institucional. Em Toledo, onde esse movimento teve o primeiro grande impulso graças à iniciativa da comunidade local, o BADEP participou da criação do Instituto de Desenvolvimento Comunitário, que tem a finalidade de prestar assistência às empresas nos campos tecnológico e gerencial.

Merecem referência, ainda, os seguintes financiamentos do BADEP em 1983: Cr$ 700,0 milhões para expandir a produção de congeladores domésticos da Refrigeração Paraná S/A — a primeira indústria financiada pelo Banco, em 1962, na fase de instalação em Curitiba e, hoje, a maior fabricante de geladeiras do País — que será aumentada em 186 mil unidades/ano, com a criação de 233 empregos diretos, 1.000 indiretos e acréscimo de Cr$ 234 milhões anuais de ICM; Cr$ 235,4 milhões para o programa de expansão gradual da Siderúrgica Guaíra S/A, em Araucária; Cr$ 66,7 milhões para a indústria de Calçados Coronel Ltda. (INDUCEL), de Coronel Vivida, que vai gerar, naquela cidade do Sudoeste, mais 103 empregos diretos e cerca de 500 indiretos.

O desembolso efetivo do BADEP, em 1983, para atender aos compromissos assumidos nos contratos de financiamentos assinados com as empresas, totalizou Cr$ 42,6 bilhões. As fontes de recursos utilizadas pelo Banco para estes investimentos e inversões, mais despesas de custeio, pessoal e encargos, estão discriminadas a seguir:

BADEP — FONTES DE RECURSOS — 1983

Em valores correntes — Cr$ milhões

Discriminação	Valores	% sobre o total
Tesouro Estadual (FDE)	612	1,2
Convênio e Repasses		
— BNDES	9.829	19,7
— FINAME	5.383	10,8

Discriminação	Valores	% sobre o total
— BACEN	961	1,9
— Outras	2.194	4,4
Captação líquida no mercado interno (CDB)	3.402	6,8
Captação líquida no mercado estrangeiro (operações 63)	19.595	39,3
Arrecadação própria	7.911	15,9
TOTAL	49.887	100,0

FONTE: BADEP/DEF

A Agência do BRDE no Paraná também orientou sua atuação de acordo com as definições de prioridades do Plano de Ação do Governo, captando recursos e concedendo financiamentos de modo a atender às peculiaridades do empresariado estadual. Os financiamentos contratados, no ano, totalizaram Cr$ 69,2 bilhões. O setor secundário absorveu a maior parcela desses recursos, num total de Cr$ 43,2 bilhões, (62,5% do total); o setor terciário recebeu Cr$ 13,9 bilhões (20,0% do total) e o setor primário Cr$ 12,1 bilhões (17,5% do total).

Os financiamentos contratados pelo BRDE-PR deverão resultar em investimentos no setor produtivo da ordem de Cr$ 222,5 bilhões, distribuídos em 20 das 24 microrregiões homogêneas em que se divide o território do Estado. O compromisso com a interiorização está expresso no percentual financiado para empresas do interior, que é de 72,8%, enquanto que os recursos destinados à Região Metropolitana de Curitiba, representam 27,2% do total. Os efeitos sociais previstos nos projetos financiados indicam a criação de 4.431 novos empregos diretos, manutenção de 30.000 indiretos e um acréscimo de arrecadação de ICM da ordem de Cr$ 3,2 bilhões. Os financiamentos do BRDE para a Região Sul totalizaram Cr$ 286,4 bilhões. A Agência do Banco, no Paraná, aprovou financiamentos que representam 24,2% desse total, para fomento às atividades econômicas do Estado.

Os projetos pertinentes ao setor secundário e contratados pelo BRDE-PR, em 1983, somam Cr$ 43,2 bilhões, representando 62,5% do total de financiamentos e prestações de garantias firmadas pela Agência. Estes recursos foram repassados a 201 empresas, mediante 298 contratos de financiamentos. Há uma participação significativa de 56% em inversões fixas, registrando-se as proporções de 24% para capital de giro e 20% para saneamento financeiro. Merecem destaque os financiamentos contratados com cooperativas, que representaram 41,4% do total destinado a projetos industriais, e somaram Cr$ 18,5 milhões. Esses recursos foram destinados, em sua totalidade, para agroindústrias, confirmando a ação pioneira do BRDE-PR no incentivo a projetos integrados que, ao mesmo tempo, expandem o parque industrial e fortalecem as atividades da agricultura.

BRDE-PR — FINANCIAMENTOS E PRESTAÇAO DE GARANTIAS CONTRATADAS NO SETOR SECUNDARIO, SEGUNDO OS BENEFICIARIOS — 1983

Em valores correntes — Cr$ milhões

Beneficiários	N.º	Valor	%
Grandes empresas	12	8.825,2	20,4
Pequenas e médias empresas	93	15.666,1	36,3
Microempresas	80	269,3	0,6
Cooperativas	16	18.458,2	42,7
TOTAL	201	43.218,8	100,0

FONTE: BRDE-PR — Gerência de Planejamento.

As pequenas e médias empresas absorveram 36,3% dos financiamentos contratados para apoiar o setor industrial e 80 microempresas receberam, no exercício, recursos do programa específico BNDES/CEBRAE. Os projetos do setor secundário financiados geraram 4.171 novos empregos diretos e deverão propiciar um aumento de arrecadação de ICM da ordem de Cr$ 3,1 bilhões.

Entre os principais projetos agroindustriais apoiados em 1983, destacam-se:

— Construção de duas usinas produtoras de álcool carburante, de propriedade de cooperativas situadas em Campo Mourão e Porecatu, que somam financiamentos de Cr$ 13,7 bilhões, empreendimentos que resultarão em Cr$ 750,0 milhões de aumento anual de ICM e na criação de cerca de 220 empregos diretos. Outros Cr$ 3,5 bilhões foram destinados, como recursos adicionais, para a conclusão das obras de duas outras destilarias de álcool, de propriedade de cooperativas localizadas em Tapejara e no Vale do Pirapó. Estes financiamentos foram viabilizados com recursos do PROÁLCOOL.

— Ampliação das instalações da AGROMALTE, indústria produtora de malte cervejeiro localizada no Município de Guarapuava, para desenvolver pesquisa, fomento e produção de sementes de cevada cervejeira, proceder beneficiamento, tratamento fitossanitário e consequente armazenagem da cevada. O complexo industrial passará a ter a capacidade estática aumentada de 8 mil para 18 mil toneladas/ano. O financiamento total contratado foi de Cr$ 468,6 milhões.

— Expansão da capacidade instalada de refino de indústria produtora de açúcar granulado para exportação, com financiamento de Cr$ 462,8 milhões; instalação de uma unidade de beneficiamento de algodão e ampliação da capacidade de beneficiamento de cereais, com financiamento de Cr$ 139,6 milhões; instalação de fábrica de rações com capacidade para 10 toneladas/hora, com financiamento de Cr$ 118,0 milhões; expansão de indústria para produção de rações, beneficiamento de cereais e de leite, com financiamento de Cr$ 200,0 milhões; investimento para

peletização e ampliação da produção de rações, adequação e melhoria dos serviços de beneficiamento de cereais, com financiamento de Cr$ 340,0 milhões.

Além dos financiamentos para agroindústrias a Agência do BRDE no Paraná apoiou ainda outros empreendimentos do setor secundário, destacando-se: participação em um consórcio de bancos para financiar a construção de unidade industrial da empresa. Papéis de Imprensa S/A (PISA), no Município de Jaguariaíva, cabendo ao BRDE Cr$ 4,8 bilhões; construção de fábrica de madeira aglomerada no Município de Araucária, com financiamento de Cr$ 708,8 milhões; investimento misto, abrangendo investimentos fixos para ampliação da capacidade de embarque de produtos exportáveis de 600 t/h para 1.600 t/h e profundidade do cais para 10m, no terminal de embarque no Porto de Paranaguá, e giro para aumento da produção de óleo e farelo de soja em subsidiária, com financiamento total de Cr$ 439,6 milhões; construção de usina piloto para obtenção de óleos lubrificantes a partir de óleos vegetais, laboratório de controle de qualidade para farinha de soja desengordurada, para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos sucedâneos do leite, para laboratório de controle de qualidade na produção de sementes, com financiamento de Cr$ 39,0 milhões.

Ainda no setor industrial a Agência do BRDE no Paraná financiou 80 microempresas, com recursos do PROMICRO da ordem de Cr$ 255,9 milhões e destinou Cr$ 434,9 milhões para fortalecimento financeiro de empresas atingidas pelas enchentes que assolaram o Estado.

Os financiamentos e prestação de garantias do BRDE-PR ao setor terciário totalizaram Cr$ 13,9 milhões. Foram atendidas 147 empresas e a tendência predominante foi a utilização de recursos para capital de giro e saneamento financeiro. Trata-se de uma característica própria do setor, que demanda recursos para manutenção de estoques e financiamento de vendas ao consumidor.

BRDE-PR — FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADAS NO SETOR TERCIÁRIO, SEGUNDO OS BENEFICIÁRIOS 1983

Em valores correntes — Cr$ milhões

Beneficiários	N.º	Valor	%
Grandes empresas	6	1.495,6	10,8
Pequenas e médias empresas	61	5.447,6	39,3
Microempresas	78	198,8	1,4
Empresas públicas municipais, estaduais e federais	2	6.718,6	48,5
TOTAL	147	13.860,6	100,0

FONTE: BRDE-PR / Gerência de Planejamento

Destacam-se, entre os projetos beneficiados no setor, o apoio a 78 microempresas com recursos do PROMICRO, totalizando financiamentos da ordem de Cr$ 198,8 milhões para as empresas de grande, médio e pequeno portes. Os recursos utilizados foram em grande parte de origem nacional — 78,0% — e os 22,0% restantes captados no exterior, com base na Resolução 63. Para o setor público, 50% dos recursos destinaram-se à Itaipu Binacional, com repasses da FINAME.

Para o setor primário o BRDE-PR destinou em 1983 Cr$ 12,1 milhões, beneficiando 40 empresas no total com 72 contratos de financiamento. Dos empréstimos para esse setor, 76,6% tiveram origem na Circular n.º 761, do Banco Central, que tem a finalidade de garantir ao sistema cooperativo os recursos necessários para o saneamento financeiro dessas entidades. O BRDE-PR foi o maior agente nacional no repasse desses recursos e atendeu 21 cooperativas, entre singulares e centrais, representando 51.852 produtores rurais filiados. Com recursos do PROINVEST foram apoiados projetos de armazenagem, de 9 cooperativas agropecuárias, tanto para aumento da capacidade estática como para melhoria de instalações de unidades existentes. Nove produtores rurais isolados receberam financiamentos para aquisição de máquinas, equipamentos, armazenagem e infra-estrutura para pecuária leiteira. Entre os financiamentos para cooperativas, dois foram destinados à organização de patrulhas mecanizadas, com recursos do PROALCOOL RURAL, no valor de Cr$ 613,0 milhões. O quadro seguinte visualiza melhor as aplicações descritas.

BRDE-PR — FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÃO DE GARANTIAS CONTRATADAS NO SETOR PRIMÁRIO, SEGUNDO BENEFICIÁRIOS — 1983

Em valores correntes — Cr$ milhões

Beneficiários	Número de Empresas	Valor	%
Cooperativas	29	11.760,5	97,3
Empresas agrícolas	2	46,3	0,4
Produtores rurais	9	280,9	2,3
TOTAL	40	12.087,7	100,0

FONTE: BRDE-PR / Gerência de Planejamento

Para atender aos compromissos assumidos com os financiamentos concedidos, o BRDE desembolsou, em 1983, Cr$ 46,2 bilhões.

Além dos recursos provenientes de arrecadação própria e de aporte do Governo do Paraná (Tesouro do Estado), o BRDE contou com recursos de fontes federais, outros de origem externa (Resolução n.º 63) além dos resultantes da colocação de CDBs, no mercado nacional. O quadro a seguir discrimina a origem desses recursos.

BRDE-PR — RECURSOS CAPTADOS EM 1983

Em valores correntes — Cr$ milhões

Fontes	Valor	%
BACEN	1.472,2	3,3
BNDES	12.770,3	28,4
FINAME	9.743,3	21,7
BANCO DO BRASIL	11,7	—
EMBRATUR	32,5	0,1
FINEP	162,3	0,4
RES. 63	5.742,3	12,8
CEF	275,0	0,6
CIRC. 761	9.059,3	20,2
CDB	5.632,2	12,5
TOTAL	44.901,1	100,0

FONTE: BRDE-PR / Gerência de Planejamento

4. POLÍTICA INSTITUCIONAL

4.1 APRESENTAÇÃO

Sendo uma atividade-meio, a administração pública é um instrumento pelo qual se viabilizam as ações concretas do Governo, como agente responsável por transformações sócioeconômicas.

O Executivo, através da Governadoria, tem buscado estabelecer canais de comunicação com a sociedade civil. Neste sentido, criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), instância da qual participam os órgãos de classes e representantes de instituições diversas. Empossou, também, uma Comissão de Alto Nível com a finalidade de cadastrar e controlar a aplicação dos recursos e donativos às vítimas das inundações, na Operação Reconstrução. Atendendo a antiga aspiração do Legislativo e do Judiciário, realizaram-se entendimentos que culminaram com a definição de um percentual orçamentário para fazer frente às despesas destes dois Poderes.

O Governo considera que a informação correta e isenta dos atos governamentais constitui um dever e instrumento essencial de democratização, permitindo à população a participação, o acompanhamento e o controle da administração pública. Com base neste princípio foi exercida em todos os órgãos governamentais a atividade de comunicação social.

O planejamento, enquanto estratégia do atual Governo, engloba as ações de conhecer a realidade sócioeconômica paranaense e de organizar os recursos a serem utilizados, para alcançar determinadas metas. Estas, por sua vez, assentam-se nos princípios da democratização do poder, através da ampla participação popular e da austeridade, parcimônia e respeito pela coisa pública. O Sistema Estadual de Planejamento elaborou o Plano de Ação da atual gestão, visando orientar a ação dos diversos órgãos setoriais do Governo do Estado.

A formulação do Plano de Governo, inserido dentro dos objetivos centrais e indissociáveis da prática democrática e da melhoria das condições de vida dos paranaenses, buscou, através de um programa integrado de ações, destacar as transformações a serem operadas na sociedade.

Desta maneira, procurou adequar e reorientar os recursos públicos através da programação orçamentária, de acordo com os objetivos centrais do Plano de Ação.

Outra preocupação fundamental da política administrativa do Governo é a organização do aparelho de Estado, da forma mais racional possível, no sentido de gerenciar os recursos humanos e materiais, dentro dos princípios de simplicidade e austeridade.

Essa orientação administrativa, nos serviços gerais do Governo, traduziu-se em uma correta aplicação do dinheiro público e na conseqüente redução do desperdício, o que permitirá reorientar os recursos poupados para setores prioritários, como saúde, educação, habitação e outros.

Embora toda transição governamental exija ajustes no quadro de recursos humanos, evitaram-se quaisquer medidas revanchistas e de demissões em massa, por serem injustas e desnecessárias. Não se postergaram, entretanto, quando se mostrou o caso, medidas saneadoras na defesa do bom nome do quadro do funcionalismo público.

Cabe ressaltar algumas das medidas importantes e inovadoras do Governo, para com o funcionalismo: 13.° salário aos estatutários ativos e inativos; reajustes semestrais aos funcionários estatutários ativos e inativos; desachatamento das tabelas salariais, comprimidas há mais de 10 anos.

A política administrativa, sob o signo da democratização do poder, vem estimulando a presença de organizações comunitárias na discussão das prioridades, no encaminhamento dos problemas e dos projetos do Governo, como, também, abrindo espaço para o controle da comunidade sobre as atividades públicas. É bom ressaltar neste âmbito a realização de diversos encontros com entidades de classe (empresariais e de trabalhadores), bem como o apoio à realização do I Congresso dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

4.2 GOVERNADORIA

A Governadoria, no ano de 1983, buscou dar cumprimento às suas finalidades básicas, principalmente aquelas ligadas ao assessoramento direto à Chefia do Poder Executivo, à sua representação perante autoridades civis e parlamentares, imprensa, lideranças comunitárias e de classe, e a comunidade; as relacionadas com a elaboração e acompanhamento de atos normativos — como leis e decretos —, a segurança do Palácio do Governo e seus anexos e, por último, a divulgação das ações governamentais.

O atual Governo, imbuído de uma gestão democrática, criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no sentido de implantar um canal direto de comunicação com a sociedade civil, fazendo-se representar os diversos órgãos de classe, como também expoentes das diversas religiões no Estado e, finalmente, a OAB.

No decorrer do exercício, em função dos prejuízos causados pelas fortes chuvas, foi criada a Comissão de Alto Nível, em 26 de julho, sob a presidência do Governador, para opinar, coordenar esforços e acompanhar os trabalhos de reconstrução das áreas atingidas pelas inundações, em municípios declarados em "estado de calamidade pública" ou em "situação de emergência". Esta foi composta por representantes de instituições e segmentos da sociedade convidados pelo Governador do Estado, considerando-se sua participação não-remunerada; para sua operacionalização, foi criado também, no Gabinete do Governador, um Grupo Executivo composto por assessores diretos por ele indicados, para cadastrar as contribuições recebidas como auxílio às vítimas, controlar sua destinação, e também coordenar o atendimento das reivindicações oriundas dos municípios, junto aos órgãos governamentais. Em princípio seu prazo de duração seria de 90 dias, mas a Comissão viu-se obrigada a ampliá-lo em virtude do atraso na liberação dos recursos financeiros oriundos do Governo Federal.

Esta Comissão conseguiu integrar os órgãos afetos à operação de reconstrução, obtendo, desta forma, bons resultados no controle de recebimento e distribuição das mercadorias aos necessitados.

Cabe destacar, ainda, o harmonioso relacionamento existente entre os três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário. Anteriormente, o Judiciário e o Legislativo dependiam do Poder Executivo para os quantitativos de seus orçamentos. Foi, então, estabelecido um percentual do orçamento para cada Poder, que agora tem efetiva autonomia.

Foram as seguintes as ações desenvolvidas pelas diversas unidades da Governadoria, no exercício de 1983:

4.2.1 Casa Civil

A Casa Civil, além da assistência direta e imediata ao Governador no desempenho de suas funções, coordenou a ação político-administrativa do Governo, a administração geral do Palácio Iguaçu e das residências oficiais e supervisionou as atividades dos Escritórios de Representação do Estado em Brasília e no Rio de Janeiro.

Supervisionou, também, a concessão de subvenções sociais e transferências a municípios, nos seguintes montantes:

— Subvenções sociais: Cr$ 326,9 milhões;
— Transferências a municípios: Cr$ 90,9 milhões.

Foram concedidas 810 bolsas de estudos, subvencionadas 209 entidades privadas e atendidas 76 prefeituras.

A Casa Civil cumpre suas atividades, contando com o apoio operacional da Diretoria Geral e das Subchefias abaixo especificadas.

* SUBCHEFIA DO CERIMONAL — A Subchefia do Cerimonial coordenou as atividades oficiais, sociais e protocolares do Governo e o seu relacionamento com o corpo diplomático e consular.

  A presença constante do Cerimonial fez-se também sentir nas diversas etapas de interiorização do Governo do Estado, nas ações de discussão e análise do Plano de Ação Governamental, prestando a necessária assistência ao correto cumprimento da ordem de precedência e demais normas protocolares oficiais, além da supervisão para a adequação física das instalações.

  Esta ação estendeu-se também à assistência protocolar nos relacionamentos em níveis de Governo Federal e dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário dos Estados, em especial por ocasião de visitas de autoridades da República e de outras Unidades da Federação.

* SUBCHEFIA DE ASSUNTOS TÉCNICOS — A Subchefia de Assuntos Técnicos trata das matérias de natureza técnico-jurídica, legislativa e administrativa e realizou, através de suas divisões, os seguintes trabalhos:

  — Divisão Técnico-Jurídica — Instruiu 811 expedientes, entre decretos, convênios, contratos, termos aditivos e outros da esfera de sua competência.

— Divisão Técnico-Legislativa — Instruiu 1.448 expedientes, envolvendo elaboração de exposições de motivos e mensagens a serem encaminhadas à Assembléia Legislativa do Estado, preparo de projetos de lei para sanção, elaboração de razões de veto integral a projetos de lei, razões de veto parcial a projetos de lei, pareceres sobre constitucionalidade de projetos de lei e outros de ordem legislativa.
— Divisão Técnico-Administrativa — Instruiu 951 expedientes relacionados à área de pessoal, tais como aposentadorias (Tribunais de Justiça e de Contas, Procuradoria Geral da Justiça), promoção de oficiais superiores da Polícia Militar do Estado, bem como concessão de medalhas, ampliação de quadros de pessoal CLT, retificação de decretos, reajustes de remuneração de diretorias, nomeação e exoneração de juízes de paz, além da análise dos demais expedientes que exigiram apreciação jurídico-administrativa.

* SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS ESPECIAIS — A Subchefia para Assuntos Especiais presta assessoramento ao Governador e ao Chefe da Casa Civil em assuntos de natureza política, tendo desenvolvido as seguintes atividades:

— Atendimento ao Gabinete do Governador, por ocasião das audiências dos Deputados Federais e Estaduais;
— Organização e atualização de um complexo de dados de natureza social, cultural e histórica, concernentes aos municípios;
— Organização e atualização de dados de natureza política em níveis federal, estadual e municipal;
— Atendimento a Deputados, Prefeitos, Vereadores e outras autoridades,
— Elaboração de programas de viagens do Governador ao Interior do Estado;
— Confecção de mapas geopolíticos.

* SUBCHEFIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL — A Subchefia de Comunicação Social coordenou as atividades relativas à divulgação das ações governamentais e à criação de campanhas de participação comunitária, orientadoras, motivacionais e publicitárias do Governo, através dos diversos meios de comunicação.

A Comunicação Social envidou esforços no sentido de aperfeiçoamento do sistema de informações do Poder Executivo, dentro de uma diretriz de comunicação ideal, de alcance a todos os níveis de comunidade. Pelo serviço prestado à sociedade e, principalmente, considerando o fato de que a informação deve ser entendida mais como interesse da população do que do Governo, a Comunicação Social deu divulgação às medidas e práticas do Executivo, ao mesmo tempo em que ouvia as aspirações, os anseios, as reivindicações da comunidade, por ela interferindo nas decisões de Governo, orientando e sugerindo medidas para a

plena democratização do poder e com isso abrindo espaço para a maior participação de todos os seus segmentos.

A adoção da chamada mídia técnica possibilitou o maior alcance das campanhas desenvolvidas, muitas vezes regionalizadas para que fossem mais eficientes em suas mensagens.

A efetiva participação comunitária, a utilização racional dos meios de comunicação social, a gerência mais eficaz do orçamento destinado ao setor, somadas à utilização de novos instrumentais demonstram as mudanças efetuadas na orientação e estratégia da Comunicação Social.

Além das campanhas realizadas, das atividades de relações públicas, de pesquisa e documentação, merecem destaque as realizações abaixo especificadas, desenvolvidas no exercício:

— Expedição de boletins diários para 133 veículos de comunicação da Capital e do Interior;
— Transmissão do boletim diário — Correspondente Estadual — para 23 emissoras de rádio localizadas em municípios-pólos, no Interior do Estado;
— Divulgação diária, via telex, a 23 veículos de comunicação na Capital e no Interior, dos principais fatos ocorridos no Governo do Estado, totalizando 8.730 transmissões, no período.

* RÁDIO ESTADUAL DO PARANÁ — A Rádio Estadual do Paraná vem desenvolvendo uma programação voltada para o jornalismo e para a geração de programas educativos, culturais e de entretenimento.

O setor mais atuante, presentemente, vem sendo o de jornalismo, com realização de coberturas, principalmente no que diz respeito aos eventos que são realizados no Estado. É levado ao ar, diariamente, um noticiário estadual, com a participação de 50 emissoras do Interior.

4.2.2 Casa Militar

A Casa Militar, unidade de assessoramento e apoio à Chefia do Poder Executivo, executou as ações de segurança física e pessoal a seu cargo. Assessorou o Governador do Estado no trato de assuntos militares de natureza protocolar e coordenou as relações com autoridades militares. Forneceu transporte aéreo e terrestre ao Chefe do Poder Executivo e aos seus acompanhantes oficiais.

Destaque-se também o trabalho de cooperação junto à Coordenação Estadual da Defesa Civil por ocasião das enchentes que assolaram o Paraná em 1983, alocando recursos humanos, apoiando a operacionalidade das ações, coordenando o transporte aéreo de gêneros destinados aos flagelados e encaminhando donativos oriundos de outros Estados à Central de Recepção e Distribuição.

4.2.3 Vice-Governadoria

A Vice-Governadoria, além do desenvolvimento das suas atribuições institucionais peculiares, auxiliou a Chefia do Poder Executivo na consecução dos objetivos governamentais, especialmente na área do relacionamento político-protocolar e de representação oficial.

4.3 PLANEJAMENTO

A generalização da crise, em grande parte oriunda da política econômica recessiva determinada por um Governo Federal altamente centralizador, condiciona o planejamento a nível estadual a buscar uma melhor utilização dos recursos disponíveis, minimizados pela própria crise, inclusive adotando novas alternativas de ação de Governo. Por outro lado, tendo em vista as peculiaridades do novo processo político nacional, o planejamento teve que assumir uma postura mais descentralizada e democrática, com vistas a melhor servir a comunidade.

Para tanto, o Sistema Estadual de Planejamento foi mobilizado, junto com os diversos órgãos setoriais da estrutura de Governo, no intuito de elaborar um Plano de Ação capaz de definir, em concordância com os condicionamentos supracitados as atividades da nova administração estadual.

4.3.1 Gerência Superior

Devido aos danos e prejuízos causados pelas fortes chuvas de maio e julho, o Governo do Estado firmou o convênio n.º 08/83, com a SUDESUL, com o intuito de atender aos municípios atingidos, no montante de Cr$ 375,0 milhões, tendo como interveniente a Secretaria do Planejamento; posteriormente, esta pasta repassou aquele montante para 88 municípios e distribuiu uma verba complementar, oriunda da SUDESUL, da ordem de Cr$ 108,9 milhões, diretamente a 54 outros municípios.

Após as chuvas de julho, quando os prejuízos se revelaram maiores, uma verba de Cr$ 1.750,0 milhões do Ministério do Interior foi destinada a 249 municípios, sendo distribuída a primeira parcela de Cr$ 723,0 milhões diretamente àqueles municípios, ficando o restante para 1984.

Paralelamente, para atender outros objetivos, foram programadas transferências a municípios no montante de Cr$ 523,2 milhões através da SEPL e AGE/SEPL.

Por força de convênios, foram transferidos, ainda, os seguintes recursos:

— Cr$ 903,0 milhões para atender a repasse de recursos destinados à Cidade Industrial de Curitiba S/A (CIC), decorrente de convênio firmado entre a mesma e o Governo do Estado;
— Cr$ 6.455,7 milhões para atender ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a URBS S/A, no sentido de proporcionar meios para aquisição dos imóveis que compõem o Terminal de Cargas da CIC e o Ter-

minal do Portão em Curitiba (Cr$ 2.224,0 milhões foram empenhados em diferimento para serem transferidos em 1984);

— Cr$ 12,0 milhões destinados a atender a contrapartida estadual do convênio n.º 19/82 — Governo do Estado/EBTU-Município de Foz do Iguaçu — Convênio PROPAV, cujo objetivo é a pavimentação de vias utilizadas pelo transporte público em áreas onde residem populações de baixa renda;

— Cr$ 60,0 milhões destinados à implantação da Unidade Administrativa do Subprojeto (UAS) do Projeto Metrópole Linear do Norte (METRONOR) (Cr$ 42,8 milhões serão repassados em 1984);

— Cr$ 6,4 milhões destinados à implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Guaíra.

4.3.2 Coordenadoria de Estudos e Projetos (CEP)

A Coordenadoria de Estudos e Projetos dentro de sua atribuição de elaborar e coordenar estudos, planos, programas e projetos, realizou um conjunto de atividades, segundo necessidades definidas pela Secretaria do Planejamento:

* PLANO DE AÇÃO — A elaboração do Plano de Ação resultou da necessidade do Governo do Estado dispor de instrumento que viabilizasse uma gestão democrática, assim como viesse a nortear e orientar a ação administrativa dos diversos órgãos setoriais no sentido de se obter a otimização dos recursos disponíveis. A feitura do Plano de Ação mobilizou áreas do Sistema Estadual de Planejamento, com a CEP/SEPL e o IPARDES; do mesmo modo, houve a participação de diversos setores do aparelho administrativo no sentido do delineamento das estratégias de ação. Após sua elaboração, o documento preliminar foi distribuído às diversas instituições para ser lido e discutido.

* APOIO À OPERAÇÃO RECONSTRUÇÃO DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELAS ENCHENTES E CAPTAÇÃO DE RECURSOS — Em função das fortes chuvas ocorridas em maio e julho de 1983 e dos estragos por elas provocados, a CEP juntamente com a Coordenação Estadual de Defesa Civil (CEDEC), supervisionou a avaliação dos prejuízos, seja pelo recebimento dos relatórios enviados pelas prefeituras dos municípios atingidos, seja através dos laudos realizados pela Secretaria dos Transportes no que concerne ao sistema viário, bueiros e pontes atingidas. A partir desse conjunto de informes, a mesma Coordenadoria, junto com a Defesa Civil, pode elaborar o documento de solicitação de recursos financeiros aos órgãos federais com vistas à recuperação das áreas em questão. Por outro lado, das conversações mantidas com o BNDES que implicaram, inclusive, a elaboração de um documento de apoio — Aspectos Físico-territoriais e Sócioeconômicos do Paraná — foram mobilizados recursos da ordem de Cr$ 6.383,7 milhões, dos quais Cr$ 4.000,0 milhões destinados ao crédito rural, com juros menores que os de mercado, aos pequenos proprietários rurais; os restantes, Cr$ 2.383,7 milhões, foram destinados às áreas de educação e saúde.

* ELABORAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS DE INTERESSE DO ESTADO — Dentro da atribuição da Coordenadoria de Estudos e Projetos, foram elaborados e contratados diversos trabalhos de interesse do setor público e privado.

— Elaborados na CEP — Estimativa de População Futura do Paraná, Proposta de Cooperação Japão/Paraná na preservação do solo e Situação do Emprego no Paraná;
— Em convênio com o IPARDES — Boletim de Análise Conjuntural; Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação; Sondagem Conjuntural da Construção Civil; Medição do Nível de Vida em Curitiba; e Consolidação e Expansão da Agricultura de Alimentos no Paraná;
— Outros Estudos — Complexo Metal-Mecânico (SUDESUL/CEP/COPPETEC); Potencialidade da Resina de pinus elliottii no Paraná (SUDESUL/CEP/STC); Estudo do Potencial das Florestas Nativas do Estado do Paraná (IBDF/SUDESUL/CEP/FUPEF) e levantamento dos Recursos Naturais e Uso do Solo (CEP/ADEA).

4.3.3 Coordenadoria de Informações Técnicas (CIT)

Dentro da área de informações técnicas, foram desenvolvidas ações com vistas à manutenção de um instrumental de informática compatível com as necessidades técnicas e gerenciais da administração estadual. Este conjunto de ações está centralizado na Sala de Situação Gerencial, e dele fazem parte os seguintes sistemas:

* SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE REALIZAÇÕES (SAR) — Este sistema foi desenvolvido e implantado com a finalidade de possibilitar a centralização dos registros das reivindicações oriundas dos representantes das comunidades e endereçadas ao Governador do Estado ou titulares dos demais órgãos públicos estaduais, como também, em tempo hábil, de propiciar os registros das providências adotadas pelas instituições envolvidas na matéria, até a solução final de cada solicitação. Para se ter uma idéia, vale lembrar que, em 1983, foram cadastradas 13.498 solicitações, das quais 7.481 atendidas, 2.266 negadas, ficando as restantes na dependência do setor competente.

* SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS (SAO) — O propósito deste sistema é de acompanhar as obras públicas estaduais nos municípios, desde sua programação pelos órgãos responsáveis até sua efetiva conclusão, o que faz do mesmo um importante instrumento no apoio às decisões gerenciais no Estado.

* SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DA RECONSTRUÇÃO DO PARANÁ (RPR) — Este sistema, de caráter provisório, foi implantado com a finalidade de acompanhar, de maneira coerente, as medidas tomadas pelos Governos Federal e Estadual, e pela comunidade, no sentido de auxiliar a reconstrução dos municípios paranaenses atingidos pelas chuvas de maio e julho de 1983.

* SISTEMA DE AÇÕES SETORIAIS (SAS) — O sistema foi desenvolvido com o intuito de implantar uma base de dados concernentes à atuação setorial dos órgãos públicos, como também de possibilitar a compilação de informações sobre aspectos mais relevantes dos municípios paranaenses.

4.3.4 Coordenadoria de Modernização Administrativa (CMA)

As atividades desenvolvidas pela CMA têm por objetivo promover a modernização administrativa dos órgãos do Poder Executivo do Estado, de modo a racionalizar e simplificar procedimentos, bem como dotá-los de uma estrutura adequada aos objetivos propostos.

Em 1983 foram desenvolvidas, dentre outras, as seguintes ações:

— Realizados 28 trabalhos de modernização administrativa através da elaboração de regulamentos, regimentos internos, anteprojetos de lei de criação e transformação de órgãos e entidades estaduais;
— Elaborados 10 projetos na área de desburocratização;
— Impressão e distribuição do IV Catálogo de Recursos Humanos para o Planejamento;
— Atualização, impressão e distribuição do Cadastro Organizacional do Poder Executivo;
— Levantamento do aspecto histórico-legal das entidades da administração indireta do Estado, para publicação do volume Legislação Organizacional Básica da Administração Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná.

4.3.5 Coordenadoria de Orçamento e Programação (COP)

As atividades desenvolvidas pela COP têm por objetivo coordenar a elaboração da Proposta Orçamentária do Estado e dos orçamentos próprios da administração indireta, acompanhar a execução do orçamento, bem como elaborar o Relatório da Execução Física do Orçamento.

Em 1983 foram desenvolvidas, dentre outras, as seguintes ações:

— Reavaliação, em abril, da Programação Orçamentária para 1983 dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, fixada em Cr$ 326,3 bilhões, que foi reestimada para Cr$ 411,3 bilhões, com uma diferença de 3,1% em relação às despesas executadas no exercício, as quais atingiram Cr$ 424,4 bilhões;
— Elaborados 472 decretos de abertura de créditos adicionais, 128 resoluções de ajustamentos orçamentários e aprovação de planos de investimentos em regime de execução especial;

— Análise e emissão de 228 informações e pareceres sobre matérias orçamentárias;
— Analisados 1.324 processos de alterações orçamentárias e procedidas 2.897 alterações de Quadros de Detalhamento de Despesas (QDDs);
— Coordenação dos trabalhos de elaboração da Proposta Orçamentária Anual-1984 e da Proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos 1984-1986;
— Elaboração dos orçamentos próprios para 1984 das autarquias, fundações, empresas públicas e órgãos de regime especial;
— Elaboração de informações, em conjunto com a SEFI e SERH, em processos encaminhados ao Conselho Deliberativo de Pessoal.

A — DAS RECEITAS E DESPESAS À CONTA DE RECURSOS DO TESOURO

As Receitas do Tesouro Estadual estimadas em Cr$ 326,3 bilhões na lei orçamentária de 1983, atingiram o montante de Cr$ 427,2 bilhões. A tabela 4.3.1., apresenta sinteticamente o montante arrecadado por espécie de receita.

As Despesas à conta de Recursos do Tesouro fixados em Cr$ 326,3 bilhões atingiram a Cr$ 424,4 bilhões. A tabela 4.3.2., apresenta as despesas realizadas no exercício, segundo a estrutura orçamentária registrada pelo Sistema de Contabilidade e Orçamento, da Secretaria de Estado das Finanças. Para as unidades da administração indireta foram computadas ao nível de cada unidade as despesas com transferências, subvenções e constituição ou aumento de capital de empresas à conta de Recursos do Tesouro.

Foram apropriadas inclusive as despesas realizadas à conta de dotações orçamentárias diferidas — despesas previstas para o exercício, cujo pagamento é transferido para o exercício seguinte, para compensar dispêndios com resíduos passivos.

B — DAS RECEITAS E DESPESAS À CONTA DE RECURSOS DE OUTRAS FONTES NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

As tabelas 4.3.3. e 4.3.4., apresentam as Receitas e Despesas realizadas à conta de Recursos de Outras Fontes pelas unidades da administração indireta no exercício de 1983.

C — APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, PROVENIENTE DE ACORDOS E CONVÊNIOS EM GERAL

A tabela 4.3.5., apresenta os recursos aplicados pelos órgãos da administração direta, provenientes de acordos e convênios em geral, no exercício de 1983.

4.3.6 Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONCITEC)

As atividades desenvolvidas pela Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia têm por objetivo a formulação e implantação de uma política científica e tecnológica privilegiadora do desenvolvimento da capacidade própria de inovação, incorporadora das novas abordagens técnicas relativas à chamada tecnologia apropriada e contributiva ao fortalecimento de uma comunidade acadêmica, científica e técnica própria no Estado do Paraná.

Em 1983 foram desenvolvidas, dentre outras, as seguintes ações:

— Contatos com representantes da comunidade científica e tecnológica, objetivando reestruturar o CONCITEC;
— Encontros e seminários sobre tecnologias alternativas, nas áreas de energia, transporte e habitação;
— Acompanhamento de projetos desenvolvidos pela SEIN e SEIC sobre eletrificação rural, alternativa de combate à erosão, obras hidráulicas de controle de voçorocas, microdestilarias de álcool, produção de vacina antiaftosa, produção de vacina tríplice, produção e distribuição de biogás em Piraí do Sul e estudos de aterros energéticos;
— Análise dos recursos orçamentários do Estado aplicados em Ciência e Tecnologia, encaminhada ao CNPq;
— Assinatura do Termo de Ajuste do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Secretaria de Estado do Planejamento;
— Disseminação, junto à comunidade científica e tecnológica, do Sistema de Informações em Ciência e Tecnologia (SICTE), pelo envio de folders.

4.3.7 Companhia de Processamento de Dados do Paraná (CELEPAR)

A CELEPAR tem por objetivo a prestação de serviços de processamento eletrônico de dados através do tratamento automático de informações aos níveis operacional e gerencial, atendendo aos órgãos do Estado, tanto da administração direta como da indireta, e aos municípios.

Dentre outras, merecem destaque as seguintes ações desenvolvidas em 1983:

— Operação de 128 sistemas;
— Atendimento a 375 usuários de sistemas;
— Atendimento a 145 municípios através da prestação de 230 serviços;
— Manutenção da rede de teleprocessamento, instalada junto aos usuários, com 92 terminais de vídeo e 32 terminais impressores;
— Realização de estudos e análises de viabilidade técnica e econômica sobre a implantação do processamento de dados em diversos órgãos;

— Implantação de nova filosofia de trabalho e reestruturação organizacional, buscando propiciar maior agilidade nas suas operações, em benefício dos respectivos usuários e da comunidade.

4.3.8 Conselho Superior de Informática e Processamento de Dados (CSIPD)

A Secretaria Executiva do CSIPD possui um caráter essencialmente normativo das atividades relativas ao Sistema Estadual de Informática e Processamento de Dados.

Em 1983 foram desenvolvidas, dentre outras, as seguintes ações:

— Elaboração de plano de trabalho do CSIPD, para um período de três anos;
— Análises do Plano de Informática (PDI) dos órgãos que compõem o Sistema Estadual de Informática e emissão de pareceres técnicos acerca de consultas efetuadas pelos mesmos;
— Organização do Cadastro Estadual de Hardware e do Cadastro Estadual de Software.

4.3.9 Departamento Estadual de Estatística (DEE)

O Departamento Estadual de Estatística vem desempenhando seu papel centralizador e gerenciador de dados, do mesmo modo que vem concentrando esforços na difusão deste acervo informático, destinado ao uso das instituições públicas e da comunidade em geral. Para tanto, implantou e vem ampliando uma rede integrada de informações colocando à disposição dos usuários de teleprocessamento os seus sistemas, através de 15 terminais nas áreas do Poder Executivo e um na Assembléia Legislativa. Os sistemas disponíveis por este órgão são os que seguem:

* SISTEMA CENTRAL DE INFORMAÇÕES ESTADUAIS (SIE) — O Sistema Central de Informações Estaduais constitui-se em atividade permanente do Departamento Estadual de Estatística de extrema utilidade para os usuários, oferecendo dados sobre os mais variados aspectos dos setores sócioeconômicos, físicos e político-administrativos, como apoio as atividades de órgãos públicos e entidades privadas. A importância do sistema pode ser avaliada pela atualização de 168.370 informações, totalizando 2.881.520 no Banco de Dados, pela execução do processamento e emissão direta das informações constantes do periódico Indicadores Gerenciais e pela implantação da rede integrada com a participação de novos usuários em teleprocessamento, como a Assembléia Legislativa.

* SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS (SIM) — É constituido por um acervo de dados básicos ao nível de município, o que permite um conhecimento da realidade sócioeconômica destas unidades terri-

toriais, apoiando, deste modo, os planejadores e tomadores de decisões na formulação de seus planos, como também no acompanhamento de sua execução e fornecendo subsídios para a captação de recursos junto aos agentes financeiros.

* SISTEMA DE REFERÊNCIA DE DADOS (SRD) — Este sistema destina-se a referenciar dados gerados pelos organismos da administração pública paranaense com aqueles processados nas áreas federal, estadual, municipal e privada, permitindo aos usuários saberem de quais informações podem dispor para suas atividades de pesquisa e planejamento e onde as mesmas estão localizadas.

* SISTEMA DE ESTATÍSTICAS BANCÁRIAS — As estatísticas bancárias subsidiam os setores público e privado sobre o comportamento do mercado financeiro, seus recursos, fontes de captação, e as aplicações em seus múltiplos setores. O sistema fornece informações básicas, indicadores, e possibilita ao setor bancário uma auto-avaliação de seu desempenho em nível de município, de microrregião homogênea e de Estado.

* SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO (SIC) — A execução deste sistema tem por objetivo medir o desempenho do processo de comercialização do Paraná, avaliar a balança comercial do Estado e a localização de pólos dinâmicos; participação dos municípios no fluxo de comercialização com outros Estados; participação dos Estados no suprimento de bens aos municípios, além do tipo de transporte utilizado na distribuição dessas mercadorias.

* DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES — Anuário Estatístico do Paraná; Indicadores Gerenciais; Finanças Públicas Municipais; Estatísticas Financeiras; Exportação do Paraná, por Vias Internas.

4.3.10 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) — Fundação Édison Vieira

No decorrer de 1983 as atividades do IPARDES estiveram intimamente ligadas às finalidades estatutárias que visam fundamentalmente apoiar e auxiliar o Governo do Estado, através de estudos, programas e projetos sobre a realidade sócioeconômica e ambiental. Assim, no exercício, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos, concluídos e em execução:

* POLÍTICA ECONÔMICA

— Boletim de Análise Conjuntural (SEPL/CEP/IPARDES) — analisa mensalmente o comportamento das condições sócioeconômicas da realidade paranaense;
— Acompanhamento dos Preços e Legislação Agrícola (SEFI/IPARDES) — coleta e analisa a evolução dos preços dos principais produtos agrícolas, as alterações na legislação agrícola e conseqüentes implicações na agricultura paranaense;

— Índice de Preços ao Consumidor — Custo de Vida em Curitiba (IPARDES) — acompanha as variações mensais de preços dos bens e serviços em Curitiba;
— Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação (SEPL/CEP/IPARDES) — analisa, trimestralmente, o comportamento da indústria de transformação, considerando mão-de-obra, demanda, produção, estoques, utilização da capacidade instalada, prognósticos e perspectivas;
— Sondagem Conjuntural da Construção Civil (SEPL/CEP/IPARDES) — analisa, trimestralmente, o comportamento da indústria da construção civil, abordando também aspectos como emprego, gastos públicos e prognósticos dos empresários do setor;
— Acompanhamento dos Principais Produtos Agrícolas do Paraná (SEFI/IPARDES) — verifica mensalmente o comportamento da produção e comercialização de soja, milho, trigo e algodão, além de alguns produtos derivados;
— Avaliação do Desempenho Macroeconômico do Paraná (IPARDES) — trata-se da geração de informações quantitativas da economia do Estado, através de fluxo de bens e serviços, consumo, investimento, poupança e balança comercial, objetivando obter maiores detalhes a respeito da atividade econômica e maior confiabilidade dos resultados macroeconômicos;
— Análise da Relação Produtividade e Área das Principais Culturas do Estado do Paraná (IPARDES) — procura demonstrar o que ocorreu com a produtividade do produtor agrícola à medida que aumentavam suas áreas colhidas, nos anos de 1975 a 1980;
— Análise da Renda Interna do Paraná (CODESUL/IPARDES) — detecta quais as causas responsáveis pelo desempenho da economia paranaense na década de 1970, e qualifica quais foram as principais mudanças estruturais e espaciais que ocorreram naquele período e as respectivas características recentes;
— Consolidação e Expansão da Agricultura de Alimentos no Paraná (SEPL/CEP/FAO/IPARDES) — analisa a expansão da produção de alimentos no Estado, principalmente daqueles que compõem a base da dieta da população.

* POLÍTICA SOCIAL

— Medição do Nível de Vida da População de Curitiba (SEPL/CEP/IPARDES/IPPUC) — procura medir o nível de satisfação das necessidades materiais e culturais, através da mensuração de diferentes grupos de necessidades como educação, habitação, trabalho, alimentação e saúde;
— As Prioridades Sociais e as Restrições Financeiras (IPARDES) — avalia as necessidades de manutenção e expansão de programas sociais, em função de carências atuais e de perspectivas demográficas;
— Estudo e Projeções Demográficas (IPARDES) — compreende várias atividades na área de estudos demográficos; pretende complementar o estudo de projeção da população do Paraná até 1990, com o detalhamento ao nível de município.

* CURSOS REALIZADOS

-- II Curso Internacional de Abastecimento Alimentar Urbano — IPARPES/PROCADES (FAO/CEPAL/PNUD) Ministério da Agricultura, Ministério do Interior/SAREM/SUBIN — que treinou 10 alunos internacionais e 20 nacionais; realizado em 12/9 a 16/12/83;
-- Curso Nacional de Política de Emprego — IPARDES/CAPES e CNPq — treinou 35 alunos oriundos de 12 Estados da Federação;
-- Seminário: A Crise e Questão Social— IPARDES/ILDES — realizado em 28/6 a 30/6/83.

4.3.11 Unidade Técnico-Administrativa do PRÓ-RURAL (UTAd)

O valor do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRÓ-RURAL) é de US$ 213,3 milhões, dos quais US$ 86,6 milhões já foram aplicados. Seu público-meta é de 50.000 produtores distribuídos em 62 municípios da Região Sudeste do Paraná. Passados mais de 2 anos da assinatura do contrato de empréstimo com o BID, a UTAd resolveu proceder uma avaliação de ações já realizadas, bem como subsidiar a continuidade do programa. De posse dos resultados, a UTAd concluiu pela necessidade de uma reprogramação.

O objetivo da reformulação do PRÓ-RURAL é promover os ajustes necessários à operacionalização das ações em andamento e adequar aquelas programadas e a programar. Pretende-se, dessa maneira: promover o máximo envolvimento do público-meta na adequação das ações às suas reais necessidades; estabelecer municípios e microrregiões prioritários, no intuito de concentrar recursos em áreas mais carentes; dar prioridade a investimentos que contribuam para fixar o homem à terra; contemplar as especificidades dos municípios; gerar mudanças mais concretas e significativas; compatibilizar as ações do PRÓ-RURAL com as dos demais programas existentes na área de atuação do projeto.

A definição das ações incluídas na reprogramação do PRÓ-RURAL a ser submetida à aprovação do BID foi estabelecida com base na consulta a mais de 20.000 produtores e lideranças em 450 bolsões carentes.

Como realizações em 1983, vale citar a conclusão de 164 obras, tais como trechos de estradas, pontes, sistemas de abastecimentos d'água, centros sociais rurais, escolas consolidadas, postos de mecanização, escritórios para ACARPA, além da aquisição de móveis e equipamentos, sendo aplicados Cr$ 9.300,0 milhões.

4.4 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Considerando que um dos objetivos do Governo é a participação comunitária, foi criada a Secretaria Especial para Assuntos Comunitários, pelo Decreto n.º 15/83, cujo principal papel é o de coordenar as ações voltadas à interação entre segmentos organizados da população e o aparelho estatal.

Diante disso, configuram-se como objetivos da SEAC: o estímulo à presença de organizações comunitárias de diferentes níveis na discussão das prioridades, problemas e projetos do Governo, através da realização de encontros e seminários; a criação de mecanismos de participação popular no processo de planejamento do Estado, visando estabelecer uma clara relação entre os atos do poder público e os reais interesses da comunidade; o apoio em infra-estrutura e custeio às instalações físicas para o funcionamento dos canais institucionais de participação (conselhos, grupos de trabalho, estudos); e elaboração de propostas para políticas de emprego nos setores formal e informal; e permanente assessoramento aos municípios para implantação de projetos de gestão pública alternativa e democratização do poder.

Diante disso, a SEAC desenvolveu, em 1983, os seguintes trabalhos:

* ÁREA TRABALHISTA — Debates com sindicatos rurais e pequenos e médios produtores sobre medidas tendentes a evitar êxodo rural; debates acerca da contratação e subcontratação de obras públicas no sentido de impedir a rotatividade do trabalho; incentivo à organização de cooperativas de trabalhadores; ação conjunta com sindicatos rurais, Comissão Pastoral da Terra, Secretaria da Segurança Pública, ITC, INCRA, para resolver conflitos de terras, destacando-se os litígios na Fazenda Padroeira do Brasil (Matelândia), Fazenda Annoni (Marmeleiro), Fazenda Rio Cavernoso (Guarapuava). A SEAC e a Federação dos Trabalhadores na Indústria intervieram junto à direção das Indústrias Klabin do Paraná, no sentido de evitar que prosseguissem as demissões que essa empresa vinha realizando.

* PARTICIPAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO — Vale destacar todo o período que vai da exposição e debate do Plano de Governo com Associações de Servidores Públicos (6 a 18/8), passando pelo Ciclo de Palestras para Servidores Públicos (20 a 22/09) até o I Congresso Estadual de Servidores Públicos do Paraná, realizado em outubro de 1983. Os passos anteriores foram efetuados com vistas a subsidiar o Congresso, particularmente as oito comissões: Participação do Servidor na Gestão Pública; Organização do Servidor; Regimes Jurídicos; Estatutários e Celetistas; O Regime do Mérito e Questões Salariais; O Servidor Público e a Comunidade; Apoio

ao Servidor; Os Sistemas Previdenciários; Condições de Trabalho. Algumas das moções aprovadas no referido Congresso, no intuito de avaliar a importância do mesmo: regime único para os funcionários públicos, isto é, passar os celetistas para estatutários; semestralidade e 13.º salário (já em vigor no Paraná); piso salarial de 3 salários mínimos; redução da jornada de trabalho de 8 para 6 horas; participação dos funcionários nos conselhos administrativos dos órgãos públicos.

* COORDENAÇÃO GERAL DAS AÇÕES DE EMERGÊNCIA EM UNIÃO DA VITÓRIA — A partir do dia 12/06/83 a SEAC foi incumbida de coordenar a ação do Governo do Estado nos Municípios de São Mateus do Sul, União da Vitória e Bituruna, devido às fortes enchentes ali ocorridas. Em cada um desses municípios foi criada uma coordenação geral e diversos grupos de trabalho, correspondentes às diversas áreas de responsabilidade, necessárias numa situação dessa natureza (alojamento, abastecimento alimentar, vestuário, saúde e higiene, segurança).

Graças a essa estrutura e ao apoio de setores sociais organizados (exemplo de União da Vitória), foi possível implantar e manter 47 alojamentos coletivos e 56 cozinhas comunitárias; servir 37.000 refeições diárias; restabelecer a confiança da população; recolocar em funcionamento os serviços públicos básicos; evitar a ocorrência de epidemia.

Posteriormente, quando as águas baixaram, novamente a SEAC foi indicada pelo Governador para coordenar a ação governamental, objetivando a reconstrução do Município de União da Vitória. O resultado efetivo foi a mobilização da comunidade para a realização de um grande mutirão com vistas à reconstrução de escolas, praças, residências particulares e para edificação de novas casas.

* OUTROS PROJETOS DE EMERGÊNCIA — Aqui destacam-se alguns trabalhos, como a Campanha de Solidariedade aos Desempregados, cujo ponto básico foi a doação de alimentos aos desempregados, sendo distribuídas 24.940 sacolas de alimentos a 12.470 famílias, em duas etapas, com 15 dias de intervalo.

Outra realização da SEAC junto à comunidade foi aquele mutirão que recuperou, em trinta dias, a estrada da Ribeira, deixada em condições satisfatórias de tráfego. Para esta realização, atuaram, sob coordenação da SEAC, a Comissão Paranaense para o Vale da Ribeira (CO-RIBEIRA), as Prefeituras Municipais de Colombo, Adrianópolis, Bocaiúva do Sul e Cerro Azul, MINEROPAR, DER e DNER.

Com a enchente do rio Paraná (1982/1983) ficaram desabrigadas mais de 1.170 famílias que habitavam as ilhas localizadas naquele rio. O atual Governo procurou fazer o possível para atender às justas reivindicações da-

quele contingente populacional; de imediato, foram abrigadas 185 famílias em casas da COHAPAR, em Guaíra; e as demais socorridas em barracas, com apoio alimentar e assistência médica.

Foi organizada uma comissão composta por seis Secretarias: SESP (Defesa Civil), SEAG (ITC), SESB (PROMOPAR), SEIN, SEED e SEAC, ficando a Coordenação com esta última. A comissão estadual ajudou a formar cinco comissões municipais (Terra Roxa, Guaíra, Altônia, Icaraíma e Umuarama, onde se encontram maior número de ilhéus) e dez comissões de ilhéus, uma em cada município. Desse esforço de aglutinação, organização e participação já podem ser vislumbrados os primeiros resultados: estão sendo construídas 52 casas em Terra Roxa; 65 em Altônia; 32 em Icaraíma e 80 em Umuarama, num total de 229 casas. Por último, a SEAC, com o ITC, vem elaborando dois projetos de reassentamento: um em Castro, para agricultores, e outro em Guaíra, para pescadores, envolvendo um total de 190 famílias de ilhéus.

* OUTRAS ATIVIDADES — A SEAC elaborou uma série de estudos na área do chamado mercado informal, visando a soluções alternativas para absorver a mão-de-obra subempregada e desempregada, bem como organizar os trabalhadores autônomos. Por último, considerando as conseqüências sociais que loteamentos clandestinos e irregulares vêm trazendo a toda a comunidade, a SEAC tomou a iniciativa de convidar a COMEC, Prefeitura Municipal de Curitiba (COHAB, DDS e IPPUC), órgãos direta e indiretamente relacionados com o problema, para uma tomada de posição. Em decorrência, foi criado, em Curitiba, o primeiro grupo de trabalho em nível de município, composto por diversos órgãos da administração municipal, SEAC, Câmara Municipal, órgãos de classe, que no ano de 1983, examinou 70 loteamentos em situação irregular, dos quais 38 foram regularizados.

4.5 PESSOAL E POLÍTICA SALARIAL

As condições de vida dos brasileiros, de uma maneira geral, têm se agravado em decorrência da recessão econômica que se instalou no País, de forma acentuada a partir de 1981.

A política salarial, estabelecida em nível federal, sofreu nada menos que o impacto de cinco decretos-lei no decorrer do ano de 1983, todos atingindo duramente o conjunto dos trabalhadores. Esses decretos, que culminaram com o de n.º 2.065, determinaram progressivamente grande perda real dos salários, nivelando por baixo a classe dos assalariados.

Como se essas medidas não bastassem para comprometer o poder aquisitivo dos trabalhadores, ocorreu também o expurgo das "acidentalidades" de certos itens da cesta de bens e serviços que determinam o cálculo mensal do INPC.

Assim, o salário mínimo foi elevado em 142,4% em novembro/82 a novembro/83, enquanto a variação do INPC no mesmo período atingiu ..... 171,12%; por sua vez, o IGP, que serve para medir a inflação, situou-se em 206,9% naquele período.

As autoridades econômicas federais, ao adotarem medidas de corte indiscriminado dos gastos públicos e das estatais, aprofundam a recessão, aumentando conseqüentemente o desemprego.

Essas e outras medidas comprometem cada vez mais a capacidade de investimento e, portanto, a geração de novos empregos; a queda acentuada da massa salarial, além de agravar a situação social, traz sérias conseqüências ao setor de produção de bens de salário.

A expansão da população, ao ritmo anual de quase 2,5%, com a redução do PIB de 3,9% em 1983, significou uma queda de mais de 6% no produto, por habitante, em relação ao ano anterior.

Já por três anos consecutivos vem declinando o produto *per capita*, evidenciando o empobrecimento crescente da população brasileira.

Dados do IBGE mostram que vem aumentando o número de pessoas que recebem 1 salário mínimo ou menos. Em 1980, esse número era de 17.759.465 pessoas; em 1981, de 17.912.971 e, em 1982, de 21.862.575, ou seja, um incremento de 18,3% em apenas três anos.

Por outro lado, em 1982 diminuiu em aproximadamente 120 mil o número de ocupados no País, que recebiam mais de 1 até 5 salários míni-

mos, em relação ao ano de 1980. Essa evolução mostra simplesmente que aumenta a distância entre a maioria dos que sobrevivem precariamente e os que têm maiores rendimentos.

O aumento do número de sub-remunerados explica-se pela expansão do subemprego, em conseqüência da retração da atividade econômica dos últimos três anos.

O Paraná, de igual maneira, não atravessa incólume esse processo. Observa-se, entre 1980 e 1982, na Região Metropolitana de Curitiba, uma situação idêntica para aqueles que ganham até 1 salário mínimo e apenas uma pequena diferença positiva, ao contrário da média nacional, para os assalariados que recebiam acima de 1 salário mínimo.

4.5.1 Medidas de Austeridade

A política de austeridade e parcimônia também tem regido as ações do Governo no que diz respeito ao emprego de pessoal no setor público paranaense.

Assim, a força-de-trabalho ativa diminuiu em 5,4% na administração direta e autárquica entre março e dezembro de 1983. Essa percentagem representou 4.535 servidores que passaram, no período, para a categoria de inativos.

Nos demais setores da administração pública (fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista) o nível de emprego dos funcionários ativos diminuiu em 1,8%, representando 713 pessoas a menos nos nove meses considerados. (Tabela 4.5.1 - APÊNDICE).

Uma das primeiras ações para melhor diagnosticar a área de recursos humanos do setor público consistiu em identificar e quantificar os servidores pelas diversas formas e regimes de trabalho.

De um total de 156.371 funcionários registrados em dezembro de 1982, 152.032 pertenciam ao Poder Executivo, 1.137 ao Poder Legislativo e 3.202 ao Poder Judiciário.

Paralelamente, desencadearam-se projetos de identificação de:

* SERVIDORES "FANTASMAS" — Sendo detectados 297 casos retirados de folha de pagamento, representando uma economia mensal da ordem de Cr$ 35,0 milhões.

* ACÚMULO DE CARGOS — Na ordem de 1.300, que estão sendo examinados quanto à legalidade.

Outra importante decisão diz respeito à proibição expressa de novas contratações no âmbito do Poder Executivo, ressalvando-se apenas os casos de substituição, e ainda assim, desde que previamente aprovados pelo Conselho Deliberativo de Pessoal.

Quanto aos servidores à disposição de outros órgãos, no início da gestão o quadro era este:

Com Vencimentos	Sem Vencimentos	Total	Custo (Em Cr$ 1.000,00)
2.724	327	3.051	283.000

No mês de dezembro/83 a situação se apresentava da seguinte maneira:

Com Vencimentos	Sem Vencimentos	Total	Custo (Em Cr$ 1.000,00)
1.864	183	2.047	217.000

Com essa redução de 49%, o Estado passa a economizar aproximadamente Cr$ 66,0 milhões mensais.

Dentre os resultados oriundos de auditorias realizadas sobretudo na Secretaria de Estado de Educação, visando sanar irregularidades, destacam-se:

— Supressão de pagamentos relativos a serviços extraordinários indevidos;
— Sustação de todas as funções gratificadas que estavam sendo pagas irregularmente;
— Corte no pagamento a servidores que percebiam gratificação por aulas extraordinárias, sendo detentores de dois padrões no Estado;
— Ampla racionalização dos serviços prestados pela Fundação Universidade Estadual de Londrina, de modo a permitir maior eficiência com o mesmo número de servidores.

A implantação de serviço descentralizado e semi-automatizado de concessão de vantagens ao servidor público (Projeto Monitor) e o subsídio à SEED de informações de seus recursos humanos (quantidade, órgão de lotação, habilitação específica, etc.) visam à melhor utilização da mão-de-obra disponível.

4.5.2 Nomeações de Pessoal em 1983

A SESP e a SEJU foram as únicas Secretarias de Estado onde ocorreu uma variação positiva do pessoal empregado entre janeiro e dezembro de 1983.

PESSOAL NOMEADO EM 1983

Órgão	Cargo	Quantidade
SESP	Agente de Segurança	67
SESP	Diversos Postos — PMPR	1.008
SEJU	Auxiliar de Reclusão	86
TOTAL		1.161

FONTE: CCCRH/SEAD

Para 1984, estão previstas as seguintes nomeações:

PESSOAL A SER NOMEADO EM 1984

Órgão	Cargo	Quantidade
SEED	Professor	3.426
SEJU	Auxiliar de Reclusão	200
SESP	Delegado de Polícia	77
SESP	Escrivão de Polícia	120
SESP	Agente de Segurança	395
SESP	Carcereiro	120
TOTAL		4.158

FONTE: CCCRH/SEAD

4.5.3 Atendimento as Reivindicações do Servidor Público

No que se refere aos aumentos de vencimentos durante o ano de 1983, a situação foi a seguinte:

* ESTATUTÁRIOS — JULHO/83: 35% — JANEIRO/84: 65% — Acumulado em 1 ano de 122,7%.

* MAGISTÉRIO — JULHO/83: 47,5% — JANEIRO/84: 65,0% — Acumulado em 1 ano de 143,3%.

* CELETISTA — MAIO/83: 38,5% — NOVEMBRO/83: 35,0% — Acumulado em 1 ano de 86,9%.

A previsão orçamentária com despesa de pessoal, efetuada pelo Tesouro do Estado no ano de 1983, era de Cr$ 146,0 bilhões. O realizado, entretanto, situou-se em Cr$ 227,3 bilhões.

Em que pese aos reajustes inferiores dos celetistas se comparados aos outros servidores da administração direta e autárquica, durante o ano de 1983, e sendo seu número significativo (aproximadamente 15 mil celetistas em dez/83), foram lançadas as bases para negociação via comissões paritárias, a realizar-se durante os primeiros meses de 1984.

Desta maneira, o Governo visa praticar e exercer os princípios, expressos no Plano de Ação, da participação comunitária e da democratização do poder.

Esses princípios começaram a tomar corpo quando da realização do 1.º Congresso do Servidor Público, em outubro/83.

Dentre as principais conquitas do funcionalismo, destacam-se as seguintes:

— Décimo terceiro salário aos servidores estatutários ativos e inativos, sendo beneficiados 92.000 servidores com um custo de Cr$ 9.300,0 milhões;
— Reajustes semestrais aos funcionários ativos e inativos, bem como aos servidores celetistas, com 115.300 servidores beneficiados;
— Piso de 2 salários mínimos para os funcionários estatutários sujeitos a jornada de 40 horas semanais. Foram beneficiados 2.000 funcionários, a um custo mensal de Cr$ 70,0 milhões.

Foram atendidas, também, as seguintes reivindicações:

— Revisão de vencimento para professores do ensino superior, aumentando a remuneração dos mesmos em média 55% acima do índice geral de reajuste dado ao funcionalismo público.
Número de beneficiados: 428
Custo mensal: Cr$ 37,0 milhões
— Aumento de vencimento, além do índice geral, para professores do Quadro Único, ocupantes de cargos em comissão e de função gratificada.
Número de beneficiados: 12.219
Custo mensal: Cr$ 43,0 milhões.
— Desachatamento das tabelas salariais, comprimidas há mais de 10 anos, beneficiando principalmente servidores de menor renda.
Número de beneficiados: 8.065
Custo mensal: Cr$ 153,0 milhões.
— Enquadramento dos atuais motoristas policiais na carreira de agente de segurança.
Número de beneficiados: 163
Custo mensal: Cr$ 1,0 milhão.
— Alteração da lei do quadro de servidores da Coordenação da Receita do Estado, permitindo tratamento mais justo aos aposentados e promoções e revisões de enquadramento aos servidores em atividade.
Numero de beneficiados: 1.800
Custo mensal: Cr$ 197,0 milhões.
— Aumento da gratificação/verba de representação para delegados de polícia, procuradores e advogados da Procuradoria Geral do Estado, auditores e procuradores do Tribunal de Contas e ocupantes de cargos em

comissão dos Três Poderes.
Número de beneficiados: 1.050
Custo mensal: Cr$ 158,0 milhões.

— Concessão de gratificação de produtividade aos integrantes das carreiras de psicólogo e assistente de engenharia.

— Melhoria de proventos para policiais-militares reformados.
Números de beneficiados: 1.273
Custo mensal: Cr$ 37,2 milhões.

— Aproveitamento de servidores aprovados no concurso de ascensão funcional. Dos 3.100 aprovados, numa primeira etapa, foram chamados 304, sendo que, destes, 146 já optaram por prestar serviços no Sistema Penitenciário.

— Quanto aos restantes, serão aproveitados no decorrer de 1984, dentro das necessidades da administração.
Custo mensal: Cr$ 13,0 milhões.

4.5.4 Promoções Funcionais

MAGISTÉRIO

Mês	Tipo	N.º de Beneficiados	Custo Mensal (Cr$ 1.000,00)
Abril	Avanço vertical	8.675	109.000
Outubro	Avanço diagonal	17.239	103.000
Outubro	Avanço vertical	7.025	136.000
Setembro	Enquadramento/LOGOS	319	4.000
TOTAL		33.258	352.000

FONTE: CCCRH/SEAD

* POLÍCIA CIVIL:
Número de beneficiados: 193

* POLÍCIA MILITAR:
Número de beneficiados: 497

* PESSOAL CLT:
Número de beneficiados: 4.480

4.5.5 Projetos em Desenvolvimento

A SEAD, atual responsável pelos Recursos Humanos do Setor Público (função esta exercida anteriormente pela SERH) vem desenvolvendo uma série de projetos com o intuito de reorganizar e modernizar o aparelho administrativo em favor do servidor público. Apresenta-se a seguir alguns desses projetos:

* Reestruturação dos diversos planos de cargos e salários existentes, visando um novo ordenamento e a uma perspectiva de carreira ao servidor público;

* Centralização de todas as folhas de pagamentos;

* Implantação do Cadastrto Geral dos Servidores do Estado;

* Unificação dos regimes jurídicos;

* Aproveitamento gradativo dos servidores aprovados no processo de ascensão funcional;

* Revisão de proventos dos servidores inativos;

* Unificação das datas-base de reajustes salariais;

* Regimes especiais de trabalho (20, 30 e 40 horas semanais) para os integrantes do Quadro Próprio do Magistério;

* Plano de suprimento de pessoal, em face da Emenda Constitucional, permitindo ao funcionário público a aposentadoria proporcional ao tempo de serviço;

* Descentralização dos serviços prestados, através da instalação de novos escritórios regionais;

* Ampliação da jornada de trabalho para os servidores que optaram pela passagem de 30 para 40 horas semanais;

* Definição de uma política de recursos humanos para a Secretaria de Estado da Educação.

4.5.6 Assistência e Previdência aos Servidores do Estado

Dentro da política de valorização do quadro de pessoal, está se promovendo intensa agilidade no sistema previdenciário, através de novos convênios em termos de assistência médica, interiorização dos serviços prestados e reestruturação administrativa.

O Instituto de Previdência do Estado (IPE) beneficia diretamente 120 mil filiados, na Capital e no Interior.

Foram instaladas, no período de março a dezembro, 27 agências no Interior, totalizando 147 em todo o Estado. As 16 Coordenadorias do Interior, inauguradas anteriormente, somente nesta gestão tiveram condições de perfeito funcionamento.

Foram também instaladas farmácias do IPE em Curitiba, nos bairros do Cajuru, Bacacheri e Portão e outras 23 em cidades do Interior do Estado.

Na área de assistência médica, foram firmados convênios visando à melhoria na prestação de serviços de saúde aos servidores públicos estaduais, sendo eles:

— Convênio com cooperativas médicas das cidades de Ponta Grossa e Paranaguá, para melhoria do atendimento médico, que constitui serviço personalizado ao servidor. Esse procedimento é pioneiro no País, apresentando resultados satisfatórios no decorrer dos últimos meses.
— Convênio com hospitais do Litoral do Estado, para atendimento de servidores em gozo de férias, ou residentes na orla.
— Convênio com hospitais da Capital do Estado, para atendimento de emergência ao servidor público, com serviços de caráter diuturno.

A assistência ao servidor também engloba um programa de empréstimo financeiro, com duas linhas, uma de crédito pessoal e outra de crédito-saúde.

A Carteira de Crédito Pessoal teve um aumento de 168% no movimento financeiro, passando de Cr$ 443,0 milhões em 1982 para Cr$ 3.861,0 milhões em 1983.

Na Carteira de Crédito à Saúde, foram aplicados, em 1983, Cr$ 164,0 milhões, com um aumento de 417% do gasto realizado em 1982 (Cr$ 31,0 milhões).

Objetivando atender às reais necessidades de 391 servidores residentes nas áreas atingidas pelas enchentes ocorridas no Estado, o IPE concedeu empréstimos a juros reduzidos e com maior prazo de carência, no valor total de Cr$ 158,0 milhões.

Efetuou-se a devolução do valor descontado do vencimento dos professores que participaram do movimento de paralisação das aulas em 1982, importando esse dispêndio em Cr$ 125,9 milhões. Foram saldados, ainda, os compromissos financeiros do IPE relativos a obrigações trabalhistas em cobrança judicial, na ordem de Cr$ 172,8 milhões.

Conforme a Lei n.º 7.777, de 13/12/83, foi efetuado o pagamento da gratificação especial (13.º salário), beneficiando 9.538 pensionistas.

Ainda dentro deste item, merecem destaque alguns serviços voltados à melhoria das condições de trabalho e de vida do servidor público.

Visando ao atendimento dos 8 mil servidores localizados na Microrregião de Londrina, foi instalado naquela cidade o Escritório do Servidor, que lhes permitirá tratar diretamente de seus interesses.

Outra medida de descentralização foi a criação do Serviço de Atendimento Personalizado (SAP), instituído com a finalidade de estabelecer comunicação rápida dos servidores que residem fora da Capital, com a SERH, através da Caixa Postal de n.º 15.011. Este serviço de atendimento está dirigido a uma população estimada em 57.510 servidores celetistas e estatutários (ativos e inativos) e pensionistas alocados no Interior do Estado.

Por outro lado, o convênio assinado com a SESB/FSCMR em 10/11/83 permitiu descentralizar o atendimento médico pericial, sem qualquer custo adicional. Anteriormente, o atendimento aos servidores era feito somente na Capital do Estado.

Finalmente, cabe destacar o serviço de creche para filhos de servidores na faixa de 0 a 2 anos. Funcionando o ano todo no horário de expediente integral, tem capacidade máxima de atendimento para 50 crianças, devido as limitações de espaço físico. A taxa mensal cobrada é apenas simbólica e corresponde a 4% do salário do responsável, se a criança permanecer em período integral; caso contrário, corresponderá a 2%.

4.5.7 Treinamento e Reciclagem de Funcionários do Estado

No período de maio a dezembro de 1983, foram viabilizados 49 projetos, que propiciaram treinamento ou reciclagem para 2.853 funcionários, distribuídos em 125 turmas, envolvendo 1.506 horas/aula.

Dentre os programas específicos, merecem destaque os seguintes:

— Encontro de Diretores-Gerais das Secretarias de Estado;
— Aperfeiçoamento em Manutenção do Sistema Integrado de Pagamento, para a Secretaria de Estado dos Recursos Humanos;
— Noções Gerais sobre Elaboração, Execução e Controle Orçamentários e Financeiros;
— Desenvolvimento Gerencial para Chefes de Núcleos Regionais da Secretaria de Estado da Agricultura;
— Encontro de Dirigentes de Centros de Treinamento;
— Treinamento Introdutório para Administração Pública;
— Programa de Desenvolvimento Gerencial para a Secretaria de Estado da Segurança Pública;
— Programa de Desenvolvimento Gerencial para Diretores, Assessores e Chefes de CRMs e Chefes de Divisão do Departamento de Estradas de Rodagem;
— Treinamento de Supervisores em Avaliação de Desempenho;
— Desenvolvimento Gerencial para Chefias da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte;

— Preparatório para Auxiliar de Reclusão;
— Orçamento e Fundos Especiais para o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

Além dessas iniciativas, a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná (FIDEPAR) estruturou o Centro de Informações para Especialização e Pós-Graduação, reunindo dados de aproximadamente 1.300 instituições nacionais e internacionais.

Outro evento significativo foi a assinatura do convênio de cooperação mútua firmado entre a FIDEPAR e a Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP), órgão vinculado ao DASP, da Presidência da República, que proporcionará maiores condições de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, em níveis federal, estadual e municipal.

4.6 SERVIÇOS GERAIS

Simplicidade e austeridade é o binômio que norteia a ação desenvolvida pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD), na busca de ajustamento à correta aplicação do dinheiro público com as prioridades do setor público.

Destacam-se a seguir, as principais realizações durante a gestão de 1983, das unidades de execução programática, dos órgãos de regime especial e escritórios regionais que compõem a administração dos serviços-meio do Estado.

4.6.1 Departamento Estadual de Administração de Material (DEAM)

Atendendo às Diretrizes de Governo, este Departamento reduziu os gastos com material permanente, equipamento e instalações em mais de Cr$ 40,0 milhões.

Possui, hoje, no estoque, 558 itens de material, no valor de Cr$ 115,0 milhões, isentos de qualquer saldo devedor.

Está reduzindo, também, as despesas de custeio, ao padronizar os materiais estocáveis que permitem a redução do custo por unidade adquirida.

4.6.2 Departamento Estadual de Transporte Oficial (DETO)

Foram realizadas 3 alienações de veículos inservíveis, num total de 157, com arrecadação de Cr$ 32,0 milhões.

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA — JANEIRO/82-DEZEMBRO/83

Combustível	Janeiro-Dezembro 1982	Janeiro-Dezembro 1983
Gasolina	9.367.087	7.479.017
Álcool	8.023.563	9.448.465
Diesel	13.466.805	14.007.987

FONTE: DETO/SEAD

A tabela acima comprova a economia de 1,9 milhão de litros de gasolina entre janeiro-dezembro/83 e igual período do ano anterior.

A evolução da frota de veículos oficiais também apresentou redução, além do fato de realizar-se em junho o cadastramento de 24 veículos adquiridos em janeiro de 83.

FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS — MARÇO-DEZEMBRO DE 1983

Administração	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Direta	2.447	2.356	2.340	2.336	2.332	2.321	2.307	2.290	2.273	2.271
Indireta	5.086	5.080	5.080	5.104	5.106	5.025	5.033	5.026	5.031	5.036
TOTAL	7.533	7.436	7.420	7.440	7.438	7.346	7.340	7.316	7.304	7.307

FONTE: DETO/SEAD

Quanto aos pedidos de doações de veículos, são 20 os processos, com atendimento a 18 prefeituras e 2 entidades assistenciais.

4.6.3 Departamento de Arquivo e Microfilmagem (DAMI)

No período compreendido entre março e dezembro, este órgão arquivou 1,3 milhão de documentos, executou 274 filmes, possibilitando a montagem de 200.000 fotogramas e realizou a publicação de 2 edições do Boletim, que está relacionado na Revista da UNESCO para Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivística entre as 47 publicações periódicas que existem na América Latina. Catalogou 75 mil, organizou 11,6 milhões e revisou 10,6 milhões documentos.

4.6.4 Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

O Governo atual recebeu esta autarquia com um disponível líquido de Cr$ 70,0 milhões e atualmente, sem prejuízo de suas atividades e mantendo suas contas em dia, apresenta um disponível em torno de Cr$ 230,0 milhões.

Quanto a recursos humanos, em março apresentava 143 funcionários, tendo hoje este número se reduzido a 140. A despesa de pessoal e encargos, que em março era de Cr$ 11,0 milhões, apresenta-se em torno de Cr$ 25,0 milhões. O lucro líquido, que girava em Cr$ 80,0 milhões, passou para Cr$ 260,0 milhões, bem como o estoque de matéria-prima passou de Cr$ 20,0 milhões para Cr$ 60,0 milhões.

A receita da Imprensa Oficial — em março na ordem de Cr$ 120,0 milhões — fechou o ano em torno de Cr$ 825,0 milhões.

O DIOE mantém os mais baixos preços para publicações, com custo oscilando de metade a um terço em relação às demais Imprensas Oficiais do País.

Realizou a impressão de 300.000 obras didáticas auspiciadas pelo Governo do Estado e passou a concentrar de 80% para 100% os serviços gráficos da administração direta do Estado. Está realizando, agora, um investimento de Cr$ 105,0 milhões na elaboração dos impressos escolares para a rede de ensino estadual.

4.6.5 Coordenadoria Central de Controle de Serviços (CCCS)

O objetivo da CCCS é o de promover a convocação da iniciativa privada, cadastrando constantemente a qualidade, preços e entregas dos bens e serviços dos licitantes.

Esta Coordenadoria registrou em 1983, comparativamente com o exercício de 1982, o seguinte desempenho:

Atividades	1982	1983
Inscrições	383	436
Renovações	883	868
Locações de imóveis	385	390

FONTE: CCCS/SEAD

Os valores despendidos mensalmente com referência às locações de imóveis, pelas Secretarias e órgãos de regime especial, apresentaram um aumento de Cr$ 36,0 milhões (valor de março/83) para Cr$ 40,0 milhões, aproximadamente (valor de dezembro/83).

4.6.6 Serviço da Loteria do Estado do Paraná (SERLOPAR)

Este Serviço é uma unidade administrativa da Secretaria de Estado das Finanças, enquadrado como órgão de regime especial.

Apesar da previsão de 32 cargos no quadro de pessoal, foram preenchidas, em janeiro, apenas 25 vagas, terminando o ano com 19 funcionários, regidos pela CLT. O Serviço conta, ademais, com 3 diretores.

Foram necessárias algumas dispensas para conter o valor da folha de pagamento, não tendo sido admitido nenhum funcionário, embora tais dispensas tivessem sobrecarregado os funcionários remanescentes.

Durante o exercício, procederam-se a 51 extrações, inclusive 2 especiais de Natal e Ano Novo, geralmente às sextas-feiras de cada semana.

Adquiriu-se, no período considerado, 1 chassi de Mercedes Benz, aparelhagem de extração lotérica e demais componentes para iniciar as extrações itinerantes nas diversas localidades do Estado.

Este órgão transfere seus benefícios à assistência social do Estado (IAM e PROMOPAR) e redistribui uma parcela dos recursos, em caráter de prêmios, além de viabilizar a aquisição, junto ao BANESTADO S/A — Crédito Imobiliário, de apartamentos para sorteio.

O SERLOPAR possibilita meios de subsistência e emprego a mais de 3.000 pessoas ligadas ao comércio lotérico do Paraná.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DO SERLOPAR — 1983

Em Cr$ mil

Discriminação	**Receitas**	**Despesas**
Receitas e Despesas Correntes	1.798.818,8	1.741.691,8
Receitas e Despesas de Capital		40.203,0
Superavit		16.924,0
TOTAL	1.798.818,8	1.798.818,8

FONTE: SERLOPAR/SEFI

4.7 CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A Secretaria de Estado da Administração (SEAD) tem por atribuição, entre outras, a coordenação das construções no âmbito do setor público estadual, bem como o controle do patrimônio do aparelho administrativo. Estas tarefas são realizadas por coordenadorias específicas e uma empresa vinculada, como se observa a seguir:

* COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO DO ESTADO (CPE) — O desempenho desta Coordenadoria, em comparação com o exercício de 1982, foi o seguinte:

Atividades	1982	1983
Processos de bens patrimoniais	521	227
Ações de usucapião	840	1.234
Documentação das obras (EMOPAR)	29	173

FONTE: CPE/SEAD

O registro dos 227 processos referentes à aquisição dos bens patrimoniais, de diversos órgãos, teve um valor aproximado de Cr$ 400,0 milhões.

* COORDENADORIA DE CONSTRUÇÕES E REPAROS (CCR) — Foram atendidas, em 1983, 246 obras de reparos, assim distribuídas: 204 na área de educação; 12 em segurança; 7 em finanças e 23 nas demais áreas. Esta ação abrangeu 91 municípios do Estado e envolveu recursos financeiros da ordem de Cr$ 370,0 milhões.

Ocorreu o cancelamento de Cr$ 180,0 milhões, com a finalidade de fazer frente à folha de pagamento da Empresa de Obras Públicas do Paraná (EMOPAR).

Visando à erradicação da Favela da Vila Rubini, de Ponta Grossa, firmou-se convênio de Cr$ 12,0 milhões com a FUEPG, para a construção de 100 casas residenciais em solo-cimento. Barracões para sericicultura também estão sendo construídos em Floraí, com a mesma tecnologia, mediante convênio de cooperação.

A SEAD, através desta Coordenadoria, vem recebendo pedidos de reparos, tendo sido cadastrados mais de 700 prédios públicos escolares da rede estadual de ensino, cujo custo de atendimento foi orçado em Cr$ 2,5 bilhões.

* EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO PARANÁ (EMOPAR) — O atual Governo recebeu esta empresa com um *déficit* projetado, em 1983, de Cr$ 1,1 bilhão.

Na realidade, a EMOPAR estruturou-se a partir de outubro e, com a contenção de despesas e a melhor racionalização na aplicação dos recursos financeiros, passou a fazer frente a seus custos operacionais.

Seu quadro de pessoal era composto de 199 funcionários, representando, em março, um comprometimento financeiro mensal de Cr$ 57,0 milhões, um débito pendente de Cr$ 420,0 milhões e um prejuízo para o exercício, previsto em Cr$ 200,0 milhões.

Com a redução dos recursos humanos, apesar do reajuste semestral efetuado, a empresa passou a ter um desembolso financeiro reduzido a Cr$ 55,0 milhões, para o pagamento de 117 funcionários.

No período de março a dezembro o Estado repassou, como subvenção, Cr$ 715,0 milhões, de maneira a permitir que o órgão apresetne hoje, em caixa, Cr$ 500,0 milhões.

5. APÊNDICE

2.2 EDUCAÇÃO

TABELA 2.2.1.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 1.º e 2.º GRAUS

		URBANA					RURAL					TOTAL				
Ano	Grau	Federal	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL	Federal	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL	Federal	Estadual	Municipal	Particular	TOTAL
1979	1.º	1	1.534	597	302	2.434	6	1.515	10.078	68	11.667	7	3.049	10.675	370	14.101
	2.º	3	470	6	187	666	—	10	1	8	19	3	480	7	195	685
1980	1.º	1	1.510	593	296	2.400	5	1.411	9.045	80	10.541	6	2.921	9.638	376	12.941
	2.º	3	421	5	175	604	—	8	1	8	17	3	429	6	183	621
1981	1.º	1	1.502	545	353	2.401	5	1.396	8.612	183	10.196	6	2.898	9.157	536	12.597
	2.º	3	337	4	173	517	—	6	1	8	15	3	343	5	181	532
1982	1.º	1	1.449	544	387	2.381	9	1.364	8.510	205	10.088	10	2.813	9.054	592	12.469
	2.º	2	330	5	173	510	—	6	1	9	16	2	336	6	182	526

FONTE: FUNDEPAR

TABELA 2.2.2.

CONCURSO VESTIBULAR — VAGAS OFERTADAS (V), CANDIDATOS INSCRITOS (I) E MATRÍCULAS (M), POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

INSTITUIÇÃO/MUNICÍPIO	1979			1980			1981			1982			1983		
	V	I	M	V	I	M	V	I	M	V	I	M	V	I	M
FUEL — Londrina	2.710	14.523	2.226	2.840	20.076	2.754	3.080	19.014	2.996	3.120	21.194	3.032	3.040	20.924	3.016
FUEM — Maringá	1.740	7.644	1.703	1.790	9.804	1.515	2.160	9.484	1.722	2.220	10.769	2.036	2.160	10.642	2.127
FUEPG — Ponta Grossa	975	5.718	1.038	1.055	6.977	1.055	1.015	6.294	999	1.055	6.325	1.061	1.225	7.700	1.225
SUBTOTAL	5.425	27.885	4.967	5.685	36.857	5.324	6.255	34.792	5.717	6.375	38.288	6.129	6.425	39.266	6.368
FFECEA — Apucarana	500	485	434	600	689	793	600	611	469	600	591	490	600	726	549
FAFI — Cornélio Procópio	755	768	713	860	1.321	838	770	1.065	505	770	895	524	800	1.069	651
EMBAP — Curitiba	240	195	114	200	103	...	120	190	74	160	275	158	120	255	...
FEMP — Curitiba	215	160	156	180	229	180	180	414	180	180	525	180	210	508	210
FAFIG — Guarapuava	560	424	410	580	802	443	780	698	551	750	756	565	780	705	526
FUNDINOPI — Jacarezinho	70	550	70	70	531	70	70	532	70	70	631	70	70	567	70
FFEEFJ — Jacarezinho	100	127	100	100	193	100	100	181	100	100	240	100	100	284	100
FAFIJA — Jacarezinho	540	320	355	350	570	366	430	493	385	475	594	475	480	815	480
FUNFAFI — Paranaguá	300	201	208	550	452	314	450	1.475	495	500	636	467	500	666	518
FAFI — União da Vitória	306	125	183	266	123	131	286	262	254	306	363	287	306	428	264
SUBTOTAL	3.586	3.355	2.743	3.756	5.013	3.235	3.786	5.921	3.083	3.911	5.506	3.316	3.966	6.023	3.368
TOTAL	9.011	31.240	7.710	9.441	41.870	8.559	10.041	40.713	8.800	10.286	43.794	9.445	10.391	45.289	9.736

FONTE: DAU/SEED

TABELA 2.2.3.

CURSOS DE GRADUAÇAO

NÚMERO DE CURSOS, MATRÍCULA E GRADUADOS, POR INSTITUIÇAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ

INSTITUIÇÃO/MUNICÍPIO	1979			1980			1981			1982			1983		
	N.º DE CURSOS	MATR.	GRAD.	N.º DE CURSOS	MATR.	GRAD.	N.º DE CURSOS	MATR.	GRAD.	N.º DE CURSOS	MATR.	GRAD.	N.º DE CURSOS	MATR.	GRAD.
FUEL — Londrina	32	7.446	1.196	32	7.854	1.183	30	8.711	1.220	30	9.554	1.152	29	10.185	1.175
FUEM — Maringá	24	4.607	597	23	4.701	592	23	5.139	605	23	5.802	615	23	6.376	651
FUEPG — Ponta Grossa	21	3.479	574	22	3.622	634	22	3.485	610	20	3.623	483	20	4.007	607
SUBTOTAL	77	15.532	2.467	77	16.177	2.409	75	17.335	2.435	73	18.979	2.250	72	20.568	2.433
FFECEA — Apucarana	3	1.069	134	3	1.268	162	3	1.372	215	4	1.314	202	6	1.379	139
FAFI — Cornélio Procópio	6	1.032	611	8	920	320	8	1.158	345	10	1.746	479	10	1.660	626
EMBAP — Curitiba	4	267	31	4	266	45	4	267	26	4	367	55	4	352	46
FEMP — Curitiba	1	451	80	1	646	134	1	459	69	1	506	125	2	545	127
FAFIG — Guarapuava	6	537	77	8	645	93	8	931	141	8	1.109	223	8	1.169	61
FUNDINOPI — Jacarezinho	1	281	42	1	291	63	1	309	52	1	301	66	1	296	52
FFEEFJ — Jacarezinho	1	258	35	1	260	61	1	263	67	1	260	78	1	264	65
FAFIJA — Jacarezinho	4	580	200	4	753	209	4	1.012	308	4	1.064	363	4	1.274	412
FUNFAFI — Paranaguá	4	530	109	5	628	113	7	1.030	174	7	1.198	211	7	1.234	103
FAFI — União da Vitória	5	430	89	5	451	104	5	514	79	5	597	97	5	709	83
SUBTOTAL	35	5.435	1.408	40	6.128	1.304	42	7.315	1.476	45	8.562	1.899	48	8.882	1.714
TOTAL	112	20.967	3.875	117	22.305	3.713	117	24.650	3.911	118	27.541	4.149	120	29.450	4.147

FONTE: FUNDEPAR. Ensino Superior, Tabulação Preliminar, 1981 e 1982.
MEC/SEINF — Formulário 1983
IES — Matrícula 1979 e Graduados 1979 e 1983

TABELA 2.2.4.

PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

INSTITUIÇÃO/MUNICÍPIO	1979			1980			1981			1982				1983			
	EST.	CLT	TOTAL	EST.	CLT	TOTAL	EST.	CLT	TOTAL	EST.	CLT	EST/CLT	TOTAL	EST.	CLT	EST/CLT	TOTAL
FUEL — Londrina	744*	1.396*	2.140*	795*	1.520*	2.315*	807*	1.781*	2.588*	32	2.795	61	2.888	27	2.802	59	2.888
FUEM — Maringá	05	1.097	1.102	05	1.123	1.128	05	1.268	1.273	05	1.384	...	1.389	05	1.489	—	1.494
FUEPG — Ponta Grossa	104	530	634	129	505	634	135	735	870	31	472	12	515	150	746	64	960
SUBTOTAL	853	3.023	3.876	929	3.148	4.077	947	3.784	4.731	68	4.651	73	4.792	182	5.037	123	5.342
FFECEA — Apucarana	08	94	102	07	112	119	12	83	95	02	102	05	109	01	102	08	111
FAFI — Cornélio Procópio	07	94	101	07	94	101	22	105	127	11	114	07	132	11	121	07	139
EMBAP — Curitiba	37*	30*	67*	48*	25*	73*	48*	25*	73*	95	68	—	163	87	69	—	236
FEMP — Curitiba	14	35	49	42	53	95	33	55	88	28	59	04	91	42	54	04	100
FAFIG — Guarapuava	—	99	99	—	111	111	—	120	120	—	138	—	138	—	144	—	144
FUNDINOPI — Jacarezinho	—	41	41	—	39	39	03	39	42	—	40	—	40	—	39	—	39
FFEEFJ — Jacarezinho	—	33	33	—	39	39	24	60	84	...	...	...	32	...	...	...	32
FAFIJA — Jacarezinho	19	53	72	36	40	76	01	32	33	13	53	08	74	13	56	09	78
FUNFAFI — Paranaguá	26	27	53	14	37	51	25	52	77	08	33	07	48	08	34	07	49
FAFI — União da Vitória	22	46	68	26	47	73	27	53	80	17	26	...	43	07	26	11	44
SUBTOTAL	133	552	685	180	597	777	195	624	819	174	633	31	870	169	645	46	972
TOTAL	986	3.575	4.561	1.109	3.745	4.854	1.142	4.408	5.550	242	5.284	104	5.662	351	5.682	169	6.314

FONTE: IES

(*) DAU/SEED. 1979 a 1981.

... Informação ignorada.

TABELA 2.2.5.

TOTAL DOS RECURSOS FINANCEIROS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Em Cr$

INSTITUIÇÃO/MUNICÍPIO	1979	1980	1981	1982	1983
FUEL — Londrina	448.945.731	977.864.362	2.050.519.193	4.736.583.441	11.625.672.475
FUEM — Maringá	259.282.000	548.789.000	1.356.332.053	2.815.308.341	5.675.200.000
FUEPG — Ponta Grossa	113.253.331	212.649.576	515.098.253	1.236.206.345	2.022.266.000
SUBTOTAL	821.481.062	1.739.302.938	3.921.949.499	8.788.098.127	19.323.138.475
FFECEA — Apucarana	16.743.000	48.502.000	82.383.000	154.476.000	400.896.432
FAFI — Cornélio Procópio	20.133.000	39.116.000	121.199.000	256.617.423	569.993.032
EMBAP — Curitiba	6.547.059	8.670.707	15.801.213	46.024.162	97.587.930
FEMP — Curitiba	4.935.000	7.455.000	19.580.000	46.489.000	91.036.000
FAFIG — Guarapuava	15.613.000	26.074.000	82.770.000	187.318.856	565.059.469
FUNDINOPI — Jacarezinho	8.406.000	13.519.000	33.165.000	68.540.000	162.536.000
FFEEFJ — Jacarezinho	3.607.000	7.780.000	18.215.000	38.145.000	90.790.000
FAFIJA — Jacarezinho	8.536.000	18.759.000	42.610.000	94.748.000	200.513.000
FUNFAFI — —Paranaguá	5.953.000	9.579.000	24.378.000	74.102.494	202.200.000
FAFI — União da Vitória	5.256.000	12.824.000	28.838.000	52.198.000	99 700.000
SUBTOTAL	95.729.059	192.279.707	468.939.213	1.018.658.935	2.480.311.863
TOTAL	917.210.121	1.931.581.645	4.390.888.712	9.806.757.062	21.803.450.338

FONTE: IES

TABELA 2.2.6.
CRIAÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 2.º GRAU DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E MUNICÍPIOS RESPECTIVOS — PR — 1983

Estabelecimento	Município
Colégio Estadual de Altamira do Paraná	Altamira do Paraná
Colégio Polivalente de Apucarana	Apucarana
Colégio Alberto Santos Dumont	Cafelândia
Colégio Tiradentes	Iporã (Cafezal)
Colégio Estadual Dom Bosco	Campo Mourão
Colégio Estadual Unidade-Pólo	Campo Mourão
Colégio Estadual Dr. Cândido de Abreu	Cândido de Abreu
Colégio Estadual Olavo Bilac	Cantagalo
Colégio Estadual Monteiro Lobato	Céu Azul
Colégio Igléa Grollmann	Cianorte
Colégio Dom Bosco	Cianorte
Colégio Milton Carneiro	Curitiba
Colégio Domingos Zanlorenzi	Curitiba
Colégio Barão do Rio Branco	Inajá
Colégio Tomé de Souza	Cambira (Itacolomi)
Colégio Arthur da Costa e Silva	Ivaí
Colégio Luiz Setti	Jacarezinho
Colégio Humberto de A. Castelo Branco	Jesuítas
Colégio Dr. Ivam Ferreira do Amaral	Nossa Senhora das Graças
Colégio Castelo Branco	Presidente Castelo Branco
Colégio Floriano Landegraf	Santo Antônio do Paraíso
Colégio Humberto de Alencar Castelo Branco	Santana do Itararé
Colégio João Negrão Júnior	Teixeira Soares
Colégio Estadual Princesa Isabel	Três Barras do Paraná
Colégio Duque de Caxias	Tuneiras do Oeste

FONTE: DESG/SEED

TABELA 2.2.7.
ESTABELECIMENTOS AUTORIZADOS A FUNCIONAR, NO ENSINO DE 2.º GRAU, DA REDE PARTICULAR DE ENSINO — PR — 1983

Estabelecimento	Município
Colégio Oeste do Paraná	Palotina
Colégio Bandeirantes	Pato Branco
Colégio Real	Realeza
Colégio Alfa	Umuarama
Colégio Cândido Rondon	Curitiba

FONTE: DESG/SEED

TABELA 2.2.8.
REDE ESTADUAL DE ENSINO DO 2.º GRAU — NOVAS HABILITAÇÕES — 1983

Habilitações	Estabelecimento	Município
Básica em Agropecuária	Colégio Cecilia Meirelles	Ampére
Magistério	Colégio Prof. José Guimarães	Curitiba
Plena Eletrotécnica	Col. Prof. Maria do Rosário Castaldi	Londrina
Magistério	Col. Engenheiro José Faria Saldanha	M. de Mello
Básica em Agropecuária	Colégio Antonio Dorigon	Pitanga
Magistério	Colégio Júlio Giongo	S.A. Sudoeste
Magistério	Colégio S. Jorge do Ivaí	S. Jorge do Ivaí
Magistério	Col. Humberto A. Castello Branco	Santa Helena
Plena Mecânica	Colégio Presidente Castello Branco	Toledo

FONTE: DESG/SEED

TABELA 2.2.9.
REDE PARTICULAR DE ENSINO DO 2.º GRAU — NOVAS HABILITAÇÕES 1983

Habilitações	Estabelcimentos	Município
Magistério	Colégio Nossa Senhora do Rosário	C. Procópio
Magistério	Colégio São Francisco de Assis	Curitiba
Magist. e Ass. Adm.	Colégio Madalena Sofia	Curitiba
Ass. Administração	Colégio Cen. Paulo Roberto Davantel	Faxinal
Magistério	Colégio Cristo Rei	Jacarezinho
Contabilidade	Colégio São Paulo	Londrina
Magistério	Colégio Cenecista de Missal	Missal

FONTE: DESG/SEED

TABELA 2.2.10.
MEDICAMENTOS DESTINADOS AS VÍTIMAS DAS ENCHENTES PELA SEED — 1983

Produto	Quantidade
Um minuto	680
Antisseptin	929
Gaze-compressas (pt)	2.823
Mercúrio Cromo	8.147
Água Oxigenada	3.297
Timerosal-tintura	3.214
Algodão	1.600
Plamet	2.374
Esparadrapo	1.396
Colírio	2.908
Lisador	793
Nebacetin	736
Imosec	834
Band-Aid	3.743
Otandrol	610
AAS. adulto (cx. 200 comp.)	542
AAS. adulto (cx. 550 comp.)	404
AAS. inf. (cx. 200 comp.)	1.633
AAS. inf. (cx. 500 comp.)	211
Escabin	15.385

FONTE: CAE/SEED

TABELA 2.2.11.
DIVERSAS CAMPANHAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELA SEED NOS MUNICÍPIOS — 1983

Campanha Desenvolvida	N.° de Municípios
Copos e canecas plásticas	7
Higiene	22
Combate a verminose	6
Combate ao percevejo	1
Prevenção e combate a pediculose	35
Combate à escabiose	9
Higiene da escola	5
Saúde oral e flúor	4
Escovas de dente	24
Dentifrício	8
Conservação e tratamento dos dentes	1
Merenda escolar	35
Material de cantina	2
Roupas usadas	2
Roupas e agasalhos	24
Agasalhos para flagelados de enchentes, incluindo levantamento do número de desabrigados, coleta de agasalhos e recursos e distribuição	5
Hortas caseiras e escolares	11
Material escolar	1
Papel higiênico	7
Atividades recreativas e culturais para angariar fundos destinados à aquisição de medicamentos	17
Óculos	1
Cesta de lixo	2
Berço, lenço, uniformes	6
Saneamento e conservação do meio ambiente	7
Aleitamento materno	6
Pente fino, cortes de cabelo e unhas, sabão	3
Vacinação	58
Outros	7

FONTE: CAE/SEED

2.3 SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

TABELA 2.3.1.
SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR ATRAVÉS DO CONVÊNIO SESB/INAM/MS

Discriminação	1983
ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	
— Número de Municípios	156
BENEFICIÁRIOS	
— Gestantes	24.854
— Nutrizes	15.082
— Crianças de 6 a 23 meses	31.337
— Crianças de 2 a 6 anos	101.529
T O T A L	172.802
ALIMENTOS DISTRIBUÍDOS (*)	
— Quilogramas	4.439.295

FONTE: SESB
(*) Leite em pó, açúcar, arroz, fubá, farinha de madioca e feijão.

TABELA 2.3.2.
CONSTRUÇÃO DE POSTOS E CENTROS DE SAÚDE — 1983

Município		Localidade	Quantidade Posto Saúde	Quantidade Centro Saúde	Área m2	População Estimada p/1983 (*)
Astorga	—	Içara	1		63	1.329
Cândido de Abreu	—	Rio do Tigre	1		59	
Congonhinhas	—	St.ª Maria do Rio do Peixe	1		63	1.865
Iporã	—	Guaiporã	1		63	
Nova Fátima	—	Sede		1	126	7.303
Quitandinha	—	Cachoeira	1		63	
Salto do Itararé	—	Alecrin	1		63	
Santa Cruz do Monte Castelo	—	Ivaina	1		63	
		St.ª Esmeralda	1		63	
Tamboara	—	Sede		1	126	4.628
TOTAL		10	8	2	752	

FONTE: AIT/GPC/FSCMR
(*) Com base no Censo de 1980.

TABELA 2.3.3.
CENTROS SOCIAIS RURAIS CONCLUÍDOS — 1983

Município		Localidade	Quantidade	Área m2	População Estimada p/1983 (*)
Almirante Tamandaré	—	Umauta	1	171	
Antonio Olinto	—	Sede	1	306	6.875
Arapoti	—	Sede	1	306	18.458
Campina Grande do Sul	—	Faiol de Baixo	1	171	
Campo Largo	—	Caratuva	1	171	
Colombo	—	São Gabriel	1	171	
Contenda	—	Sede	1	306	7.668
Rio Negro	—	Lageado de Vieiras	1	171	
Imbituva	—	Apiaba	1	171	6.011
	—	Mato Branco	1	171	—
Quatro Barras	—	Borda do Campo	1	171	1.926
Irati	—	Guaramirim	1	171	3.505
Mangueirinha	—	Sede	1	306	23.368
Rebouças	—	Barra dos Andrades	1	171	
Ortigueira	—	Sede	1	306	55.532
Paula Freitas	—	Sede	1	171	4.648
Piên	—	Sede	1	171	6.223
Piraí do Sul	—	Capinzal	1	171	
Piraquara	—	Sede	1	306	94.662
Ponta Grossa	—	Sede	1	306	211.671
Reserva	—	Sede	1	306	24.693
São José dos Pinhais	—	Cachoeira de São José	1	171	2.467
Teixeira Soares	—	Sede	1	171	12.892
Telêmaco Borba	—	Sede	1	171	61.972
Tibagi	—	Ventania	1	171	5.132
TOTAL		25	25	5.355	

FONTE: AIT/GPC/FSCMR
(*) Com base no Censo de 1980.

TABELA 2.3.4.
REFORMAS E MELHORIAS DE CENTROS DE SAÚDE E ESCRITÓRIOS DISTRITAIS — 1983

Município	Quantidade C.S.	Quantidade E.D.	Área m2	População Estimada p/1983 (*)
Curitiba	1		6.000	1.220.301
Campo Mourão		1	215	71.780
Guarapuava	1		295	140.396
Palmeira	1		290	25.979
Paranavaí		1	216	68.241
Piraí do Sul	1		292	17.846
Rio Negro	1		287	22.886
Santo Antonio da Platina	1		327	35.030
TOTAL	6	2	7.922	1.602.459

FONTE: AIT/GPC/FSCMR
(*) Com base no Censo de 1980.

TABELA 2.3.5.
REFORMAS DE LABORATÓRIOS — 1983

Município	Laboratório	Área m2
Curitiba	— Laboratório de Pesquisas Biológicas	1.199
	— Laboratório Químico-Farmacêutico	1.190
TOTAL	2	2.389

FONTE: FSCMR

TABELA 2.3.6.
AMPLIAÇÃO DE POSTOS E CENTROS DE SAÚDE — 1983

Município	Localidade	Quantidade P.S.	Quantidade C.S.	Área m2	População Estimada p/1983 (*)
Barra do Jacaré	— Sede		1	79	3.501
Imbituva	— Guamiranga	1		40	4.794
TOTAL	2	1	1	119	8.295

FONTE: AIT/GPC/FSCMR
(*) Com base no Censo de 1980

2.4 HABITAÇÃO POPULAR

TABELA 2.4.1.
COHAPAR — CONJUNTOS HABITACIONAIS CONCLUÍDOS — 1983

Município/Fonte dos Recursos	N.º de Casas	Valor em UPC
Assis Chateaubriand — CEF	177	106.122
Campo Mourão — BNH	397	247.464
Cândido de Abreu — BNH	54	33.900
Carlópolis — BNH	36	23.400
Coronel Vivida — BNH	102	62.867
Cornélio Procópio — CEF	730	558.950
Cruzeiro do Sul — BNH	42	26.916
Floraí — BNH	41	25.305
Formosa d'Oeste — BNH	114	64.490
Iguaraçu — BNH	43	25.368
Itambé — BNH	83	52.845
Jacarezinho — CEF	208	96.357
Janiópolis — BNH	64	36.622
Japurá — BNH	50	31.871
Jataizinho — CEF	94	55.908
Loanda — CEF	150	101.168
Lunardelli — BNH	33	19.108
Maringá — CEF	194	239.443
Maringá — CEF	100	66.207
Mamborê — BNH	21	18.088
Manoel Ribas — BNH	51	32.520
Marechal Cândido Rondon — CEF	136	95.907
Marumbi — BNH	18	10.791
Moreira Salles — BNH	101	63.971
Palmas — BNH	90	50.885
Palmeira — CEF	160	110.522
Pinhalão — BNH	31	17.876
Ponta Grossa — BNH	353	210.960
Prudentópolis — BNH	44	27.312
Reserva — BNH	46	27.209
Rondon — COHAPAR	55	27.356
Santa Amélia — BNH	26	16.088
Santa Inês — BNH	16	10.333
Santo Antonio da Platina — CEF	140	90.622

(Continua)

(Continuação)

Município/Fonte dos Recursos	N.º de Casas	Valor em UPC
São João do Ivaí — CEF	353	248.007
São Pedro do Ivaí — BNH	188	115.547
São Sebastião da Amoreira — BNH	40	20.834
Sengés — CEF	242	155.660
Siqueira Campos — COHAPAR	09	7.365
TOTAL	4.832	3.227.099

FONTE: COHAPAR/SEIN

TABELA 2.4.2.
COHAPAR — CONJUNTOS HABITACIONAIS EM CONSTRUÇÃO EM 31/12/83

Município/Fonte dos Recursos	N.º de Casas	Valor em UPC
Diamante do Norte — BNH	172	101.905
Guarapuava — CEF	450	310.497
Terra Roxa — CEF	196	146.970
Cambé — CEF	331	225.323
TOTAL	1.149	784.695

FONTE: COHAPAR/SEIN

TABELA 2.4.3.
COHAPAR — CASAS ISOLADAS CONSTRUÍDAS — 1983

Município	N.º de Casas	Valor em UPC
Alto Paraná (mutirão)	09	3.128
Apucarana	62	23.517
Arapoti	17	10.853
Cambé	04	2.477
Campo Mourão	12	7.559
Campina da Lagoa	08	4.993
Capanema	02	1.753
Cascavel	17	10.402
Castro	03	1.834
Céu Azul	02	1.206
Cianorte	02	1.210
Cidade Gaúcha (mutirão)	12	4.148
Cornélio Procópio	23	14.746

(Continua)

(Continuação)

Município	N.º de Casas	Valor em UPC
Dois Vizinhos	02	1.210
Engenheiro Beltrão	01	605
Formosa d'Oeste	02	1.248
Francisco Beltrão (mutirão)	65	18.339
Francisco Beltrão	15	9.628
Goio-Erê	05	3.045
Guaíra	06	3.631
Guaraniaçu (mutirão)	10	3.016
Guarapuava	22	13.279
Guaratuba	43	27.240
Ibiporã	04	2.440
Irati	11	6.407
Ivaiporã	02	1.172
Jaguariaíva	11	6.774
Jardim Alegre (mutirão)	10	3.016
Laranjeiras do Sul	04	2.421
Mangueirinha	01	605
Maringá	03	1.626
Morretes	01	624
Nova Londrina	03	1.815
Palmeira	06	3.619
Paranavaí	03	1.815
Pérola	01	605
Piraí do Sul	04	2.420
Ponta Grossa	21	12.691
Porecatu	03	1.854
Quedas do Iguaçu	05	2.948
Realeza	06	3.630
Rebouças	03	1.815
Ribeirão Claro (mutirão)	06	1.590
Rio Negro	05	3.026
Santo Antonio do Sudoeste	02	1.210
Santa Mariana	04	2.420
Telêmaco Borba	20	11.958
União da Vitória	02	1.211
Wenceslau Braz	02	1.230
TOTAL	487	250.009

FONTE: COHAPAR/SEIN

2.5 JUSTIÇA

TABELA 2.5.1.
CONVÊNIOS FIRMADOS PARA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, RECUPERAÇÃO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PENAL

Participantes	Valor em Cr$ 1,00
SEJU/PGE/Fundação Universidade de Maringá	2.000.000
SEJU/PGE/Fundação Universidade de Ponta Grossa	800.000
SEJU/PGE/Fundação Universidade de Londrina	1.800.000
SEJU/Casa de Recuperação Nova Vida — CRENVI	2.100.000
SEJU/Casa de Redenção São João Batista	2.400.000
SEJU/Movimento para Libertação de Vidas — MOLIVI	1.440.000
SEJU/PGJ/Prefeitura Municipal de Umuarama	1.620.000
SEJU/PGJ/Fundação Universidade de Londrina	2.400.000
Ciências e Letras de Jacarezinho/Fund. Faculdade Estadual de Educ. Física de Jacarezinho	1.788.000
SEJU/PGJ/Fundação Fac. Filos. Ciên. e Letras de Guarapuava	1.824.000
SEJU/PGJ/Prefeitura Municipal de Apucarana	1.824.000
SEJU/PGJ/Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel	1.824.000
SEJU/PGJ/Fundação de Ciênc. Humanas de Francisco Beltrão	1.824.000
SEJU/PGJ/Fundação Universidade de Ponta Grossa	1.584.000
SEJU/PGJ/Fundação Universidade de Maringá	1.924.000
SEJU/Centro de Integração Empresa Escola do Paraná	16.496.200
SEJU/Instituto Euvaldo Lodi do Paraná	4.500.000
SEJU/Patronato Betânia de Maringá	1.560.000
SEJU/Patronato Nova Vida — Curitiba	1.000.000
TOTAL	50.708.200

FONTE: GRHS/GPS/SEJU

TABELA 2.5.2.
DEMONSTRATIVO DA PRODUÇÃO DA COLÔNIA PENAL AGRÍCOLA — 1983

Setor de Produção	Produto	Quantidade
Agricultura	milho	105 ha.
	arroz	50 ha.
	feijão	15 ha.
	azevem	50 ha.
	aveia	30 ha.
Olericultura	diversos	3 ha.
Pomar	diversos	1,5 ha.
Florestamento e Reflorestamento	araucárias brasileiras	5.000
	essências naturais	2.200
	bracatinga	9 ha.
	matas ciliares	10 km
	pinus elliotti	20.000 pés
	eucalyptus	5.000 pés
	pastagens	20 alq.
Olaria	tijolos	20.000/mês
Areial	areia	50 m3/mês
Pecuária	animais	66
	leite	46 1/dia
Suinocultura	animais/abate	40/mês
Piscicultura	em implantação	2 tanques (1.000 m2 cada)

FONTE: CPA/SEJU

TABELA 2.5.3.
ASSISTÊNCIA JUDICIARIA PENITENCIARIA — 1983

Discriminação	Quantidade
Cartas de guia recebida	1.762
Atestado de conduta carcerária	545
Pedido de livramento condicional	343
Pedido de prisão albergue	228
Pedido de trabalho externo	36
Pedido de indulto	74
Liberdade vigiada	105
Pedido de regime semi-aberto	1.334
Outras consultas	20.919
TOTAL	25.396

FONTE: GPS/SEJU

2.6 SANEAMENTO

TABELA 2.6.1.
SANEPAR — OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA CONCLUÍDAS — 1983

Localidade	Município	Concluído em
Engenheiro Beltrão	Engenheiro Beltrão	01/83
Cambira	Cambira	01/83
Alto Paraná	Alto Paraná	01/83
Ortigueira	Ortigueira	01/83
Paiçandu	Paiçandu	01/83
Renascença	Renascença	01/83
Francisco Beltrão	Francisco Beltrão	02/83
Ubiratã	Ubiratã	02/83
Pérola do Oeste	Pérola do Oeste	02/83
Reserva	Reserva	02/83
Wenceslau Braz	Wenceslau Braz	03/83
Santa Cruz Monte Castelo	Santa Cruz Monte Castelo	03/83
Icaraíma	Icaraíma	04/83
Curitiba	Curitiba	04/83
Verê	Verê	05/83
Guaíra	Guaíra	07/83
Loanda	Loanda	07/83
Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu	08/83
São Luiz	Londrina	08/83
Santa Mariana	Santa Mariana	09/83
Telêmaco Borba	Telêmaco Borba	11/83
Assaí	Assaí	12/83

FONTE: SANEPAR/SEIN

TABELA 2.6.2.
SANEPAR — NOVOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA CONCLUÍDOS EM 1983 (SEDES MUNICIPAIS)

Sede Municipal	Concluído em
Três Barras do Paraná	02/83
Jesuítas	05/83
Nova Prata	05/83
Cantagalo	08/83
São Jorge do Patrocínio	11/83
Barra do Jacaré	12/83
Juranda	12/83

FONTE: SANEPAR/SEIN

TABELA 2.6.3.
SANEPAR — NOVOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA CONCLUÍDOS EM 1983

Distrito	Município	Concluído em
Godoy Moreira	São João do Ivaí	01/83
Vila Novo Sarandi	Toledo	02/83
Dr. Antonio Paranhos	São Jorge do Oeste	02/83
Sede Sulina	Chopinzinho	02/83
Vila Yolanda	Ubiratã	02/83
Borda do Campo	Quatro Barras	03/83
Engenheiro Gutierrez	Irati	03/83
Porto de Cima	Morretes	03/83
Brasilândia	Alto Piquiri	04/83
Nova Esperança	Enéas Marques	07/83
Vila Lago	Palmeira	07/83
Luz Marina	Toledo	08/83
São José	Maria Helena	08/83
Colônia Muricí	São José dos Pinhais	08/83
Leão	Agudos do Sul	08/83
Trigolândia	Piên	08/83
São Vicente	Araruna	08/83
Campo Bonito	Guaraniaçu	09/83
Palmeirinha	Guarapuava	09/83
Catanduvas do Sul	Contenda	09/83
Diamante do Oeste	Matelândia	10/83
Cruz Maltina	Faxinal	10/83
Abapã	Castro	10/83
Guajuvira	Araucária	10/83
Bateias	Campo Largo	11/83
Bom Jardim do Sul	Ivaí	11/83
Dorizon	Mallet	11/83
F. Pinheiro	Teixeira Soares	11/83
Guaragi	Ponta Grossa	11/83
Mariental	Lapa	11/83
Rio Claro do Sul	Mallet	11/83
Tabatinga	Tijucas do Sul	11/83
Areia Branca	Mandirituba	12/83
Campo Magro	Almirante Tamandaré	12/33
Colônia Papagaios Novos	Palmeira	12/83
Sambaqui	Morretes	12/83
São Manoel	Indianópolis	12/83
Três Lagoas	Foz do Iguaçu	12/83

FONTE: SANEPAR/SEIN

TABELA 2.6.4.
SANEPAR — OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ANDAMENTO EM 31/12/83 (SEDES MUNICIPAIS)

Sede Municipal	Conclusão Prevista
Pato Branco	01/84
Siqueira Campos	01/84
Coronel Vivida	01/84
Floraí	01/84
Itapejara do Oeste	01/84
Janiópolis	01/84
Palmital	02/84
Realeza	02/84
Lapa	02/84
Guarapuava	04/84
Altônia	04/84
Umuarama	04/84
Tupãssi	06/84
Ponta Grossa	10/84
Guaratuba	04/85
Curitiba	05/85

FONTE: SANEPAR/SEIN

TABELA 2.6.5.
SANEPAR — OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM ANDAMENTO EM 31/12/83 (SEDES MUNICIPAIS)

Sede Municipal	Conclusão Prevista
Braganey	02/84
Turvo	02/84
Boa Vista da Aparecida	03/84

FONTE: SANEPAR/SEIN

TABELA 2.6.6.
SANEPAR — OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE NOVOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ANDAMENTO EM 31/12/83 (DISTRITOS)

Distrito	Município	Conclusão Prevista
Mauá	Marilândia do Sul	01/84
N. Laranjeiras	Laranjeiras do Sul	01/84
Ramilândia	Matelândia	01/84
Socavão	Castro	01/84
São Marcos e Fabíola	São José dos Pinhais	02/84
Altamira	Palmital	02/84
Bragantina	Corbélia	02/84
Arapuã	Ivaiporã	02/84
Espigão Alto	Quedas do Iguaçu	02/84
Itapará	Irati	02/84
Lagoinha	Tijucas do Sul	02/84
Palmital	Ivaí	02/84
Reianópolis	Sengés	02/84
Ouro Verde Piquiri	Corbélia	03/84
Iguatu	Corbélia	03/84
Lindoeste	Cascavel	03/84
Santa Tereza	Cascavel	03/84
Angai	Teixeira Soares	03/84
Cruzeiro do Iguaçu	Dois Vizinhos	06/84

FONTE: SANEPAR/SEIN

2.7 MEIO AMBIENTE

TABELA 2.7.1.
AMOSTRAS ANALISADAS NOS LABORATÓRIOS DA SUREHMA — 1983

Discriminação	Laboratório de Curitiba (sede)	Regional de Londrina	Regional de Toledo	TOTAL
Físico-Química	6.016	1.098	238	7.352
Bacteriológica	7.048	1.470	3.088	11.606
Hidrobiologia	2.146	—	578	2.724
Cromatográfica	1.164	—	—	1.164
Absorção Atômica	1.745	—	—	1.745
Análise do Ar	2.541	892	—	3.433
Análise Sedimentométrica	11.779	—	—	11.779
TOTAL	32.439	3.460	3.904	39.803

FONTE: SUREHMA/SEIN

TABELA 2.7.2.
SUREHMA — AVALIAÇÃO DO CICLO HIDROLÓGICO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS MEDIANTE BALANÇO HÍDRICO — 1983
(Estações operadas e destino dos dados)

Serviço / Cliente	Fluviometria: Leitura de regra	Fluviometria: Medição de vasão	Fluviometria: Linígrafo	Pluviometria	Pluviógrafo	Sedimentometria	Evaporimetria	Qualidade da água	Climatologia
COPEL	35	31	—	31	—	2	—	—	—
DNAEE	71	71	17	63	2	17	14	30	—
Governo do Estado	—	—	—	752	54	—	1	100	2
ITAIPU	—	—	—	—	—	72	—	72	—
TOTAL	106	102	17	846	56	91	15	202	2

FONTE: SUREHMA/SEIN

TABELA 2.7.3.
SUREHMA — AVALIAÇÃO DA CARGA POLUIDORA NOS RIOS — ANALISE COMPARATIVA 1983/1982

Bacia Hidrográfica	Amostras contaminadas em relação ao total 1982	1983	Relação 1983/1982	Variação Percentual
Alto Piquiri	217/753	180/602	1,037	+ 3,7
Iguaçu	25/238	6/113	0,505	— 49,4
Ribeira	11/84	—	—	—
Ivaí	19/266	18/119	2,117	+ 111,7
Cinzas	29/126	34/111	1,331	—
Itararé	11/35	10/35	0,909	— 9,1
Tibagi	36/203	—	—	—
Paranapanema	18/140	8/35	1,778	+ 77,8
Paraná — 3	2/21	—	—	—
Pirapó	55/292	31/93	1,769	+ 76,9
Piquiri	10/63	—	—	—
Litorânea	20/98	—	—	—
TOTAL	453/2.319	287/1.108	—	—

FONTE: SUREHMA/SEIN

TABELA 2.7.4.
SUREHMA — ESTAÇÕES DE AMOSTRAGEM DO AR EXISTENTES NO ESTADO — 1983

Tipo e Local	"OMS/OPS"	Modelo Reduzido	"Plaquinha"
Curitiba	2	8	35
Araucária	1	—	1
Ponta Grossa	1	—	—
Londrina	1	—	15
Maringá	1	—	7
Cascavel	1 (parada)	—	—
Marialva	—	—	1
TOTAL	7	8	59

FONTE: SUREHMA/SEIN

OBS: As estações tipo "OMS/OPS", fazem parte da Rede Panamericana de Amostragem do Ar e a qualidade dos dados por ela fornecidos atendem às exigências da Organização Mundial de Saúde.

TABELA 2.7.5.
SUCEPAR — CONVÊNIOS E ADITIVOS ASSINADOS COM MUNICÍPIOS ENTRE 15/3 E 31/12/83

Em Cr$ mil

Discriminação	Convênio Data	Convênio Valor	Aditivo Data	Aditivo Valor	Valor Total	Fonte dos Recursos
Altônia	06/12/83	20.000			20.000	Federal
Alto Piquiri	28/11/83	40.000			40.000	Estadual
Andirá	28/11/83	2.500			2.500	Estadual
Arapongas	28/06/83	30.500	28/11/83	9.500	40.000	Estadual
Assis Chateaubriand	19/08/83	16.000			16.000	Estadual
Barbosa Ferraz	29/12/83	3.500			3.500	Estadual
Bela Vista do Paraíso	28/11/83	4.500			4.500	Estadual
Cafeara	06/12/83	10.000			10.000	Federal
Cambira	28/11/83	5.000			5.000	Estadual
Campo Mourão	06/12/83	56.000			56.000	Federal
Centenário do Sul	06/12/83	23.000			23.000	Federal
Cianorte	13/06/83	12.000	28/11/83	16.000	28.000	Estadual
Cianorte	06/12/83	25.000			25.000	Federal
Cidade Gaúcha	28/11/83	3.500			3.500	Estadual
Cidade Gaúcha	06/12/83	15.000			15.000	Federal
Colorado	28/11/83	15.000			15.000	Estadual
Douradina	06/12/83	21.000			21.000	Federal
Faxinal	29/12/83	3.000			3.000	Estadual
Florestópolis	28/11/83	16.000			16.000	Estadual
Goio-Erê	06/12/83	19.000			19.000	Federal
Grandes Rios	28/11/83	5.000			5.000	Estadual
Guairaçá	13/06/83	25.000			25.000	Estadual
Guaporema	13/06/83	5.000			5.000	Estadual
Guaraci	28/06/83	5.000	28/11/83	9.000	14.000	Estadual
Icaraíma	28/11/83	6.000			6.000	Estadual
Icaraíma	06/12/83	21.000			21.000	Federal
Iporã	06/12/83	62.000			62.000	Federal
Itambé	28/11/83	1.000			1.000	Estadual
Itaúna do Sul	06/12/83	16.000			16.000	Federal
Jandaia do Sul	06/12/83	22.000			22.000	Federal
Janiópolis	06/12/83	17.000			17.000	Federal
Jardim Alegre	13/06/83	5.000			5.000	Estadual
Jussara	29/12/83	3.000			3.000	Estadual
Loanda	06/12/83	24.000			24.000	Federal
Marialva	28/11/83	12.000			12.000	Estadual
Maria Helena	06/12/83	11.000			11.000	Federal
Marilena	13/06/83	26.000			26.000	Estadual

(Continua)

(Continuação)

Em Cr$ mil

Discriminação	Convênio Data	Convênio Valor	Aditivo Data	Aditivo Valor	Valor Total	Fonte dos Recursos
Mariluz	28/11/83	23.000			23.000	Estadual
Moreira Sales	06/12/83	18.000			18.000	Federal
Munhoz de Mello	28/11/83	3.500			3.500	Estadual
Nossa Senhora das Graças	28/06/83	10.000	28/11/83	5.000	15.000	Estadual
Nossa Senhora das Graças	06/12/83	11.000			11.000	Federal
Nova Esperança	28/11/83	2.500			2.500	Estadual
Paranavaí	13/06/83	34.500	28/11/83	9.500	44.000	Estadual
Paranavaí	06/12/83	58.000			58.000	Federal
Pérola	13/06/83	16.000	28/11/83	16.000	32.000	Estadual
Porto Rico	13/06/83	2.000	28/11/83	1.500	3.500	Estadual
Presidente Castelo Branco	28/06/83	2.000			2.000	Estadual
Primeiro de Maio	28/11/83	4.000			4.000	Estadual
Santa Cruz de Monte Castelo	13/06/83	3.700	28/11/83	1.500	5.200	Estadual
Santa Fé	06/12/83	27.000			27.000	Federal
Santa Isabel do Ivaí	06/12/83	19.000			19.000	Federal
Santo Antônio do Caiuá	13/06/83	30.000			30.000	Estadual
Tapira	06/12/83	31.000			31.000	Federal
Terra Boa	06/12/83	18.000			18.000	Federal
Terra Rica	28/11/83	21.000			21.000	Estadual
Terra Roxa	06/12/83	57.500			57.500	Federal
Umuarama	13/06/83	26.500	29/12/83	8.500	35.000	Estadual
Uniflor	28/11/83	6.500			6.500	Estadual
Xambrê	13/06/83	4.000	28/11/83	7.500	11.500	Estadual
TOTAL	—	1.035.200	—	84.000	1.119.200	

FONTE: SUCEPAR/SEIN

RESUMO:

a) Convênios com recursos de origem estadual: Cr$ 517.700.000,00

b) Convênios com recursos de origem federal: Cr$ 601.500.000,00

TOTAL Cr$ 1.119.200.000,00

2.9 SEGURANÇA

TABELA 2.9.1.

PMPR — CPC — VOLUME E RESULTADO DO TRABALHO

Anos	Discriminação	Policiamento Ostensivo Comum		Policiamento Modular		Policiamento de Trânsito Urbano		Policiamento de Choque		Policiamentos Diversos		Total Geral	Média Diária
		Total	Média Diária	Total	Média Diária	Total	Média Diária	Total	Média Diária	Total	Média Diária		
	Efetivo empregado	201	199	798	614	281	240	125	35	643	359	2.048	1.447
	Ocorrências atendidas	1.095	03	44.165	121	2.190	06	135	0	—	—	47.587	130
1982	Detenções	1.095	03	15.695	43	—	—	07	0	—	—	16.797	46
	Notificações de veículos	—	—	—	—	384.710	1.054	—	—	—	—	384.710	1.054
	Veículos apreendidos	—	—	—	—	1.460	04	—	—	—	—	1.460	04
	Acidentes de trânsito (*)	—	—	—	—	7.508	21	—	—	—	—	7.508	21
	Efetivo empregado	410	350	691	456	329	300	160	60	699	480	2.289	1.646
	Ocorrências atendidas	2.716	07	58.400	160	2.555	07	264	01	—	—	63.935	175
1983	Detenções	1.920	05	44.288	121	—	—	323	01	—	—	46.531	127
	Notificações de veículos	—	—	—	—	458.430	1.256	—	—	—	—	458.430	1.256
	Veículos apreendidos	—	—	—	—	2.920	08	—	—	—	—	2.920	08
	Acidentes de trânsito (*)	—	—	—	—	9.144	25	—	—	—	—	9.144	25

FONTE: PMPR/SESP

(*) Atendimentos prestados pela PMPR.

TABELA 2.9.2.
PMPR — CPC/CPI — EFICÁCIA (CRIMINALIDADE)

Anos	Discriminação	Comando do Policiamento da Capital CPC	Comando do Policiamento do Interior CPI
1982	Contra a pessoa	3.334	13.110
	Contra os costumes	929	9.170
	Contra o patrimônio	5.350	6.048
	Contravenções	26.620	13.718
	Assistências	7.218	9.268
	Outros	14.094	11.482
	TOTAL	57.545	62.796
1983	Contra a pessoa	3.781	14.016
	Contra os costumes	1.527	8.624
	Contra o patrimônio	6.488	5.332
	Contravenções	26.031	12.205
	Assistências	9.015	11.700
	Outros	17.093	10.758
	TOTAL	63.935	62.635

FONTE: PMPR/SESP

TABELA 2.9.3.
PMPR — CPC — DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO

Discriminação	Anos 1982	1983
Policiamento Ostensivo Comum	181	410
Policiamento Modular	798	691
Policiamento de Trânsito Urbano	223	329
Policiamento de Guardas	337	422
Policiamento de Choque	125	160
Atividades de Informações	20	46
Centro de Operações	49	44
Destacamentos	217	233
Outras atividades PM	90	61
Soma atividade fim	2.040	2.396
Soma atividade meio	287	296
Indisponíveis	552	144
Efetivo em cursos de formação de soldados	—	586
Efetivo total	2.879	3.422

FONTE: PMPR/SESP

TABELA 2.9.4.

PMPR — CPI — VOLUME E RESULTADO DO TRABALHO

Anos	Discriminação	Policiamento Ostensivo Comum		Policiamento Modular		Policiamento de Trânsito		Policiamento de Choque		Policiamentos Diversos		Total Geral	Média Diária
		Total	Média Diária	Total	Média Diária	Total	Média Diária	Total	Média Diária	Total	Média Diária		
1982	Efetivo empregado	1.957	1.324	437	181	1.153	873	34	20	863	512	4.444	2.910
	Ocorrências atendidas	221.920	608	65.335	179	59.130	162	1.460	04	1.460	09	349.305	957
	Detenções	55.845	153	18.615	51	—	—	—	—	—	—	74.460	204
	Notificações de veículos	—	—	—	—	248.930	682	—	—	—	—	248.930	682
	Veículos apreendidos	—	—	—	—	11.315	31	—	—	—	—	11.315	31
	Acidentes de trânsito (*)	—	—	—	—	11.832	33	—	—	—	—	11.832	33
1983	Efetivo empregado	2.250	1.500	367	245	1.054	703	—	—	733	489	4.404	2.937
	Ocorrências atendidas	208.050	570	70.080	192	42.814	117	—	—	2.336	06	323.280	885
	Detenções	19.973	55	20.833	57	1.418	04	—	—	637	02	42.861	118
	Notificações de veículos	—	—	—	—	171.520	470	—	—	—	—	171.520	470
	Veículos apreendidos	—	—	—	—	5.110	14	—	—	—	—	5.110	14
	Acidentes de trânsito (*)	—	—	—	—	13.754	38	—	—	—	—	13.754	38

FONTE: PMPR/SESP

(*) Atendimentos prestados pela PMPR.

TABELA 2.9.5.
PMPR — CPI — DISTRIBUIÇAO DO EFETIVO

Discriminação	Anos 1982	1983
Policiamento Ostensivo Comum	1.957	2.250
Policiamento Modular	437	367
Policiamento de Trânsito Urbano	627	726
Policiamento de Trânsito Rodoviário	526	328
Policiamento de Guardas	542	450
Policiamento de Choque	34	—
Policiamento Florestal	189	201
Policiamento Portuário	132	82
Atividades de Informações	—	74
Outras atividades PM	394	300
Soma atividade fim	4.838	4.778
Soma atividade meio	928	622
Indisponíveis	607	627
Efetivos em cursos de formação de soldados	—	741
Efetivo total	6.373	6.768

FONTE: PMPR/SESP

TABELA 2.9.6.
PMPR — CCB (CAPITAL E INTERIOR) — VOLUME DO TRABALHO

Anos	Discriminação	CCB — Capital Efetivo Empregado	CCB — Capital Média Diária	CCB — Interior Efetivo Empregado	CCB — Interior Média Diária
1982	Prevenção de incêndios	06	04	38	25
	Extinção de incêndios	369	93	482	121
	Busca e salvamento	116	29	216	54
	TOTAL	491	126	736	200
1983	Prevenção de incêndios	08	05	38	25
	Extinção de incêndios	417	106	517	142
	Busca e salvamento	138	36	238	71
	TOTAL	563	147	793	238

FONTE: PMPR/SESP

TABELA 2.9.7.
PMPR — CCB (CAPITAL E INTERIOR) — RESULTADO DO TRABALHO

Anos	Discriminação	CCB — Capital Casos Atendidos	CCB — Capital Média Diária	CCB — Interior Casos Atendidos	CCB — Interior Média Diária
1982	Prevenção de incêndios	459	1,26	257	0,70
	Extinção de incêndios	1.046	2,87	694	1,90
	Busca e salvamento	132	0,36	341	0,93
	Vistorias preventivas	609	1,67	13.209	36,19
	Extermínio e captura de animais nocivos	46	0,13	297	0,81
	TOTAL	2.292	6,28	14.798	40,54
1983	Prevenção de incêndios	185	0,51	266	0,73
	Extinção de incêndios	576	1,58	1.356	3,72
	Busca e salvamento	132	0,36	232	0,64
	Vistorias preventivas	581	1,59	19.875	54,45
	Extermínio e captura de animais nocivos	42	0,12	227	0,62
	TOTAL	1.516	4,15	21.956	60,15

FONTE: PMPR/SESP

TABELA 2.9.8.
PMPR — CCB (CAPITAL E INTERIOR) — EFICACIA DE ATUAÇÃO

Anos	Discriminação	CCB — Capital Casos Atendidos	CCB — Capital Média Diária	CCB — Interior Casos Atendidos	CCB — Interior Média Diária
1982	Incêndios urbanos	129	0,35	77	0,21
	Incêndios florestais	110	0,30	66	0,18
	Princípios de incêndio	222	0,61	134	0,36
	Salvamentos	101	0,28	204	0,56
	TOTAL	562	1,54	481	1,32
1983	Incêndios urbanos	221	0,61	426	1,17
	Incêndios florestais	149	0,41	566	1,55
	Princípios de incêndios	147	0,40	284	0,78
	Salvamentos	132	0,36	232	0,64
	TOTAL	649	1,78	1.508	4,13

FONTE: PMPR/SESP

TABELA 2.9.9.
PMPR — CCB — DESTINAÇÃO DO EFETIVO

Discriminação	Anos 1982	1983
Prevenção de incêndios	44	46
Extinção de incêndio	851	934
Busca e salvamento	332	376
Soma atividade fim	1.227	1.356
Soma atividade meio	207	296
Indisponíveis	363	210
Efetivo em cursos de formação de soldados	—	62
Efetivo total	1.797	1.924

FONTE: PMPR/SESP

TABELA 2.9.10.
DETRAN — CERTIFICADOS DE REGISTRO DE VEÍCULOS — UTILIZADOS — 1983

Discriminação	CIRETRANs Capital	Interior	Total
Unidades	01	73	74
Certificados	158.859	311.276	470.135

FONTE: DETRAN/SESP

TABELA 2.9.11.
DETRAN — CONSUMO DE CERTIFICADOS DE REGISTRO DE VEÍCULOS — 1983

Meses	Utilizados	Inutilizados	Total
Janeiro	36.799	4.391	41.190
Fevereiro	35.148	273	35.421
Março	42.007	357	42.364
Abril	35.465	347	35.812
Maio	44.286	361	44.647
Junho	35.972	363	36.335
Julho	37.678	335	38.013
Agosto	43.898	408	44.306
Setembro	40.547	429	40.976
Outubro	31.055	301	31.356
Novembro	46.882	456	47.338
Dezembro	40.398	333	40.731
TOTAL	470.135	8.354	478.489

FONTE: DETRAN/SESP

TABELA 2.9.12.
DETRAN — EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS NACIONAIS DE HABILITAÇÃO

Anos	Discriminação	Capital	CIRETRANs Interior	Total
1982	1.ª via	16.032	160.852	176.884
	2.ª via	60.576	148.314	208.890
	TOTAL	76.608	309.166	385.774
1983	1.ª via	13.428	69.835	83.263
	2.ª via	54.154	113.586	167.740
	TOTAL	67.582	183.421	251.003

FONTE: DETRAN/SESP

TABELA 2.9.13.
DETRAN — MODALIDADES DE INVESTIMENTOS (RECURSOS DO FUNRESTRAN) — 1983

Discriminação	DETRAN	PMPR	Total
Aquisições de veículos	51.102.866,00	221.464.582,20	272.567.448,00
Atividade fim	—	92.720.788,25	92.720.788,25
Investimentos administrativos	102.700.028,20	82.690.671,00	185.390.699,20
Obras e construções	144.674.037,59	63.411.695,35	208.085.732,94
TOTAL	298.476.931,79(*)	460.287.736,60	758.764.688,39

FONTE: DETRAN/SESP
(*) Saldo patrimonial aplicável em 1984 — Cr$ 70.000.000,06

3.4 INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TABELA 3.4.1.
REGISTROS DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS (*) DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ — 1983

Atividade Econômica	Comunicação (1)		Extinção (2)	
	Falências	Concordatas	Falências	Concordatas
Agropecuária	01	—	—	—
Indústria extrativa	02	01	—	—
Indústria de transformação	28	07	07	01
Construção civil	18	02	05	01
Comércio varejista	78	07	22	—
Comércio atacadista	37	05	10	—
Transportes	02	—	—	—
Prestação de serviços	10	01	06	—
Outras atividades	04	—	—	—
TOTAL	180	23	50	02

FONTE: JCP
(*) Compreende S/A, Ltda., individual, solidária.
(1) Estão em processo.
(2) Encerrados os processos.

3.5 TRANSPORTES

TABELA 3.5.1.
DSTC - ATIVIDADES DAS CENTRAIS DE INFORMAÇÃO DE FRETES - 1983

Discriminação	Unidade	Quantidade	Variação % 83/82
Motoristas atendidos	n.º	32.973	35,0
Comissionamentos efetuados	n.º	34.738	19,0
Tonelagem comissionada	t	621.769	19,0
Percurso total evitado	km	5.210.700	19,0
Combustível economizado	l	2.084.000	18,9

FONTE: DSTC/SETR

TABELA 3.5.2.
CPMT — QUADRO RESUMO DO PROSAFRAS — 1983

Discriminação	Município	Unidade	Quantidade	Valor em Cr$ mil
Moeda corrente	249	—	—	199.477,9
Óleo diesel	1	l	10.000	2.150,0
Cimento	64	sc	13.000	16.137,1

FONTE: CPMT/SETR

TABELA 3.5.3.
CPMT — QUADRO RESUMO DO PROSAFRAS EMERGENCIAL — 1983

Discriminação	Município	Unidade	Quantidade	Valor em Cr$ mil
Moeda corrente	91	—	—	153.522,0
Óleo diesel	164	l	1.135.000	292.112,0
Emulsão asfáltica	1	l	20.000	2.787,6
Cimento	12	sc	3.400	8.633,0

FONTE: CPMT/SETR

TABELA 3.5.4.
CPMT — QUADRO RESUMO DO PRODOPAR — 1983

Município	Extensão (km)	Valor em Cr$ mil
Foz do Iguaçu	69,0	2.760,0
Guaíra	60,0	2.400,0
Marechal Cândido Rondon	65,0	2.600,0
Matelândia	15,5	620,0
Medianeira	33,6	1.344,0
Santa Helena	82,0	3.280,0
São Miguel do Iguaçu	59,9	2.396,0
Terra Roxa	15,0	600,0
TOTAL	400,0	16.000,0

FONTE: CPMT/SETR

TABELA 3.5.5.
APPA — MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS — 1983

Em t

Mercadorias	Porto de Paranaguá	Porto de Antonina	Total
Carga geral	893.361	18.054	911.415
Granéis sólidos	6.447.613	314.179 (*)	6.761.792
Granéis líquidos	3.608.242	—	3.608.242
TOTAL	10.949.216	332.233	11.281.449

FONTE: APPA/SETR
(*) Exclusivamente movimentação de carvão.

TABELA 3.5.6.
APPA — MOVIMENTAÇÃO DE CARVÃO COMERCIALIZADO A PARTIR DE ANTONINA — 1983

Meios de transporte utilizado	Tolenadas transportadas
Rodoviário	115.684
Ferroviário	165.361
TOTAL	281.045

FONTE: APPA/SETR

TABELA 3.5.7.
APPA — MOVIMENTAÇÃO DE "CONTAINERS" — 1983

Discriminação	Unidade	Quantidade
Exportação	20 pés	8.101
	40 pés	314
Importação	20 pés	9.573
	40 pés	448
TOTAL	—	18.436

FONTE: APPA/SETR

TABELA 3.5.8.
DER — PROGRAMA NORMAL — OBRAS DE TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO — CONCLUÍDAS — 1983

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
Acesso	Rio Iguaçu (PR-182/Capitão Leônidas Marques)	0,3
Acesso	Barracão	0,2
PR-581	Bragatinga - Tupãssi	12,5
TOTAL		13,0

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.9.
DER — PROGRAMA NORMAL — OBRAS DE TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO — EM ANDAMENTO — 1983

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-153	Paulo Frontin — entroncamento BR-476	8,9
BR-153	Engenheiro Gutierrez — Rebouças	22,0
BR-158	Sumaré — São João do Caiuá	26,6
PR-082	Nova Olímpia — Douradina — Ivaté	33,7
PR-461	Lobato — Colorado	17,7
TOTAL		108,9

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.10.
DER — PROGRAMA NORMAL — OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS — CONCLUÍDAS — 1983

Rodovia	Obstáculo	Extensão (m)
PR-180	Rio da Areia	30,0
PR-182	Rio Iguaçu	450,0
—	Rio Cachoeira	45,6
PR-082	Ribeirão das Antas	68,0
PR-581	Rio do Peixe	28,0
TOTAL		621,6

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.11.
DER — PROGRAMA NORMAL — OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS — EM ANDAMENTO — 1983

Rodovia	Obstáculo	Extensão (m)
PR-417	Rio Atuba	25,0
PR-566	Rio Santana	75,0
TOTAL		100,0

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.12.
DER — BID II — TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO — CONCLUÍDAS 1983

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
PRT-272	Ibaiti — Figueira	29,3
PR-317	Toledo — Santa Helena (lote 1)	30,0
PR-239	Campina da Lagoa — Nova Cantu	28,6
PR-469	Itapejara do Oeste — Verê	15,5
PR-469	Verê — Dois Vizinhos	19,4
PRT-163	Marechal Cândido Rondon — Guaíra (lote 1)	32,4
PRT-163	Marechal Cândido Rondon — Guaíra (lote 2)	30,9
PR-182	Entroncamento PR-483 — Salgado Filho	19,7
PR-239	Roncador — Nova Cantu	38,1
TOTAL		243,9

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.13.
DER — BID II — TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO — EM ANDAMENTO — 1983

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
PR-092	Santo Antônio da Platina — Barra do Jacaré	26,8
PR-218	Jundiaí do Sul — entroncamento BR-153	17,9
PR-546	Itambé — Bom Sucesso	27,7
PR-218	Iguaraçu — Ângulo — Atalaia	26,4
PR-239	Arapoti — PR-090	43,1
PR-281/420	Agudos do Sul — Piên — Divisa PR/SC	26,0
PR-340	Castro — Tibagi	60,0
PR-419	Entroncamento BR-116 — Agudos do Sul	18,4
PR-475	São Jorge do Oeste — Salto Osório	26,4
PRT-272	Santana do Itararé — Divisa PR/SP	11,0
PR-090	Piraí do Sul — Ventania (lote 1)	20,5
PR-090	Piraí do Sul — Ventania (lote 2)	32,5
PR-090	Ventania — Curiúva	35,7
PR-090	Curiúva — Sapopema — São Jerônino (lote 1)	26,7
PR-090	Curiúva — Sapopema — São Jerônimo (lote 2)	29,3
PR-437	Primeiro de Maio — Alvorada do Sul	32,0
PR-539	Rio Bom — Marilândia do Sul	19,3
TOTAL		479,7

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.14.
DER — BID II — OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS — CONCLUÍDAS — 1983

Rodovia	Obstáculo	Extensão (m)
PR-090	Viaduto R.F.F.S.A. (Ventania)	40,0
PR-239	Rio Perdizes	75,0
TOTAL		115,0

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.15.
DER — RODOVIAS VICINAIS — TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO — CONCLUÍDAS — 1983

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
PR-542	Itaguajé — Colorado	25,1
TOTAL		25,1

FONTE:DER/SETR

TABELA 3.5.16.
DER — RODOVIAS VICINAIS — TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO — EM ANDAMENTO — 1983

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
PR-555	Nova Esperança — São Carlos do Ivaí	26,5
PR-454	Astorga — Jaguapitã	22,3
PR-479	Tuneiras do Oeste — Moreira Sales	28,5
TOTAL		77,3

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.17.
DER — RODOVIAS VICINAIS — TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO — CONCLUÍDAS — 1983

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
PR-082	PR-451 (Grandes Rios) — Ribeirão Bonito	8,4
PR-151	Salto do Itararé — Santana do Itararé	22,9
PR-364	Goioxim — Palmital	80,9
PR-364	Três Capões — Goioxim	48,9
PR-457	Itambé — Marisa	17,1
PR-471	Guaporé — Mato Queimado	23,0
PR-472	Goio-Erê — Rancho Alegre do Oeste	19,5
PR-479	Tuneiras do Oeste — Moreira Sales	29,4
PR-512	Balsa Nova — BR-476 (C. Mariental)	16,7
PR-539	Rio Bom — Santo Antonio do Palmital	9,3
PR-553	Entroncamento BR-487 — Luisiana	5,2
—	Pitangueiras — entroncamento PR-170	18,0
TOTAL		299,3

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.18.
DER — RODOVIAS VICINAIS — TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMARIO — EM ANDAMENTO — 1983

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
PR-457	Marisa — São Pedro do Ivaí	15,9
PR-471	Campina da Lagoa — Guaporé	44,2
PR-515	Jacarezinho — Barra do Jacaré	21,9
PR-518	Santa Mariana — Porto Quebra Canoa	29,9
PR-532	Irerê — Correia de Freitas	29,3
PR-549	Corumbataí do Sul — entroncamento PR-487	27,5
PR-553	Luisiana — Mamborê	32,3
PR-549	Barbosa Ferraz — Corumbataí do Sul	18,6
PR-180	Marmeleiro — Campo Erê	33,0
Ligação	Andirá — Casquel Agrícola	6,3
TOTAL		258,9

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.19.
DER — RODOVIAS VICINAIS — OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS — CONCLUÍDAS — 1983

Rodovia	Obstáculo	Extensão (m)
PR-180	Rio Negreiro	30,0
PR-364	Rio Piquiri	90,0
PR-364	Rio do Cobel	35,0
PR-405	Rio Cachoeira	55,0
PR-472	Rio Barreiro	48,0
PR-472	Rio Caracol	35,0
PR-549	Ribeirão das Lontras	48,0
PR-561	Ribeirão Suruquã	40,0
TOTAL		381,0

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.20.
DER — RODOVIAS VICINAIS — OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS — EM ANDAMENTO — 1983

Rodovia	Obstáculo	Extensão (m)
PR-532	Rio Cerne	35,0
Ligação	Rio Verê	25,0
TOTAL		60.0

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.21.
DER — SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E MELHORAMENTOS — CONCLUÍDOS — 1983

Rodovia	Trecho	Serviço	Extensão (km)
PR-151	Castro — Ponta Grossa	Restauração de acostamento	9,4
PR-182	Nova Londrina — Itaúna do Sul — Diamante do Norte	Capa selante	28,3
PR-556	São João do Caiuá — Santo Antônio do Caiuá	Capa selante	13,2
PR-561	Paranavaí — Nova Aliança do Ivaí	Capa selante	15,0
PR-092	Calógeras — Wenceslau Braz — Quatiguá	Restauração de pavimento	56,2
PR-090	Santa Felicidade — Campo Magro	Antipó	7,7
PR-471	Três Barras — Rio Iguaçu	Melhoramento e revestimento primário	20,0
Ligação	PR-404 — Batuva	Terraplenagem e revestimento primário	18,5
PR-412	Garuva — Guaratuba	Restauração de pavimento	40,0
PR-442	Uraí — BR-369	Restauração de pavimento	7,0
PR-239	Nova Sarandi — Vila Nova	Rejuvenescimento de pavimento	3,0
PR-412	Praia de Leste — Porto Passagem	Rejuvenescimento de pavimento	22,0
PR-467	Toledo — Cascavel (parte)	Rejuvenescimento de pavimento	5,0
PR-151	Castro — Piraí do Sul	Rejuvenescimento de pavimento	0,2
PR-427	Porto Amazonas — BR-277	Rejuvenescimento de pavimento	3,0
PR-277	Irati — Relógio	Rejuvenescimento de pavimento	2,0
PR-466	Tamboara — Rondon	Rejuvenescimento de pavimento	2,0
PR-182	Ampére — São Salvador	Rejuvenescimento de pavimento	5,0
PR-482	Renascença — Baulândia	Rejuvenescimento de pavimento	4,0
Perímetro Urb.	Rua Quito (Londrina)	Rejuvenescimento de pavimento	1,2
TOTAL			262,7

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.22.
DER — SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E MELHORAMENTOS — EM ANDAMENTO — 1983

Rodovia	Trecho	Serviço	Extensão (km)
PR-092	Jaguariaíva — Calógeras	Recapeamento	35,7
PR-471	Três Barras do Paraná — Nova Prata	Terraplenagem	25,6
PR-323	Maringá — Água Boa	Restauração de pavimento	18,4
TOTAL			79,7

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.23.
DER — PRÓ-RURAL — OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS — CONCLUÍDAS — 1983

Trecho	Obstáculo	Extensão (m)
Benfica — Imbituva dos Lúcios	Rio Barreirão	12,0
Benfica — Imbituva dos Lúcios	Rio Bituva	12,0
Benfica — Imbituva dos Lúcios	Rio Bituva	17,0
BR-153 — Madeireira Dal'Pa	Rio Farias	32,0
Sertãozinho — Barrinha	Rio Peixe	50,0
Governador Ribas — Volta Grande	Rio Pirapó	10,0
Paulo Frontin	Rio Santana	9,0
PR-405 — Tagaçaba de Cima	Rio Tagaçaba	20,3
PR-405 — Itaqui	Rio Taguá	5,8
BR-116 — Taquari	Rio Taquari	25,0
BR-116 — Taquari	Rio Taquari	16,0
Porto Felício — Miolinho	Rio no km 0,31	11,0
Natingui — Ortigueira	Rio no km 4,16	10,0
Matinhos — Sertãozinho	Rio no km 4,20	6,3
Natingui — Ortigueira	Rio no km 5,61	10,0
Itapará — Água Clara	Rio no km 7,61	9,0
Itapará — Água Clara	Rio no km 8,28	12,0
Natingui — Ortigueira	Rio B. Grande no km 14,98	42,0
Rio Negro — Divisa com Piên	Rio no km 15,15	12,0
Governador Ribas — Volta Grande	Rio B. Grande no km 17,08	10,0
Governador Ribas — Volta Grande	Rio B. Grande no km 17,66	12,0
Matinhos — Sertãozinho	Rio no km 18,00	8,0

(Continua)

(Continua)

Trecho	Obstáculo	Extensão (m)
Governador Ribas — Volta Grande	Rio B. Grande no km 18,45	12,0
Rio Negro — Divisa com Piên	Rio no km 28,50	12,0
Natingui — Ortigueira	Rio no km 32,89	10,0
Natingui — Ortigueira	Rio no km 39,88	10,0
Caicaiqueira — Bocaiúva do Sul	Rio Capivari	20,0
Sede — Taquari de Baixo	Rio Capivari	18,0
BR-116 — Figueira — Rio Capivari	Rio Capivari	35,0
TOTAL		468,4

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.24.
DER — PRÓ-RURAL — OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS — EM ANDAMENTO — 1983

Trecho	Obstáculo	Extensão (m)
Sede — Taquari de Baixo	Rio Capivari	31,0
Adrianópolis — Cêrro Azul	Rio no km 12,86	10,0
Cêrro Azul	Rio no km 31,13	10,0
Adrianópolis	Rio no km 87,94	10,0
TOTAL		61,0

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.25.
DER — PRÓ-RURAL — TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO — CONCLUÍDAS — 1983

Trecho	Extensão (km)
Estrada do Assungui	3,0
BR-116 — Pangaré	6,5
Águas Claras — Divisa com Agudos do Sul	3,8
Doce Fino — Pangaré	8,0
Rodovia do Xisto — Faxinal dos Castilhos	7,2
Engano — Boa Esperança — Empoçado	17,5
Mineiro — Bugre	8,7
PR-405 — Caeté	1,5
HE-101 — Goes Artigas — Colônia Alemania	8,6
Catanduvas — Cantagalo	8,8
Arapoti — Capão Bonito	10,8
Sede — Araucária (Rio Verde)	6,3
BR-476 — São Roque	15,0

(Continua)

(Continuação)

Trecho	Extensão (km)
Morro das Pedras — Apiaba	25,0
PR-092 — Assungui	21,7
Sede — Bateias	15,4
Sede — Pau de Casca	11,6
BR-476 — Cambará do Sul	17,5
BR-476 — Colônia Rio Vermelho	21,2
Santo Antônio — IT-434	22,5
IT-434 — Honório Serpa	3,4
Rio Alagado — Boa Vista	11,0
Cândido de Abreu — R. Tigre	29,0
Divisa com Arapoti — entroncamento HV-001	14,0
Três Córregos — Cruz Alta	11,4
BR-277 — Candonga	5,0
Pé de Galinha — Barra Cachoeira	9,0
Balsa Nova — Divisa com a Lapa	2,5
Divisa com Pedro Mendes — HV-408	11,5
Santa Cruz — Alto Boa Vista	10,0
HE-302 — HE-005 — Cachoeira — Campina Bonita	4,2
São Domingos — Sede	40,0
TB-404 — TB-306 — Areia Preta	16,0
Santana — Serraria Ondina	18,7
Serraria Velha — Busquerrolli — PR-281	5,6
Entroncamento BR-277 — Morro Inglês	3,2
Alexandra — Rio das Pedras — BR-277	11,0
Guaruva — Cubatão	29,0
Sede — Lagoinha — Divisa com Agudos do Sul	20,0
BR-277 — Itaperuçu	2,5
HE-301 — Justus — Faxinal do Posto	7,7
Dorizon — Divisa com Cruz Machado	12,0
Ivaí — Cachoeira (Divisa com Ipiranga)	15,6
PR-151 — Guarauninha	20,0
TOTAL	552,9

FONTE: DER/SETR

TABELA 3.5.26.

DER — PRÓ-RURAL — TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO — EM ANDAMENTO — 1983

Trecho	Extensão (km)
Cândido de Abreu — Jacaré	21,0
PR-405 — Serra Negra	12,0
Cachoeira — Saltinho	6,0
Matinhos — Sertãozinho	19,7
Adrianópolis — Cêrro Azul	51,4
Sede — Divisa com Piên	38,0
Itararé — Castelhanos	19,0
Dorizon — entroncamento IN-003	6,0
Espingarda — Colônia Dona Emilia	13,8
Volta Grande — Governador Ribas	21,5
Benfica — Bituva dos Machados — Bituva dos Lúcios	13,0
Cerrado — Homem Morto	25,1
Ipiranga — Lustosa	15,8
Campina do Juca — Charqueado — BR-376	9,0
BR-277 — Pitinga	3,9
Inácio Martins — Gavazoni	14,3
BR-116 — Figueira (Rio Capivari)	3,2
Serraria Velha — Canhada Funda	9,0
BR-116 — Palermo	18,6
Colônia João XXIII — BR-116	20,8
Colônia Lima — Fazenda Rio Grande — Fazenda Iguaçu — Divisa de Curitiba com São José dos Pinhais	24,0
BR-476 — Colônia M. Abrantes	18,4
BR-277 — Rio Sagrado de Baixo	2,7
Bituva dos Lúcios — Bituva das Campinas — Benfica	10,9
Saltinha — São Roque	8,0
Estrada do Kalinoski — PG-304 — BR-376 — Rio Tibagi	8,8
BR-116 — Taquari — BR-116	8,8
Campo Magro — Cêrro Negro	39,0
TOTAL	461,7

FONTE: DER/SETR

3.7 POLÍTICA FISCAL

TABELA 3.7.1.
COMPOSIÇÃO E CRESCIMENTO DO ICM ARRECADADO POR RAMO DE ATIVIDADE INDUSTRIAL

Em Cr$ milhões

Discriminação	ICM 1982	Participação	ICM 1983	Participação	% 1983/82
Produtos Alimentares	9.599	26	21.985	28	129
— Beneficiamento café e cereais	663	2	2.036	3	207
— Abate de animais	1.746	5	3.300	4	84
— Preparação leite e laticínios	975	3	1.692	2	73
— Fabricação de outros produtos	6.214	17	14.957	19	141
Química	4.428	12	12.231	15	176
— Produção de óleo vegetal em bruto	1.624	4	4.502	6	177
— Fabricação de outros produtos	2.804	8	7.729	10	175
Minerais não metálicos	4.936	13	8.706	11	76
Madeira	4.267	12	7.388	9	73
— Desdobramento da madeira	3.516	10	5.509	7	68
— Fabricação de outros produtos	751	2	1.479	2	96
Papel e papelão	2.660	7	4.988	6	88
Mobiliário	1.329	4	3.208	4	141
Bebidas	1.573	4	2.809	3	79
Material elétrico e Comunicações	1.327	4	3.034	4	127
Produtos de matéria plástica	902	2	2.198	3	144
Metalúrgica	1.163	3	2.226	3	91
Materiais de transporte	553	1	2.180	3	294
Mecânica	1.004	3	1.902	2	91
Fabricação de produtos têxteis	913	2	1.886	2	107
Outros produtos	2.240	6	4.367	6	95
TOTAL	36.909	100	79.108	100	114

FONTE: AE/SEFI

TABELA 3.7.2.
COMPOSIÇÃO E CRESCIMENTO DO ICM ARRECADADO POR RAMO DE ATIVIDADE COMERCIAL

Em Cr$ milhões

Discriminação	ICM 1982	Participação	ICM 1983	Participação	% 1983/82
Comércio					
— Varejista	31.441	69	67.345	66	114
— Atacadista	14.314	31	35.357	34	147
TOTAL	**45.755**	**100**	**102.702**	**100**	**124**
Comércio Varejista — Ramos					
— Veículos e acessórios	8.906	28	20.576	31	131
— Lojas de departamento	4.249	14	7.517	11	77
— Artigos vestuário e armarinhos	3.099	10	6.856	10	121
— Supermercados	2.833	9	5.822	9	105
— Ferragens e Mat. de Construção	2.719	9	5.764	9	112
— Produtos alimentícios	2.098	7	4.852	7	131
— Produtos químicos e farmacêuticos	1.238	4	2.745	4	122
— Máquinas e equipamentos	1.292	4	2.585	4	100
— Restaurantes, bares e confeitarias	1.005	3	2.177	3	117
— Outros ramos	4.002	13	8.451	13	111
TOTAL	**31.441**	**100**	**67.345**	**100**	**114**
Comércio Atacadista — Ramos					
— Produtos alimentícios	3.509	25	8.083	23	134
— Bebidas e cigarros	2.248	16	4.216	12	87
— Produtos de metal e construção	1.107	8	2.113	6	91
— Produtos químicos e farmacêuticos	880	6	1.736	5	98
— Mercadorias em geral	852	6	2.223	6	160
— Artigos de borracha	756	5	1.670	5	121
— Outros ramos	4.962	35	15.316	43	209
TOTAL	**14.314**	**100**	**35.357**	**100**	**147**

FONTE: AE/SEFI

3.8 POLÍTICA FINANCEIRA

3.8.2. BANCOS DE FOMENTO

TABELA 3.8.2.1.
BRDE — CONTRATAÇÃO POR AGÊNCIA

Em valores correntes — Cr$ milhões

Agência	1980 Valor	1980 %	1981 Valor	1981 %	1982 Valor	1982 %	1983 Valor	1983 %
Paraná	8.807,8	24,8	16.773,8	25,8	23.838,7	16,5	69.167,0	24,6
Santa Catarina	7.016,3	19,7	13.319,9	20,5	34.006,5	23,5	44.894,1	15,9
Rio Grande do Sul	19.722,6	55,5	34.846,0	53,7	86.888,1	60,0	167.583,4	59,5
TOTAL	35.546,7	100,0	64.939,7	100,0	144.733,3	100,0	281.644,5	100,0

FONTE: Relatório de Atividade — RS/SC/PR

TABELA 3.8.2.2.
BRDE — CONTRATAÇÃO POR SETORES DE ATIVIDADES

Em valores correntes — Cr$ milhões

Setor / Agência	1980 Valor	1980 %	1981 Valor	1981 %	1982 Valor	1982 %	1983 Valor	1983 %
Primário	**1.522,0**	**4,3**	**3.538,8**	**5,4**	**3.792,6**	**2,6**	**21.587,2**	**7,7**
— Paraná	486,9	1,4	2.024,1	3,1	2.169,9	1,5	12.087,7	4,3
— Santa Catarina	298,0	0,8	465,6	0,7	415,4	0,3	3.716,9	1,3
— Rio Grande do Sul	737,1	2,1	1.049,1	1,6	1.207,3	0,8	5.782,6	2,1
Secundário	**11.063,0**	**31,1**	**31.778,7**	**49,0**	**43.878,0**	**30,3**	**128.472,9**	**45,6**
— Paraná	3.105,0	8,7	9.549,6	14,7	10.676,1	7,4	43.218,8	15,3
— Santa Catarina	1.388,2	3,9	6.803,7	10,5	6.066,8	4,2	28.178,3	10,0
— Rio Grande do Sul	6.569,8	18,5	15.425,4	23,8	27.135,1	18,7	57.075,8	20,3
Terciário	**22.961,7**	**64,6**	**29.622,2**	**45,6**	**97.062,7**	**67,1**	**131.584,4**	**46,7**
— Paraná	5.215,8	14,7	5.200,1	8,0	10.992,7	7,6	13.860,6	4,9
— Santa Catarina	5.330,2	15,0	6.050,5	9,3	27.524,3	19,0	12.998,9	4,6
— Rio Grande do Sul	12.415,7	34,9	18.371,5	28,3	58.545,7	40,5	104.724,9	37,2
TOTAL	35.546,7	100,0	64.939,7	100,0	144.733,3	100,0	281.644,5	100,0

FONTE: Relatório de Atividades — RS/SC/PR

TABELA 3.8.2.3.
BRDE-PR — FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÕES DE GARANTIA CONTRATADAS POR SETORES

Em valores correntes — Cr$ milhões

Setor	1980 Valor	1980 %	1981 Valor	1981 %	1982 Valor	1982 %	1983 Valor	1983 %
Primário	486,9	5,5	2.204,1	12,1	2.169,9	9,1	12.087,7	17,5
Secundário	3.105,0	35,3	9.549,6	56,9	10.676,1	44,8	43.218,8	62,5
Terciário	5.215,8	59,2	5.200,2	31,0	10.992,7	46,1	13.860,5	20,0
TOTAL	8.807,7	100,0	16.773,9	100,0	23.838,7	100,0	69.167,0	100,0

FONTE: BRDE-PR/Gerência de Planejamento

TABELA 3.8.2.4.
BRDE-PR — FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÕES DE GARANTIA CONTRATADAS SEGUNDO A FINALIDADE DOS INVESTIMENTOS

Em valores correntes — Cr$ milhões

Discriminação	1980 Valor	1980 %	1981 Valor	1981 %	1982 Valor	1982 %	1983 Valor	1983 %
Inversões fixas	6.518,6	74,0	8.665,4	51,7	3.642,9	15,3	32.650,3	47,2
Capital de giro	1.309,7	14,9	6.745,7	40,2	16.253,3	68,2	13.375,4	19,4
Saneamento financeiro	979,5	11,1	1.325,4	7,9	3.846,5	16,1	23.052,3	33,3
Pré-investimento	—	—	37,3	0,2	96,0	0,4	89,0	0,1
TOTAL	8.807,8	100,0	16.773,8	100,0	23.838,7	100,0	69.167,0	100,0

FONTE: BRDE-PR/Gerência de Planejamento

TABELA 3.8.2.5.
BRDE-PR — FINANCIAMENTOS CONTRATADOS POR DESTINO DOS RECURSOS — SETOR PRIMÁRIO

Em valores correntes — Cr$ milhões

Discriminação	1980		1981		1982		1983	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Inversões fixas	412,1	84,6	1.594,3	78,8	696,1	32,1	2.329,7	19,3
Capital de giro	68,5	14,1	410,0	20,2	1.469,0	67,7	426,6	3,5
Saneamento financeiro	6,3	1,3	19,8	1,0	—	—	9.281,3	76,8
Pré-investimento	—	—	—	—	4,9	0,2	50,0	0,4
TOTAL	486,9	100,0	2.024,1	100,0	2.170,0	100,0	12.087,6	100,0

FONTE: BRDE-PR/Gerência de Planejamento

TABEBLA 3.8.2.6.
BRDE-PR — OBJETIVO DOS RECURSOS REPASSADOS AO SETOR PRIMÁRIO

Em valores correntes — Cr$ milhões

Discriminação	1980	1981	1982	1983
Armazenagem	366,3	342,8	79,7	1.009,8
Desenvolv. integrado da pecuária de leite	—	250,0	—	—
Desenvolv. integrado da avicultura	—	209,9	36,4	13,0
Conservação de solos	—	43,0	—	—
Desenvolv. da região das várzeas	—	—	29,5	—
Proálcool rural	—	462,0	239,5	613,0
Desenvolv. tecnológico	—	199,0	211,2	56,6
Outras inversões na agricultura	120,6	514,3	1.573,6	10.395,3
TOTAL	486,9	2.021,0	2.169,9	12.087,7

FONTE: BRDE-PR/Gerência de Planejamento

TABELA 3.8.2.7.
BRDE-PR — FINANCIAMENTOS CONTRATADOS POR DESTINO DOS RECURSOS — SETOR SECUNDÁRIO

Em valores correntes — Cr$ milhões

Discriminação	1980 Valor	1980 %	1981 Valor	1981 %	1982 Valor	1982 %	1983 Valor	1983 %
Inversões fixas	1.548,3	49,9	3.596,6	37,7	2.268,5	21,2	24.010,1	55,6
Capital de giro	828,3	26,7	4.805,2	50,3	6.060,0	56,8	10.336,4	23,9
Saneamento financeiro	728,4	23,4	1.126,2	11,8	2.256,4	21,1	8.833,3	20,4
Pré-investimento	—	—	21,6	0,2	91,2	0,9	39,0	0,1
TOTAL	3.105,0	100,0	9.549,6	100,0	10.676,1	100,0	43.218,8	100,0

FONTE: BRDE-PR/Gerência de Planejamento

TABELA 3.8.2.8.
BRDE-PR — OBJETIVO DOS RECURSOS REPASSADOS AO SETOR SECUNDARIO

Em valores correntes — Cr$ milhões

Discriminação	1980 Valor	1980 %	1981 Valor	1981 %	1982 Valor	1982 %	1983 Valor	1983 %
Agroindústria	1.876,7	60,4	3.694,8	38,7	2.726,0	25,5	21.232,5	49,1
— Empresas	1.419,0	45,7	293,2	3,1	2.264,3	21,2	2.777,3	6,4
— Cooperativas	457,7	14,7	3.401,6	35,6	461,7	4,3	18.455,2	42,7
Energia Alternativa	—	—	—	—	68,8	0,6	86,9	0,2
— Empresas	—	—	—	—	68,8	0,6	86,9	0,2
Desenvolvimento Tecnológico	11,6	0,4	55,3	0,6	146,8	1,4	39,0	0,1
— Empresas	11,6	0,4	25,3	0,3	121,6	1,1	36,0	0,1
— Cooperativas	—	—	30,0	0,3	25,2	0,2	3,0	0,0
Outros Objetivos	1.216,7	39,2	5.799,5	60,7	7.734,6	72,5	21.860,4	50,6
— Madeira	123,1	4,0	2.125,8	22,3	1.489,4	14,0	8.068,4	18,7
— Material de transporte	1,0	0,0	9,3	0,1	741,9	6,9	371,0	0,9
— Editorial e gráfico	24,8	0,8	597,6	6,2	210,7	2,0	390,0	0,9
— Mat. elétrico e comunicação	171,5	5,5	435,8	4,6	371,4	3,5	1.181,0	2,7
— Mobiliário	149,6	4,8	429,2	4,5	1.337,4	12,5	2.110,8	4,9
— Papel e papelão	30,1	1,0	375,3	3,9	1.133,4	10,6	5.981,9	13,8
— Diversos	716,6	23,1	1.826,5	19,1	2.450,4	23,0	3.757,3	8,7
TOTAL	3.105,0	100,0	9.549,6	100,0	10.676,2	100,0	43.218,8	100,0

FONTE: BRDE-PR/Gerência de Planejamento

TABELA 3.8.2.9.
BRDE-PR — FINANCIAMENTOS CONTRATADOS POR DESTINO DOS RECURSOS — SETOR TERCIÁRIO

Em valores correntes — Cr$ milhões

Discriminação	1980 Valor	1980 %	1981 Valor	1981 %	1982 Valor	1982 %	1983 Valor	1983 %
Inversões fixas	4.558,2	87,4	3.478,3	67,0	678,4	6,2	6.310,4	45,5
Capital de giro	412,9	7,9	1.530,5	29,4	8.724,3	79,4	2.612,3	18,9
Saneamento financeiro	244,7	4,7	179,4	3,4	1.590,0	14,4	4.937,8	35,6
Pré-investimento (*)	—	—	12,0	0,2	—	—	—	—
TOTAL	5.215,8	100,0	5.200,2	100,0	10.992,7	100,0	13.860,5	100,0

FONTE: BRDE-PR/Gerência de Planejamento

OBS: (*) Em 1980, 1981 e 1983, estão inclusos nas inversões fixas os seguintes valores referentes a contratos multi estaduais:

1981 — Cr$ 4.308.287 mil
1982 — Cr$ 2.975.670 mil
1983 — Cr$ 4.708.576 mil

TABELA 3.8.2.10.
BRDE-PR — OBJETIVO DOS RECURSOS REPASSADOS AO SETOR TERCIÁRIO

Em valores correntes — Cr$ milhões

Discriminação	1980 Valor	1980 %	1981 Valor	1981 %	1982 Valor	1982 %	1983 Valor	1983 %
Infra-estrutura do Serviço Público	4.653,4	89,2	3.373,0	64,9	822,7	7,5	6.718,6	48,5
— Infra-estrutura	239,4	4,6	—	—	—	—	—	—
— SP-abastecimento	56,0	1,1	—	—	—	—	—	—
— SP-energia elétrica	4.068,9	78,0	2.975,7	57,2	—	—	4.708,6	34,0
— SP-serviços urbanos	289,1	5,5	258,5	5,0	812,3	7,4	2.010,0	14,5
— SP-educação	—	—	37,8	0,8	10,4	0,1	—	—
— SP-saúde	—	—	101,0	1,9	—	—	—	—
Comércio	166,2	3,2	780,4	15,0	5.123,5	46,6	4.032,5	29,1
Serviços	396,2	7,6	817,9	15,7	3.793,5	34,5	2.918,9	21,0
Transporte Intermodal	—	—	228,6	4,4	1.253,0	11,4	190,5	1,4
TOTAL	5.215,8	100,0	5.200,2	100,0	10.992,7	100,0	13.860,5	100,0

FONTE: BRDE-PR/Gerência de Planejamento

TABELA 3.8.2.11.
BRDE-PR — FINANCIAMENTOS CONTRATADOS SEGUNDO O PORTE DAS EMPRESAS

Em valores correntes — Cr$ milhões

Discriminação	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Setor Primário	—	**486,9**	—	**2.024,0**	—	**2.170,0**	—	**12.087,7**
— Cooperativas	21	477,9	30	2.001,0	22	2.110,4	29	11.760,5
— Empresas agrícolas	—	—	—	—	—	—	2	46,3
— Produtores rurais	12	9,0	1	23,0	5	59,6	9	280,9
Setor Secundário	—	**3.105,1**	—	**9.549,6**	—	**10.676,1**	—	**43.218,8**
— Grandes empresas	9	1.354,1	18	3.666,2	14	3.991,3	12	8.825,2
— Pequenas e médias empresas	78	1.293,3	103	2.451,8	105	6.197,9	93	15.666,1
— Micro-empresas	—	—	—	—	—	—	80	269,3
— Cooperativas	8	457,7	15	3.431,6	6	486,9	16	18.458,2
Setor Terciário	—	**5.215,8**	—	**5.200,2**	—	**10.992,7**	**147**	**13.860,6**
— Grandes empresas	—	—	—	—	7	3.250,2	6	1.495,6
— Pequenas e médias empresas	38	562,4	—	1.827,1	—	6.900,5	61	5.447,6
— Micro-empresas	—	—	—	—	—	—	78	198,8
— Empresas públicas Munic., Est. e Federais	8	4.653,4	5	3.373,1	—	822,7	2	6.718,6
— Cooperativas agrícolas	—	—	—	—	1	14,3	—	—
— Cooperativas de serviços	—	—	—	—	1	5,0	—	—
TOTAL		8.807,8		16.773,8		23.838,8		69.167,1

FONTE: BRDE-PR — Gerência de Planejamento.

OBS.: - 1980 — Dentre as cooperativas financiadas pelo setor secundário, duas receberam também recursos específicos para o setor primário.

1981 — As treze cooperativas financiadas pelo setor secundário receberam também recursos específicos pelo setor primário.

1982 — Dentre as cooperativas financiadas pelo setor secundário, uma recebeu recursos destinados ao setor primário. A cooperativa financiada pelo setor terciário também o foi pelo setor primário.

1983 — Dentre as cooperativas financiadas pelo setor secundário, treze cooperativas receberam também recursos específicos para o setor primário.

TABELA 3.8.2.12.
BRDE-PR — DISTRIBUIÇÃO MICRORREGIONAL DOS FINANCIAMENTOS CONTRATADOS

Discriminação	1980 Valor	1980 %	1981 Valor	1981 %	1982 Valor	1982 %	1983 Valor	1983 %
Curitiba	1.604.864	18,2	6.126.981	36,5	13.135.690	55,1	18.836.506,7	27,2
Litoral	—	—	32.172	0,2	783.230	3,3	1.077.293,6	1,6
Campos da Lapa	59.943	0,7	279.124	1,6	308.095	1,3	1.050.086,0	1,5
Campos de Ponta Grossa	526.557	6,0	903.902	5,4	1.161.056	4,9	2.930.757,7	4,2
Campos de Jaguariaíva	134.668	1,5	66.000	0,4	481.204	2,0	5.229.322,9	7,6
Colonial de Irati	35.427	0,4	12.480	0,1	61.489	0,3	—	—
Alto Ivaí	60.912	0,7	27.491	0,2	—	—	—	—
Norte Velho Wenceslau Braz	—	—	32.759	0,2	23.218	0,1	80.000,0	0,1
Norte Velho de Jacarezinho	689.523	7,8	133.708	0,8	231.729	1,0	791.675,0	1,1
Algodoeira de Asaí	27.507	0,3	—	—	—	—	—	—
Norte Novo de Londrina	462.820	5,3	584.551	3,5	1.446.634	6,1	8.324.225,4	12,0
Norte Novo de Maringá	86.225	1,0	691.878	4,1	787.081	3,3	1.025.977,7	1,5
Norte Novíssimo Paranavaí	1.000	—	966.954	5,8	26.906	0,1	1.575.475,7	2,3
Norte Novo de Apucarana	125.765	1,4	364.546	2,2	532.821	2,2	298.160,0	0,4
Norte Novíssimo de Umuarama	22.373	0,3	889.391	5,3	32.804	0,1	2.572.783,0	3,7
Campo Mourão	20.703	0,2	362.351	2,2	75.183	0,3	6.996.558,5	10,1
Pitanga	38.318	0,4	—	—	—	—	—	—
Extremo Oeste Paranaense	1.766.771	20,1	1.559.517	9,3	1.437.787	6,1	11.798.398,0	17,1
Sudoeste Paranaense	66.831	0,8	328.051	1,9	214.563	0,9	1.569.991,6	2,3
Campos de Guarapuava	341.757	3,9	15.707	0,1	1.406.199	5,9	1.110.081,8	1,6
Médio Iguaçu	3.087	—	49.121	0,3	80.139	0,3	1.232.694,6	1,8
Fora do Estado	2.732.731	31,0	3.347.144	19,9	1.602.906	6,7	2.666.589,9	3,9
TOTAL	8.807.782	100,0	16.773.828	100,0	23.838.734	100,0	69.167.028,1	100,0

FONTE: BRDE-PR/Gerência de Planejamento

TABELA 3.8.2.13.
BADEP — FINANCIAMENTOS E PRESTAÇÕES DE GARANTIA CONTRATADOS POR SETORES

Em valores correntes — Cr$ milhões

Setor	1980 Valor	1980 %	1981 Valor	1981 %	1982 Valor	1982 %	1983 Valor	1983 %
Primário	30,0	0,2	638,2	3,7	705,2	1,1	1.742,7	2,0
Secundário	2.941,0	25,4	13.695,9	78,9	21.275,1	34,3	66.912,6	78,7
Terciário	414,3	3,6	1.359,7	7,8	4.526,9	7,3	4.198,8	4,9
Setor Público	8.196,9	70,8	1.656,5	9,6	35.612,6	57,3	12.215,5	14,4
TOTAL	11.582,2	100,0	17.350,3	100,0	62.119,8	100,0	85.069,6	100,0

FONTE: BADEP/APL

TABELA 3.8.2.14.
BADEP — FINANCIAMENTOS CONTRATADOS POR DESTINO DOS RECURSOS

Discriminação	1980 Valor	1980 %	1981 Valor	1981 %	1982 Valor	1982 %	1983 Valor	1983 %
Setor Primário	30,0	100	638,2	100	1.380,6	100	1.742,7	100
— Inversões fixas	30,0	100	638,2	100	573,3	41,5	1.639,1	94,1
— Capital de giro	—	—	—	—	807,3	58,5	103,6	—
Setor Secundário	2.941,0	100	13.695,9	100	20.599,6	100	66.912,6	100
— Inversões fixas	1.375,7	46,8	5.541,9	40,5	6.830,4	33,2	31.402,1	46,9
— Capital de giro	1.565,3	53,2	8.154,0	59,5	13.769,6	66,8	35.510,5	53,1
Setor Terciário	414,3	100	1.359,7	100	4.526,9	100	4.198,8	100
— Inversões fixas	336,1	81,1	931,1	68,5	1.533,7	33,9	1.466,0	34,9
— Capital de giro	78,2	18,9	428,6	31,5	2.993,2	66,1	2.732,8	65,1
Setor Público	8.196,9	100	1.656,5	100	35.612,6	100	12.215,4	100
— Inversões fixas	8.196,9	100	339,2	20,5	3.311,0	9,3	5.135,2	42,0
— Capital de giro	—	—	1.317,3	79,5	32.301,6	90,7	7.080,2	58,0
TOTAL	11.582,2		17.350,3		62.619,7		85.069,6	

FONTE: BADEP/APL

TABELA 3.8.2.15.

BADEP — DISTRIBUIÇÃO MICRORREGIONAL DOS FINANCIAMENTOS CONTRATADOS

Discriminação		Número de Contratos	Número de Empregos Diretos	Valor das Operações (Cr$ mil)
Curitiba	1	289	2.194	29.690.103
Litoral	2	9	21	65.748
Alto Ribeira	3	13	—	846.695
Alto Rio Negro	4	1	24	97.126
Campos da Lapa	5	19	109	1.670.054
Campos de Ponta Grossa	6	76	197	2.686.134
Campos de Jaguariaíva	7	2	5	7.441.519
São Mateus do Sul	8	1	—	3.000
Colonial de Irati	9	29	13	410.517
Alto Ivaí	10	2	6	10.300
Norte Velho de Jacarezinho	12	21	84	1.310.116
Londrina	14	69	111	9.892.559
Maringá	15	62	400	3.998.993
Norte Novíssimo de Paranavaí	16	51	42	320.546
Norte Novo de Apucarana	17	25	35	1.206.828
Umuarama	18	42	467	17.323.019
Campo Mourão	19	19	65	78.452
Extremo Oeste Paranaense	21	132	238	1.524.414
Sudoeste Paranaense	22	105	294	1.008.844
Campos de Guarapuava	23	20	29	5.293.602
Médio Iguaçu	24	43	19	191.023
TOTAL		1.030	4.353	85.069.592

FONTE: BADEP/APL

4.3 PLANEJAMENTO

TABELA 4.3.1.
RECEITA DO TESOURO GERAL DO ESTADO — 1983

Em Cr$ milhões

Discriminação	Valor
Tributária	288.209
— ICM	280.300
— Outros tributos	7.909
Patrimonial	7.868
Transferências federais	51.604
Operações de crédito	71.833
Outras receitas	7.694
TOTAL	427.208

FONTE: SEFI/COR.

TABEBLA 4.3.2.

DESPESAS A CONTA DE RECURSOS DO TESOURO[1] — 1983

Em Cr$ milhões

Órgãos/Entidades Vinculadas	RECURSOS DO TESOURO				Total
	Pessoal	O. D. Correntes	Dívida	Capital	
PODER LEGISLATIVO					
Assembléia Legislativa	3.641	1.304	—	275	5.220
Tribunal de Contas	2.750	149	—	212	3.111
PODER JUDICIARIO					
Tribunal de Justiça	11.157	865	—	5.632	17.654
Tribunal de Alçada	595	46	—	17	658
PODER EXECUTIVO/ADMINISTRAÇAO INDIRETA					
Governadoria	666	1.858	—	9	2.533
Desenvolvimento dos Municípios	—	5	—	347	352
EMOPAR	—	817	—	410	1.227
FAMEPAR	380	87	—	220	687
COHAPAR	—	1.376	—	49	1.425
SUBTOTAL	380	2.285	—	1.026	3.691

(Continua)

(Continuação) Em Cr$ milhões

Órgãos/Entidades Vinculadas	RECURSOS DO TESOURO Pessoal	O. D. Correntes	Dívida	Capital	Total
Planejamento	132	1.390	—	69	1.591
IPARDES	139	71	—	—	210
DEE	22	245	—	—	267
CELEPAR	—	70	—	30	100
SUBTOTAL	293	1.776	—	99	2.168
Finanças	449	650	—	1	1.100
CRE	7.505	1.958	—	237	9.700
COPEL	—	7	—	10.328	10.335
BANESTADO	—	—	—	6.250	6.250
SUBTOTAL	7.954	2.615	—	16.816	27.385
Recursos Humanos	671	716	—	—	1.387
IPE	—	—	—	—	—
FIDEPAR	121	62	—	3	186
SUBTOTAL	792	778	—	3	1.573
Administração	215	1.224	—	1.118	2.557
COMEC	80	200	—	1.070	1.350
DEAM	77	2.308	—	212	2.597
DETO	41	56	—	—	97
DAMI	14	45	—	—	59
SUBTOTAL	427	3.833	—	2.400	6.660
Cultura e Esporte	423	712	—	12	1.147
BPP	516	74	—	4	594
FTG	142	150	—	17	309
SUBTOTAL	1.081	936	—	33	2.050
Educação	81.796	4.857	—	31	86.684
FUNDEPAR	1.200	449	309	7.737	9.695
FUEL	9.225	—	—	—	9.225
FUEM	6.523	—	—	—	6.523
FUEPG	2.022	—	—	—	2.022
FAFI — Guarapuava	443	—	—	—	443
FAFI — Cornélio Procópio	399	—	—	—	399

(Continua)

(Continuação)

Em Cr$ milhões

Órgãos/Entidades Vinculadas	RECURSOS DO TESOURO Pessoal	O. D. Correntes	Dívida	Capital	Total
FAFI — Jacarezinho	129	—	—	—	129
FAFI — Paranaguá	127	—	—	—	127
FAFI — União da Vitória	100	—	—	—	100
FAECON — Apucarana	211	—	—	—	211
F. Ed. Fís. — Jacarezinho	74	—	—	—	74
F. Direito — Jacarezinho	115	—	—	—	115
F. Educ. Musical	78	—	—	—	78
Colégio Estadual do Paraná	914	90	—	—	1.004
SUBTOTAL	103.356	5.396	309	7.768	116.829
Saúde e Bem-Estar Social	2.009	139	—	160	2.308
FSCMR	8.231	2.200	—	538	10.969
IAM	1.470	1.325	—	13	2.808
PROMOPAR	272	330	—	86	688
SUBTOTAL	11.982	3.994	—	797	16.773
Segurança Pública	24.524	2.439	—	474	27.437
DETRAN	647	945	—	828	2.420
SUBTOTAL	25.171	3.384	—	1.302	29.857
Justiça	5.027	566	—	11	5.604
Junta Comercial do Paraná	263	70	—	3	336
SUBTOTAL	5.290	636	—	14	5.940
Agricultura	347	2.474	—	35	2.856
FITC	1.199	216	58	820	2.293
IAPAR	3.077	329	67	649	4.122
EMATER/PR	—	4.202	—	229	4.431
CLASPAR	—	—	—	90	90
CAFE DO PARANÁ	—	3	—	1.206	1.209
COPASA	—	6	—	4.888	4.894
CEASA/PR	—	50	—	142	192
SUBTOTAL	4.623	7.280	125	8.059	20.087
Interior	300	179	—	6.699	7.178
SUREHMA	533	130	—	209	872
SUCEPAR	302	140	—	596	1.038
SANEPAR	—	—	—	4.145	4.145
RADIPAR	—	—	—	193	193

(Continua)

(Continuação) Em Cr$ milhões

Órgãos/Entidades Vinculadas	RECURSOS DO TESOURO Pessoal	O. D. Correntes	Dívida	Capital	Total
SUBTOTAL	1.135	449	—	11.842	13.426
Transportes	335	1.253	—	349	1.937
DER	7.362	4.098	7.234	28.748	47.442
SUBTOTAL	7.697	5.351	7.234	29.097	49.379
Indústria e Comércio	243	1.152	—	917	2.312
TECPAR	—	135	—	630	765
PARANATUR	—	424	—	92	516
IPEM/PR	20	—	—	—	20
MINEROPAR	—	—	—	—	—
BRDE	—	—	—	700	700
BADEP/FDE	—	—	—	3.162	3.162
SUBTOTAL	263	1.711	—	5.501	7.475
AGE/SEPL	—	209	—	8.055	8.264
AGE/SEFI	38.143	6.505	39.115	—	83.763
TOTAL	227.396	51.360	46.783	98.957	424.496

FONTE: SEFI/COR

1. Segundo a estrutura orçamentária registrada pelo Sistema de Contabilidade e Orçamento — COR, em 1983, da Secretaria de Estado das Finanças. Para as unidades da administração indireta foram apropriadas, ao nível de cada unidade, as despesas com transferências, subvenções e constituição ou aumento de capital de empresas a conta de Recursos do Tesouro.

TABELA 4.3.3
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
RECEITAS A CONTA DE RECURSOS DE OUTRAS FONTES — 1983

Em Cr$ milhões

Entidades Vinculadas	Receitas de Outras Fontes
EMOPAR	478
FAMEPAR	405
COHAPAR	9.158
IPARDES	2.354
DEE	7
CELEPAR	4.512
SERLOPAR	1.799
CRE	14
COPEL	177.630
BANESTADO	898.243
IPE	17.235
FIDEPAR	1.048
DIOE	846
COMEC	14
DEAM	183
DETC	251
DAMI	—
BPP	9
FTG	110
FUNDEPAR	4.367
FUEL	2.524
FUEM	1.573
FUEPG	589
FAFI — Guarapuava	122
FAFI — Cornélio Procópio	176
FAFI — Jacarezinho	99
FAFI — Paranaguá	75
FAFI — União da Vitória	31
FAECON — Apucarana	196
F. ED. FÍSICA — Jacarezinho	21
F. DIREITO — Jacarezinho	53
F. EDUCAÇÃO MUSICAL	14
CALÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ	3
FSCMR	549
IAM	254
PROMOPAR	367
DETRAN	7
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ	—
FITC	569
IAPAR	1.336

(Continua)

(Continuação)

Em Cr$ milhões

Entidades Vinculadas	Receitas de Outras Fontes
EMATER/PR	2.830
CLASPAR	2.054
CAFE DO PARANÁ	20.817
COPASA	3.192
CEASA/PR	547
SUREHMA	605
SUCEPAR	237
SANEPAR	43.923
RADIPAR	92
DER	11.618
APPA	14.154
TECPAR	962
PARANATUR	112
IPEM/PR	—
MINEROPAR	1.085
BRDE	48.015
BADEP	49.275
TOTAL	1.326.739

FONTES: Atos Normativos de dezembro das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial;
Informações Preliminares Prestadas pelas Empresas.

TABELA 4.3.4.
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
DESPESAS A CONTA DE RECURSOS DE OUTRAS FONTES — 1983

Em Cr$ milhões

Entidades Vinculadas	RECURSOS DE OUTRAS FONTES				Total
	Pessoal	O. D. Correntes	Dívida	Capital	
EMOPAR	—	112	—	—	112
FAMEPAR	181	166	—	3	350
COHAPAR	1.041	1.267	1.133	5.794	9.235
IPARDES	2.162	187	—	—	2.349
DEE	—	3	—	—	3
CELEPAR	2.474	1.737	—	301	4.512
SERLOPAR	56	1.686	—	40	1.782
CRE	—	—	—	—	—
COPEL	35.688	55.639	58.597	21.492	171.416
BANESTADO	39.061	288.277	—	570.905	898.243
IPE	5.939	4.216	—	4.371	14.526
FIDEPAR	770	48	—	9	827

(Continua)

(Continuação) Em Cr$ milhões

Entidades Vinculadas	RECURSOS DE OUTRAS FONTES Pessoal	O. D. Correntes	Dívida	Capital	Total
DIOE	199	524	—	8	731
COMEC	—	—	—	—	—
DEAM	—	93	—	32	125
DETO	—	206	—	—	206
DAMI	—	3	—	—	3
BPP	—	6	—	6	12
FTG	18	80	—	8	106
FUNDEPAR	183	72	—	4.873	5.128
FUEL	—	1.829	179	379	2.387
FUEM	188	745	125	511	1.569
FUEPG	—	321	—	172	493
FAFI — Guarapuava	53	38	—	22	113
FAFI — Cornélio Procópio	45	37	—	14	96
FAFI — Jacarezinho	68	19	—	4	91
FAFI — Paranaguá	—	22	—	41	63
FAFI — União da Vitória	5	8	2	1	16
FAECON — Apucarana	52	34	—	30	116
F. ED. FÍS. — Jacarezinho	—	8	—	—	8
F. DIREITO — Jacarezinho	2	14	—	4	20
F. EDUC. MUSICAL	5	7	—	1	13
COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ	—	1	—	—	1
FSCMR	—	228	—	2	230
IAM	9	253	—	44	306
PROMOPAR	122	205	—	25	352
DETRAN	—	—	—	—	—
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ	—	—	—	—	—
FITC	—	665	—	42	707
IAPAR	239	697	—	46	982
EMATER/PR	—	2.731	—	—	2.731
CLASPAR	1.424	370	—	19	1.813
CAFE DO PARANÁ	1.276	8.643	10.112	342	20.373
COPASA	677	842	227	170	1.916
CEASA/PR	287	223	—	12	522
SUREHMA	174	276	—	94	544
SUCEPAR	21	269	—	169	459
SANEPAR	11.339	8.204	7.346	15.941	42.830
RADIPAR	—	67	—	17	84
DER	—	207	—	7.091	7.298
APPA	5.420	7.957	31	20	13.428
TECPAR	789	241	20	—	1.050

(Continua)

(Continuação)

Entidades Vinculadas	RECURSOS DE OUTRAS FONTES Pessoal	O. D. Correntes	Dívida	Capital	Total
PARANATUR	53	9	8	—	70
IPEM/PR	—	—	—	—	—
MINEROPAR	616	390	—	79	1.085
BRDE	782	1.767	—	45.466	48.015
BADEP	6.091	1.146	—	42.038	49.275
TOTAL	117.509	392.795	77.780	720.638	1.308.722

FONTES: Atos Normativos de dezembro das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial.
Informações Preliminares Prestadas pelas Empresas.

TABELA 4.3.5.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, PROVENIENTES DE ACORDOS E CONVÊNIOS EM GERAL — 1983

Em Cr$ milhões

Órgãos	Recursos Aplicados
Desenvolvimento dos Municípios	36
Planejamento	688
Cultura e Esporte	47
Educação	1.880
Saúde e Bem-Estar Social	150
Segurança Pública	616
Agricultura	801
Transportes	16
Indústria e Comércio	42
TOTAL	4.276

FONTE: CONTADORIA GERAL DO ESTADO

4.5 PESSOAL E POLÍTICA SALARIAL

TABELA 4.5.1.
SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DO PARANÁ
PODER EXECUTIVO

Discriminação	Dezembro/78			Dezembro/82			Março/83			Dezembro/83		
	Ativos	Inativos	Total	Ativos	Inativos	Total	Ativos	Inativos	Total	Ativos	Inativos	Total
Administração Direta e Autarquias	80.890	9.178	90.068	90.514	20.688	111.202	88.330	21.183	109.513	83.577	25.718	109.295
Fundações	8.810	—	8.810	13.947	—	13.947	13.552	—	13.552	13.512	—	13.512
Empresa Pública	2.506	—	2.506	3.161	—	3.161	3.083	—	3.083	2.898	—	2.898
Sociedade de Economia Mista	17.898	—	17.898	23.722	—	23.722	24.013	—	24.013	23.525	—	23.525
TOTAL	110.104	9.178	119.282	131.344	20.688	152.032	128.978	21.183	150.161	123.512	25.718	149.230

FONTE: SEAD
* Dados conhecidos em 31/12/82
Obs.: 1) Não inclui número de servidores de outros Poderes.
2) A posição em dezembro de 1983 em relação a março do mesmo ano apresenta uma redução de 4.535 servidores na Administração Direta e Autárquica. Nesse período, 4.299 funcionários aposentaram-se e 1.167 deixaram de pertencer ao quadro de funcionários do Estado, sendo que nenhuma dessas vagas foi preenchida.

TOTAL GERAL:	PODER EXECUTIVO (Administração Direta e Indireta)	149.230
	PODER LEGISLATIVO (*)	1.137
	PODER JUDICIÁRIO (*)	3.202
		153.569

TABELA 4.5.2.
SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO PODER EXECUTIVO

Discriminação			Dezembro/82 Ativo	Dezembro/82 Inativo	Dezembro/82 Total	Março/83 Ativo	Março/83 Inativo	Março/83 Total	Dezembro/83 Ativo	Dezembro/83 Inativo	Dezembro/83 Total
Geral do Estado	Administração Direta e Autarq.	CLT	13.919	—	13.919	12.940	—	12.940	13.564	—	13.564
		Estat.	76.595	20.688	97.283	75.390	21.183	96.573	70.013	25.718	95.731
TOTAL			**90.514**	**20.688**	**111.202**	**88.330**	**21.183**	**109.513**	**83.577**	**25.718**	**109.295**

FONTE: GRHS/SEAD

TABELA 4.5.3.
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS POR REGIME E ÓRGÃO — ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA — PR — JANEIRO/83

Discriminação	Estatutários	Estatutários C.C.	C.L.T.	Subtotal	Licença S/V.	Dispensa C/V.	Dispensa S/V.	Total
Casa Civil	98	35	174	307	5	14	2	328
SEPL	8	24	—	32	—	4	1	37
SEFI	11	47	160	218	1	—	2	221
SERH	85	28	252	365	1	73	6	445
SEAD	14	13	66	93	1	2	7	103
SECE	81	11	159	251	—	8	—	259
SEED	43.048	407	8.085	51.540	661	1.344	108	53.653
SESB	160	21	67	248	30	1.161	1	1.440
SESP	14.850	21	1.364	16.235	17	21	1	16.274
SEJU	848	20	433	1.301	3	11	3	1.318
SEAG	110	43	—	153	1	73	82	309
SEIN	79	18	25	122	—	18	104	244
SETR	38	22	87	147	2	1	1	151
SEIC	4	4	125	133	—	2	—	135
DEE	11	1	—	12	—	—	—	12
CRE	1.479	66	393	1.938	1	4	—	1.953
IPE	374	6	357	737	2	6	1	746
DIOE	39	3	97	139	—	—	—	139
DEAM	26	2	24	52	—	—	—	52
DETO	7	1	16	24	—	—	—	24
DAMI	5	—	5	10	—	—	—	10
BPP	57	—	34	91	—	—	—	91
CEP	496	1	—	497	4	13	—	514
IAM	104	15	1.150	1.269	1	1	—	1.271
DETRAN	240	2	263	505	2	3	1	511
JCP	25	5	103	133	2	1	—	136
SUREHMA	—	—	275	275	—	—	—	275
SUCEPAR	3	1	202	206	—	—	—	206
DER	1.411	65	5.234	6.710	6	25	1	6.742
APPA	29	—	928	957	—	1	—	958
IPEM	12	1	—	13	—	—	—	13
TOTAL	63.752	883	20.078	84.713	740	2.796	321	88.570

FONTE: SERH/CELEPAR

TABELA 4.5.4.
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS POR REGIME E ÓRGÃO — ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA — PR/DEZEMBRO — 1983

Discriminação	Estatutários	Estatutários C.C.	C.L.T.	Subtotal	Licença S/V.	Dispensa C/V.	Dispensa S/V.	Total
Casa Civil	93	23	147	263	6	6	2	277
SEPL	11	19	0	30	0	3	1	34
SEFI	9	19	129	157	0	0	0	157
SERH	89	23	224	336	1	34	5	376
SEAD	12	9	56	77	1	0	3	81
SECE	71	2	120	193	0	0	0	193
SEED	39.667	314	8.141(2)	48.122	818	948	126	50.014
SESB	101	10	62	173	28	992	1	1.194
SESP	15.928(1)	25	1.275	17.228	32	16	4	17.280
SEJU	787	21	512	1.320	4	4	4	1.332
SEAG	132	38	0	170	3	11	73	257
SEIN	70	12	20	102	0	9	93	204
SETR	52	18	73	143	1	2	1	147
SEIC	6	3	102	111	0	1	0	112
DEE	4	1	0	5	0	0	0	5
CRE	1.414	81	370	1.865	8	4	3	1.880
IPE	367	3	337	707	11	4	0	722
DIOE	34	2	95	131	0	0	0	131
DEAM	23	1	24	48	0	0	0	48
DETO	3	1	13	17	0	0	0	17
DAMI	4	0	5	9	0	0	0	9
BPP	57	1	31	89	0	1	0	90
CEP	456	1	0	457	8	7	0	472
IAM	95	8	1.053	1.156	1	1	0	1.158
DETRAN	208	3	238	449	1	5	0	455
JCP	22	5	105	132	2	0	0	134
SUREHMA	0	0	250	250	0	0	0	250
SUCEPAR	2	0	182	184	0	0	0	184
DER	1.244	51	5.202	6.497	5	2	2	6.506
APPA	0	0	895	895	0	0	0	895
IPEM	10	0	0	10	0	0	0	10
TOTAL	60.971	694	19.661	81.326	930	2.050	318	84.624

FONTE: SERH/CELEPAR

NOTA: (1) Em dezembro de 1983, a PMPR possuía 13.446 homens em seu efetivo.

(2) Nesta cifra estão incluídos os professores celetistas e o pessoal administrativo.

GOVERNADOR DO ESTADO

JOSÉ RICHA

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

João Elisio Ferraz de Campos

SECRETÁRIOS DE ESTADO

CASA CIVIL	Otto Bracarense Costa Euclides Girolamo Scalco
CASA MILITAR	Aristides Garret do Prado
ADMINISTRAÇÃO	José Olímpio de Paula Xavier
AGRICULTURA	Claus Magno Germer
CULTURA E ESPORTE	Fernando Eugênio Ghignone
EDUCAÇÃO	Gilda Poli Rocha Loures
FINANÇAS	Erasmo Garanhão
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	Francisco Simeão Rodrigues Neto
INTERIOR	Nelton Miguel Friedrich
PLANEJAMENTO	Belmiro Valverde Jobim Castor
JUSTIÇA	Horácio Raccanello Filho
SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL	Luiz Cordoni Júnior
SEGURANÇA PÚBLICA	Luiz Felipe Haj Mussi
TRANSPORTES	Deni Lineu Schwartz
ASSUNTOS COMUNITÁRIOS	Antenor Ribeiro Bonfim